

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RELATÓRIO

1957



Seção de Publicações do Serviço de Documentação



RELATÓRIO
DO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
1957

APRESENTADO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR
DOUTOR JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA,
PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNI-
DOS DO BRASIL, PELO SENHOR EMBAIXADOR
JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, MINISTRO
DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



ÍNDICE

	Págs.
I — INTRODUÇÃO	1
II — EXPOSIÇÃO	19
ASSUNTOS POLÍTICOS E CULTURAIS	21
XII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas ..	23
Participação do Brasil na UNEF	30
Organização dos Estados Americanos	32
Organização Internacional do Trabalho	35
Conferência do Atlântico Sul	36
Acôrdo entre o Brasil e os Estados Unidos da América para a Construção, na Ilha de Fernando de Noronha, de Instalações, Especialmente de Natureza Eletrô- nica, Relacionadas com o Acompanhamento de Pro- jêteis Teleguiados	38
Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra ..	41
Saída e Aproveitamento do Petróleo Boliviano	42
Visita do Presidente da República do Paraguai, Gene- ral Alfredo Stroessner	44
Ligação Rodoviária Assunção-Paranaguá	45
Visita do Ministro das Relações Exteriores ao Chile ...	46
Rodovia Concepción-Ponta Porã	47
Visita do Ministro das Relações Exteriores ao Peru ..	48
Visita do Vice-Presidente do Peru ao Brasil	49
Convênio sôbre Bases para a Cooperação Econômica e Técnica entre o Brasil e o Peru	50
Doutrina Prado	52
Criação do Porto Franco de Manaus	54
Convite a Para-Quedistas Militares Brasileiros para Rea- lizar Demonstrações em Lima	55
Questão de Limites entre o Peru e o Equador	56
Reconhecimento do Novo Governo Colombiano	58

	Págs.
Interrupção das Relações Diplomáticas entre a Argentina e a Venezuela	59
Aproveitamento da Energia Hidrelétrica do Salto Grande	60
Ponte Internacional Quaraí-Artigas	61
Asilo Diplomático e Territorial	63
Asilo Diplomático em Benefício de Cubanos, Haitianos e Venezuelanos	65
Proteção dos Interesses Cubanos em Nicarágua	66
Reconhecimento do Novo Governo da Guatemala	67
Reconhecimento do Novo Governo do Haiti	68
Relações com Portugal	69
Tratado de Amizade e Consulta	71
Proteção dos Interesses Portugueses na União Indiana	73
Elevação à Categoria de Embaixada das Missões Diplomáticas do Brasil em Atenas, Oslo e Copenhague	74
Projeto de Acôrdo sobre Serviço Militar entre o Brasil e a Itália	75
Projetos de Convenção entre o Brasil e a Itália sobre Extradicação e Assistência Judiciária em Matéria Penal, Civil e Comercial	76
Ratificação e Promulgação do Tratado de Extradicação Celebrado entre o Brasil e a Bélgica em 1953 ...	77
Representação Diplomática e Proteção dos Nacionais e Interesses de Marrocos no Brasil	78
Reconhecimento da Independência de Gana	79
Situação Política no Oriente Médio	80
Relações com a República do Líbano	81
Relações com a Síria	82
Relações com o Estado de Israel	83
Parque Juscelino Kubitschek	84
Relações com a República da China	85
Independência da Federação da Malásia	86
Relações com os Países do Sudceste da Ásia	87
ATIVIDADES CULTURAIS	89
Acordos Culturais	89
Educação	91
Outras Atividades	96
Difusão	97
Exposição de Artes Plásticas e Arquitetura	104
Visita de Personalidades e Subvenções Várias	107

	Págs.
CERIMONIAL	109
Homenagens no Itamaraty	114
Apresentação de Credenciais	115
Alterações nas Chefias das Missões Diplomáticas	116
Credenciais e Revocatórias	117
Cartas de Chancelaria e Gabinete	120
Plenos Poderes	122
Pessoalidades Agraciadas com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul	131
ATOS, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS	153
Congressos Internacionais com a Participação do Brasil	153
Atos Internacionais Assinados pelo Brasil no Ano de 1957	159
Atos Internacionais Promulgados pelo Brasil em 1957 ..	165
Atos Internacionais Ratificados pelo Brasil em 1957	166
Decretos Executivos sobre Atos Internacionais em 1957	169
Decretos Legislativos de 1957, relativos a Atos Inter- nacionais	175
Exposição de Motivos sobre Atos Internacionais de 1957	176
FRONTEIRAS	179
Fronteira Brasil-Colômbia	179
Fronteira Brasil-Venezuela	180
Fronteira Brasil-Peru	180
Fronteira Brasil-Bolívia	180
Fronteira Brasil-Paraguai	181
Campanha Demarcatória para 1958	181
ASSUNTOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS	183
RELÇÕES ECONÔMICAS	185
A Nova Lei de Tarifa das Alfândegas e seus Reflexos no Comércio Exterior do Brasil	185
Prorrogação de Acordos Bilaterais	186
Mercado Comum Europeu	187
Negociações no GATT	189
Questões Econômicas nas Nações Unidas e suas Agên- cias Especializadas	191
Nações Unidas — Ecosoc	191
Cepal	192
Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)	192

	Págs.
Questões Econômicas na Organização dos Estados Americanos	194
Comitê Interamericano de Representantes Presidenciais	197
Relações com os Países do Continente	199
I Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica	202
Novos Acordos sobre Transportes Aéreos	203
Considerações sobre a Política do Café	203
Perspectivas e Diretrizes	205
RELAÇÕES COMERCIAIS	207
I — Introdução	207
II — Atos Internacionais	213
III — Comércio exterior do Brasil	217
Conclusões	220
ASSUNTOS CONSULARES E DE PASSAPORTES	225
SERVIÇOS CONSULARES	227
PASSAPORTES	231
Novas Normas Regedoras da Concessão de Vistos	234
Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados	236
Requerimentos para Concessão de Visto	236
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	239
PESSOAL	241
MATERIAL	247
COMUNICAÇÕES	255
ORÇAMENTO	259
SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO	267
Biblioteca	267
Mapoteca	273
Arquivo Histórico	277
Publicações	281
Gabinete Fotográfico e Fotostático	283
Depósito de Impressos	283
ARQUIVO	285
SEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO	289
MECANOGRAFIA	290

	Págs.
DIVERSOS	291
CONSULTORIA JURÍDICA	293
COMISSÃO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA	299
MUSEU HISTÓRICO E DIPLOMÁTICO	305
COMITÊ INTERGOVERNAMENTAL PARA AS MIGRAÇÕES EUROPEIAS	307
INSTITUTO RIO BRANCO	311
INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA	325
COMISSÃO DE ESTUDOS DOS TEXTOS DA HISTÓRIA DO BRASIL ...	329
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES	331
SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO	335
ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	339

INTRODUÇÃO

Senhor Presidente,

Em obediência ao dispositivo constitucional, tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência o Relatório das atividades do Ministério das Relações Exteriores, no ano que hoje se conclui.

O meu empenho e de quantos trabalham neste Ministério é trilhar os caminhos indicados por Vossa Excelência, seguindo as tradições da nossa diplomacia, para assegurar a defesa dos interesses nacionais e colaborar na obra construtiva da paz e da segurança dos povos. Nesse sentido, mantendo a continuidade da nossa política internacional, mas adaptando-a às contingências de situações novas e imprevistas, que tanto caracterizam o mundo contemporâneo, tenho procurado, com o auxílio dos diplomatas brasileiros e de quantos trabalham nesta Casa, servir ao Govêrno que Vossa Excelência patriôticamente chefia, de sorte que possamos alargar no exterior o prestígio do Brasil e ajudar com eficiência os órgãos de ação interna, já agora tão intimamente ligados à vida de inter-relação dos países.

Dentro das diretivas de Vossa Excelência de não modificar as normas conformadoras da nossa diplomacia, traçadas de acôrdo com os elementos tradicionais da nacionalidade e determinadas pelos imperativos de nossa história e de nosso desenvolvimento, procurei dar maior ênfase às relações com os povos dêste Continente, cuja unidade deve ser um fator de progresso, pela orientação política, pela complementação de suas economias, pela propulsão dos va-

lores culturais, de modo a assegurar um equilíbrio, favorável à solução dos problemas comuns e a valorizar a sua atuação no plano internacional.

A preocupação precípua do Itamaraty foram as relações continentais. Se a nossa unidade política se mostra de dia a dia mais firme e robusta, é mister, porém, que ela seja um elemento propulsor do progresso de todos os países da América. É necessário que se tornem cada vez mais complementares as nossas economias, que o desenvolvimento de nossas riquezas a todos favoreça, que nas condições diferentes de nossas vidas encontremos sempre meios capazes de assegurar um equilíbrio favorável a soluções adequadas aos problemas comuns.

Também no domínio cultural. Pela exata compreensão do sentido da política no espírito, para que os povos melhor se conheçam e melhor se compreendam, numa cooperação que a ciência moderna torna cada vez mais imperiosa, temos procurado incentivar nossos contatos, principalmente com os países do hemisfério, por uma série de entendimentos do mais alto alcance, com o estabelecimento de cátedras de estudos brasileiros, troca de professores e alunos, exposições e visitas de intelectuais.

A Conferência Econômica Interamericana, realizada em Buenos Aires, de 15 de agosto a 4 de setembro, foi o acontecimento de maior relêvo na vida continental. Debataram-se, nesse certame, assuntos vitais para a nossa economia, como inversão de capitais privados, financiamento para desenvolvimento, produtos de base e colocação de seus excedentes, mas dificuldades surgiram, não estando as soluções amadurecidas para chegarmos à assinatura do projetado Convênio Econômico Geral. Com grande habilidade, o meu eminente colega, Ministro José Maria Alkmim, Chefe da Delegação do Brasil, logrou encontrar na Decla-

ração de Buenos Aires solução feliz, que reflete a unidade de vistas dos países americanos e o propósito de seus governos de intensificar o intercâmbio comercial, especialmente no continente americano.

O Brasil participou, atendendo a convite do Governo da República Argentina, juntamente com o Uruguai e o Paraguai, da Conferência do Atlântico Sul, numa reunião preparatória para estudo e discussão de medidas que reforcem o sistema de segurança coletiva do continente.

Assinamos com os Estados Unidos da América um acordo para a construção de instalações, especialmente de natureza eletrônica, destinadas ao acompanhamento de projéteis teleguiados no Território de Fernando de Noronha, depois de acurado estudo, em todos os seus aspectos políticos e militares, em que o Itamaraty e os órgãos militares colaboraram estreitamente. Esse acordo reafirma a posição assumida pelo Brasil na atual conjuntura política internacional, orientada exclusivamente na manutenção da paz e da segurança coletiva do hemisfério.

O problema da saída e aproveitamento do petróleo boliviano continua sendo estudado, a fim de tornar o Tratado de 1938 mais adequado às condições atuais e aos interesses de ambos os países. Por proposta do Presidente da Bolívia, foi decidido que encontre o meu colega boliviano, no mês vindouro, com o fim de examinar o assunto, inclusive o resultado das conclusões da Comissão Mista Especial que esteve em La Paz, examinando o problema em seus múltiplos aspectos.

Nas Nações Unidas, defendemos a urgente necessidade de intensificar o programa de desenvolvimento econômico dos povos subdesenvolvidos, por meio de resoluções que não interessam apenas aos países latino-americanos, mas a todos aqueles que se encontram em igual nível de desenvol-

vimento; esforçamo-nos ativamente por consolidar a nossa posição no continente, sem contudo esquecer as nossas relações com as Nações do Velho Mundo; apoiamos decididamente o mundo ocidental nas questões básicas de defesa contra o expansionismo soviético e procuramos, nas diferenças coloniais, buscar os elementos de mediação e conciliação capazes de aproximar os blocos divergentes na Assembléia da ONU.

Não preciso encarecer a importância da nossa atitude atendendo a um apêlo das Nações Unidas, de enviar um contingente para integrar a Fôrça Internacional de Emergência da ONU no Egito. As unidades brasileiras operam no setor de Gaza, em Al-Arich e em Ras El Naqb, tendo a sua ação merecido sempre os mais lisonjeiros encômios do comando da UNEF.

Na Organização dos Estados Americanos, cuja presidência coube êste ano ao representante do Brasil, Embaixador Fernando Lobo, colaboramos em várias iniciativas de interesse comum e fomos autores de uma resolução que prevê a concessão de 500 bôlsas a estudantes latino-americanos. O Brasil fêz-se representar na I Reunião, em Washington, do Comitê dos Representantes dos Presidentes das Repúblicas americanas, órgão assessor da OEA, que adotou 27 resoluções sôbre temas econômicos, sociais, sanitários, educacionais, técnicos, bem como relativos à energia nuclear, relações públicas e organização interna. O Presidente da República aprovou aquelas resoluções e estabeleceu critérios que favorecerão a execução dos projetos.

Tive feliz ensejo de visitar, atendendo honroso convite dos Governos do Chile e do Peru, êsses dois países, onde recebi expressivas homenagens e inúmeras manifestações de apreço, que bem traduziram a amizade dos seus Governos e povos pelo Brasil.

Estudei, então, em conjunto, vários problemas relativos não sômente aos nossos interêsses em comum, mas ainda aos da coletividade americana. Coube-me a honra de assinar documentos de real importância: com o Chile, a Declaração Econômica, destinada a incrementar as relações econômicas, comerciais e financeiras, onde se prevê um Tratado Geral de Comércio e Navegação e a elaboração de um acôrdo de cooperação econômica; com o Peru, um Acôrdo de Cooperação Econômica e Técnica, visando ao desenvolvimento equilibrado e coordenado dos recursos naturais e da capacidade produtiva dos dois países. Com a mudança da capital para Brasília, impõe-se uma alteração nos rumos de nossa política exterior, precisamente no sentido de maior aproximação com os países amazônicos, entre os quais o Peru e a Colômbia, países com quem possuímos numerosos pontos de contato. Em Lima, tive ensejo de fazer a agradável e transcendental revelação de que o Govêrno brasileiro estudará a possibilidade de criar um pôrto livre em Belém, que seria o coroamento dos nossos esforços no sentido de uma nova política amazônica brasileira.

Os problemas econômicos e comerciais, que constituem hoje em dia uma das maiores preocupações do Itamaraty, desde que passaram a ser orientados pelos governos, foram considerados com a maior atenção, encaminhando-se ou chegando-se às soluções mais favoráveis aos interêsses nacionais.

O ano de 1957 registou intensa atividade internacional em matéria de café, principalmente por iniciativa e orientação do Govêrno brasileiro. A nossa ação diplomática, esteada em política que foi traçada de comum acôrdo entre o Itamaraty, o Ministério da Fazenda e o Instituto Brasileiro do Café, fêz-se sentir na Comissão Especial do Café, do Conselho Interamericano Econômico e Social, da OEA, no Con-

selho Econômico e Social das Nações Unidas e na Comissão de Produtos de Base da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

Para dar forma concreta e prática às mencionadas medidas de cooperação internacional, o Governo brasileiro resolveu convocar uma Conferência Internacional do Café, que se celebrará nesta capital no dia 20 de janeiro de 1958. Nessa oportunidade, além de discutirem os problemas referentes à conjuntura cafeeira mundial, os Governos participantes da reunião deverão homologar o Estatuto da Organização em apêço. De conformidade com o projeto já aceito por todos os produtores latino-americanos e em face de negociação com os produtores extracontinentais e os principais consumidores, a Organização significará, acima de tudo, um fóro hábil para a discussão coordenada e conjunta dos problemas cafeeiros, contribuindo, assim, para que haja entendimentos constantes entre importadores e exportadores.

O Brasil, possuidor de ricas jazidas de minérios radioativos, participou ativamente da I Conferência Geral de Energia Atômica, reunida em Viena, em outubro último. Nessa Conferência, em que o Chefe da Delegação Brasileira, Embaixador João Carlos Muniz, foi eleito Presidente do Comitê de Programa, Questões Técnicas e Orçamento, aprovou-se, sem reservas, o Relatório da Comissão Preparatória, que contém itens de grande importância como: fomento da pesquisa; radioisótopos e fontes de radiação; programa de reatores; fornecimento de materiais e serviços; conferências e intercâmbio de informações; intercâmbio e treinamento de cientistas e peritos; salvaguarda; saúde, segurança e dispositivos de rejeitos.

A elaboração da nova tarifa das Alfândegas, consubstanciada na Lei n.º 3.244 de 14 de agosto de 1957, deter-

minou um compasso de espera na política econômica e comercial brasileira, em razão da necessidade de proceder-se à análise das repercussões de seus dispositivos, especialmente os de natureza cambial, sobre o comércio exterior do país, bem assim à harmonização desses dispositivos com os atos internacionais bilaterais ou multilaterais firmados pelo Brasil, sobretudo com relação às Partes Contratantes do Acôrdio Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT). Embora o tempo decorrido desde a sua promulgação e efetiva aplicação seja escasso, para que se possam saber, com precisão absoluta, a intensidade e a profundidade dos reflexos de sua sistemática sobre o comércio exterior, pode-se afirmar que a nova Lei de Tarifa das Alfândegas, longe de ser o entrave ao comércio, anunciado por muitos, representou um corretivo necessário a um sistema aduaneiro superado e a determinadas práticas cambiais menos aconselháveis.

Quero ainda destacar os problemas relativos ao mercado europeu, em que a projetada criação de um mercado comum por seis países da Europa ocidental — França, Itália, República Federal da Alemanha, Países Baixos, Bélgica e Luxemburgo — constituiria uma ameaça a produtos brasileiros, especialmente ao café, originários também de territórios ultramarinos de alguns daqueles países. Na Reunião das Partes Contratantes ao GATT, em outubro último, o Brasil manifestou suas reservas e mostrou os perigos de tal iniciativa, que poderia favorecer a colocação desses produtos, em detrimento de similares de origem brasileira.

Os serviços especializados do Itamaraty estudam detidamente o assunto, na defesa dos altos interesses da economia nacional, e examinam cuidadosamente medidas imprescindíveis à ampliação do comércio exterior brasileiro, de modo a garantir ao país a expansão de nossos mercados tradicionais e a criação de novos, enquanto não fôr possível diversificar nossos produtos de exportação.

A política cultural brasileira tem merecido atenção muito desvelada da minha parte, pois cada vez mais me convenço de que a aproximação dos povos pelo espírito estabelece um clima de verdadeira compreensão que favorece o desenvolvimento de tôdas as demais relações. Assim, tenho procurado incentivar os trabalhos da Divisão Cultural nos seus quatro aspetos fundamentais: educacional, com a concessão de bôlsas de estudo e auxílios, ampliação das atividades em vários centros de estudos brasileiros no exterior e estreita colaboração com o IBECC e a Comissão Nacional de Assistência Técnica; de exposições, com a apresentação no exterior do que há de mais significativo na arte brasileira; de divulgação, com a distribuição às nossas Missões diplomáticas das chamadas "bibliotecas básicas", de filmes e fotografias e de discos gravados com a nossa música erudita moderna; e de acordos, salientando-se os novos, assinados com o Paraguai, Honduras e Irã e dois com os Estados Unidos da América, um visando à proteção dos direitos autorais dos compositores brasileiros na reprodução fonomecânica, e outro, de grande alcance, aproveitando os fundos provenientes de convênio anterior sôbre excedentes de produtos agrícolas, criou uma Comissão Educacional Mista, destinada a financiar a concessão de bôlsas, a facilitar e incrementar o intercâmbio de professores e desenvolver outras atividades de caráter cultural. Assinou-se, igualmente, acôrdo com a Universidade de Estudos Sociais Pro-Deo, de Roma, que estabelece a criação, naquela capital, de um Instituto Latino-Americano, sob a direção de brasileiros, e de Centros de Realismo Social, no Brasil.

No decorrer de minhas visitas ao Chile e Peru, inaugurei, no Museu de Arte Contemporânea de Santiago e no Museu de Arte de Lima, a Exposição de Arte Brasileira, organizada pelo Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro

é apresentada com a colaboração direta da Divisão Cultural. A mostra, que abrange os setores de pintura, escultura, gravura e desenho, reuniu um total de 270 obras, de 77 artistas, e pode ser considerada o mais completo e representativo conjunto de arte brasileira moderna já exibido no exterior. Essa Exposição esteve também em Buenos Aires, de junho a agosto.

O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura continua realizando seu programa, ainda que este, pelas próprias condições das atividades da UNESCO, de que é a Comissão Nacional no Brasil, seja de uma amplitude superior às suas possibilidades materiais. Assim se vê obrigado a dar preferências a determinados setores, seja pelas afinidades com a ação da UNESCO, seja para atender a necessidades que lhe parecem mais essenciais ao nosso desenvolvimento cultural. Dentre as realizações do ano, quero destacar a reunião nesta capital, com o auxílio da UNESCO, do Seminário Latino-Americano sobre Ciências Sociais, de que resultaram a fundação do Instituto Latino-Americano de Ensino e do Centro de Pesquisas Sociais, respectivamente, em Santiago e nesta capital. Os trabalhos para organização deste, para o qual o Congresso Nacional votou uma subvenção de 6 milhões de cruzeiros, estão quase terminados, devendo sua inauguração se realizar no começo do ano. Já foram planejadas as suas primeiras atividades. Promoveu, ainda, o IBECC o Simpósio Internacional sobre o Curare, com a ajuda da UNESCO; o III Congresso Brasileiro de Folclore, em Salvador, que teve a honra de ser instalado com um discurso de Vossa Excelência, assegurando que o Governo ia providenciar a favor da defesa do Folclore brasileiro; o Seminário Regional de Ciências Sociais em Porto Alegre e colaborou na realização do Simpósio sobre zonas úmidas.

Outras atividades, inclusive a distribuição de um prêmio Sul América, para a melhor obra sobre História do Teatro brasileiro, auxílio a publicações, desenvolvimento das atividades das comissões estaduais e estudo conjunto de problemas culturais com o Ministério e a UNESCO, ressaltam o trabalho meritório do Instituto.

Entre os hóspedes ilustres que visitaram o Brasil, em 1957, destacou-se o Presidente de Portugal, General Craveiro Lopes, cuja presença em nosso país foi ensejo feliz de excepcionais demonstrações de júbilo e de amizade. Nessa ocasião, os Presidentes do Brasil e de Portugal assinaram uma Declaração Conjunta, na qual reafirmaram a unidade de pensamento e de ação da política internacional dos dois países e o propósito de dar completa execução ao Tratado de Amizade e Consulta de 1953. Tivemos, também, a felicidade de acolher, com testemunhos muito efusivos, o General Alfredo Stroessner, Presidente do Paraguai, que nos deu a honra de vir assistir às comemorações do Sete de Setembro. Durante essa visita, foram ratificados vários atos celebrados com o Paraguai, com a finalidade de incrementar as relações econômicas e comerciais entre os dois países e abrir novos canais de escoamento para que os produtos paraguaios cheguem ao Atlântico, favorecendo, assim, maior complementação das nossas economias.

Processaram-se normalmente e com aproveitamento as atividades da demarcação das nossas fronteiras com os países vizinhos no ano corrente. Em virtude de um Acôrdio entre os Governos do Brasil e da Colômbia, foi constituída a Comissão Mista de Inspeção e Caracterização da fronteira brasileiro-colombiana, com a incumbência específica de executar a inspeção da linha divisória que passa pela desembocadura do Igarapé Santo Antônio, entre Tabatinga e Le-

tícia, no Rio Solimões. Na fronteira com a Venezuela foram colocados vinte e dois marcos internacionais, ao longo do Monte Roraima, em uma extensão aproximada de 100 quilômetros. A fim de determinar-se o verdadeiro leito da Corixa Grande, entre o Brasil e a Bolívia, fizeram-se sondagens em extensão superior a 40 quilômetros, em terreno de pantanal brejoso ao norte da Lagoa Uberaba. Atendendo a pedido formulado pelo Governo paraguaio, procedeu-se ao levantamento aerofotogramétrico da região da Serra de Maracaju, numa extensão de 20 quilômetros.

A atividade do Itamaraty, no tocante à política imigratória do Brasil, continua a processar-se através de suas relações com o Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias, dentro do princípio que fixamos de colaborar com aquele organismo para o desafogo dos problemas demográficos dos países europeus e concomitante solução dos problemas econômicos dos países de imigração decorrentes da escassez e insuficiência de mão-de-obra qualificada, num espírito de cooperação e de acordo com os recursos e disponibilidades dos Governos interessados nesse objetivo comum. Assim, participamos de várias reuniões convocadas pelo CIME, cuja constituição decorre de ato internacional adotado por ocasião da Conferência de Veneza, em 1953, promulgado este ano pelo Presidente da República. O Brasil acaba de oferecer ao Governo holandês estudar com suas autoridades a vinda para o Brasil e a colocação em nossa lavoura dos holandeses intimados a deixar a Indonésia.

Os serviços consulares do Ministério, através da Divisão da Secretaria de Estado e das repartições no exterior, continuaram nas suas atividades, tendo estudado vários problemas atinentes ao aperfeiçoamento do serviço. Por Portaria de 12 de setembro último, aprovei a nova jurisdição

consular, revista e atualizada com as modificações decorrentes da criação e extinção de consulados e mudança de jurisdição consular, de alguns dêles, visando tudo a uma maior conveniência de serviços.

A partir da promulgação da Lei n.º 3.244, de 14 de agosto findo, de Tarifas Aduaneiras, a Divisão Consular adotou novo critério para tratamento do assunto de importação de automóveis, de que resultou não só maior presteza na solução dos casos pendentes, mas a quase extinção de mandados de segurança. Essa mesma lei alterou o regime de importação de mercadorias, abolindo a fatura consular a partir de 1.º de janeiro do ano vindouro, dividindo as mercadorias a serem importadas em duas categorias, Geral e Especial, e criando o certificado de cobertura cambial para as da Categoria Geral. O Decreto n.º 42.916, de 30 do corrente, dispõe sobre o visto consular em faturas e dá outras providências de natureza consular.

A renda consular até outubro último foi de Cr\$ ouro 5.657.623,10, acusando um acréscimo sobre a renda arrecadada em igual período do ano passado, de Cr\$ 646.363,20.

Continuam crescendo os serviços administrativos dêste Ministério, e mais uma vez os trabalhos se ressentiram da escassez de funcionários de carreira e de outros quadros. Em 1957, ocupou-se a Divisão do Pessoal com vultoso expediente de rotina, além de estudos realizados, de pareceres emitidos e de planos de melhor distribuição e eficiência dos seus servidores. E no que concerne à Divisão do Material, encontrará Vossa Excelência, na parte expositiva dêste Relatório, a significativa relação das obras iniciadas e concluídas, da mais variada amplitude.

Os nossos serviços de comunicações desenvolveram crescente atividade, e os algarismos relativos a telegramas, cartas-telegramas, e demais formas de correspondência indicam que o Itamaraty trabalhou ainda mais do que no ano anterior. Restabelecemos os correios diplomáticos e fizemos a remessa semanal de uma mala diplomática para o contingente brasileiro das Forças de Emergência das Nações Unidas, sediadas em Suez.

Entre os melhoramentos introduzidos nesses serviços, quero salientar o sistema Telex, que permite a comunicação radiotelegráfica direta entre o Itamaraty e as missões no exterior. Já a temos com a nossa Embaixada em Washington, e se ultimam as instalações para estabelecer o processo com a Missão junto às Nações Unidas e à Embaixada em Buenos Aires.

A despeito de nossos serviços externos, em profundidade e extensão, o orçamento do Ministério das Relações Exteriores representa apenas 0,55% do Orçamento da União, percentagem que, em 1958, foi reduzida a 0,47%. Procurou, contudo, o Itamaraty, através de rigorosas economias, colaborar na medida das suas possibilidades no programa de contenção das despesas públicas, que se impôs o Governo. Com êsse fim, foram adotadas medidas tendentes a situar os gastos dentro dos limites estabelecidos pela Circular 1-A, 57, do ano passado. Sem embargos, não foram poucas as dificuldades que tivemos de contornar e vencer, mas foi possível ainda assim conseguir apreciável saldo global nas verbas do Itamaraty.

Inaugurado pelo Presidente da República, a 28 de janeiro de 1957, o Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty encontra-se perfeitamente organizado para preencher as

elevadas finalidades com que foi criado, não apenas como mostra de objetos preciosos e de valor histórico, mas, por igual, como centro de estudos e pesquisas. Aproveitei o espaço vizinho à galeria esquerda do Palácio, onde o mesmo foi instalado, para a Secretaria e as Seções de Iconografia, Mobiliário e Relíquias Históricas, de Numismática, Sigilografia e Condecorações, que integram o Museu.

Desde que assumi a pasta, verifiquei a necessidade de serem introduzidos os serviços de microfilmagem, com a dupla finalidade de proteger os documentos do Arquivo Histórico, que o manuseio dos originais prejudica sempre a conservação, e de diminuir as proporções cada vez maiores dos arquivos do Itamaraty. O aparelhamento já foi adquirido, e espero que neste ano possamos iniciar os seus trabalhos.

O Instituto Rio Branco continua a ser uma escola eficiente e vê o seu prestígio aumentar, não só nos cursos que ministra, de Preparação à Carreira de Diplomata e de Aperfeiçoamento Diplomático, mas também nas atividades culturais afins que desenvolve, para o estudo, a pesquisa e a documentação.

Os Serviços de documentação do Itamaraty se desenvolvem continuamente para atender às crescentes necessidades da vida do Ministério; assim, a Biblioteca, a Mapoteca, o Arquivo Histórico e a Seção de Publicações. No tocante ao Arquivo, procuramos aparelhá-lo para que preencha suas funções, dia a dia mais numerosas, e espero que a microfilmagem contribuirá para aperfeiçoar sua eficiência.

Continua sendo feito, em arquivos estrangeiros, o levantamento de papéis de valor e interesse para a História do Brasil, iniciativa com que reatei uma velha e fecunda tradição do Ministério. As pesquisas feitas até agora me certificam de que traremos, em breve, valiosas achegas à nossa historiografia, com real serviço à cultura nacional.

O Serviço de Informações prosseguiu na sua tarefa de ser o elemento de ligação com os órgãos da imprensa escrita e falada, ao mesmo tempo que mantém informações constantes com as nossas repartições no exterior, habilitando-as a tornar mais e melhor conhecido o Brasil.

Tais foram, em resumo, Senhor Presidente, as principais ocorrências da vida internacional e as atividades do Ministério das Relações Exteriores, cujos pormenores encontrará Vossa Excelência nas informações prestadas na Exposição do presente Relatório. Quero louvar os que colaboram comigo no esforço de servir ao progresso e grandeza do Brasil, sob a esclarecida e patriótica orientação de Vossa Excelência.

Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1957.

José Carlos de Menezes Soares

EXPOSIÇÃO

ASSUNTOS POLÍTICOS E CULTURAIS

XII SESSÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

Inaugurada em Nova York a 17 de setembro de 1957, a XII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas encerrou seus trabalhos a 14 de dezembro último, tendo-se caracterizado pela falta de entusiasmo com que foram debatidos os principais problemas políticos, com exceção apenas das discussões sobre a queixa da Síria contra a Turquia que, pelas apreensões provocadas nos Estados árabes, ocasionaram algumas intervenções entusiásticas. De modo geral, as Resoluções aprovadas pela Assembléia não consagraram nenhuma iniciativa notável em favor da paz ou da solução dos problemas internacionais existentes. A Delegação brasileira, entretanto, desenvolveu grande atividade e logrou perfeita coordenação entre seus numerosos Representantes nas diversas Comissões. Deve-se notar, com a ressalva de que a eleição para cargos relevantes não é a única medida do poder ou da eficiência de uma Delegação, que o nosso país, por eleição ou designação, foi chamado a participar dos trabalhos de três importantes Comissões.

Assim se constituiu a Delegação do Brasil:

Presidente: Embaixador Oswaldo Aranha; Observadores Parlamentares: Senadores Carlos Gomes de Oliveira e Victorino de Brito Freire; Deputados Hermógenes Príncipe de Oliveira, Guilhermino de Oliveira e Dilermando Martins

da Costa Cruz Filho; Delegados: Embaixador Cyro de Freitas-Valle, Doutor Augusto Frederico Schmidt, Professor Hermes Lima e Embaixador Gilberto Amado; Delegados Suplentes: Ministro Ranulpho Cunha, Ministro Jayme de Barros Gomes, Professor José Carlos de Ataliba Nogueira, e Dr. Newton Barbosa Tatsch; Conselheiros: Senhores Paulo Leão de Moura, Eudócio Infante Vieira e Cláudio Pacheco Brasil; Secretário Geral da Delegação: Conselheiro Donatello Grieco; Assessôres: Secretários João Paulo da Silva Paranhos do Rio Branco, Carlos Callero Rodrigues, Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro, Egberto da Silva Mafra, Octávio Lafayette de Souza Bandeira, Fernando Abbott Galvão, Ronald Leslie Morais Small, Augusto Estellita Lins, Regina Victória Castello Branco, Luiz Carlos Barreto Tedim e o Senhor Antônio Faustino Porto Sobrinho.

Coerente com as linhas mestras que têm norteado a política internacional do Brasil nas Nações Unidas, tomou a Delegação brasileira por diretrizes: a) defender a urgente necessidade de intensificar o programa de desenvolvimento econômico dos povos subdesenvolvidos, através da assistência técnica e financeira internacionais, mediante projetos de resoluções, cujo escopo consulte os interesses não apenas latino-americanos, mas, igualmente, dos países árabes e afro-asiáticos em idênticas condições de dependência, assegurando, destarte, para as propostas brasileiras, o consenso de substancial maioria, capaz de lhes garantir êxito nas votações em plenário; b) consolidar no continente a posição do Brasil, buscando preservar e aumentar dentro do bloco-latino americano, nosso prestígio, sem descurar dos laços e compromissos culturais e históricos que nos prendem às nações latinas do Venho-Mundo; c) manter o apoio tradicionalmente dado aos Estados Unidos da América e às potências ocidentais nas questões capitais que envolvam a adoção de medidas de defesa da coligação ocidental contra o expansionismo sovié-

tico; d) buscar, no tocante ao tratamento das questões coloniais, mediação e conciliação entre os pontos de vista dos blocos em que se reparte a Assembléia, tendo em vista a conveniência de uma reaproximação com os países árabes e asiáticos e de um maior conhecimento das realidades econômicas dos territórios não autônomos.

A atuação da Delegação do Brasil nos trabalhos das diferentes Comissões e no plenário, sempre orientada que tem sido pelo propósito de colaborar para a solução dos magnos problemas levados ao arbítrio das Nações Unidas, mereceu encômios de várias representações, ora pela oportunidade e justeza das observações, ora pela objetividade no tratamento de matéria que se presta à exploração demagógica, ora pela prudência nas intervenções.

Desarmamento — O problema assumiu, no transcurso da atual Assembléia novo aspecto, com a proposta indiana de aumento da Comissão respectiva. Foi aprovada uma resolução que dispõe seja aquêle órgão composto por 25 membros. O Brasil, entre os primeiros indicados, foi eleito a partir de 1 de janeiro do ano vindouro pelo prazo de um ano. Apenas outro país sul-americano, a Argentina, integra o aludido órgão. O Embaixador Cyro de Freitas-Valle pronunciou, na ocasião, palavras, cujo sentido realista foi interpretado como uma crítica construtiva que bem demonstrou os intuitos de colaborarmos na solução do impasse existente.

Admissão de novos-membros — O Brasil, favorável à tese da universalidade das Nações Unidas, sempre defendeu o ingresso de novos membros quando os requisitos estabelecidos para tanto sejam satisfeitos. Por isso, votou pelas resoluções em que o plenário lastimou o voto negativo da União Soviética no Conselho de Segurança que impediu a admissão da República da Coréia e do Viet-Nam ao organismo universal. Discursando no seio da Comissão Política Especial, o Ministro Bocayuva Cunha expôs a tese brasileira segundo a

qual é da essência mesma das Nações Unidas aumentar sua representação, no sentido de obter a participação de todos os países do mundo. O assunto será levado à XIII Sessão da Assembléia Geral. Votamos, outrossim, em prol da admissão da Malásia que logrou acesso à ONU.

Argélia — A Delegação brasileira, baseada no fato de que ainda não possui elementos para decidir da validade da aplicação do princípio jurídico da autodeterminação à questão da Argélia, foi desfavorável ao imediato reconhecimento de tal princípio, preferindo copatrocinar um projeto de autoria de vários países latinos, no qual apenas se expressava a esperança de uma solução pacífica em conformidade com os princípios da Carta.

Chipre — Também na questão de Chipre a Delegação brasileira não se pronunciou favoravelmente ao reconhecimento imediato de um direito de autodeterminação, embora ficasse bem impressionada com a atitude grega de solicitar um plebiscito com tôdas as possíveis garantias relativas à proteção das minorias turcas da ilha, à futura posição de Chipre no sistema de defesa europeu, bem como às facilidades para a solução pacífica de todos os problemas menores implicados na questão.

Iriã Ocidental — Nessa questão a Delegação brasileira opôs-se à maioria dos países Membros, visto não considerar em jôgo fatores de grande alcance, mas restringir-se o problema a uma disputa para cuja solução, entretanto, fazia votos de êxito e de aquiescência dentro dos princípios da Carta, embora preferisse a manutenção do estatuto atual da Nova Guiné Ocidental. O Delegado brasileiro sugeriu, outrossim, que o Govêrno neerlandês apresentasse informações de natureza política sôbre o progresso daquele território.

Fôrça de Emergência das Nações Unidas — Foram aprovados os recursos para a manutenção da Fôrça de Emer-

gência das Nações Unidas, bem como para a regularização das despesas relativas ao pessoal de diversas nacionalidades que a compõem. A Delegação brasileira pronunciou-se favorável à manutenção da UNEF, bem como a continuar colaborando com as Nações Unidas por meio do Batalhão Suez.

Refugiados — O Brasil aprovou a resolução pertinente à prorrogação por mais de 5 anos, a partir de 1 de janeiro de 1959, do mandato do Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados.

Criação do Comité dos Bons Ofícios — O Brasil foi convidado pelo Presidente da Assembléia Geral, Sir Leslie Munro, para integrar, juntamente com os Estados Unidos da América e a Grã-Bretanha, o recém-criado Comitê dos Bons Ofícios, estabelecido pela Comissão de Territórios não autônomos, com o objetivo de discutir com a União Sul-Africana a situação internacional dos territórios do Sudoeste Africano.

Discriminação Racial — O Brasil, pela voz do Ministro Bocayuva Cunha, reiterou o ponto de vista segundo o qual as Nações Unidas são competentes para examinar as violações de direitos humanos que sejam levadas a seu conhecimento, ainda que a adoção ou não de recomendações a respeito da matéria dependa das circunstâncias de cada caso particular. A argumentação do representante brasileiro fundou-se no texto de anterior resolução da Assembléia Geral que condena a discriminação racial por contrária aos princípios básicos da Carta e aos postulados da Declaração de Direitos Humanos, e mereceu ponderação devido à nossa tradicional atitude contrária a qualquer modalidade de discriminação racial.

F.I.S.I. — O Delegado do Brasil, Professor Hermes Lima, pronunciou discurso em que elogiou as atividades do Fundo Internacional de Socorro à Infância, especialmente

nos setores de proteção à infância e à maternidade. Fêz, cutrossim, um apêlo para que sejam aumentadas as contribuições ao FUNDO, cujos esforços têm sido orientados no sentido de beneficiar o maior número possível com a menor quota de recursos.

Revisão da Carta das Nações Unidas — O Brasil, juntamente com outros onze países, copatrocinou um projeto de resolução que o plenário aprovou sem maiores debates, de conformidade com o qual a Assembléia Geral decide manter em funcionamento a Comissão Especial incumbida das disposições relativas à realização de uma conferência para a revisão da Carta, instruindo-a no sentido de que submeta até a XIV Sessão Ordinária, um relatório com as recomendações pertinentes à matéria.

Desenvolvimento Econômico — Na palavra de seu Representante na II Comissão, o Brasil ressaltou a crescente desigualdade econômica reinante entre os países industrializados e os subdesenvolvidos e analisou as causas desse desnível, para em seguida propor corretivos à disparidade existente. O exame da conjuntura econômica contemporânea feito pelo Senhor Augusto Frederico Schmidt produziu efeito considerável no âmbito da Comissão Econômica e valeu como justificativa para a apresentação do projeto de iniciativa brasileira referente à criação da *Comissão Econômica para a África*. Ao defender o projeto de resolução supra, o Representante do Brasil argumentou ser indispensável estabelecer-se, à semelhança de seus congêneres para a América Latina, Europa e Ásia, um organismo através do qual se possa orientar o desenvolvimento econômico africano, reduzindo o impacto nocivo que tal desenvolvimento, estimulado pela criação do Mercado Europeu, possa vir a ter na economia latino-americana em geral, e do Brasil em particular. A criação da nova Comissão poderá trazer resultados fecundos na respectiva área, contribuindo eficazmente para o desenvolvi-

vimento dos países e territórios africanos, bem como representará uma excelente medida de proteção contra os eventuais perigos resultantes da associação dos chamados "territórios ultramarinos" à Comunidade Econômica Européia. O projeto brasileiro foi copatrocinado por 29 outros Estados-Membros, na II Comissão e alcançou todo o êxito no plenário.

Assistência Técnica — O Brasil apoiou o projeto referente ao financiamento do Programa Ampliado de Assistência Técnica e defendeu, através de uma crítica firme e construtiva, sua continuidade, ameaçada por escassez de recursos. Apelou, outrossim, para os países economicamente desenvolvidos a fim de que aumentem suas quotas de financiamento do Programa em aprêço, e sublinhou as consequências negativas que a redução percentual da contribuição norte-americana venha causar ao Programa Ampliado. No que diz respeito aos Programas de Assistência Técnica das Nações Unidas, o Brasil apoiou uma resolução, unânimemente aprovada no seio da Comissão, de acôrdo com a qual se solicita ao ECOSOC estudar a conveniência em promover, com a cooperação dos Governos dos Estados-Membros, a utilização crescente de facilidades regionais e nacionais de treinamento ao seu alcance, e se propõe sejam tomadas em consideração as sugestões apresentadas sôbre a matéria pelas Delegações durante a atual Assembléia. Como recomendação final ao plenário figura aquela que prevê a inclusão, nas agendas das futuras Sessões da Assembléia, do item alusivo à Assistência Técnica, tanto no concernente ao Programa Ampliado quanto aos Programas Normais processados pela Administração da Assistência Técnica das Nações Unidas.

PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA UNEF

A Sessão Especial de Emergência da Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou, em 4 de novembro de 1956, pela resolução nº 998, o projeto apresentado pelo Canadá no sentido de ser constituída uma Fôrça Internacional de Emergência da ONU, a fim de assegurar e supervisionar o término das hostilidades entre Israel e o Egito, iniciadas na região de Suez em 29 de outubro daquele ano.

Como o Brasil, na sua qualidade de Estado-membro das Nações Unidas, recebera um apêlo para contribuir na constituição daquela Fôrça de Emergência, o Congresso Nacional, por Decreto Legislativo de 22 de novembro de 1956, autorizou o Poder Executivo a tomar as providências que se fizessem necessárias à formação de um batalhão brasileiro como contribuição para a UNEF.

Em consequência, o Ministério da Guerra tomou as necessárias medidas para a preparação de um contingente de 481 homens que, em 12 de janeiro de 1957, partiu para o Egito a bordo do transporte "Custódio de Mello". Dois dias depois partiu, para Port Said, por via aérea, um escalão avançado, composto de 49 homens. A tropa brasileira foi o único contingente auto-suficiente em material, viaturas e fardamento, não precisando assim receber uma só peça de equipamento da UNEF.

Com a chegada do contingente brasileiro ao Egito, as forças da UNEF ficaram constituídas de aproximadamente 6.000 oficiais e soldados, compreendendo contingentes de dez países participantes: Brasil, Canadá, Colômbia, Dinamarca, Finlândia, Índias, Indonésia, Noruega, Suécia e Iugoslávia.

Chegadas ao Oriente Médio, as forças da UNEF se localizaram, de maneira geral, ao longo da linha de demarcação do armistício entre o Egito e Israel e da fronteira internacional, até o sul da região de Gaza, e consagraram-se inteiramente à manutenção da ordem nessas regiões.

Em abril de 1957, o Exército brasileiro abriu o voluntariado para reservistas que substituiriam os componentes licenciados do batalhão brasileiro na UNEF e, dadas as providências tomadas nesse sentido, partiu para o Egito, em 29 de junho, a bordo do transporte "Ari Parreiras", o novo contingente do batalhão Suez, composto de 324 homens, destinados a substituir os que lá se encontravam desde fevereiro.

As posições e as missões dos contingentes da Força Internacional mudam periodicamente, tendo os pelotões brasileiros operado, entre outros lugares, na linha de demarcação do setor de Gaza, assim como em Al-Arich e Ras El Naqb.

O prestígio internacional do Brasil e o desejo do Governo brasileiro de preservar a paz entre as nações foi mais uma vez realçado com a participação de tropas brasileiras na UNEF, a qual, criada em momento de crise e investida de poderes limitados, conseguiu manter a paz na região de Suez e evitar o recomeço das hostilidades.

Encontra-se em fase de publicação um volume de documentos, preparado pela Divisão Política, sobre a participação do Brasil na UNEF.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

Prosseguiu, eficaz e construtiva, na esfera da Organização dos Estados Americanos, a política do Brasil, seja no âmbito do Conselho e respectivas Comissões, seja na União Pan-Americana, ou nos vários Organismos Especializados e na Comissão Interamericana de Paz.

O Representante do Brasil, Embaixador Fernando Lobo, eleito por unanimidade, em novembro de 1956, Presidente do órgão supremo da OEA, desempenhou seu mandato até fins de novembro de 1957. Durante sua gestão, a OEA tomou conhecimento do conflito que resultou na denúncia de Honduras a Nicarágua como Estado agressor, a 28 de abril de 1957.

Deliberou o Conselho funcionar, provisoriamente, como Órgão de Consulta, nos termos do artigo 52 da Carta da OEA, a fim de examinar a crise decorrente da alegada agressão e, para tanto, criou-se uma Comissão Investigadora que, em relatório de 16 de maio, concluiu pela impossibilidade de apurar a responsabilidade do transgressor. Decidiram os Governos interessados submeter a controvérsia à Corte Internacional de Justiça, pelo instrumento firmado em 21 de julho do ano findo. Não é conhecido ainda o laudo arbitral.

Ocupou-se, igualmente, o Conselho da elaboração e discussão de um novo texto de Estatuto do Conselho Cultural Interamericano e dos princípios e normas que devem reger a organização e funcionamento da Comissão de Ação Cultural,

bem como do Projeto de reformas do Estatuto do Conselho Interamericano de Jurisconsultos. Ambos os assuntos foram considerados extensivamente na Comissão de Órgãos do Conselho de que o Brasil é parte. Cumpre, salientar, aliás, haver-mos participado, no transcurso de 1957, dos trabalhos de 9 das 15 Comissões do Conselho, a saber: Comissão de Conferências Interamericanas; Comissão de Finanças; Comissão Geral; Comissão de Regulamento do Conselho da OEA e da União Pan-Americana; Comissão de Órgãos do Conselho; Comissão de Assuntos Jurídico-Políticos; Comissão para estudo da Resolução XXIX (Côrte Interamericana para proteção dos Direitos Humanos); Comissão Preparatória da XI Conferência Interamericana; e Comissão Interamericana de Paz.

Aprovou, outrossim, o Conselho em sua sessão de 20 de fevereiro de 1957, o texto do Protocolo à Convenção sôbre Deveres e Direitos dos Estados nos casos de Lutas Cíveis, aberto à assinatura dos Estados-Membros a partir de 1 de maio de 1957. O Brasil já firmou o citado instrumento interamericano.

Proseguindo os trabalhos tendentes à revisão do Tratado Americano de Solução Pacífica, com vistas a encontrar-se uma fórmula conciliatória que possa angariar número substancial de ratificações para o chamado Pacto de Bogotá.

Colaborou o Brasil nos trabalhos da XII Assembléia da Comissão Interamericana de Mulheres e da X Reunião da Repartição Sanitária Pan-Americana, celebrada em Washington, respectivamente, em junho e setembro de 1957.

Criou-se a Comissão Interamericana de Energia Nuclear, de conformidade com a Recomendação nº 24, do Relatório da Comissão Interamericana de Representantes dos Presidentes das Repúblicas Americanas. Para redigir o Estatuto do

novo órgão foi constituída uma Comissão Especial da qual participa o Brasil.

Por iniciativa da Delegação do Brasil, o Conselho aprovou uma resolução que prevê a concessão de 500 bôlsas a estudantes latino-americanos, nos têrmos do Programa de Cooperação Técnica da OEA, que contempla a distribuição equitativa de bôlsas aos Estados-Membros da Organização. A política básica dêsse intercâmbio de estudantes caberá a uma Comissão Especial a ser brevemente estabelecida.

Em novembro findo, de acôrdo com o Regimento do Conselho da OEA, foram efeitados o Presidente e Vice-Presidente daquele órgão, respectivamente, os Senhores Embaixadores Eduardo Augusto Garcia, da Argentina, e Gonçalo Facio, da Costa Rica. Procedeu-se também à eleição do Secretário Geral, havendo sido reconduzido ao cargo, por unanimidade, o Embaixador José A. Mora. O Senhor William Saunders, alto funcionário do Departamento de Estado, foi unânimemente eleito Secretário-Geral Assistente, substituindo o Doutor William Manger que exerceu o mencionado pôsto por mais de um decênio.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Realizou-se em Genebra, de 5 a 27 de junho do corrente ano, a 40ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

A Delegação brasileira, chefiada pelo Excelentíssimo Senhor Doutor João Belchior Goulart, Vice-Presidente da República, foi composta pelos senhores: Delegado Governamental, Embaixador Julio Augusto Barboza Carneiro; Delegado dos Empregadores, Deputado Federal Doutor Brasílio Machado; Delegado dos Trabalhadores, Senhor Syndulpho de Azevedo Pequeno; Delegado Governamental suplente, Secretário Alfredo Teixeira Valladão, e Assessôres do Govêrno, dos empregados e dos trabalhadores brasileiros.

A 40ª sessão procedeu à eleição dos novos membros temporários do Conselho Administrativo da Repartição Internacional do Trabalho para o período 1957/1960, tendo sido o Brasil eleito por 113 votos num total de 119.

CONFERÊNCIA DO ATLÂNTICO SUL

Em agosto de 1956 o Governo da República Argentina, levando especialmente em conta as razões que inspiraram a celebração do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca do Rio de Janeiro, as recomendações da Junta Interamericana de Defesa e ainda os propósitos de solidariedade continental, tomou a iniciativa de convidar o Brasil, o Paraguai e o Uruguai para participarem de uma reunião preparatória, a ser realizada em Buenos Aires, destinada ao estudo das bases de organização da defesa do Atlântico Sul.

Após entendimentos do Itamaraty com as altas esferas militares e as chancelarias daqueles países vizinhos, o Governo brasileiro decidiu enviar representantes ao projetado conclave.

Assim, em um clima de grande cordialidade e cooperação, reuniram-se em Buenos Aires, entre os dias 15 e 30 de maio de 1957, as delegações dos quatro países mais diretamente interessados na segurança das rotas marítimas do Atlântico Sul.

Por proposta do Brasil, a presidência do conclave coube ao Chefe da Delegação argentina. E' de assinalar também que o Almirante Renato de Almeida Guilhobel, Chefe da Delegação brasileira, foi escolhido para presidir a mais importante das quatro Comissões criadas, qual seja a encarregada da proteção do tráfego marítimo do Atlântico Sul.

Dado o caráter eminentemente técnico-militar de que se revestiram os trabalhos das diferentes comissões, seus resultados não puderam ser dados à publicidade. Entretanto, a Conferência de Buenos Aires representou uma primeira etapa na realização de medidas práticas, preconizadas pela Junta Interamericana de Defesa, tendentes a uma melhor organização e entrosamento dos diferentes setores de segurança em que está dividido o Hemisfério Ocidental e sua contribuição nesse particular muito concorreu para o reforço do sistema de segurança coletiva do Continente.

ACÓRDO ENTRE O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA PARA A CONSTRUÇÃO, NA ILHA DE FERNANDO DE NORONHA, DE INSTALAÇÕES, ESPECIALMENTE DE NATUREZA ELETRÔNICA, RELACIONADAS COM O ACOMPANHAMENTO DE PROJÉTEIS TELEGUIADOS

Tendo em vista as necessidades da defesa comum do Hemistério Ocidental, os Governos brasileiro e norte-americano ajustaram, por troca de notas efetuada em 21 de janeiro de 1957, a construção, na Ilha Fernando de Noronha, de instalações, especialmente de natureza eletrônica, relacionadas com o acompanhamento de projéteis teleguiados.

A iniciativa norte-americana decorreu da imperiosa necessidade técnica de se estabelecer um polígono de tiro que permitisse cumprir, em base experimental, o programa de desenvolvimento de projéteis teleguiados, programa esse de vital importância para a defesa das terras americanas. Levando em consideração os compromissos anteriormente assumidos, principalmente o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, de 2 de setembro de 1947, e o Acôrd de Assistência Militar de 15 de março de 1952, o Govêrno brasileiro prestou-se ao exame da questão, salientando, de início, considerar acrescidas as suas responsabilidades com o estabelecimento das mencionadas instalações na Ilha Fernando de Noronha. O Govêrno dos Estados Unidos da

América, ao esposar este ponto de vista brasileiro, concordou em realizar imediatamente um exame da extensão dessas responsabilidades.

Fruto de cuidadoso estudo de todos os aspectos políticos e militares relacionados com a posição geográfica do país e com os seus compromissos internacionais, obra de estreita cooperação entre o Itamaraty e os órgãos militares, o acôrdo em questão reafirma a posição assumida pelo Brasil frente à atual conjuntura política internacional e demonstra, de maneira particular, a identidade de interesses existente entre os dois países americanos, orientados exclusivamente para a manutenção da paz e da segurança coletiva.

TEXTO DAS NOTAS BRASILEIRA E AMERICANA

O Governo dos Estados Unidos do Brasil, cômico dos deveres que lhe cabem, e que se estendem, igualmente ao Governo dos Estados Unidos da América, no tocante à defesa mútua dos dois países e à defesa do Continente, em virtude de atos diplomáticos anteriormente assinados, especialmente o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, firmado no Rio de Janeiro a 2 de setembro de 1947, complementado pelo Acôrdo de Assistência Militar, celebrado nesta capital pelos dois Governos, a 15 de março de 1952, um e outro devidamente aprovados pelo Poder Legislativo do Brasil, está disposto a concluir o seguinte ajuste, resultante, particularmente, do art. 1º parágrafo 1º, "in fine", do citado Acôrdo:

1º) Os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América, tendo em vista a defesa do território brasileiro e do Continente americano, ajustam a construção, na Ilha Fernando de Noronha, de instalações especialmente de natureza eletrônica, relacionadas com o acompanhamento de projéteis teleguiados;

2º) *Essas instalações serão construídas por especialistas e técnicos norte-americanos assistidos por especialistas e técnicos brasileiros;*

3º) *As referidas instalações ficarão sob comando de oficial brasileiro e na Ilha Fernando de Noronha continuará a ser hasteado exclusivamente o pavilhão nacional brasileiro;*

4º) *A operação das referidas instalações técnicas ficará sob a responsabilidade de técnicos norte-americanos, assistidos por técnicos e militares brasileiros;*

5º) *O Govêrno do Brasil e dos Estados Unidos da América concordam em que técnicos norte-americanos sejam gradativamente substituídos por técnicos brasileiros, segundo condições a serem estipuladas de comum acôrdo;*

6º) *O Govêrno dos Estados Unidos da América, tendo em vista que o Govêrno do Brasil considera acrescidas suas responsabilidades com o estabelecimento de instalações para acompanhamento de projéteis teleguiados na Ilha Fernando de Noronha, concorda em realizar imediatamente com o Govêrno brasileiro um exame da extensão das responsabilidades daí decorrentes;*

7º) *As construções e benfeitorias, feitas na Ilha Fernando de Noronha em função das instalações técnicas a que se refere êste ajuste, ficarão incorporadas ao patrimônio do Brasil, sem qualquer indenização, na ocasião do término dêste ajuste ou do término de qualquer prorrogação;*

8º) *Esta nota e a resposta de Vossa Excelência constituirão, entre os nossos dois Governos, um ajuste que vigorará pelo prazo de cinco anos, a partir desta data, e sômente poderá ser prorrogado mediante condições e prazo a serem fixados de comum acôrdo. Havendo prorrogação, o ajuste poderá ser denunciado por qualquer dos dois Governos mediante aviso prévio de ano”.*

ESTRADA DE FERRO CORUMBÁ-SANTA CRUZ DE LA SIERRA

A ferrovia Corumbá-Santa Cruz de la Sierra encontra-se em fase final de construção. São obras a concluir: a Ponte sôbre o Rio Grande, que necessita ser ampliada de 396m, devido à erosão que cavou as margens do rio; edificios de algumas estações, casas de turmas e pontilhões.

SAÍDA E APROVEITAMENTO DO PETRÓLEO BOLIVIANO

Durante o ano de 1957, prosseguiram com renovado interesse os estudos e as negociações para a mais perfeita execução e para a atualização do Tratado de 1938, entre o Brasil e a Bolívia, sobre saída e aproveitamento do petróleo boliviano.

Após exaustivos estudos levados a efeito no Itamaraty, com a colaboração de outros órgãos da administração, o Senhor Presidente da República houve por bem entregar o exame definitivo do assunto a uma Comissão composta de altas autoridades e presidida pelo Ministro das Relações Exteriores, a qual efetuou várias reuniões durante os meses de abril e maio. Suas conclusões foram aprovadas pelo Chefe do Estado e serviram de base para as instruções à Missão Especial brasileira enviada a La Paz em fins de maio.

Essa Missão Especial, presidida pelo Embaixador Álvaro Teixeira Soares, e a Comissão congênere nomeada pelo Governo boliviano, trabalharam intensamente em La Paz, durante os meses de junho e julho, a fim de encontrar as fórmulas mais convenientes aos dois países para a execução e atualização do Tratado de 1938, examinando a questão amplamente e em todos os seus aspectos e apreciando também outros assuntos a ela ligados. Em seu regresso ao Rio de Janeiro, a Missão Especial apresentou ao Itamaraty os

resultados de seus trabalhos. O Governo brasileiro prossegue no exame cuidadoso do assunto e nas negociações com o país vizinho, através das respectivas representações diplomáticas.

Ao terminar o ano, e por proposta do Presidente da Bolívia, foi decidida a realização de um encontro dos Ministros das Relações Exteriores dos dois países, em futuro próximo, com o fim de examinar esta e outras questões de interesse comum.

VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PARAGUAI, GENERAL ALFREDO STROESSNER

Entre 5 e 9 de setembro, o Brasil recebeu a visita do Presidente da República do Paraguai, General Alfredo Stroessner. Durante a visita, o Presidente da República irmã foi alvo de inúmeras homenagens das autoridades e do povo brasileiro. No Palácio Itamaraty realizou-se a troca dos instrumentos de ratificação do Tratado Geral de Comércio e Investimentos; do Convênio de Comércio Fronteiriço; do Convênio de cooperação para o estudo do aproveitamento da energia hidráulica dos rios Acaraí e Mondaí; do Convênio para o estabelecimento, em Paranaguá, de um entreposto de depósito franco para as mercadorias exportadas pelo Paraguai e do Convênio para o estabelecimento, em Concepción, de um entreposto de depósito franco para as mercadorias exportadas ou importadas pelo Brasil.

LIGAÇÃO RODOVIÁRIA ASSUNÇÃO-PARANAGUÁ

No sentido de cooperar com o Paraguai na solução do problema de sua mediterraneidade, o Govêrno brasileiro celebrou, em 1956, com o país amigo, uma série de acordos — Acôrdo relativo à construção, em território paraguaio, de uma rodovia ligando Coronel Oviedo a Pôrto Presidente Franco; Acôrdo relativo à construção de uma ponte sôbre o rio Paraná; Convênios pelos quais Brasil e Paraguai concederam-se reciprocamente, em Paranaguá e Concepción, entrepostos de depósito franco para as mercadorias exportadas ou importadas pelos dois países. No ano de 1957, os trabalhos para a construção da rodovia e da ponte internacional prosseguiram em ritmo acelerado. Concluídas essas obras, o Paraguai terá uma ligação direta de Assunção a Paranaguá, pôrto no Atlântico.

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIO- RES AO CHILE

Convidado oficialmente pelo Govêrno chileno, o Ministro das Relações Exteriores realizou uma visita a Santiago do Chile de 15 a 21 de setembro. Na Capital chilena, recebeu expressivas homenagens e manifestações de apreço por parte das altas autoridades locais, merecendo especial destaque as sessões solenes promovidas pelo Senado, pela Câmara dos Deputados, pela Universidade do Chile, Academia de História e da Língua, e o banquete oferecido pelo Senhor Presidente da República do Chile, General Carlos Ibañez del Campo.

Participou ainda dos atos comemorativos da Semana da Pátria chilena e inaugurou a Exposição de Arte Brasileira, organizada pela Divisão Cultural do Itamaraty.

No dia 20 de setembro, o Chanceler brasileiro e o Senhor Oswaldo Saint-Marie Sorruco, Ministro das Relações Exteriores do Chile, firmaram, na sede da Embaixada do Brasil, um importante documento — a Declaração Econômica chileno-brasileira — a fim de serem incrementadas as relações econômicas, comerciais e financeiras entre os dois países.

Integraram a comitiva do Ministro de Estado o Embaixador Maurício Nabuco, o General Joaquim Justino Alves Bastos, Deputado Cunha Bueno, Capital-de-Mar-e-Guerra Paulo Antonio T. Bardy, o Coronel Lino Romualdo Teixeira, os Doutores Elmano Cardim, Gustavo Barroso, Horácio de Carvalho e Cesar Pires de Mello, além de altos funcionários do Itamaraty.

RODOVIA CONCEPCIÓN-PONTA PORÃ

A 14 de fevereiro de 1957, efetuou-se troca de notas pelas quais os Governos do Brasil e do Paraguai, a fim de tornar efetiva a ligação rodoviária Concepción-Ponta Porã, concordaram em que a Comissão Mista Brasileiro-Paraguaia, constituída em 1956, levaria avante seus estudos, nos quais o Govêrno brasileiro cooperaria com o levantamento aerofotogramétrico, análise estereoscópica e com a necessária assistência técnica na elaboração do projeto. Em março o Govêrno brasileiro efetuou o levantamento aerofotogramétrico a que se refere a troca de notas. Os filmes foram posteriormente encaminhados ao Departamento de Estradas de Rodagem, onde prosseguem os estudos referentes à cooperação brasileira.

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES AO PERU

Convidado oficialmente pelo Govêrno peruano, o Ministro das Relações Exteriores realizou, de 24 a 30 de novembro último, uma visita a Lima, onde foi alvo de expressivas homenagens e inúmeras manifestações de apreço, que tão bem traduziram a amizade do Govêrno e do povo peruanos pelo Brasil. Integraram a comitiva do Ministro de Estado o Brigadeiro Henrique Fleiuss, o Tenente-Coronel Heraldo Portocarrero, o Deputado Manoel M. F. Ferraz, o Doutor Rodrigo Octavio Filho, ex-Presidente da Academia Brasileira de Letras, altos funcionários do Itamaraty, jornalistas, cinematografistas e fotógrafos.

Do programa da visita do Chanceler brasileiro constaram diversos atos de grande significação para os dois países, tais como a assinatura do Convênio sôbre Bases para a Cooperação Econômica e Técnica, os banquetes oferecidos pelo Presidente Manuel Prado, pelo Ministro das Relações Exteriores do Peru, Doutor Manuel Cisneros, e pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, nos quais foram trocados importantes discursos sôbre os rumos atuais e futuros das relações políticas, econômicas, culturais e comerciais entre as duas nações.

VISITA DO VICE-PRESIDENTE DO PERU AO BRASIL

O Senhor Carlos Moreyra Paz Soldán, Vice-Presidente da República do Peru, visitou o Brasil em meados de julho, a fim de fazer a entrega ao Senhor Presidente da República, Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira, do Grande Colar da Ordem do Sol. Durante sua permanência no Rio de Janeiro, o Vice-Presidente peruano foi alvo de expressivas homenagens e manteve importantes conversações com as altas autoridades brasileiras, principalmente sobre a questão de limites entre o Peru e o Equador.

CONVÊNIO SÔBRE BASES PARA A COOPERAÇÃO ECONÔMICA E TÉCNICA ENTRE O BRASIL E O PERU

Muito embora o Convênio para a cooperação econômica e técnica brasileiro-peruana seja matéria que entre mais no domínio dos assuntos econômicos e de assistência técnica, ninguém poderá negar-lhe seu importante matiz político, principalmente quando se sabe que suas principais cláusulas dispõem sôbre o aproveitamento da Amazônia, o que já em si implica numa série de considerações de ordem política, social, cultural e, obviamente, econômica. Devido ao entrelaçamento de tais fatores, é que o convênio, assinado no dia 29 de novembro, em Lima, pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil e pelo Chanceler do Peru, merece especial destaque.

Não resta a menor dúvida que se trata do mais importante ajuste já assinado pelo Brasil sôbre o aproveitamento da Amazônia, desde a discussão da criação do Instituto da Hiléia Amazônica. Ele é o resultado do amadurecimento de importantes idéias sôbre a melhor política a ser adotada pelo Brasil em relação à Amazônia e aos nossos vizinhos naquela imensa região. Com a mudança da Capital para Brasília, acontecimento que por si só consagrará o govêrno do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, impõe-se uma alteração nos rumos de nossa política exterior, precisamente no

sentido de maior aproximação com os outros países amazônicos, sendo que, entre êstes, o Peru ocupa um lugar privilegiado em virtude dos inúmeros pontos de contato existentes entre o Brasil e aquela República amiga.

Do ponto de vista político, as disposições do referido acôrdo, relativas ao exame das condições atuais da navegação nos rios comuns a ambos os países na Bacia Amazônica, bem como sôbre o estudo da conveniência recíproca de serem criados portos francos e da possibilidade de serem intensificados os meios de comunicação, constituem temas de vital importância para o futuro amazônico das duas nações e por isso representam um grande passo à realização de uma série de propósitos, dos quais não nos poderemos afastar como grande potência amazônica que somos. A êsse respeito, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, numa entrevista prestada à imprensa de Lima, teve ocasião de fazer a agradável e transcendental revelação de que o Govêrno brasileiro estudará a possibilidade de criar um pôrto livre em Belém, o que seria a coroação dos nossos esforços no sentido da implantação definitiva de uma nova política amazônica brasileira, cuja órbita gravitaria em tórno de dois eixos — Manaus e Belém.

DOUTRINA PRADO

O Senhor Presidente da República peruana, Doutor Manuel Prado, em sua mensagem ao Congresso do Peru, de 28 de julho de 1957, enunciou a tese, conhecida sob o título de Doutrina Prado, pela qual formula o princípio da união de todos os países de origem latina no âmbito das Nações Unidas e de outros organismos internacionais, com o objetivo de fortalecer a posição da latinidade em todo o mundo contra a ameaça da infiltração comunista e os males dela decorrentes. Para usar das palavras proferidas pelo Primeiro Mandatário do Peru, por ocasião do banquete que ofereceu ao Chanceler do Brasil, durante sua recente visita a Lima, trata-se de uma cruzada dos povos latinos contra a "ameaçadora atitude comunista".

Em sua essência, a Doutrina Prado consiste em promover a união dos países latino-americanos e entre estes e as nações latinas da Europa, principalmente no campo das organizações internacionais.

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, respondendo, em Lima, ao discurso de saudação do Chefe do Executivo daquela República, declarou oficialmente que seu país não só apoiava de maneira integral a Doutrina Prado, como também sugeria que a capital peruana fôsse escolhida para a sede da União Latina, hipotecando assim irrestrita solidariedade às nobres gestões iniciadas pelo Governo do Peru,

as quais têm o grande mérito de constituírem um grito de alarma aos povos latinos de todo o orbe para que cerrem fileiras contra o expansionismo tentacular do Kremlin e a propagação perniciosa da doutrina marxista, que são os grandes responsáveis pelo estado caótico em que se encontra o mundo na hora presente.

CRIAÇÃO DO PÔRTO FRANCO DE MANAUS

Pelo decreto-lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, foi criado o pôrto franco de Manaus para os "países limítrofes do Brasil ou que sejam banhados por águas tributárias do rio Amazonas".

Esse ato do Govêrno brasileiro, de profunda significação para as chamadas nações amazônicas, foi recebido no exterior com o maior regozijo e inteiro reconhecimento por haver o Brasil concedido tôdas as facilidades às Repúblicas irmãs do Continente a fim de cooperarem com o nosso país, para o maior aproveitamento da região amazônica.

CONVITE A PARA-QUEDISTAS MILITARES BRASILEIROS PARA REALIZAREM DEMONSTRAÇÃO EM LIMA

Convidados oficialmente pelo Govêrno do Peru, 100 pára-quedistas da Divisão Aeroterrestre do Exército brasileiro realizaram uma demonstração em Lima, deixando a melhor das impressões. O referido convite a essa novel unidade do nosso Exército não pode ser encarado senão como prova de prestígio indiscutível de que gozam as Fôrças Armadas brasileiras em todo o Continente. O corpo de pára-quedistas militares brasileiros está fazendo escola e merece figurar entre as tropas de elite com que conta o Brasil para defesa e segurança de seu imenso território.

QUESTÃO DE LIMITES ENTRE O PERU E O EQUADOR

As divergências existentes entre o Peru e o Equador sobre a aplicação do Protocolo de 1942 exigiram, em 1957, cuidadosos estudos e a maior atenção do Itamaraty.

Como um dos quatro Estados Garantes daquele Protocolo, o Brasil está obrigado, jurídica e moralmente, a tomar e propor medidas conducentes à solução desse litígio que há anos vem preocupando as Chancelarias do Continente. O diferendo em aprêço não só tem prejudicado enormemente as relações políticas, econômicas e culturais entre os dois países, praticamente suspensas há longo tempo, como ainda constitui uma falha na unidade continental, que requer solução imediata e definitiva.

Dada a gravidade do assunto e a tensão por vezes existente nas relações entre os dois países, e conscientes das obrigações que lhes são impostas pelo mencionado ato, os Estados Garantes realizaram em 1957, no Palácio Itamaraty, várias reuniões sob a presidência do Ministro das Relações Exteriores brasileiro e com a presença dos Embaixadores dos EE. UU. da América, do Chile e da Argentina. Nessas reuniões, a questão foi examinada em todos os seus aspectos e foram aventadas medidas suscetíveis de encaminhar a mesma a desfêcho satisfatório. Como consequência das decisões adotadas pelos Garantes, vêm sendo realizadas, junto

às Chancelarias do Peru e do Equador, contínuas gestões que têm tido ampla receptividade da parte daqueles dois Governos e que permitem esperar, em futuro próximo, efetivo progresso no sentido de uma solução definitiva dêsse antigo litígio perúvio-equatoriano.

RECONHECIMENTO DO NOVO GOVERNO COLOMBIANO

Com a renúncia do General Gustavo Rojas Pinilla e a ascensão ao poder de uma Junta Militar, o Govêrno brasileiro, seguindo a prática adotada em casos análogos, procedeu, tão logo ficou ciente da legalidade do novo Govêrno colombiano, ao seu reconhecimento, a fim de não sofrerem nenhuma solução de continuidade nossas relações com aquêlê país irmão.

INTERRUPÇÃO DAS RELAÇÕES DIPLOMATICAS ENTRE A ARGENTINA E A VENEZUELA

Divergências sobre a interpretação de algumas normas que regem a aplicação do asilo territorial provocaram uma crise nas relações oficiais entre a Argentina e a Venezuela.

O Governo e o povo brasileiros acompanharam com apreensão o desenrolar dos acontecimentos que, infelizmente, culminaram com a interrupção das relações diplomáticas entre aquelas duas nações irmãs. A tradicional amizade entre ambas, alicerçada desde os albores da epopéia da libertação continental, certamente não ficará abalada por divergências transitórias como as que se verificam no momento. E' de prever que, sanadas as dificuldades presentes, recomponha-se brevemente a perfeita harmonia entre aquêles dois países, dentro do ideal pan-americanista que inspira as relações entre tôdas as nações dêste Hemisfério.

Extremamente honrosa foi a solicitação que o Brasil recebeu dos Governos argentino e venezuelano para encarregar-se da proteção dos seus interesses, respectivamente, na Venezuela e na Argentina. Fato ímpar na história da diplomacia continental e testemunho eloqüente da confiança e do prestígio que desfruta o país entre as nações vizinhas.

APROVEITAMENTO DA ENERGIA HIDRELÉTRICA DO SALTO GRANDE

O Brasil segue, com interêsse, os trabalhos da Comissão Mista argentino-uruguaia, ora reunida para a escolha de um projeto destinado ao aproveitamento de energia hidrelétrica do rio Uruguai, na região do Salto Grande. O Convênio celebrado entre aquêles dois países a 30 de dezembro de 1946, em seu art. XI, prevê a participação do Brasil em uma conferência que terá por finalidade "considerar as modificações que, em consequência do referido Convênio, se verifiquem na navegação do rio Uruguai e no regime fluvial submetido a disposições estabelecidas em convenções vigentes".

Por força dêsse dispositivo, que reconhece ao Brasil o direito de opinar sôbre o assunto, como nação ribeirinha, é de prever para breve a nossa participação naquelas deliberações, pois será necessário que fiquem ressalvados os interêsses do país quanto à livre navegação do rio Uruguai, às justas indenizações para prejuízos que possam advir a trechos de território brasileiro, em consequência da alteração do regime de águas provocada pelo represamento e, finalmente, ao reconhecimento do direito de realizar obras, no trecho exclusivamente brasileiro, suscetíveis de reduzir o valor médio anual de descarga do rio, na região do Salto Grande, de uma quantidade que não exceda a têrça parte daquele valor.

PONTE INTERNACIONAL QUARAÍ-ARTIGAS

A construção de uma ponte internacional sôbre o rio Quaraí, unindo a cidade do mesmo nome, na margem brasileira, com a de Artigas, do lado uruguaio, constitui antiga aspiração dos habitantes daquela importante zona e representará a satisfação de uma necessidade imposta pelo crescente desenvolvimento das relações econômicas e sociais entre o noroeste uruguaio e os prósperos municípios riograndenses de Quaraí, Uruguaiana, Itaquí, Alegrete, São Borja e regiões vizinhas.

A realização de tal empreendimento foi decidida com a celebração do Convênio Internacional de 22 de maio de 1947, assinado em Quaraí pelos Presidentes Eurico Dutra e Tomás Berreta, por ocasião do encontro dos dois Chefes de Estado naquela cidade gaúcha.

De acôrdo com o artigo II da Convenção, os Governos brasileiro e uruguaio nomearam comissões encarregadas de lhe dar execução.

A IV Reunião da Comissão Mista Brasil-Uruguai para a construção da Ponte Internacional Quaraí-Artigas realizou-se a 20 de agosto de 1957, no Palácio Itamaraty, sob a presidência do Ministro das Relações Exteriores.

Em clima de grande cordialidade e estreita cooperação trabalharam as delegações de ambos os países. Submetidos

à Comissão Mista, tanto o projeto brasileiro quanto o uruguaio foram aprovados. Resolveu-se providenciar a abertura de concorrência para o início daquela grande obra que, quando concluída, constituirá mais um traço de união entre o Brasil e o Uruguai.

ASILO DIPLOMÁTICO E TERRITORIAL

Durante o ano de 1957 diversas Embaixadas que o Brasil mantém em países latino-americanos concederam asilo a dezenas de cidadãos, perseguidos por crimes de natureza política.

Graças à prudência com que sempre se houve o Governo brasileiro no tocante à concessão dessa medida de exceção e a fidelidade na observância das normas internacionais que regem essa instituição humanitária, nenhum caso de asilo diplomático, concedido pelas referidas Embaixadas, sofreu contestação ou ocasionou dificuldades nas relações com os Governos locais.

Com referência ao país de procedência, a Argentina contribuiu com um maior número de asilados que as demais nações vizinhas. A Divisão Política encarregou-se, como de costume, do alojamento e dos pedidos de permanência definitiva para esses cidadãos, autorizando também a vinda de suas respectivas famílias ou providenciando a dilatação do prazo de permanência, no país, dos parentes vindos em visita.

No ano em curso, ocorreram também alguns casos de asilo territorial, o que levou o Itamaraty a estabelecer contactos com diversas autoridades locais e com Embaixadas, a fim de poder decidir sobre a conveniência da concessão de tal benefício.

E' de lamentar que certos exilados políticos tenham desrespeitado as obrigações que assumiram tácitamente ao aceitarem a hospitalidade brasileira. Assim, alguns dêles foram detidos na zona fronteira, transportando copioso material de propaganda contra Govêrno com o qual o Brasil mantém relações amistosas.

Atitude tão insólita provocou reação imediata por parte do Govêrno brasileiro, que se viu obrigado a reforçar a vigilância sôbre todos os elementos suspeitos de atividades ilícitas. A 5 de julho, o Itamaraty e o Ministério da Justiça e Negócios Interiores publicaram nota oficial sôbre o assunto, da qual consta o seguinte parágrafo:

"A medida do internamento, que, aliás, foi também adotada em 1954, com relação a outros exilados, será agora igualmente tomada, caso se faça necessária. E, se não surtir efeito, o Govêrno brasileiro está disposto a lançar mão, dentro dos preceitos legais, da expulsão dos indivíduos que abusem de seu asilo em território nacional para ameaçar a estabilidade do govêrno de algum país vizinho e amigo, ou causar-lhe qualquer outro dano".

ASILO DIPLOMÁTICO EM BENEFÍCIO DE CUBANOS, HAITIANOS E VENEZUELANOS

Durante o ano de 1957, as Embaixadas do Brasil em Havana, Port-au-Prince e Caracas tiveram ocasião de conceder asilo diplomático a cidadãos cubanos, haitianos e venezuelanos, de acôrdo com as normas tradicionais que regulam a aplicação do instituto em apreço, hoje estruturadas nas Convenções de Havana, de 1928, de Montevidéu, de 1933, e de Caracas, de 1954, esta última promulgada pelo Decreto n.º 42-628, de 13 de novembro de 1957, publicado no *Diário Oficial* de 19 do mesmo mês.

PROTEÇÃO DOS INTERÊSSES CUBANOS EM NICARÁGUA

Estêve o Brasil na gerência dos interêsses cubanos, em Nicarágua, do dia 8 de julho, quando assumiu tal investidura a pedido do Embaixador de Cuba, em Manágua, até o dia 2 de dezembro, data em que assumiu seu pôsto o novo Representante diplomático do Govêrno cubano.

RECONHECIMENTO DO NOVO GOVERNO DA GUATEMALA

Tendo o Senhor Luiz Arturo González, no dia 24 de outubro, renunciado à Presidência Provisória da República, o Congresso guatemalteco, dois dias após, por instância da Junta Militar de Governo, que se havia instalado, investiu na suprema magistratura do País, de acôrdo com a Constituição de 1956, o Senhor Coronel Guillermo Flores Avendaño.

O Governo brasileiro, ante o pedido de reconhecimento que lhe foi feito pelo novo Governo, comunicou-lhe através da Embaixada do Brasil em Guatemala, por Nota datada de 31 de outubro, que continua mantendo com a Guatemala as boas relações de amizade que sempre existiram entre as duas Repúblicas.

RECONHECIMENTO DO NOVO GOVÊRNO DO HAITI

No dia 7 de fevereiro de 1957, era eleito Presidente Provisório da República, pela Assembléia Nacional do Haiti, o Senhor Franck Sylvain, que substituiu o Senhor Joseph Nemours Pierre Louis, demissionário. Em Nota de 25 de fevereiro, da Embaixada do Brasil em Port au Prince, o Brasil reconheceu o novo Govêrno.

Com a renúncia do Senhor Frank Sylvain, no dia 1.^o de abril, foi o poder confiado a um Conselho Executivo de Govêrno, que também foi reconhecido pelo Brasil, em 8 de maio de 1957.

Sucedeu ao Conselho Executivo de Govêrno o Senhor Daniel Fignole, que renunciou, no dia 14 de julho, à Presidência da República do Haiti, em favor de um Conselho Militar, integrado pelos Senhores General-de-Brigada Antônio Th. Kebreau, Presidente, e os Coronéis Emile Zamor e Adrien Valville.

O Govêrno brasileiro, ante o pedido de reconhecimento do novo Govêrno, comunicou-lhe, através da Embaixada do Brasil em Port au Prince, por Nota datada de 31 de julho, que continua a manter com o Haiti as suas tradicionais relações de amizade.

RELAÇÕES COM PORTUGAL

Em junho, estêve em visita oficial ao Brasil o Presidente da República Portuguesa, General Francisco Higinio Craveiro Lopes. Da comitiva presidencial faziam parte o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Doutor Paulo Cunha, o líder da Assembléia Nacional, Doutor Mário de Azevedo Ribeiro, o Chefe do Estado Maior Geral, General Hugo Costa Macedo, o Secretário da Presidência da República, Senhor Luiz Pereira Coutinho, o Chefe da Casa Militar da Presidência da República, Coronel Bento da França, o Diretor Geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministro Henrique Bacellar Caldeira de Queiroz, o Chefe da Polícia, Coronel Mário Cunha, o Chefe do Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Doutor Ruy Braz Mimoso, além dos Ajudantes de Ordens militares do Presidente de Portugal. Acompanhou o ilustre visitante, o Embaixador do Brasil em Lisboa, Doutor Álvaro de Barros Lins.

No Rio de Janeiro, o Presidente de Portugal recebeu calorosa ovação de mais de um milhão de pessoas que estiveram presentes ao seu desembarque e foi homenageado pelos três poderes da República com as mais expressivas cerimônias que podem ser prestadas a um Chefe de Estado. A 11 de junho, os Presidentes do Brasil e de Portugal assinaram, no Palácio do Catete, Declaração Conjunta na qual reafir-

maram a unidade de pensamento e de ação da política internacional dos dois países e o firme propósito de dar completa execução ao Tratado de Amizade e Consulta.

Além do Rio de Janeiro, o Presidente Craveiro Lopes e sua comitiva visitaram Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Santos, Curitiba, Pôrto Alegre, Brasília, Manáus, Belém, Fortaleza e Recife. Na nova Capital, o Presidente de Portugal inaugurou uma placa comemorativa no local onde será erigido o Monumento à Comunidade Luso-Brasileira.

TRATADO DE AMIZADE E CONSULTA

A 18 de janeiro, o Ministro de Estado das Relações Exteriores baixou por Portaria o Regimento interno da Comissão Nacional para a Aplicação do Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal, criada pelo Decreto número 37.374, de 23 de maio de 1955. Por sua vez, o Senhor Presidente da República decidiu, por Decreto de 15 de março de 1957, nomear os membros da referida Comissão. A 20 do mesmo mês, o Ministro de Estado das Relações Exteriores baixou Portaria, constituindo a Secretaria da Comissão.

A Sessão inaugural da Comissão Nacional realizou-se no Palácio Itamaraty, no dia 28 de março, sob a Presidência do Chanceler brasileiro, que disse, na ocasião, ser uma das finalidades precípuas de sua passagem por aquela Pasta a de dar cumprimento, precisamente, ao Tratado de Amizade e Consulta. A Comissão, tendo aprovado a Agenda, decidiu distribuir os assuntos dela constantes por 16 subcomissões, a fim de acelerar os trabalhos. Desta forma, pôde a Comissão Nacional entregar ao Senhor Presidente da República, em fins de maio, depois de dois meses de incessante atividade, os projetos de atos complementares e legislação necessários para a aplicação prática do Tratado de Amizade e Consulta.

A fim de estudar e coordenar as conclusões concretas a que chegaram as Comissões Nacionais brasileira e portuguesa, foi decidido, na Declaração Conjunta assinada pelos Presidentes do Brasil e de Portugal, a 11 de junho, instituir-se uma Comissão Mista Brasil-Portugal. Desta forma, na mesma data, o Senhor Presidente da República baixou o Decreto nº 41.662, criando a Comissão Permanente para a Aplicação do Tratado de Amizade e Consulta (CTAP) e extinguindo a Comissão Nacional instituída pelo já citado Decreto nº 37.374. A 2 de setembro, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, por Portaria, aprovou o Regimento interno da CTAP e de sua Secretaria e, por Decreto publicado no *Diário Oficial* de 14 de outubro, seus membros foram nomeados pelo Senhor Presidente da República.

A fim de permitir a pronta convocação da Comissão Mista Brasil-Portugal, no mês de junho o Governo brasileiro entregou ao Governo português os resultados dos trabalhos da Comissão Nacional. Desta forma, tão pronto sejam conhecidos os resultados da Comissão portuguesa, poderá a referida Comissão Mista ser convocada, permitindo, assim, que, finalmente, se chegue à aplicação prática do Tratado de Amizade e Consulta.

PROTEÇÃO DOS INTERESSES PORTUGUESES NA UNIÃO INDIANA

A Embaixada do Brasil em Nova Delhi e o Consulado do Brasil em Calcutá continuaram em sua missão de proteção dos interesses diplomáticos e consulares de Portugal na União Indiana. Dentro da estrita imparcialidade que lhes é imposta pelo mandato de proteção, procuraram as duas repartições brasileiras atender, informar e socorrer os cidadãos portugueses que a elas se dirigiram. Para calcular a massa de trabalho da Missão diplomática e do Consulado, basta dizer que os cidadãos portugueses residentes na União Indiana são estimados em mais de 100.000.

Em fevereiro e em agosto, a Embaixada do Brasil em Nova Delhi enviou um Secretário a Bombaim, em missão de observação e proteção dos portugueses ali domiciliados, por não ter sido ainda possível a instalação do Consulado de Carreira naquela cidade.

ELEVAÇÃO À CATEGORIA DE EMBAIXADA DAS MISSÕES DIPLOMÁTICAS DO BRASIL EM ATENAS, OSLO E COPENHAGUE

O Governo brasileiro, no intuito de tornar mais sólidos seus laços tradicionais de amizade com os Governos grego, norueguês e dinamarquês, bem como o intercâmbio político, econômico e o cultural, concordou, juntamente com aqueles governos, em elevar, simultaneamente, suas Missões diplomáticas em Atenas, Oslo, Copenhague e no Rio de Janeiro, à categoria de Embaixada. As Legações do Brasil em Atenas, Oslo e Copenhague foram elevadas à categoria de Embaixada, por Decretos publicados no *Diário Oficial* de 25 de março, 26 de abril e 30 de outubro de 1957, respectivamente.

PROJETO DE ACÔRDO SÔBRE SERVIÇO MILITAR ENTRE O BRASIL E A ITÁLIA

Por proposta do Govêrno italiano, foi-lhe enviado, pelo Govêrno brasileiro, um projeto de Acôrdo sôbre Serviço Militar para ser estudada, através do Ministério da Defesa da Itália, a possibilidade de os dois países concluírem um acôrdo nos mesmos têrmos do existente entre o Brasil e a Grã-Bretanha.

PROJETOS DE CONVENÇÃO ENTRE O BRASIL E
A ITÁLIA SOBRE EXTRADIÇÃO E ASSISTÊNCIA
JUDICIÁRIA EM MATÉRIA PENAL, CIVIL E
COMERCIAL

Está sendo estudada pelo Governo brasileiro a proposta do Governo italiano para a conclusão de duas Convenções, cujos projetos tratam, respectivamente, de extradição e assistência judiciária em matéria penal, bem como de assistência judiciária em matéria civil e comercial.

RATIFICAÇÃO E PROMULGAÇÃO DO TRATADO DE EXTRADIÇÃO CELEBRADO ENTRE O BRASIL E A BÉLGICA EM 1953

Foi ratificado pelo Brasil em 12 de março de 1957 e promulgado por Decreto publicado no *Diário Oficial* de 1º de agosto de 1957, o Tratado de Extradicação, firmado no Rio de Janeiro entre o Brasil e a Bélgica, a 6 de março de 1953. A troca dos respectivos instrumentos de ratificação efetuou-se em Bruxelas a 14 de junho do corrente ano.

Como, entretanto, algumas disposições referentes ao assunto não haviam sido previstas no Tratado de 1953, o Governo brasileiro, atendendo à solicitação do Governo belga, concordou em concluir uma Convenção adicional ao referido Tratado, cujas preliminares estão sendo objeto de estudo por parte de ambos os países.

REPRESENTAÇÃO DIPLOMÁTICA E PROTEÇÃO DOS NACIONAIS E INTERESSES DE MARROCOS NO BRASIL

Os Governos da Espanha e de Marrocos celebraram um Convênio Diplomático, seguido de troca de notas, efetuada na mesma data, ambos relativos à cooperação dos dois países no plano internacional.

Em virtude dos referidos atos, o Govêrno de Marrocos confiou ao da Espanha a representação diplomática e a proteção dos seus nacionais e interesses marroquinos em diversos países latino-americanos, inclusive no Brasil.

Nessas condições, e atendendo às solicitações formuladas pelos governos espanhol e marroquino, o Govêrno brasileiro concordou em reconhecer a Espanha como encarregada da representação diplomática e da proteção dos nacionais e interesses de Marrocos no Brasil, a partir de 8 de abril de 1957.

RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA DE GANA

O novo Estado de Gana alcançou sua independência em 6 de março de 1957. Tem êle "status" de Domínio dentro da Comunidade Britânica de Nações, sendo formado pela antiga colônia da Costa do Ouro, Ashanti, os territórios do Norte e pela Togolândia britânica. O Govêrno brasileiro reconheceu, expressamente, em 9 de setembro de 1957 o novo Estado, por troca de cartas de chancelaria entre Sua Excelência o Senhor Presidente da República e o Governador Geral de Gana. Confirmou-se, assim, o reconhecimento tácito efetuado por telegrama de felicitações pela independência de Gana.

SITUAÇÃO POLÍTICA NO ORIENTE MÉDIO

Em virtude do agravamento das tensões internacionais no Oriente Médio, e a fim de coordenar as informações provenientes das Missões Diplomáticas brasileiras naquela área, decidiu o Itamaraty autorizar o Ministro Antonio Mendes Vianna, Chefe da Missão em Teerã, a visitar o Iráque, Turquia, Síria, Líbano, Jordânia, Egito e Israel. Em menos de um mês, aquele diplomata esteve nas capitais dos países mencionados onde conferenciou com os Chefes das Missões brasileiras, tendo também visitado o Contingente brasileiro da Fôrça Internacional de Emergência das Nações Unidas, estacionado na Faixa de Gaza. Por intermédio do relatório apresentado pelo Ministro Mendes Vianna, pôde o Govêrno brasileiro ter uma excelente visão de conjunto da situação política do Oriente Médio.

RELAÇÕES COM A REPÚBLICA DO LÍBANO

No mês de setembro, esteve em Beirute, convidada oficialmente pelo Governo libanês, uma Delegação parlamentar brasileira, composta de 20 Deputados Federais. Os parlamentares brasileiros foram alvo de expressivas homenagens por parte do Governo e da Nação libanesa que, em todas as ocasiões, frisaram as excelentes relações existentes entre o Brasil e o Líbano e os laços que os unem.

Em seguida, a Delegação brasileira dirigiu-se à Síria e ao Egito, tendo também visitado o Contingente brasileiro da Força de Emergência das Nações Unidas, estacionado na Faixa de Gaza.

RELAÇÕES COM A SÍRIA

A Legação da Síria no Rio de Janeiro informou ao Itamaraty ter seu Governo decidido elevar aquela Missão à categoria de Embaixada. Em resposta, o Itamaraty comunicou o pleno assentimento do Governo àquela decisão, mas lamentou não poder proceder da mesma forma em relação à Legação do Brasil em Damasco, pelo momento, em virtude de razões de ordem administrativa.

RELAÇÕES COM O ESTADO DE ISRAEL

A convite do Congresso Nacional, estêve no mês de setembro no Brasil uma Delegação de Parlamentares Israelenses, chefiada pelo Senhor Meir Argov, Vice-Presidente do Knesset e Presidente da Comissão de Defesa e Relações Exteriores. Integravam a Delegação mais sete parlamentares, representando todos os partidos com assento no Parlamento israelense, salvo o Comunista.

A Delegação israelense, depois de recebida pelo Senhor Presidente da República e por ambas as Casas do Congresso, visitou o Palácio Itamaraty, onde o Ministro de Estado, interino, lhe ofereceu um almoço.

PARQUE JUSCELINO KUBITSCHECK

Na qualidade de Representante Pessoal do Senhor Presidente da República, esteve no Estado de Israel, no mês de outubro, o Senador Apolônio Salles, Vice-Presidente do Senado Federal, a fim de assistir ao plantio da primeira árvore do "Bosque Juscelino Kubitscheck".

RELAÇÕES COM A REPÚBLICA DA CHINA

Em setembro, visitou o Rio de Janeiro a Missão de Boa Vontade Chinesa, chefiada pelo Embaixador Shen Chang Huan, Vice-Ministro Político das Relações Exteriores da República da China, a fim de agradecer ao Governo brasileiro o apoio que sempre recebeu a China em sua luta contra o comunismo e reafirmar os tradicionais laços de amizade que unem os dois países.

O Embaixador Shen Chang Huan, na qualidade de Representante Pessoal do Presidente Chiang Kai-Chek, entregou ao Senhor Presidente da República a Grã-Cruz da Ordem das Nuvens Propícias, alta condecoração chinesa reservada exclusivamente aos Chefes de Estado, e ao Ministro de Estado das Relações Exteriores a Grã-Cruz da Ordem da Estrela de Brilhantes.

Durante sua estada no Rio de Janeiro, a Missão de Boa Vontade foi hóspede oficial do Governo brasileiro.

INDEPENDÊNCIA DA FEDERAÇÃO DA MALÁSIA

A 31 de agosto, os Principados e Territórios que constituíam a Colônia britânica na Península da Malásia, tornaram-se independentes, integrando a Federação da Malásia, dentro da Comunidade Britânica de Nações. O novo Estado adotou o regime monárquico e seu soberano é eleito para um mandato de cinco anos.

O Brasil, naquela mesma data, concedeu reconhecimento tácito à Federação da Malásia, por telegrama de felicitações do Senhor Presidente da República à Sua Majestade o Yang di Pertuan Agong Tuan Ku Abdul Rahman ibni Al-marhum Tuanku Muhammad. Mais tarde, no mês de setembro, o Delegado do Brasil à XII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas apoiou calorosamente a admissão da Federação da Malásia na Organização.

RELAÇÕES COM OS PAÍSES DO SUDOESTE DA ÁSIA

O Embaixador do Brasil em Nova Delhi foi autorizado pelo Itamaraty, no mês de julho, a visitar o Viet-Nam do Sul, Laos, Cambódia, Tailândia e Birmânia. Os contatos que o Embaixador José Cochrane de Alencar manteve com os estadistas daqueles países e o Relatório, que enviou posteriormente, permitirão ao Itamaraty traçar planos para um futuro incremento das relações com aquela área.

Ao focalizar-se o Sudoeste da Ásia, convém recordar palavras pronunciadas pelo Ministro das Relações Exteriores brasileiro no banquete que a 20 de setembro ofereceu, na Embaixada do Brasil em Santiago, ao Senhor Presidente do Chile:

“Êsses progressos da nação chilena me dão conforto, pois a hora que vivemos no mundo pede a colaboração dos povos fortes e decididos. Passamos agora por uma fase ou ciclo de evolução muito parecido, de certa maneira, com o período que a América Latina atravessou, de 1810 a 1830, na sua quadra de libertação de povo e nacionalidades. O Chile, nação liberal e moderna e hospitaleira, está certamente compreendendo muito bem os problemas que esta nova época libertária trará ao mundo. Desde o fim da guerra, povos da Ásia e da África vêm obtendo seu lugar no seio das nações livres, num volume e com uma autenticidade mui idênticos às conquistas que nós, dêste continente, obtivemos há mais de

cem anos. São povos que, por seu espírito de decisão e tenacidade, alterarão lenta mas eficientemente certos sistemas ou molduras que aplicávamos até há pouco na formulação de nossos preconceitos ou na compreensão de nossos juízos. Nós, da América Latina, que tão bem soubemos ajudar-nos uns aos outros nas nossas lutas emancipadoras; nós que chegamos mesmo, e muitas vezes e em tantas terras, a dividir nossos heróis militares e nossos mártires intelectuais; nós que forjamos a solidariedade americana como natural corolário daquelas lutas e dos nossos heróis comuns, a nós nos cabe seguir de perto a entrada dêsses povos afro-asiáticos na comunidade das nações livres e seguir-lhes seus objetivos, suas aspirações e seus empenhos. Tais nações, nos processos atuais das consagrações democráticas dos organismos internacionais, carregam pêso considerável que obrigam o mundo todo em seu compasso moral ou material. A América Latina, unida, não pode desconhecer êsse elemento novo nos quadros da política internacional e novas regras de conveniência deverão ser buscadas em futuro imediato, a fim de aliviar complexos, eliminar rancores e inspirar rumos de esperança e de criação nas relações entre os povos”.

A Divisão Política fez, no correr do ano, um longo estudo sôbre a reorganização político-diplomática das representações brasileiras nos países afro-asiáticos. Êsse estudo, que compreende as necessidades e objetivos imediatos e futuros do Brasil nessas áreas, considerou não só o estabelecimento de relações diplomáticas e a criação de Legações, independentes ou cumulativas, como também o envio de missões especiais em ocasiões determinadas ou para fins de cortesia e observação, a negociação de tratados e acordos, a abertura de consulados, e outras medidas de aproximação e intercâmbio.

ATIVIDADES CULTURAIS

ACORDOS CULTURAIS

Durante o ano de 1957, o Govêrno brasileiro firmou os acordos abaixo mencionados cujas principais características vão devidamente anotadas.

Acôrdo com os Estados Unidos da América, por troca de notas, firmado em Washington, em 2 de abril de 1957, para a proteção de direitos autorais na reprodução fono-mecânica de obras musicais, independentemente da residência do autor.

Convênio de Intercâmbio Cultural com o Paraguai, firmado no Rio de Janeiro, em 24 de maio de 1957, que prevê a realização de exposições de pintura, escultura, artes populares e industriais; a apresentação de elencos teatrais e musicais; a manutenção pelas Bibliotecas Nacionais do Rio de Janeiro e Assunção de Seções de Publicações e assinaturas de dois jornais de cada país; a elaboração de programas radiofônicos; a permuta de fotografias; a criação de uma Comissão para a fiscalização e execução do Acôrdo; a proteção aos direitos de autores de ambos os países; a concessão de bolsas de estudo, de nível superior ou post-graduado; e concursos de dissertações entre estudantes de curso secundário, com prêmios concedidos pelos Institutos Brasil-Paraguai, do Rio de Janeiro, e Paraguai-Brasil, de Assunção.

Acôrdo, por troca de notas, com a Universidade Internacional de Estudos Sociais "Pro Deo", firmado no Rio de Janeiro, em 4 de setembro de 1957. Esse acôrdo prevê a utilização de Cr\$ 12.000.000,00 para a criação do *Instituto de Estudos Latino-Americanos*, em Roma, assim distribuídos:

Cr\$ 4.000.000,00 para o estabelecimento de um *Fundo Cultural Brasileiro*. Cátedra Central: Análise das Organizações Pan-americanas;

Cr\$ 8.000.000,00 para despesas gerais. O acôrdo prevê, além disso, a aplicação de Cr\$ 2.000.000,00 para a criação de um *Centro Nacional de Realismo Social*, no Rio de Janeiro, cuja finalidade precípua seria a aplicação à democracia moderna do realismo crítico, como resposta às utopias materialistas.

Acôrdo Cultural com Honduras, firmado no Rio de Janeiro, em 22 de outubro de 1957, do mesmo tipo do acôrdo com o Paraguai.

Acôrdo de intercâmbio educacional com os Estados Unidos da América, firmado por troca de notas, em 5 de novembro de 1957, prevendo a aplicação de Cr\$ 49.058.800,00, fundos oriundos do Acôrdo Brasil-Estados Unidos (16-11-55) sobre excedentes de produtos agrícolas, em fins educacionais, nos termos da Lei de Excedentes Agrícolas dos Estados Unidos da América de 1944 (Seção 32 b); a constituição de uma Comissão Educacional (Conselho Diretor composto de 10 membros, cinco americanos e cinco brasileiros) no Rio de Janeiro; e o financiamento de estudos, pesquisas e instrução de nacionais dos Estados Unidos e do Brasil em estabelecimentos de ensino superior de ambos os países, bem como o custeio de transporte de cidadãos brasileiros desejosos de freqüentar escolas e instituições de ensino superior dos Estados Unidos da América.

Acôrdo com o Irã, em 22 de novembro de 1957, prevendo a troca de livros, publicações e filmes de produção nacional; a concessão de bôlsas de estudo e auxílios; a criação de Instituições culturais; o estabelecimento eventual de uma Comissão para fiscalizar e executar o Acôrdo; a promoção de competições esportivas; e o estímulo ao turismo.

EDUCAÇÃO

As atividades gerais do setor foram as seguintes:

- a) Auxílio a estudantes brasileiros no exterior;
- b) Bôlsas e auxílios a estudantes e professores estrangeiros;
- c) Matrícula de estudantes estrangeiros em estabelecimentos brasileiros de ensino;
- d) Contatos com a UNESCO;
- e) Cátedras, Cursos e Institutos de estudos brasileiros no exterior.

a) *Auxílio a estudantes brasileiros no exterior* — Criado para contrabalançar os prejuízos causados a estudantes brasileiros pelo cancelamento de autorização de remessa de divisas ao exterior a câmbio favorecido pelo Banco do Brasil, importou êsse auxílio na quantia de US\$ 33.450, tendo sido contemplados 106 estudantes.

b) *Bôlsas e auxílios a estudantes e professores estrangeiros* — Foram concedidas pela Divisão Cultural, no exercício de 1957, 37 bôlsas de estudos a estudantes estrangeiros, no valor global de Cr\$ 1.305.000,00 (um milhão trezentos e cinco mil cruzeiros). Países cujos nacionais foram beneficiados: Alemanha, Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, Espanha, França, Guatemala, Nicarágua, Paraguai, Peru, Panamá, Suécia e Uruguai. Matérias para as quais foram distribuídas as bôlsas: arquitetura-8; literatura brasileira-5; química-2; folclore brasileiro-2; assistência social-1; nutrição-3; cirurgia-4; pediatria-2; administração-1; agronomia-2; medicina-3; medicina tropical-1; teatro-1; metodologia do ensino no Brasil-1.

A grande maioria dessas bôlsas foi concedida a estudantes originários de países latino-americanos, dentro do âm-

bito dos convênios culturais em vigor. Embora relativamente modesto, merece ser citado como auspicioso o fato de que dois estudantes alemães e um sueco se beneficiaram dessas bôlsas para estudar arquitetura no Brasil.

c) *Matrícula de estudantes estrangeiros em estabelecimentos brasileiros de ensino.* — Em virtude do disposto na maioria dos convênios culturais que o Brasil mantém com os países da América latina, é grande o número de estudantes estrangeiros que procuram anualmente as Universidades e estabelecimentos de ensino superior brasileiros para efetuarem seus estudos. Essa afluência é determinada não sòmente pelo valor atribuído em seus respectivos países aos títulos universitários brasileiros, senão também pelas facilidades que lhes são concedidas, tais como isenção de taxas de ensino, gratuidade de matrícula e de taxas de expedição de diplomas e, sobretudo, isenção de exames vestibulares. No ano de 1957, 543 estudantes se beneficiaram dêsse regime, conforme a discriminação abaixo:

Chile	8
Paraguai	19
Colômbia	20
Peru	249
Portugal	1
Bolívia	131
Venezuela	64
Panamá	19
Equador	2
Libano	3
Espanha	1
Nicarágua	4
Guatemala	2
Total	523

d) *Contatos com a UNESCO* — A Divisão Cultural tem procurado manter estreita colaboração e contato com o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura no exame e solução dos assuntos da UNESCO. Visitaram o Brasil no corrente ano os Senhores Malcon W. Addisshesia e o Senhor Gonzalo Abad, respectivamente, Vice-Presidente e Chefe Adjunto do Serviço de Intercâmbio de Pessoas daquele organismo internacional. Conforme entendimentos realizados com o Senhor Abad, a Divisão Cultural financiará em 1958 10 bôlsas de estudo para outros tantos especialistas latino-americanos que participarão de um Curso para a Formação de Especialistas em Educação, a realizar-se em São Paulo, sob os auspícios da UNESCO e da Universidade de São Paulo.

e) *Cátedras, Cursos e Institutos de Estudos brasileiros no Exterior.*

I — *Missão Cultural Brasileira em Assunção* — De acôrdo com o acontecido em exercícios anteriores, a Missão, constituída êste ano por seis professores sob a chefia do Senhor Albino Peixoto Junior, realizou trabalhos de difusão da Língua Portuguesa e da Literatura Brasileira, na Escola Brasil, no Instituto Cultural Paraguai-Brasil e na Faculdade de Filosofia. Nesta última, além daquelas disciplinas, foram ministrados cursos de Didática Geral, Psicologia e Antropologia.

II — *Colégio Experimental Paraguai-Brasil* — As obras, iniciadas em 1954, em virtude de acôrdo firmado entre o Paraguai e o Brasil, prosseguiram até sua paralização temporária ocorrida durante o mês de julho de 1957 e determinada pela ausência de recursos orçamentários destinados à mesma. O crédito especial de vinte milhões de cruzeiros aberto pela lei nº 1841-B, de 1956, para custear as obras, tornou possível

o despacho presidencial que autorizou concessão de um adiantamento de dez milhões de cruzeiros em virtude do caráter urgente da referida construção. O Colégio Experimental, de nível secundário, contará com a assistência técnico-administrativa da Missão Cultural Brasileira em Assunção e dela deverá fazer parte, futuramente, uma faculdade de Filosofia destinada à formação dos professores de ensino secundário do Paraguai.

III — *Instituto Bolívia-Brasil* — Com base no Convênio Cultural Boliviano-Brasileiro, firmado no Rio de Janeiro em 23 de junho de 1939 e aprovado pelo Decreto nº 4.809 de 24 de outubro de 1939, foi instalado o Instituto Cultural Bolívia-Brasil cujo orçamento básico de instalação e manutenção foi custeado pela Divisão Cultural. O Instituto Cultural desempenhará papel de grande relêvo nas relações com a Bolívia — a exemplo do realizado no Paraguai.

IV — *Instituto de Estudos Luso-Brasileiros na Sorbonne* — Este é um dos mais importantes centros de estudos brasileiros no exterior. Os cursos de Estudos Brasileiros são ministrados no Instituto de Estudos Brasileiros, da Faculdade de Letras (Sorbonne) da Universidade de Paris, tendo por objetivo o estudo da civilização luso-brasileira em seus diferentes aspectos: língua, literatura, história, geografia, arte, etnografia, sociologia, etc. O Leitorado Brasileiro conta ainda com o auxílio de uma secretária-bibliotecária, subvencionada pela Divisão Cultural. Além dos cursos, ministrados em 92 aulas, ocupou-se o Leitor brasileiro, professor Heron de Alencar, de outras atividades de interesse para o Brasil, tais como a realização de conferências e a participação nas manifestações culturais sobre o Brasil realizadas em Paris. A Embaixada em Paris recebeu instruções e fez sugestões no sentido do desenvolvimento cultural do Brasil em Paris.

V — *Centro de Estudos Brasileiros em Buenos Aires e Instituto de Cultura Argentino-Brasileiro em Rosário.* — A Divisão Cultural registrou as atividades dos centros de estudos em Buenos Aires e Rosário, reveladoras do interesse crescente que existe na Argentina pela cultura brasileira. O corpo docente do Centro de Estudos Brasileiros em Buenos Aires é constituído de seis professores sob a direção geral do professor Adriano Pinto que desempenha ainda a função de catedrático de Cultura e Literatura Brasileira na Universidade de Buenos Aires.

No Centro de Estudos Brasileiros de Rosário a direção é confiada à professora Anadyr Coelho de Ostrowsky.

VI — *Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro* — A seção didática do Instituto é confiada ao diretor Walter Wey que conta com a colaboração de quatro outros professores.

VII — *Cátedra de Estudos Brasileiros na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa* — A cadeira de Estudos Brasileiros, preenchida na primeira metade do ano pelo professor Josué Montello e na segunda, pelo professor Mozart Monteiro, compreende o ensino da história e da literatura do Brasil. O curso iniciou-se com um velho assunto polêmico das duas literaturas de língua portuguesa: a questão da língua literária. E' testemunho do professor Montello que, não obstante a vivacidade com que se nega a existência de uma língua literária do Brasil, as grandes obras modernas da nossa literatura estão sendo difundidas em Portugal através de textos ajustados à dialogação e ao modo de falar lusitano.

VIII — *Cátedra de Estudos Brasileiros na Universidade de Roma* — O regente da cadeira, professor Murillo Mendes, só se encontrou em condições de iniciar seu trabalho quando o ano letivo não tardava a terminar. O Professor prestou outros valiosos serviços de natureza cultural, pronunciando conferências em Milão e outras cidades italianas.

IX — *Cátedra de Estudos Brasileiros na Universidade de Madrid*. — Em relatório apresentado, o regente da cadeira, professor Mozart Monteiro, além de fazer um minucioso histórico da cadeira, analisa suas atividades desde a aula inaugural, em 15 de janeiro último, e estuda a situação da mesma sob os aspectos de conceito, programas, matrículas, certificados, etc. O professor Mozart Monteiro foi substituído pelo professor Josué Montello, regente da cátedra de Estudos Brasileiros na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, conforme decisão da Secretaria de Estado e de acordo com os interessados, em setembro de 1957.

X — *Cátedra de Estudos Brasileiros na Bélgica* — A cátedra de Estudos Brasileiros na Bélgica foi ministrada pelo professor Otto Lara de Rezende, que, além de suas funções didáticas, está prestando serviços junto à Embaixada na preparação da representação brasileira à Feira Internacional de Bruxelas.

XI — *Cátedra de Estudos Brasileiros na Universidade de San Marcos (Lima)* — A cátedra de Estudos Brasileiros na Universidade de San Marcos, de Lima, foi ministrada pelo professor Pedro Freire Ribeiro. No curso de português, iniciado em setembro último, matricularam-se cerca de oitenta alunos de ambos os sexos o que indica o vivo interesse que existe pelo conhecimento da língua portuguesa, no vizinho país amigo.

OUTRAS ATIVIDADES

Curso de Atualização em Biofísica — Em colaboração com o Instituto de Biofísica da Universidade do Brasil, a Divisão Cultural contribuiu com seis bolsas de estudo, no valor de Cr\$ 12.000,00 cada, para especialistas latino-americanos que participaram do Curso Latino-Americano de Atualização em Biofísica.

Prêmio Itamaraty — Como vem sendo feito anualmente, 36 alunos dos Institutos de Estudos Brasileiros em Buenos Aires, Montevideu e Assunção foram contemplados com o Prêmio Itamaraty, constante de viagem e estada de 15 dias no Brasil. No mês de fevereiro os alunos contemplados visitaram o Rio de Janeiro e São Paulo, tendo contado com a assistência permanente da Divisão Cultural que organizou um programa de visitas a centros de interesse cultural e turístico em ambas as cidades, proporcionando-lhes, outrossim, transporte e assistência.

Secretariado de Bolsas de Estudo — A Divisão Cultural, em colaboração com outros órgãos interessados da administração pública, está procedendo a estudos no sentido de obter melhor centralização e intercâmbio de informações relativas a bolsas de estudo. Em reunião convocada pela Divisão Cultural e de que participaram representantes do Ministério da Educação, do CAPES, do Conselho Nacional de Pesquisas, da Fundação Getúlio Vargas, do IBECC e da Comissão Nacional de Assistência Técnica, concluiu-se pela necessidade da criação de um Secretariado de Bolsas de Estudo que ficaria incumbido de realizar essa tarefa. Foi preparada uma exposição sobre o assunto que aguarda o pronunciamento das autoridades superiores do Ministério.

DIFUSÃO

No setor de divulgação, as principais atividades da Divisão Cultural referiram-se aos seguintes aspectos:

LIVROS E REVISTAS

Foi preocupação da Divisão dotar as Missões diplomáticas e Repartições consulares de um mínimo de obras escolhidas dentre as mais representativas da vida cultural brasileira. Foram, assim, organizadas as chamadas *bibliotecas*

básicas, distribuídas às principais Missões e Consulados, que incluíram as seguintes obras:

Apresentação da Poesia Brasileira, Manuel Bandeira.

Casa Grande e Senzala, Gilberto Freyre.

Discursos (Vol. III), F. Corrêa de Aquino.

Ensaio Europeus, Paulo da Silveira.

Infância, Graciliano Ramos.

A Literatura no Brasil (Vol. I, tomos I e II), Afrânio Coutinho.

Direitos Autorais das Invenções Modernas, Hermano Duval.

Formação Territorial do Brasil, Demosthenes de Oliveira Dias.

Arruar, Mário Sette.

Diplomacia do Império no Rio da Prata, Teixeira Soares.

Fronteira em Marcha, Renato Mendonça.

Antologia Nacional, Carlos de Laet.

Drama da Tríplice Aliança, A. Teixeira Soares.

Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, G. Barroso.

Introdução à Música, Luís Cosme.

O Brasil e suas Riquezas, W. Potsch.

Bandeirantes e Pioneiros, Vianna Moog.

Dicionário do Folclore Brasileiro, Luís da Camara Cascudo.

O Negro na Civilização Brasileira, Artur Ramos.

Viagem ao Araguaia, Couto de Magalhães.

Primeiros Povoadores do Brasil (1500-1530), Almeida Prado.

Rondônia, Roquette Pinto.

Viagens às Nascentes do São Francisco e Goiás, A. Saint-Hilaire.

A Conquista do Brasil, Roy Nash.

- A Vida do Visconde do Uruguai*, José Souza.
Regiões e Paisagens do Brasil, Aroldo de Azevedo.
O Brasil Literário, Ferdinando Wolf.
O Sincretismo Religioso Afro-Brasileiro, Waldemar Valente.
O Brasil e o Colonialismo Europeu, Almeida Prado.
Uma Comunidade Amazônica, Charles Wagley.
O Positivismo na República, Cruz Costa.
A Bahia e as Capitâneas do Centro do Brasil, Almeida Prado.
A Etnologia Brasileira, Estevão Pinto.
Thomas Ender, Almeida Prado.
Diário de uma Viagem do Brasil, Maria Graham.
Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo, Licurgo Santos Filho.
História Econômica do Brasil, Roberto Simonsen.
Deodoro — A Espada Contra o Império — 2 Vols., R. Magalhães Jr.
História do Brasil (Vols. I, IV, V), Pedro Calmon.
Outro Brasil, Luís Amaral.
O Negro no Rio de Janeiro, L. da Costa Pinto.
Três Panfletários do Segundo Reinado. R. Magalhães Jr.
O Mutirão, Clóvis Caldeira.
Planalto Central do Brasil, Luís Cruls.
Minha Formação, Joaquim Nabuco.
Memórias da Cidade do Rio de Janeiro, Vivaldo Coaracy.
150 anos de Música no Brasil, Luiz Heitor.
Contribuição à História das idéias no Brasil, João Cruz Costa.
Ensaio sobre a História Política e Administrativa, Rodolfo Garcia.
Machado de Assis, Lúcia Miguel Pereira.

Igrejas de São Paulo, Leonardo Arroyo.
Geografia do Brasil Holandês, Luiz da Câmara Cascudo.

Paraná Vivo, Temístocles Linhares.

Folclore Brasileiro (3 Vols.), Silvio Romero.

Rio Branco e o Arbitramento com a Argentina, Hélio Lobo.

Prosa de Ficção, Lúcia Miguel Pereira.

Aparência do Rio de Janeiro (2 Vols.), Gastão Cruls.

Gaúchos e Beduínos, Manoelito Ornelas.

Romance Brasileiro, Olívio Monteiro.

Raízes do Brasil, Sérgio Buarque de Holanda.

Roteiro Literário do Brasil e de Portugal (2 Vols.), Álvaro Lins e Buarque de Holanda.

Além disso, a Divisão procedeu à distribuição avulsa de livros de interesse geral brasileiro, como por exemplo:

Historia da República, José Maria Bello.

Teoria de História do Brasil, José Honório Rodrigues.

Inteligência do Folclore, Renato Almeida.

Arte Plumar dos Índios, Darcy Ribeiro.

Na medida do possível, a Divisão Cultural procurou atender aos pedidos provenientes do exterior, não só das Missões e Consulados, como de entidades científicas, culturais, turísticas e mesmo de particulares. Para o ano vindouro é intenção sua completar essas bibliotecas básicas com novas remessas. Quanto à literatura infantil, a Divisão Cultural também procurou atender às solicitações das Missões, especialmente as situadas nos países latino-americanos, onde existem escolas "Brasil" ou estabelecimentos de ensino com denominação brasileira. Nesse sentido foi feita a remessa às Missões diplomáticas na América, em grande quantidade (em número superior a 40) de material que foi doado nas solenidades de 7 de Setembro. A Divisão, por outro lado, cooperando com os organizadores da 1ª Exposição Internacional

do Livro Infantil do Rio de Janeiro, empenhou-se junto às Missões e Consulados, que enviaram uma grande quantidade de livros, constituindo, aliás, a contribuição mais importante naquele certame.

No exterior, a Divisão Cultural determinou a distribuição, entre outras, das seguintes publicações: *Brazil e Visit Brazil*, da UPA; *Brazil, People and Institutions*, de Lynn Smith; *Nuclear Power in Brazil*, de Robock e *The Arts in Brazil*, de Piero Bardi; *Brasile, la nuova terra promessa*, de Francisca Rutigliano Guidi, e *Le più belle pagine della letteratura brasiliana*, de P. A. Jannini; *L'art baroque au Brésil*, de Géo Charles; *Raíces del Brasil*, de S. Buarque de Holanda; *Marcha hacia al Oeste*, de Cassiano Ricardo; e *Angústia*, de Graciliano Ramos, edições espanholas do Fondo de Cultura Econômica; folheto *Brasilien*, reedição alemã da firma Tellus-Verlag; *A Arquitetura Moderna no Brasil*, de Henrique Mindlin, em edição inglesa e alemã; *Brasil, la grand potencia del siglo XXI*, de A. Mejide Pardo, distribuído na América Latina; *Memórias Póstumas de Braz Cubas* e *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, em edição alemã e em edição francesa, *Dom Casmurro* e *Quincas Borba* em edição inglesa.

Durante o ano de 1957, deu-se especial atenção à remessa de revistas, às Missões e Consulados. Assim, além de *Habitat* e *Brasil Moderno* cuja aquisição e distribuição a Divisão promove anualmente, foram adquiridos no ano em curso vários outros já porque incorporam assunto de interesse brasileiro como é o caso de *Brasília*, *Sombra*, *Módulo*, *Euphrosyne*, *Presença*, *La Revue Française* e *Brazilian American Survey*, já como decorrência do acordo entre as próprias publicações e a Divisão, o que resultou na divulgação de artigos e reportagens que interessavam ao Itamaraty e que foram orientados pela Divisão Cultural. Para o ano de 1958

é intenção da Divisão colaborar ainda mais estreitamente com essas revistas, de modo a incluir nelas capítulos especiais. O pagamento desses serviços é feito sempre à base de compromisso de aquisição de uma quota fixa de exemplares. Em edição especial bilingüe para distribuição no exterior, que recebeu o patrocínio da Divisão Cultural, a revista *Módulo* tirou dois números sobre a construção de Brasília.

Foi providenciada a feitura das seguintes traduções:

Breve História do Brasil, de Renato de Mendonça, para o francês;

Poesia Moderna do Brasil, de Raul Navarro, para o espanhol;

Pequena História do Brasil, de Maria Alencastro Guimarães, para o espanhol, e *Brazil-an interpretation*", de Gilberto Freyre, para o Servo-croata.

A Divisão também interessou-se pela divulgação das peças teatrais *A Raposa e as Uvas*, de Guilherme de Figueiredo; e *As Mãos de Eurídice*, de Pedro Bloch.

FILMES E FOTOGRAFIAS

Quanto a cinema, a principal realização da Divisão no ano de 1957 foi a película colorida "Aquarela do Brasil", planejada, executada e produzida pelo Cônsul Raul de Smandek. Dêsse filme, o primeiro no gênero oficializado pelo Itamaraty foram distribuídas 30 cópias em francês, inglês e espanhol às Missões e Consulados.

Ainda durante o ano de 1957, a Divisão Cultural distribuiu às Missões e Consulados os seguintes filmes adquiridos de empresas comerciais e de particulares:

Arquitetura Moderna, de Paul Stille, em versão alemã e espanhola;

Viagens através do Brasil, de Paul Stille, em versão alemã, espanhola, italiana, sueca, holandesa e japonesa;

Café do Brasil, de Jean Manzon, em inglês;

Santos Dumont, de Jean Manzon, em francês;

Itamaraty, de Jean Manzon, em espanhol;

A mais linda cidade do mundo, de Jean Manzon;

As primeiras imagens de Brasília, de Jean Manzon.

Ainda em 1957, procurou-se atender às Missões que se dirigiram ao Itamaraty para solicitar filmes brasileiros em condição de participarem com sucesso dos vários festivais internacionais cinematográficos realizados. Assim, durante esse ano, notamos o de Tóquio e o de Mar del Plata onde foram apresentados filmes enviados por intermédio da Divisão.

No que se refere a fotografias, a medida mais importante tomada no decorrer do ano foi a renovação quase total dos arquivos de negativos com a aquisição de cerca de 300 fotografias, das quais cem fornecidas pelo fotógrafo Fulvio Roiter, de fama internacional. Há vários fotógrafos a serviço da Divisão executando trabalhos, ou melhor, coleções de fotografias sobre assuntos que nos convém divulgar, como: história do café no Brasil, o Rio de Janeiro colonial, Congonhas do Campo, mineração, indústria do aço, imigração e arquitetura moderna. A Divisão, durante o ano, distribuiu cerca de 3.000 fotografias às Missões e Consulados.

MÚSICA E DISCOS

A principal realização no setor musical no ano de 1957 consistiu na organização e na distribuição a todas as Missões de uma coleção de 10 discos *long-play* de 12 polegadas, que resume e abrange todos os aspectos do gênero erudito no Brasil. Nessa obra, na qual a Divisão Cultural trabalhou durante 2 anos, contou-se com a colaboração da Rádio-Ministério da Educação e da firma Sinter. Foi grande a reper-

cussão dessa iniciativa. Frequentemente, a Divisão recebe das Missões comunicação de que as estações emissoras dos países onde estão situadas promoveram programas de rádio com alto índice da aceitação, pois tiveram seu trabalho muito facilitado pelos folhetos impressos em várias línguas que acompanharam as coleções com notícias sobre as obras, autores e executantes.

A Embaixada em Washington providenciou a distribuição de mil discos de obras de Vila-Lobos, gravadas no exterior. A Divisão cultural adquiriu ainda alguns discos esparsos e algumas coleções. Dentre estas últimas vale mencionar as coleções de literatura falada brasileira — poesia e teatro — que vêm sendo, ultimamente solicitadas com frequência pelas Missões e Consulados, sobretudo os situados em países onde existem clubes e sociedades ligados ao Brasil ou que mantenham cursos de português.

A Divisão Cultural, por outro lado, procurou encorajar o trabalho das Missões junto às emissoras de suas sedes, interessadas na realização de programas sobre o Brasil. Cabe salientar o programa semanal de "Radio-diffusion Française", organizado pela Embaixada em Paris. Dentro de suas possibilidades orçamentárias, no ano de 1958 a Divisão Cultural procurará ampliar ainda mais esse incentivo e, quando fôr o caso, reservar parte de sua verba para emprêgo nesse trabalho.

EXPOSIÇÃO DE ARTES PLÁSTICAS E ARQUITETURA

A Divisão Cultural prosseguiu no seu trabalho de intensiva difusão da arte brasileira, promovendo e apoiando a realização de exposições de artistas nacionais no estrangeiro, editando cartazes e catálogos especiais para cada um dos certames, bem como distribuindo documentação e revistas especializadas.

A Arquitetura e as artes plásticas brasileiras estão recebendo excelente acolhida em todos os países em que vêm sendo apresentadas. Existe na Europa e na América excepcional interesse pelas recentes criações dos artistas nacionais, para o que muito contribui o notável desempenho dos Museus de Arte Moderna de São Paulo e Rio de Janeiro, instituições com as quais a Divisão Cultural mantém estreitas relações.

As principais mostras individuais realizadas sob o patrocínio da Divisão Cultural pelas Missões diplomáticas e Repartições consulares foram as seguintes: Livio Abramo e Aldemir Martins: gravura e desenho, Kunstmuseum de Berna, junho. Cândido Portinari: pintura e desenho, Munique, junho. Roberto Burle Marx: arquitetura paisagística, Museu Municipal de Amsterdam, janeiro-fevereiro; Museu de Belas-Artes de Bruxelas, março; Galeria de Arte Moderna de Roma, julho; Instituto de Urbanismo de Nápoles, outubro; Galeria Real de Milão, dezembro.

Em certos casos e para incentivar as iniciativas individuais foi concedida pequena ajuda financeira aos artistas para que efetuassem suas próprias exposições. Foi esse o caso em Paris com Edith Behring, Maria Cecília Amado Calmon e Wilson Tibério; Caribé, em Nova York, e Aldemir Martins, na capital da República Argentina.

A divulgação da arquitetura mereceu especiais cuidados da Divisão. Com novo material fornecido pelo Serviço Fotográfico da DCI foi melhorada a exposição de arquitetura brasileira organizada pelo Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, já apresentada nos anos anteriores em Portugal, Espanha, Itália, Áustria, Holanda, Suíça e em diversas cidades da Alemanha. Em 1957 este conjunto foi apresentado em Hamburgo, em janeiro; em Copenhague, em fevereiro; em Aarhus (Dinamarca), em março; em Lulea (Suécia), em junho, e em Estocolmo, em novembro, devendo seguir em

princípios de 1958 para a Noruega. Para o ano de 1958, a Divisão está preparando duas exposições atualizadas que ajudarão a tornar mais conhecida a nossa arquitetura na América Latina, onde serão apresentadas em 1958-59, em complemento das mostras de artes plásticas efetuadas durante o ano de 1957.

Merece particular destaque a exposição de pintura, escultura, gravura e desenho "Arte Moderna no Brasil", organizada pelo Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e apresentada na Argentina, Chile e Peru com a colaboração direta da Divisão. A mostra reuniu 270 obras de 77 artistas e pode ser considerada como o mais completo e representativo conjunto de arte brasileira moderna, até hoje exibida no exterior. A exposição em Santiago e Lima foi inaugurada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em visita oficial àquelas capitais. Nos três casos, isto é, no Museu de Belas-Artes de Buenos Aires, junho-agosto; no Museu de Arte Contemporânea de Santiago, setembro-outubro, e no Museu de Arte de Lima, novembro-dezembro, a mostra foi exibida em edifícios que acabavam de ser restaurados, ligando-se assim a arte brasileira à renovação e desenvolvimento dos principais museus daquelas cidades.

Essas exposições, bem como as quatro de gravura, efetuadas no Uruguai, alcançaram êxito sem precedentes, sendo visitadas por milhares de interessados. Em cada cidade foram realizadas conferências e programas radiofônicos sobre a arte brasileira, e em Lima instalou-se no recinto do próprio museu uma sala de projeções para a exibição contínua de documentário em cores sobre o Brasil.

Em colaboração com a Novacap, a Divisão organizou a primeira apresentação no exterior de documentos fotográficos sobre Brasília. A mostra foi realizada em Berlim, em setembro último, por ocasião da Exposição Internacional de Arquitetura e será levada a Zurique e Viena nos primeiros

meses de 1958. Um conjunto menor, porém mais atualizado, será apresentado no Museu da Vila Real de Milão, em janeiro de 1958.

Por outro lado, a Divisão teve oportunidade de selecionar e enviar o material relativo à participação brasileira em exposições internacionais, como foi o caso da I Exposição Internacional de Gravuras de Santiago do Chile, ora em exibição; da II Bienal Internacional de Gravuras de Tóquio; da VI Exposição Internacional de Livros, de Londres.

Junto com o IBGE, o Comissariado das Feiras do Ministério do Trabalho, o Museu de Arte Popular de Recife, a Divisão colaborou na exposição "Brasil 1957", organizada pela Embaixada do Brasil nos Países Baixos e o Instituto Tropical de Amsterdam, que abrigou a mostra. Essa exposição — provavelmente um dos maiores empreendimentos do gênero — alcançou completo êxito e deverá agora ser apresentada em Rotterdam.

A Divisão Cultural ocupou-se também das exposições internacionais ou estrangeiras realizadas no Brasil, dando todo o seu apoio e participando ativamente da organização da IV Bienal de Artes de São Paulo. Os prêmios "Presidente da República", destinados a artistas estrangeiros, foram financiados pela Divisão e entregues aos agraciados em cerimônias solenes realizadas nas Missões diplomáticas ou repartições consulares brasileiras onde residem os artistas premiados. Para tornar mais conhecida no Brasil e no exterior a Bienal, está sendo preparada uma publicação em que se historia a evolução e o alcance daquela mostra internacional.

VISITA DE PERSONALIDADES E SUBVENÇÕES VÁRIAS

No seu programa de divulgação da cultura brasileira, foram convidados a visitar o Brasil, em colaboração com o

Instituto Brasil-Estados Unidos e o Instituto de Arquitetos do Brasil, os conhecidos arquitetos americanos Marcel Breuer, Philip Johnson e Henry Hitchcock, que aqui estiveram por ocasião da Bienal de São Paulo.

A Divisão Cultural subvencionou viagens e outras atividades de caráter cultural de brasileiros no exterior, entre as quais pode-se citar a representação brasileira no Comitê de Ação Cultural da OEA no México (Prof. Vianna Moog). Sob o patrocínio da Divisão Cultural, o Doutor Danton Jobim, em Paris, e o Doutor João Carlos Machado, em Montevidéu, realizaram conferências sobre assuntos culturais brasileiros. Também sob o patrocínio da Divisão Cultural, o Senhor Rodrigo Mello Franco de Andrade, Diretor do Patrimônio Histórico, e o Professor Américo Jacobina Lacombe, fizeram viagens de estudo respectivamente na Inglaterra e em França.

Com auxílio da Divisão Cultural, Dona Yara Bernett, pianista, e Dona Fayga Ostrower, gravadora, atuaram no exterior; Dona Georgina Albuquerque e o Senhor Antonio Bento de Araujo Lima, compareceram, respectivamente, ao Congresso Internacional de Artes plásticas e ao Congresso Internacional de críticos de arte; e Dom Clemente da Silva-Nigra compareceu aos colóquios luso-brasileiros de Lisboa.

A Divisão Cultural, colaborando com a Cia. Construtora da Nova Capital, efetuou o pagamento das passagens de Sir William Holford e André Sive, membros estrangeiros do júri do concurso do plano-pilôto de Brasília.

A Divisão Cultural subvencionou o Instituto Italo-Brasileiro de Cultura, de Roma; e Anglo-Brazilian Society, de Londres; os Institutos Luso-Brasileiros de Lisboa e de Coimbra; e o International Folk Music Council de Londres.

CERIMONIAL

Desenvolveu a Divisão do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores uma larga atividade no ano de 1957, em todos os seus setores de trabalho, mormente no que diz respeito à visita de personalidades estrangeiras de relêvo e à recepção e homenagens prestadas às mesmas.

Entre os hóspedes ilustres que visitaram o Brasil no corrente ano, sobressaem, entre outros, o Senhor J. D. Van Den Haagen, Diretor-Geral dos Museus da UNESCO; o Senhor Raul Sapena Pastor, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Paraguai; o Senhor Antoine Pinay, antigo Presidente do Conselho de Ministros da França; o General Francisco Higino Craveiro Lopes, Presidente da República Portuguesa; o Senhor Emile Roche, Presidente do Conselho de Economia da França; o Senhor Carlos Moreyra y Paz Soldán, Vice-Presidente da República do Peru, portador da Grã-Cruz de Brilhantes da Ordem do Sol com que o Governo daquele país agraciou o Chefe de Estado brasileiro; o Senhor Samuel Waugh, Secretário do Tesouro dos Estados Unidos da América; o Senhor Gaston Monnerville, Presidente do Senado da França; o Senhor B. R. Sen, Diretor-Geral da FAO; o General Alfredo Stroessner, Presidente da República do Paraguai; o Embaixador Shen Chang Huan, Chefe da Missão Chinesa de Boa Vontade, que veio, igualmente, condecorar o Senhor Presidente da República; o Deputado Meier Argov, Chefe da Missão Parlamentar de Israel; o Senhor Malcolm S. Adiseshiah, Subdiretor Geral

da UNESCO; General Thomaz D. White, Chefe do Estado Maior da Fôrça Aérea dos Estados Unidos da América; o Senhor R. Wagner, Prefeito de Nova York; o Senhor Giuseppe Pella, Ministro das Relações Exteriores da Itália.

Sem dúvida, entre essas visitas, sobressaiu a do General Francisco Higino Craveiro Lopes, Presidente da República Portuguesa, durante o mês de junho. A presença do ilustre Chefe de Estado em terras brasileiras foi acontecimento da mais alta relevância nas relações entre Portugal e o Brasil e esplêndida afirmação dos ideais que comungam os dois povos irmãos.

Nada menos de 10 cidades, além da Capital Federal, foram visitadas pelo General Craveiro Lopes — Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba, Pôrto Alegre, Brasília, Manaus, Belém, Fortaleza e Recife. A cada uma, tornaram-se necessárias viagens de funcionários do Cerimonial a fim de preparar a estada do Presidente amigo, bem como organizar o protocolo, a hospedagem, e o transporte do Presidente e das pessoas que, em número superior a cem, o seguiram em seu percurso. Ao passo que funcionários do Cerimonial acompanharam o ilustre hóspede, outros tiveram instruções de o aguardar nos diversos Estados, a fim de ali prestar tôda assistencia às autoridades locais.

Sua Excelência chegou ao Salvador em 5 de junho, em avião especial, havendo embarcado no mesmo dia, após as homenagens que ali lhe foram tributadas, para o Rio de Janeiro, a bordo do Cruzador "Almirante Barroso". Na Capital Federal, foi recebido, com a Senhora Dona Berta Craveiro Lopes e membros de sua comitiva, pelo Senhor Presidente da República e Senhora Dona Sara de Lemos Kubitschek de Oliveira e as mais altas autoridades civis e militares da União.

Durante os seis dias de permanência no Rio de Janeiro, o General Craveiro Lopes cumpriu um intenso programa, ficando patentes os sentimentos de fraterna amizade que unem os dois países; visita ao Senhor Presidente da República e entrega da Banda das Três Ordens ao mesmo; entrevista coletiva à Imprensa; visita ao Congresso Nacional, reunido em sessão conjunta no Palácio Tiradentes, bem como ao Supremo Tribunal Federal; Círculo Diplomático no Palácio das Laranjeiras; banquete no Palácio Itamaraty, seguido de recepção de mais de seis mil pessoas; visita ao Prefeito e à Câmara do Distrito Federal; almoço e corridas no Hipódromo da Gávea; banquete oferecido pela Federação das Associações Portuguesas no Brasil; recepção em casa do Senhor e Senhora Roberto Marinho; Parada militar com Fôrças do Exército, Marinha e Aeronáutica, na Avenida Atlântica; almoço oferecido pelos Officiais Generais das Fôrças Armadas; assinatura, no Palácio do Catete, de atos relativos à regulamentação do Tratado de Consulta e Amizade entre Portugal e Brasil; partida de football no Maracanã; visita ao Governador do Estado do Rio de Janeiro em Petrópolis; almoço na Fazenda da Samambaia, além de inúmeras outras homenagens que lhe foram prestadas em instituições brasileiras e portuguesas.

Durante a sua estada de vinte dias no Brasil, Sua Excelência foi alvo das mais expressivas demonstrações de carinho e apreço por parte da população e do mundo official, em vibrante afirmação dos históricos laços de amizade que nos ligam à Nação lusa.

Outra visita particularmente grata ao Brasil e aos brasileiros foi a do General de Exército Alfredo Stroessner, Presidente da República do Paraguai, que trouxe o brilho de sua presença às festividades comemorativas da passagem da data da nossa Independência. Sua Excelência, que viajou

acompanhado de sua esposa e de uma comitiva de mais de trinta pessoas, chegou ao Rio de Janeiro em avião especial, pôsto à sua disposição pelo Governo brasileiro, sendo recebido com todo o cerimonial e as honras que eram devidas à sua pessoa. No programa foram incluídas visitas ao Senhor Presidente da República, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ao Supremo Tribunal Federal, Círculo Diplomático, banquete no Palácio Itamaraty, troca de instrumentos de ratificação de diversos convênios econômicos e comerciais assinados entre o Paraguai e o Brasil, Parada Militar de 7 de Setembro e almoço no Ministério da Guerra, quando lhe foi oferecida uma espada de General do Exército brasileiro.

Em tôdas essas ocasiões, o Cerimonial do Itamaraty não mediu esforços a fim de que fôsse dispensado aos visitantes e às comitivas que os acompanharam as atenções que mereciam, tais como honras militares, hospedagem, condução, escolta, facilidades alfandegárias, pessoas à disposição, nem se descuidou dos inúmeros problemas que acarretam visitas dessa natureza. Além das referidas homenagens, teve igualmente o Cerimonial ocasião de organizar almoços, jantares e recepções, não sômente a participantes de congressos e conclaves internacionais, mas também a outras personalidades ilustres de passagem pelo país e a Chefes de Missões diplomáticas que deixaram o Brasil.

No ano de 1957, chegaram ao Brasil e apresentaram credenciais ao Senhor Presidente da República 11 novos Chefes de Missão.

Nesse mesmo período, a Divisão do Cerimonial teve ocasião de preparar o necessário expediente para submeter à aprovação do Congresso Nacional os nomes dos Chefes de Missão que o Governo brasileiro desejava acreditar no exterior, bem como preparar as Cartas Credenciais dos mesmos e as Revocatórias de seus predecessores, além de elaborar os

Plenos Poderes de delegados a Conferências Internacionais. Respondeu igualmente às Cartas Credenciais dos Embaixadores estrangeiros acreditados no Brasil, às Cartas de Chancelaria e de Gabinete dirigidos ao Senhor Presidente da República, enviou e agradeceu cumprimentos por ocasião de datas nacionais de países amigos, acreditou Missões Especiais e Encarregados de Negócios.

O Conselho da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, de quem o Ministro de Estado das Relações Exteriores é o Chanceler e o Chefe do Cerimonial o Secretário, reuniu-se regularmente, havendo sido conferido o Grande Colar a Sua Excelência o Senhor Manuel Prado Ugarteche, Presidente da República do Peru, além de mais de 200 outras condecorações, nos graus de Grã-Cruz, Grande Oficial, Comendador, Oficial e Cavaleiro, a várias outras personalidades que se julgaram merecedoras de tal distinção.

Coube, igualmente, ao Cerimonial providenciar a tramitação de todo expediente do Corpo diplomático no Rio de Janeiro e do Corpo consular na Capital Federal e nos Estados quanto à importação de automóveis, objetos de uso pessoal, material de expediente, etc., além de resolver problemas vários relativos à estada dos mesmos no nosso país e zelar pelos seus interesses perante as autoridades brasileiras. Nesse sentido, não mediu esforços para conciliar a defesa de tais interesses com a aplicação das normas internas vigentes no Brasil, sem se descuidar dos privilégios e imunidades dos funcionários diplomáticos e agentes consulares brasileiros no exterior. Preocupou-se igualmente em regulamentar a situação de funcionários e peritos de organismos internacionais, reformar o regime de venda de automóveis por parte dos beneficiários de privilégios aduaneiros e regulamentar a condição do pessoal participante da execução do Acôrdio de Assistência Militar de 15 de março de 1952.

HOMENAGENS NO ITAMARATY

No ano de 1957 foram prestadas as seguintes homenagens no Palácio Itamaraty:

Almôço em homenagem ao Senhor J. K. Van der Haagen, Diretor de Museus da UNESCO.

Almôço em homenagem ao Senhor Antoine Pinay, antigo Presidente do Conselho de França.

Almôço em homenagem ao Senhor Edmund de Rothschild.

Almôço de despedida ao Senhor Rados Jovanovic, Embaixador da Iugoslávia.

Jantar em homenagem a Sua Excelência o Senhor General Francisco Higino Craveiro Lopes, Presidente da República Portuguesa, seguido de recepção.

Almôço em homenagem ao Senhor Luís Adolfo Siles.

Almôço em homenagem ao Senhor Emile Roche, Presidente do Conselho Econômico de França.

Jantar em homenagem ao Senhor Carlos Moreyra y Paz Soldán, Vice-Presidente da República peruana.

Jantar em homenagem ao Senhor Samuel C. Waugh, Secretário do Tesouro dos Estados Unidos da América.

Almôço oferecido à Escola Superior de Guerra.

Almôço em homenagem ao Senhor B. R. Sen, Diretor-Geral da F.A.O.

Jantar oferecido pelo Senhor Presidente da República ao Senhor General-de-Exército Alfredo Stroessner, seguido de recepção.

Almôço em homenagem ao Senhor Gaston Monnerville, Presidente do Senado Frances.

Almôço em homenagem à Missão de Boa Vontade da China.

Almôço em homenagem à Missão Parlamentar de Israel.

Almôço em homenagem ao Senhor Doutor Malcolm S. Adiseshiah, Subdiretor Geral da UNESCO.

Almôço por ocasião da data da descoberta da América.

Almôço em homenagem ao Senhor General Thomas D. White, Chefe do Estado Maior da Força Aérea dos Estados Unidos da América.

Almôço de despedida do Senhor Sami Simaika, Embaixador do Egito.

Jantar em homenagem ao Senhor Giuseppe Pella, Ministro das Relações Exteriores da Itália.

Realizaram-se igualmente várias recepções no Palácio Itamaraty, entre as quais sobressaem as oferecidas em homenagem à XVI Conferência Mundial das Bandeirantes e aos participantes do Primeiro Concurso Internacional de Piano do Rio de Janeiro.

APRESENTAÇÃO DE CREDENCIAIS

Apresentaram credenciais os seguintes Chefes de Missão:

Sua Excelência o Senhor Doutor Carlos Echeopar-Herce, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Peru, 8 de fevereiro de 1957.

Sua Excelência o Senhor William Arthur Irwin, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Canadá, 8 de fevereiro de 1957.

Sua Excelência o Senhor Doutor Leonardo Altuve Carrillo, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Venezuela, 8 de fevereiro de 1957.

Sua Excelência a Princesa Abida Sultaan, Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária do Paquistão, 13 de fevereiro de 1957.

Sua Excelência o Coronel Julio Ernesto Briceño, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Panamá, 22 de abril de 1957.

Sua Excelência o Senhor Doutor Teófilo Quintero de Fex, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Colômbia, 22 de abril de 1957.

Sua Excelência o Senhor Georges Argyropoulos, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Grécia, 6 de junho de 1957.

Sua Excelência o Senhor Doutor Ti-Tsun Li, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da China, 6 de junho de 1957.

Sua Excelência o Senhor Nils Anton Jørgensen, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Noruega, 16 de julho de 1957.

Sua Excelência o Senhor Rafael Barraza Monterrosa, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do El Salvador, 16 de julho de 1957.

Sua Excelência o Senhor Danilo Lekic, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Iugoslávia, 16 de julho de 1957.

ALTERAÇÕES NAS CHEFIAS DAS MISSÕES DIPLOMÁTICAS

Deixaram as funções que desempenhavam no Brasil os seguintes Chefes de Missão:

Sua Excelência o Senhor Cedric Vernon Kellway, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Austrália.

Sua Excelência o Senhor Sami Simaika, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Egito.

Sua Excelência o Senhor Doutor Ramón López Jiménez, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do El Salvador.

Sua Excelência o Senhor Roger Dorsinville, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Haiti.

Sua Excelência o Senhor Hossein Navab, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Irã.

Sua Excelência o Senhor Rados Jovanovic, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Iugoslávia

Sua Excelência o Senhor Fuad Carim, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Turquia.

Faleceu, no Rio de Janeiro, o Decano do Corpo Diplomático, Sua Excelência o Senhor Gabriel Landa, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Cuba.

Foram elevadas à categoria de Embaixadas as Missões diplomáticas da Noruega, da Grécia e da Suíça.

CREDENCIAIS E REVOCATÓRIAS

A Sua Excelência o Senhor Franck Sylvain, Presidente Provisório da República do Haiti, dando por finda a Missão do Senhor Nemésio Dutra.

A Sua Excelência o Senhor Franck Sylvain, Presidente Provisório da República do Haiti, acreditando na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Trajano Medeiros do Paço.

A Sua Excelência o Senhor Luiz Somoza Debayle, Presidente Provisório da República da Nicarágua, acreditando o Senhor Nereu de Oliveira Ramos na qualidade de Embai-

xador em Missão Especial para representar o Govêrno brasileiro na posse do Senhor Luiz Somoza Debayle na Presidência da República.

A Sua Majestade Elizabeth II, Rainha do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, de seus outros Reinos e Territórios, Soberana da Comunidade Britânica, dando por finda a Missão do Senhor Samuel de Souza Leão Gracie.

A Sua Majestade Elizabeth II, Rainha do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, de seus outros reinos e Territórios, Soberana da Comunidade Britânica, acreditando na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello.

A Sua Excelência o Barão Gabriel Apor de Altorja, Chanceler da Orden Soberana e Militar de Malta, dando por finda a Missão do Senhor Martin Francisco Lafayette de Andrada.

A Sua Excelência o Barão Gabriel Apor de Altorja, Chanceler da Orden Soberana e Militar de Malta, acreditando na qualidade de Encarregado de Negócios *ad interim* o Senhor Carlos da Ponte-Ribero Eiras.

A Sua Excelência o Senhor Manuel Prado Ugarteche, Presidente da República do Peru, acreditando Sua Excelência o Senhor José Carlos de Macedo Soares na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial para fazer a entrega do Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

A Sua Excelência o General Hector Bienvenido Trujillo Molina, Presidente da República Dominicana, acreditando Sua Excelência o Almirante Carlos da Silveira Carneiro, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário para representar o Brasil na posse do Presidente da República.

A Sua Majestade Imperial Mohamad Reza Pahlavi, Shahinshah do Irã, dando por finda a Missão do Senhor Antônio Mendes Vianna.

A Sua Majestade Imperial Mohamad Reza Pahlavi, Shahinshah do Irã, acreditando na qualidade de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário, o Senhor Manoel Pio Corrêa Junior.

A Sua Excelência o Senhor Ásgeir Ásgeirsson, Presidente da República da Islândia, dando por finda a Missão do Senhor Glauco Ferreira de Souza.

A Sua Excelência o Senhor Ásgeir Ásgeirsson, Presidente da República da Islândia, acreditando, na qualidade de Enviado Extraordinário e Plenipotenciário, o Senhor Francisco D'Alamo Louzada.

A Sua Majestade Olav V, Rei da Noruega, dando por finda a Missão do Senhor Glauco Ferreira de Souza.

A Sua Majestade Olav V, rei da Noruega, acreditando na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Francisco D'Alamo Louzada.

A Sua Excelência o Senhor General-de-Exército Alfredo Stroessner, Presidente da República do Paraguai, dando por finda a Missão do Senhor João Luiz Guimarães Gomes.

A Sua Excelência o Senhor General-de-Exército Alfredo Stroessner, Presidente da República do Paraguai, acreditando, na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, o Senhor Marechal Euclides Zenóbio da Costa.

A Sua Excelência o Senhor Ector Caraccioli Roberto Galiez, Presidente da Junta Militar de Governo de Honduras, acreditando o Senhor Deputado Getúlio Barbosa de

Moura na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão para representar o Brasil na posse do Senhor Ramón Villeda Morales na Presidência da República daquele país.

CARTAS DE CHANCELARIA E GABINETE

A Sua Excelência o Senhor Major-General Iskander Mirza, Presidente da República Islâmica do Paquistão, em resposta à Credencial da Embaixadora Abida Sultaan.

A Sua Excelência o Senhor Marcos Pérez Jiménez, Presidente da República da Venezuela, em resposta à Credencial do Embaixador Leonardo Altuve Carrillo.

A Sua Excelência o Senhor Marcos Pérez Jiménez, Presidente da República da Venezuela, em resposta à Revocatória do Embaixador Atilano Carnevali.

A Sua Excelência o Senhor Manuel Prado Ugarteche, Presidente da República Peruana, em resposta à Credencial do Embaixador Carlos Echeopar Herce.

A Sua Excelência o Senhor Manuel Prado Ugarteche, Presidente da República Peruana, em resposta à Revocatória do Embaixador Fernando Gamio Palacio.

A Sua Majestade Elizabeth II, Rainha do Reino Unido, de seus outros Reinos e Territórios e Soberana da Comunidade Britânica, em resposta à Credencial do Embaixador William Arthur Irwin.

A Sua Majestade Elizabeth II, Rainha do Reino Unido, de seus outros Reinos e Territórios e Soberana da Comunidade Britânica, em resposta à Carta Revocatória do Embaixador Sydney D. Pierce.

A Sua Excelência o Senhor Ernesto de La Guardia Junior, Presidente da República do Panamá, em resposta à Credencial do Embaixador Julio E. Briceño.

A Sua Excelência o Senhor Ernesto de La Guardia Junior, Presidente da República do Panamá, em resposta à Revocatória do Embaixador Anibal Rios D.

A Sua Excelência o Senhor Tenente-General Gustavo Rojas Pinilla, Presidente da República da Colômbia, em resposta à Credencial do Embaixador Teófilo Quintero de Fex.

A Sua Excelência o Senhor Tenente-General Gustavo Rojas Pinilla, Presidente da República da Colômbia, em resposta à Revocatória do Embaixador Manuel Archila Monroy.

A Sua Excelência o Senhor Generalíssimo Chiang Kai Shek, Presidente da República da China, em resposta à Credencial do Embaixador Ti-Tsun Li.

A Sua Majestade Paulo I, Rei dos Helenos, em resposta à Credencial do Embaixador Georges Argyropoulos.

A Sua Excelência o Senhor Tenente-Coronel José Maria Lemus, Presidente da República de El Salvador, em resposta à Credencial do Embaixador Rafael Barraza Monterrosa.

A Sua Excelência o Senhor Tenente-Coronel José Maria Lemus, Presidente da República de El Salvador, em resposta à Revocatória do Embaixador Ramón López Jiménez.

A Sua Excelência o Senhor Josip Broz-Tito, Presidente da República Federativa da Iugoslávia, em resposta à credencial do Embaixador Danilo Lekic.

A Sua Excelência o Senhor Josip Broz-Tito, Presidente da República Federativa da Iugoslávia, em resposta à Revocatória do Embaixador Rados Javanovic.

A Sua Majestade Haakon VII, Rei da Noruega, em resposta à Credencial do Embaixador Nils Anton Jørgensen.

PLENOS PODERES

Ao Senhor Embaixador Orlando Leite Ribeiro, para, na qualidade de Plenipotenciário, efetuar, na cidade de Lima, a troca dos Instrumentos de ratificação do Acôrdio sôbre Transportes Aéreos celebrado entre os Estados Unidos do Brasil e a República Peruana, firmado no Rio de Janeiro aos vinte e oito dias do mês de agôsto de mil novecentos e cinqüenta e três.

Ao Senhor Embaixador Hugo Gouthier de Oliveira Gondim, para, na qualidade de Plenipotenciário, efetuar, na cidade de Bruxelas, a troca dos Instrumentos de ratificação da Convenção sôbre Assistência Judiciária Gratuita, celebrada entre os Estados Unidos do Brasil e a Bélgica, assinada na cidade do Rio de Janeiro, aos dez dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e cinqüenta e cinco.

Ao Senhor Embaixador Hugo Gouthier de Oliveira Gondim, para, na qualidade de Plenipotenciário, efetuar, na cidade de Bruxelas, a troca dos Instrumentos de ratificação do Tratado de Extradicação celebrado entre os Estados Unidos do Brasil e a Bélgica, firmado na cidade do Rio de Janeiro, aos seis dias do mês de maio do ano de mil novecentos e cinqüenta e três.

Ao Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, para, na qualidade de Plenipotenciário, assinar, *ad referen-*

dum do Congresso Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, e Acôrdo de Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha.

Ao Senhor Brigadeiro-do-Ar Henrique Fleiuss, para, na qualidade de Plenipotenciário, assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, o Acôrdo de Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha.

Ao Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, para, na qualidade de Plenipotenciário, assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, o Convênio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e o Paraguai.

Ao Senhor Embaixador Adolpho de Alencastro Guimarães, para, na qualidade de Plenipotenciário, efetuar, na cidade de Roma, a troca dos Instrumentos de ratificação da Convenção de Conciliação e Solução Judiciária, firmada na cidade do Rio de Janeiro, aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e cinqüenta e quatro, entre os Estados Unidos do Brasil e a Itália.

Ao Senhor Embaixador Henrique de Souza Gomes, para, na qualidade de Plenipotenciário, assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, o Sexto Protocolo de Concessões Adicionais ao Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio, adotado na cidade de Genebra, aos vinte e três dias do mês de maio do ano de mil novecentos e cinqüenta e seis.

Ao Senhor Embaixador Henrique de Souza Gomes, para, na qualidade de Plenipotenciário, assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, o Quinto Protocolo de Ratificação e Modificação dos textos das listas anexas ao Acôrdo

Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, adotado na cidade de Genebra, aos três dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e cinqüenta e cinco.

Ao Senhor Embaixador Henrique de Souza Gomes, para, na qualidade de Plenipotenciário, assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, o Protocolo de Ratificação do texto francês do Acôrdo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, concluído na cidade de Genebra, aos quinze dias do mês de junho do ano de mil novecentos e cinqüenta e cinco.

Ao Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, para, na qualidade de Plenipotenciário, assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, o Acôrdo entre os Estados Unidos do Brasil e a Itália para isentar de bitributação as rendas relativas ao exercício da navegação marítima e aérea.

À Senhora Betina Kaisermann, para, na qualidade de Delegado, representar os Estados Unidos do Brasil no XIV Congresso da União Postal Universal, a realizar-se em Ottawa aos catorze dias do mês de agôsto do ano de mil novecentos e cinqüenta e sete.

Ao Coronel de Exército José Alberto Bittencourt, para, na qualidade de Chefe da Delegação, representar o Brasil no XIV Congresso da União Postal Universal, a ser realizada em Ottawa, aos catorze dias do mês de agôsto do ano de mil novecentos e cinqüenta e sete, podendo assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, os atos internacionais ali formulados.

Ao Senhor José Luiz Ribeiro Samico, para, na qualidade de Delegado, representar os Estados Unidos do Brasil no XIV Congresso da União Postal Universal, a ser realizado

em Ottawa, aos catorze dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e cinquenta e sete.

Ao Senhor Octavio Leopoldino Cavalcante de Moraes, para, na qualidade de Delegado, representar os Estados Unidos do Brasil no XIV Congresso da União Postal Universal, a ser realizado em Ottawa, aos catorze dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e cinquenta e sete.

Ao Senhor Hamilton Sholl, para, na qualidade de Delegado, representar os Estados Unidos do Brasil no XIV Congresso da União Postal Universal, a ser realizado em Ottawa, aos catorze dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e cinquenta e sete.

Ao Senhor Brigadeiro-do-Ar Francisco de Assis Corrêa Mello, para, na qualidade de Plenipotenciário, assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, o Acôrdo de Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha, a ser firmado no Rio de Janeiro.

Ao Senhor Professor Hermes Lima para, na qualidade de Delegado, representar os Estados Unidos do Brasil na Conferência Econômica da Organização dos Estados Americanos, a realizar-se em Buenos Aires.

Ao Senhor Ministro Edmundo Penna Barbosa da Silva para, na qualidade de Delegado, representar os Estados Unidos do Brasil na Conferência Econômica da Organização dos Estados Americanos, a realizar-se em Buenos Aires.

Ao Senhor Engenheiro Lucas Lopes, para, na qualidade de Delegado, representar os Estados Unidos do Brasil na Conferência Econômica da Organização dos Estados Americanos, a realizar-se em Buenos Aires.

Ao Senhor Doutor José Augusto Bezerra de Medeiros para, na qualidade de Delegado, representar os Estados Uni-

dos do Brasil na Conferência Econômica da Organização dos Estados Americanos, a realizar-se em Buenos Aires.

Ao Senhor Deputado João Pacheco Chaves, para, na qualidade de Delegado, representar os Estados Unidos do Brasil na Conferência Econômica da Organização dos Estados Americanos, a ser realizada em Buenos Aires.

Ao Senhor Embaixador João Carlos Muniz, na qualidade de Chefe-Substituto da Delegação, representar o Brasil na Conferência Econômica da Organização dos Estados Americanos, a realizar-se em Buenos Aires.

Ao Senhor Doutor José Maria Alkmim, para, na qualidade de Chefe da Delegação, representar o Brasil na Conferência Econômica da Organização dos Estados Americanos, a realizar-se em Buenos Aires.

Ao Senhor Doutor Eugênio Gudín, para, na qualidade de Delegado, representar os Estados Unidos do Brasil na Conferência Econômica da Organização dos Estados Americanos, a realizar-se em Buenos Aires.

Ao Senhor Deputado Iris Meinberg, para, na qualidade de Delegado, representar os Estados Unidos do Brasil na Conferência Econômica da Organização dos Estados Americanos, a realizar-se em Buenos Aires.

Ao Senhor Senador Mendonça Clark, para, na qualidade de Delegado, representar os Estados Unidos do Brasil na Conferência Econômica da Organização dos Estados Americanos, a realizar-se em Buenos Aires.

Ao Senhor Ministro Antonio Corrêa do Lago, para, na qualidade de Delegado, representar os Estados Unidos do Brasil na Conferência Econômica da Organização dos Estados Americanos, a realizar-se em Buenos Aires.

Ao Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, para, na qualidade de Plenipotenciário, proceder à troca dos Instrumentos de ratificação do Convênio da cooperação para o estudo do aproveitamento da energia hidráulica dos rios Acaraí e Mondai, firmado no Rio de Janeiro, aos vinte dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e cinqüenta e seis.

Ao Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, para, na qualidade de Plenipotenciário, proceder à troca dos Instrumentos de ratificação do Convênio de Comércio Fronteiriço (acompanhado de Anexo "A" e "B" e de Protocolo Adicional sobre Direitos de Importação), firmado em Assunção, aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinqüenta e seis.

Ao Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, para, na qualidade de Plenipotenciário, proceder à troca dos Instrumentos de ratificação do Convênio para o Estabelecimento, em Paranaguá, de um entreposto de depósito franco para mercadorias importadas pelo Paraguai, firmado no Rio de Janeiro, aos vinte dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e cinqüenta e seis.

Ao Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, para, na qualidade de Plenipotenciário, proceder à troca dos Instrumentos de ratificação do Convênio para o estabelecimento, em Concepción, de um entreposto de depósito franco para mercadorias importadas pelo Brasil.

Ao Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, para, na qualidade de Plenipotenciário, proceder à troca dos Instrumentos de ratificação do Tratado Geral de Comércio e Investimentos, firmado em Assunção, aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e cinqüenta e seis.

Ao Senhor Embaixador Oswaldo Aranha, para, na qualidade de Chefe da Delegação, representar o Brasil na XII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Ao Senhor Augusto Frederico Schmidt, para, na qualidade de Delegado, representar o Brasil na XII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Ao Senhor Embaixador Gilberto Amado, para, na qualidade de Delegado, representar o Brasil na XII Sessão da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas.

Ao Senhor Embaixador Cyro de Freitas Valle, para, na qualidade de Delegado, representar o Brasil na XII Sessão da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas.

Ao Senhor Professor Hermes Lima, para, na qualidade de Delegado, representar o Brasil na XII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Ao Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, para, na qualidade de Plenipotenciário, assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, o Convênio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República de Honduras.

Ao Senhor Necker Pinto, para, na qualidade de Delegado, representar o Brasil na Reunião do Conselho Diretor da Repartição Sanitária Pan-Americana, na cidade de Washington, e assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, os atos internacionais ali formulados e aprovados com o voto do Brasil.

Ao Senhor Henrique Maia Penido, para, na qualidade de Delegado, representar o Brasil na Reunião do Conselho Diretor da Repartição Sanitária Pan-Americana, na cidade de Washington, e assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, os atos internacionais ali formulados e aprovados com voto do Brasil.

Ao Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, para, na qualidade de Plenipotenciário, assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, o Convênio sôbre bases para a cooperação econômica e técnica entre os Estados Unidos do Brasil e o Peru, a ser firmado em Lima.

Ao Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, para, na qualidade de Plenipotenciário, assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, o Acôrdo Cultural entre o Brasil e o Irã, a ser firmado no Rio de Janeiro.

**PERSONALIDADES AGRACIADAS COM A ORDEM
NACIONAL DO CRUZEIRO DO SUL
EM 1957**

N O M E S	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Senhor Heinz Gehm, Presidente do Conselho de Fiscalização da "Deutsche Edelstahlwerke AG", de Krefeld.....	COMENDADOR	30- 1-57
Senhor Gabriel Emílio Maximiliano Lacombe, Diretor Geral da Agência France-Presse, no Brasil	COMENDADOR	30- 1-57
Senhor Axel Ax: son Johnson Junior, Diretor proprietário da "Johnson Line"	OFICIAL	30- 1-57
Senhor Bernhard Heibach, antigo Terceiro Secretário da Embaixada da República Federal da Alemanha no Brasil	CAVALEIRO	30- 1-57
Professor Doutor Fidelino de Figueiredo	COMENDADOR	30- 1-57
Senhor HerbegrtAloysius May, Presidente da "Westinahouse Air Brake International Compny"	COMENDADOR	30- 1-57
Senhor Hans Reuter, Presidente da Diretoria da firma "Demag", de Duisburg	COMENDADOR	30- 1-57
Senhor Roman Escohotado, jornalista espanhol.....	OFICIAL	30- 1-57

N O M E S	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
S. Ex. o Senhor Doutor Nader Kouzbari, Embaixador Extraordinário e Plenipo- tenciário em Missão Especial da Síria.	GRÃ-CRUZ	30- 1-57
Reverenda Madre Marta Cerutti, Dire- tora do Ginásio Coração de Jesus, em Cuiabá.....	CAVALEIRO	30- 1-57
Dona Olga Berthe Albrecht.....	CAVALEIRO	30- 1-57
Professor Walter Harvey Moore, antigo Reitor do Colégio "O Granbery", da cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.....	OFICIAL	30- 1-57
Senhor Juan José Fernández, Terceiro Secretário da Embaixada do Chile no Brasil.....	CAVALEIRO	30- 1-57
Senhor Alfred Met Den Ancxt, Diretor da Câmara de Comércio Belgo-Brasileira	OFICIAL	30- 1-57
S. Ex. o Senhor Paul Van Zeeland.....	GRÃ-CRUZ	30- 1-57
Senhor Jean Manzon.....	CAVALEIRO	30- 1-57
Senhor Guilherme Perestrelo de Albu- querque d'Orey, Presidente da Com- panhia Comercial Marítima.....	OFICIAL	30- 1-57
S. Ex. o Senhor Embaixador Rigoberto Armaza Lopera.....	GRÃ-CRUZ	13- 2-57
Senhor Lucio Thomé Féteira. (Promoção)	COMENDADOR	13- 2-57
Senhor Leopoldo Josef Fink.....	CAVALEIRO	13- 2-57

N O M E S	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Senhor Pierre Lion.....	OFICIAL	13- 2-57
Senhor Antonino Messina.....	CAVALEIRO	13- 2-57
Professôra Virginia Béraud Roser.....	CAVALEIRO	13- 2-57
Senhor Luis M. Hernández, arquiteto panamenho.....	OFICIAL	13- 2-57
S. Ex. o Senhor Tomás Gabriel Duque..	GRÃ-CRUZ	13- 2-57
Senhor José Dominador Bazán, Deputado à Assembléia Nacional da República do Panamá.....	COMENDADOR	13- 2-57
S. Ex. o Senhor Alberto A. Boyd, Embai- xador Extraordinário e Plenipotenciá- rio da República do Panamá em Cuba	GRÃ-CRUZ	13- 2-57
S. Ex. o Senhor Ricardo M. Arias Espi- nosa, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República do Pa- namá nos Estados Unidos da América	GRÃ-CRUZ	13- 2-57
Senhor Hugo Surraco y Cantera, Diretor da Câmara de Comércio Brasil-Uruguai (Promoção).....	COMENDADOR	13- 2-57
Senhor José Maria Peña, jornalista uru- guaio.....	COMENDADOR	13- 2-57
Senhor Adolfo Tejera, Deputado Nacional da República Oriental do Uruguai....	COMENDADOR	13- 2-57
Senhor Maurice Delmée, Diretor do Ser- viço do Protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Bélgica.....	COMENDADOR	13- 2-57

N O M E S	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
S. Ex. o Senhor Embaixador José Fernández-Villaverde y Roca de Togores, Marquês de Santa Cruz, Subsecretário de Estado de Assuntos Exteriores da Espanha.....	GRÃ-CRUZ	21- 2-57
S. Ex. o Senhor Juan Antonio Suances, Presidente do Instituto Nacional da Indústria da Espanha.....	GRÃ-CRUZ	21- 2-57
S. Ex. o Senhor Ministro Bernardo Roland y de Miota, Chefe do Gabinete Diplomático do Ministério de Assuntos Exteriores da Espanha.....	GRANDE OFICIAL	21- 2-57
S. Ex. o Senhor Ministro Eduardo Casuso Gandarillas, Segundo Chefe do Protocolo do Ministério de Assuntos Exteriores da Espanha.....	GRANDE OFICIAL	21- 2-57
S. Ex. o Senhor Fernando Fuentes de Villavicencio, Segundo Chefe da Casa Civil do Chefe do Estado Espanhol..	GRANDE OFICIAL	21- 2-57
Senhor Luis Hergueta García de Guadiana, Vice-Secretário Geral do Instituto de Cultura Hispânica.....	GRANDE OFICIAL	21- 2-57
Coronel José Otaolaurruchi Tobis, Chefe da Academia de Infantaria da Espanha	COMENDADOR	21- 2-57
Tenente-Coronel Victor Suaces Dias del Rio, do Exército Espanhol.....	OFICIAL	21- 2-57
Senhor Raimundo Perez-Hernández, Segundo Secretário de Embaixada da Espanha.....	OFICIAL	21- 2-57

N O M E S	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Senhor Fernando Benito Mestre, Segundo Secretário de Embaixada da Espanha	OFICIAL	21- 2-57
Senhor José Maria de Travesedo y Ji- ménez-Arenas, Terceiro Secretário de Embaixada da Espanha.....	CAVALEIRO	21- 2-57
Senhor Manuel Maria de Barandica y Uhagón, Secretário do Serviço de Infor- mações Diplomáticas do Ministério de Assuntos Exteriores da Espanha.....	CAVALEIRO	21- 2-57
S. Ex. o Senhor Hernan Figueroa Anguita, Vice-Presidente do Senado do Chile..	GRÃ-CRUZ	8- 4-57
S. Ex. o Senhor Julio Antonio Duran Neumann, Presidente da Câmara dos Deputados do Chile.....	GRÃ-CRUZ	8- 4-57
S. Ex. o Senhor Fernando Alessandri Ro- driguez, Presidente do Senado do Chile	GRÃ-CRUZ	8- 4-57
Senhor Jules Campagne, antigo Conse- lheiro Comercial da Embaixada da França no Brasil.....	COMENDADOR	8- 4-57
Senhor Doutor Teodoro Bustamante Muñoz, Ministro Conselheiro da Em- baixada do Equador no Brasil.....	GRANDE OFICIAL	8- 4-57
S. Ex. o Senhor Manuel Arburúa de La Miyar, Ministro de Comércio da Es- panha.....	GRÃ-CRUZ	8- 4-57
Senhor Alejandro Bermúdez González, Diretor Geral do "Instituto Español de Moneda Estranjera".....	GRANDE OFICIAL	8- 4-57

N O M E S	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Senhor José Antonio Montes Pérez, Di- retor substituto do "Instituto Español de Moneda Estranjera".....	GRANDE OFICIAL	8- 4-57
Senhor Faustino Armijo, Diretor Geral de Política Comercial do Ministério de Comércio da Espanha.....	GRANDE OFICIAL	8- 4-57
S. Ex. o Senhor Presidente Antoine Pinay	GRÃ-CRUZ	9- 4-57
Senhor Carlos Eduardo de la Madriz, Primeiro Secretário da Embaixada da Venezuela no Brasil.....	OFICIAL	24- 4-57
S. Ex. o Senhor Ramón López Jiménez, Embaixador Extraordinário e Plenipo- tenciário da República de El Salvador	GRÃ-CRUZ	24- 4-57
Senhor Gideon Stephanus de Clercq Ju- nior, Secretário Geral do Instituto Brasil-Holanda (Promoção).....	OFICIAL	10- 5-57
Senhor Georges Follebouckt, Conselheiro da Embaixada da Bélgica no Brasil..	COMENDADOR	10- 5-57
Senhor Joseph Hein, Diretor Geral da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira	COMENDADOR	29- 5-57
Senhor Meade Brunet.....	OFICIAL	4- 6-57
Reverenda Madre Julieta Herlinvaux, Provincial das Cônegas Regulares de Santo Agostinho no Brasil.....	CAVALEIRO	4- 6-57
Senhor Jacques Pilon (Promoção).....	COMENDADOR	4- 6-57
Senhor Doutor Carlos A. Pueyrredon...	GRANDE OFICIAL	4- 6-57

N O M E S	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Senhor Jean Paul Julien Vachet (Promoção).....	COMENDADOR	4- 6-57
Professor Augusto Tamayo Vargas, Cate- drático da Universidade de São Marcos	COMENDADOR	4- 6-57
Senhor Robert Augustus Wrench, Vice- Presidente da Companhia de Fôrça e Luz.....	OFICIAL	4- 6-57
Senhor René Wagner, Secretário, na Eu- ropa, da Companhia Siderúrgica Belgo- Mineira.....	OFICIAL	4- 6-57
Senhor Paul Van de Weyer, Secretário Geral do jornal "L'Echo de la Bourse", de Bruxelas.....	OFICIAL	4- 6-57
Senhor Léopold François Jean Blauwet, Diretor-Proprietário do jornal "La Cote Libre", de Bruxelas.....	OFICIAL	4- 6-57
Senhor José Maria Alvarez Romero....	OFICIAL	4- 6-57
Senhor Eberhard F. Baumann.....	CAVALEIRO	4- 6-57
Senhor Luigi Fiorentino, Professor da Universidade de Siena, Itália.....	OFICIAL	4- 6-57
Senhor Doutor José Kaled, Médico do Hospital Psiquiátrico do Panamá.....	CAVALEIRO	4- 6-57
Senhor Mario Méndez Rivas, Chefe do Protocolo do Ministério das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai. (Promoção).....	GRANDE OFICIAL	4- 6-57

N O M E S	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Senhor Antonio Meijide Pardo.....	OFICIAL	4- 6-57
Senhor Abílio de Oliveira Águas.....	CAVALEIRO	4- 6-57
Senhor Felix Prentzel. (Promoção).....	GRANDE OFICIAL	4- 6-57
Senhora Mercedes Gabrois y Riaño, Viú- va de Ballesteros.....	OFICIAL	4- 6-57
Senhor DeLesseps Story Morrison, Pre- feito de Nova Orleans.....	COMENDADOR	4- 6-57
Senhor Robert W. Dowling, industrial americano.....	OFICIAL	4- 6-57
Senhor Arthur K. Watson, Presidente da "International Business Machines World Trade Corporation".....	OFICIAL	4- 6-57
Senhor John Adms, Presidente da "Ame- rican Brazilian Association".....	OFICIAL	4- 6-57
Senhor John F. Mckiernan, Presidente da "National Coffee Association".....	OFICIAL	4- 6-57
Senhor Henry Barry Sargent, Presidente e Diretor da "American Foreign Power Company".....	OFICIAL	4- 6-57
Senhor Robert J. Corkery, Vice-Presi- dente da "Motion Picture Export Association".....	OFICIAL	4- 6-57
Senhor W. Stewart Nelson, Presidente da "Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras".....		4- 6-57

N O M E S	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Senhor Don Bolt, Jornalista americano	OFICIAL	4-6-57
Senhor George Cheever Shattuck, Professor do Colégio de Medicina de "Harvard University".....	OFICIAL	4- 6-57
Senhor Rufus F. Hale, Presidente do Centro Mundial de Comércio da Nova Inglaterra.....	CAVALEIRO	4- 6-57
Senhor Moisés Figueiredo da Cruz, Vice-Cônsul, em exercício, de Portugal em Manaus.....	CAVALEIRO	7- 6-57
Senhor José Manoel Marques Ortins de de Bettencourt, Vice-Cônsul, em exercício, de Portugal em Belém.....	CAVALEIRO	7- 6-57
Senhor Mathias Luis Tavares, Adido Financeiro Adjunto à Embaixada de Portugal no Brasil.....	CAVALEIRO	7- 6-57
Senhor Frederico José de Souza Teixeira de Sampaio, Segundo Secretário da Embaixada de Portugal no Brasil.....	OFICIAL	7- 6-57
Senhor José Manoel de Noronha Gamito, Segundo Secretário da Embaixada de Portugal no Brasil.....	OFICIAL	7- 6-57
Senhor Joaquim de Souza Cordeiro, Adido Comercial à Embaixada de Portugal no Brasil.....	OFICIAL	7- 6-57
Capitão João Carlos Craveiro Lopes, Ajudante de Campo do Presidente da República Portuguesa.....	OFICIAL	7- 6-57

N O M E S	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Capitão Octavio Hugo de Almeida e Vasconcellos Pimentel, Ajudante de Campo do Presidente da República Portuguesa.....	OFICIAL	7- 6-57
Senhor José Batista da Costa, Adido Financeiro à Embaixada de Portugal no Brasil.....	OFICIAL	7- 6-57
Senhor Herculano Vaz Serra Rebordão, Adido de Imprensa à Embaixada de Portugal no Brasil.....	OFICIAL	7- 6-57
Doutor Francisco Garcia, Secretário do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal.....	OFICIAL	7- 6-57
Senhor Manoel Emygdio da Silva, Cônsul de Portugal em Santos.....	OFICIAL	7- 6-57
Senhor Carlos Henrique Ferreira Lemonde de Macedo, Cônsul de Portugal em Recife.....	OFICIAL	7- 6-57
Senhor Antonio Augusto Coelho Bártolo, Cônsul de Portugal em Pôrto Alegre....	OFICIAL	7- 6-57
Senhor Adriano Antonio de Carvalho.. Cônsul de Portugal em São Paulo....	OFICIAL	7- 6-57
Senhor João Nuno Perestrello Botelho Cavaco, Cônsul de Portugal em Belo Horizonte.....	OFICIAL	7- 6-57
Senhor João Eduardo Monterverde Pereira Bastos, Cônsul de Portugal em Salvador.....	OFICIAL	7- 6-57

N O M E S	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Doutor Ricardo Horta.....	COMENDADOR	7- 6-57
Senhor Antonio Medeiros de Gouveia, Conselheiro Cultural da Embaixada de Portugal no Brasil	COMENDADOR	7- 6-57
Senhor Mario Soares D' Oliveira Neves, Conselheiro da Embaixada de Portugal no Brasil	COMENDADOR	7- 6-57
Excelentíssima Senhora Dona Erminia Cantilo de Faria.....	GRANDE OFICIAL	7- 6-57
Excelentíssima Senhora Dona Maria Amé- lia de Pita e Cunha.....	GRANDE OFICIAL	7- 6-57
S. Ex. o Senhor Comodoro Fernando de Quintanilha e Mendonça Dias, Sub- chefe Adjunto do Estado Maior da Ar- mada de Portugal.....	GRANDE OFICIAL	7- 6-57
Doutor Augusto Soares de Souza Batista, Presidente do Gabinete Português de Leitura.....	GRANDE OFICIAL	7- 6-57
S. Ex. Senhor Doutor José Nosolini Pinto Osório da Silva Leão, Embaixador Ex- traordinário e Plenipotenciário de Por- tugal na Espanha.....	GRÃ-CRUZ	7- 6-57
Excelentíssimo Senhor Albino de Souza Cruz.....	GRÃ-CRUZ	7- 6-57
Excelentíssima Senhora Dona Berta Cra- veiro Lopes.....	GRÃ-CRUZ	7- 6-57

N O M E S	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
S. Ex. o Senhor Doutor Henrique Bacelar Caldeira Queiroz, Diretor Geral dos Ne- gócios Políticos do Ministério dos Ne- gócios Estrangeiros de Portugal. (PROMOÇÃO)	GRÃ-CRUZ	7- 6-57
S. Ex. o Senhor Doutor Mário de Figuei- redo, Membro do Conselho de Estado da República Portuguesa.....	GRÃ-CRUZ	7- 6-57
S. Ex. Senhor Doutor Luis Pereira Cou- tinho, Secretário Geral da Presidência da República Portuguesa.....	GRÃ-CRUZ	7- 6-57
S. Ex. o Senhor João de Mattos Antunes Varella, Ministro da Justiça Portu- guesa.....	GRÃ-CRUZ	7- 6-57
S. Ex. o Senhor Raul Ventura, Ministro do Ultramar da República Portuguesa.	GRÃ-CRUZ	7- 6-57
S. Ex. o Senhor Francisco Leite Pinto, Ministro da Educação Nacional da Re- pública Portuguesa.....	GRÃ- CRUZ	7- 6-57
S. Ex. o Senhor Coronel Bento da França Chefe da Casa Militar da Presidência da República Portuguesa.....	GRÃ-CRUZ	7- 6-57
S. Ex. o Senhor General Carlos Mário Sanches da Costa Macedo, Chefe do Estado Maior das Fôrças Armadas de Portugal.....	GRÃ-CRUZ	7- 6-57
Senhor Paul Gauguier, Adido à Embai- xada da França no Brasil.....	CAVALEIRO	25- 6-57

N O M E S	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Senhor Walter Heinrich, Segundo Secretário Econômico da Embaixada da República Federal da Alemanha no Brasil.	CAVALEIRO	25- 6-57
Senhor José Villanueva Junior, antigo Primeiro Secretário da Embaixada da República Dominicana no Brasil.....	OFICIAL	25- 6-57
Senhor Jórge Hertoft, antigo Adido à Legação da Dinamarca no Brasil.....	CAVALEIRO	25- 6-57
Senhor Christoph Becker von Sothen, antigo Segundo Secretário da Embaixada da República Federal da Alemanha no Brasil.....	CAVALEIRO	25- 6-57
Senhor Josef Dlugolecki, antigo Adido à Legação da Polônia no Brasil.....	CAVALEIRO	25- 6-57
Senhor Rolf Ramisch, antigo Segundo Secretário da Embaixada da República Federal da Alemanha no Brasil.....	CAVALEIRO	25- 6-57
Senhor Raúl Jude, Advogado da agência do Banco da Brasil em Montevidéu..	COMENDADOR	25- 6-57
Senhor Alberto Bonfiglioli.....	CAVALEIRO	29- 6-57
Senhor Aimé Teyssier D'Orfeuill, Adido Financeiro à Embaixada da França no Brasil.....	CAVALEIRO	29- 6-57
Senhor Gerard Piesiecki, Adido Comercial Adjunto à Legação da Polônia no Brasil.....	CAVALEIRO	29- 6-57
Doutor Hyla Bristow Stallard.....	OFICIAL	29- 6-57

N O M E S	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Senhor Masanao Akai, Adido à Embaixada do Japão no Brasil.....	CAVALEIRO	29- 6-57
Senhor Jacques Boon, Primeiro Secretário da Embaixada da Bélgica no Brasil.....	OFICIAL	29- 6-57
Senhora Dona Jane Gray Braga, Redatora da Agência "Reuter".....	CAVALEIRO	23- 6-57
Senhor Martinus Cornelis van Agt, antigo Presidente da "Sociedade Anônima Philips do Brasil".....	COMENDADOR	31- 7-57
Senhor Jan Louis Vouëte, Diretor do Departamento americano no Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Países-Baixos.....	COMENDADOR	31- 7-57
Senhor Robert Lacoste, Adido Comercial à Embaixada da França no Brasil....	CAVALEIRO	31- 7-57
Doutor Franco Bellia, Conselheiro da Embaixada da Itália no Brasil.....	COMENDADOR	31- 7-57
Senhor Masao Fujimoto, Primeiro Secretário da Embaixada do Japão no Brasil	OFICIAL	31- 7-57
S. Ex. o Senhor Fuad Carim, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Turquia no Brasil.....	GRÃ-CRUZ	31- 7-57
Senhor Nicolas Hientgen.....	OFICIAL	27- 8-57
Senhor João Villaret.....	OFICIAL	27- 8-57

N O M E S	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
S. Ex. o Senhor Shen Chang-Huan, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial do Presidente da República da China.....	GRÃ-CRUZ	19- 9-57
Senhor Walter Boveri, Presidente da Brown, Boveri S.A.de Baden.....	COMENDADOR	12- 9-57
Senhor Pedro Grases, Professor da Universidade Central da Venezuela.....	COMENDADOR	19- 9-57
Doutor Emilio Spósito Jiménez, Reitor da Universidade Central da Venezuela	GRANDE OFICIAL	19- 9-57
Excelentíssima Senhora Dona Ligia Mora de Stroessner.....	GRÃ-CRUZ	30- 9-57
Senhor Nobuo Murooka, Adido Adjunto à Embaixada do Japão no Brasil.....	CAVALEIRO	30- 9-57
Professor Ramón Valdés Costa, Vice-Diretor da Faculdade de Direito e Ciências Sociais de Montevidéu.....	COMENDADOR	30- 9-57
Senhor Max Bergerre, Diretor-Adjunto da Agência France Presse, na Italia.....	OFICIAL	30- 9-57
Senhora Dona Mercedes la Valle, Correspondente, na Itália, no jornal a "Gazeta de São Paulo".....	CAVALEIRO	30- 9-57
Doutora Palma Bucarelli, Superintendente da Galeria Nacional de Arte Moderna em Roma.....	OFICIAL	30- 9-57

N O M E S	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Professor Rodolfo Mezzera Alvarez, Diretor da Faculdade de Direito e Ciências Sociais de Montevidéu.....	COMENDADOR	30- 9-57
Senhor Manuel Marques Gastão, jornalista português.....	CAVALEIRO	30- 9-57
Senhor José Mestrallet, Auxiliar contratado do Consulado Geral do Brasil em Buenos Aires.....	CAVALEIRO	30- 9-57
Professor Jean Gabus, Diretor do Museu de Etnografia de Neuchâtel.....	OFICIAL	30- 9-57
Doutora Denise Albe-Fessard, Professora de Neurofisiologia da Faculdade de Ciências de Paris (Sorbonne).....	OFICIAL	30- 9-57
Professor Brian F. Hoffman, da Faculdade de Medicina da Universidade do Estado de Nova York.....	OFICIAL	30- 9-57
Senhor Charles G. Tennent, Presidente do Rotary Internacional.....	OFICIAL	30- 9-57
Senhor Oscar Justo Berro, Encarregado de Negócios da República Oriental do Uruguai em Estocolmo.....	COMENDADOR	30- 9-57
Reverendo Irmão José Pacomio (Nicolau Schmit) Marista.....	OFICIAL	30- 9-57
Senhora Dona Gabrielle Mineur, Adido Cultural à Embaixada da França no Brasil.....	CAVALEIRO	30- 9-57

N O M E S	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Doutor Walter Bungeler, Professor na Universidade de Munique.....	OFICIAL	30- 9-57
Reverendíssimo Padre Doutor Renato Ziggiotti, Superior Geral dos Salesianos	COMENDADOR	30-9 -57
Senhor Mario Dedini.....	OFICIAL	30- 9-57
Senhor Henrique José de Mello Breyner Cardoso de Menezes.....	OFICIAL	30- 9-57
Senhor Edgardo Prado, Diretor da Im- prensa e Informações do Ministério das Relações Exteriores da República da Nicarágua.....	OFICIAL	30- 9-57
Senhor Joaquim Sanson Arguello, Adido Adjunto ao Cerimonial Diplomático do Ministério das Relações Exteriores da República da Nicarágua.....	OFICIAL	30- 9-57
S. Ex. o Senhor Francisco Fiallos Gil, Diretor do Cerimonial Diplomático do Ministério das Relações Exteriores da República Dominicana.....	GRANDE OFICIAL	30- 9-57
Senhor Juan Urrutia, antigo Conselheiro Econômico da Embaixada do Chile no Brasil.....	COMENDADOR	30- 9-57
Senhor Piéter Franziskus Sylvester Oten, Diretor e Presidente da N. V. Philips Gloeilampenfabrieken, em Eindhoven, Holanda.....	COMENDADOR	3-10-57
S. Ex. o Senhor Ardechir Zahedi.....	GRÃ-CRUZ	3-10-57

N O M E S	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Senhor Lars Ivar Hannell, Membro da Câmara Brasil-Suécia.....	OFICIAL	17-10-57
S. Ex. o Senhor Alfred Loesch, Grande Marechal da Côte Grã-Ducal do Lu- xemburgo.....	GRÃ-CRUZ	19-10-57
S. Ex. o Senhor Guillaume Konsbruck, Camareiro de Sua Alteza Real a Grã- Duquesa do Luxemburgo.....	GRANDE OFICIAL	19-10-57
Capitão Norbert Prussen, Ajudante de Ordens de Sua Alteza Real a Grã-Du- quesa do Luxemburgo.....	OFICIAL	19-10-57
Capitão Paul Koch, Ajudante de Ordens de Sua Alteza Real o Principe do Lu- xemburgo.....	OFICIAL	19-10-57
Capitão Germain Frantz, Ajudante de Ordens de Sua Alteza Real o Grão- Duque Herdeiro do Luxemburgo.....	OFICIAL	19-10-57
Senhor François Hallé, Comissário da Côte Grã-Ducal do Luxemburgo.....	OFICIAL	19-10-57
Senhor Joséph Trueta, Professor de Traumatologia da Universidade de Ox- ford.....	COMENDADOR	21-10-57
Senhor David Alfred Sebastian.....	CAVALEIRO	24-10-57
S. Ex. o Senhor Sami El-Solh, Presidente do Conselho de Ministros do Libano	GRÃ-CRUZ	13-11-57
S. Ex. o Senhor Charles Málík, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Libano	GRÃ-CRUZ	13-11-57

N O M E S	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
S. Ex. o Senhor Sélim Lahoud, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros do Líbano.....	GRÃ-CRUZ	13-11-57
S. Ex. o Senhor Nagib Sadaka, Secretário Geral, interino, do Ministério do Negó- cios Estrangeiros do Líbano.....	GRANDE OFICIAL	13-11-57
S. Ex. o Senhor Nazih Lahoud, Diretor dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Líbano	GRANDE OFICIAL	13-11-57
S. Ex. o Senhor Naim Amiouni, Diretor dos Negócios Económicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Líbano..	GRANDE OFICIAL	13-11-57
Senhor Robert Abela, Diretor do jornal "Al-Zaman".....	COMENDADOR	13-11-57
Senhor Joseph Sidry, Redator do jornal "Al Jaryda".....	OFICIAL	13-11-57
S. Ex. o Senhor Izzet Khourchid, Diretor do Protocolo do Ministério dos Negó- cios Estrangeiros da República Liba- nesa. (Promoção).....	GRANDE OFICIAL	13-11-57
S. Ex. o Senhor Sami Simaika, Embai- xador Extraordinário e Plenipotenciá- rio do Egito no Brasil.....	GRÃ-CRUZ	13-11-57
Senhor Karol Staniszewski, Conselheiro da Legação da Ordem Soberana e Mi- litar de Malta no Brasil.....	COMENDADOR	20-11-57
Doutor Romualdo Massa Bernucci, an- tigo Segundo Secretário da Embaixada da Itália no Brasil.....	CAVALEIRO	20-11-57

N O M E S	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Senhor Akira Takahashi, antigo Ministro Conselheiro da Embaixada do Japão no Brasil.....	GRANDE OFICIAL	20-11-57
Reverendíssimo Monsenhor Antonio Ber- loco, Secretário da Nunciatura Apos- tólica no Brasil.....	CAVALEIRO	20-11-57
Senhor Folmer Dyrland, antigo Secretá- rio Comercial da Legação da Dina- marca no Brasil.....	OFICIAL	20-11-57
S. Ex. o Senhor Manuel Prado Ugarte- che, Presidente da República Peruana.	GRANDE COLAR	23-11-57
S. Ex. o Senhor Kotaro Tanaka, Presi- dente da Côrte Suprema do Japão...	GRÃ-CRUZ	11-12-57
S. Ex. o Senhor Josseim Navab, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipoten- ciário do Irã no Brasil.....	GRÃ-CRUZ	13-12-57
Senhor William Rogers Herod, Presidente da "International General Electric" — Divisão da "General Electric Corpora- tion".....	OFICIAL	20-12-57
Senhor Jorge Orrego Ortiz, Segundo Se- cretário da Embaixada do Chile no Brasil.....	CAVALEIRO	30-12-57
Senhor George Francis Lyttleton Holt, Vice-Presidente da "Moore-Mc Cor- mack Lines".....	OFICIAL	30-12-57
Senhor José Brunet, Presidente da firma "Mateo Brunet, S. A. C.", de Mon- tevidéu.....	CAVALEIRO	30-12-57

N O M E S	GRAUS	DATA DOS DECRETOS
Senhor Carlos Ons Cotelo, Secretário Ge- ral do Conselho Interamericano de Co- mércio e Produção.....	CAVALEIRO	30-12-57
Senhor Hugh Davies, Diretor Assistente de Operações Estrangeiras da "Inter- national Harvester Company".....	CAVALEIRO	30-12-57
Senhor Etienne Perillou, Presidente das Indústrias "Khulmann". (Promoção)..	COMENDADOR	30-12-57
Senhor Julio Anahory do Quental Calhei- ros, Conde de Covilhã.....	OFICIAL	30-12-57
Senhora Georgina Capellaro Nodari.....	CAVALEIRO	30-12-57
Professora Maria Edelina Alvarez, Dire- tora da "Escola Brasil", em Assunção	CAVALEIRO	30-12-57
Tenente Felipe Alejandro Rivas Perdomo, da Marinha de Guerra da República Dominicana.....	CAVALEIRO	30-12-57
S. Ex. o Senhor Embaixador Fernando Maria Castiella, Ministro de Assuntos Exteriores da Espanha.....	GRÃ-CRUZ	30-12-57
Senhor Manuel Fuentes Irurozquim, Di- retor do Departamento de Estudos Eco- nômicos do Ministério do Comércio da Espanha.....	COMENDADOR	30-12-57
S. Ex. o Senhor Jorge Mantilla y Ortega, Senador da República do Equador....	GRANDE OFICIAL	30-12-57
Professor Kiyoshi Yamamoto.....	OFICIAL	30-12-57

ATOS, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

O Brasil compareceu, durante o ano de 1957, aos seguintes Congressos internacionais:

II Reunião da Comissão Técnica de Climatologia da Organização Meteorológica Mundial. *Washington*. Janeiro.

IV Reunião Sanitária dos Países da Bacia do Prata. *Pôrto Alegre*. Fevereiro.

VI Conferência sobre Aeródromos, Rotas Aéreas e Auxílios Terrestres. *Montreal*. Março.

XXVIII Sessão do Comité de Produtos de Base da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. (FAO). *Roma* — Março.

II Colóquio Internacional sobre Erisipela. *Washington*. Março.

Congresso Pan-Americano de Oftalmologia. *Nova York*. Abril.

VI Sessão do Comité Intergovernamental para Migrações Européias.

XXIII Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. *Nova York*. Abril.

X Assembléia Mundial de Saúde. *Genebra*. Maio.

III Reunião do Comitê Consultivo sobre Usos Pacíficos da Energia Atômica. *Genebra*. Maio.

Reunião Preparatória para o Estudo das Bases da Organização da Defesa do Atlântico Sul. *Buenos Aires*. Maio.

VII Período de Sessões da Comissão Econômica para América Latina (Cepal). *La Paz*. Maio.

XVI Sessão Plenária do Comitê Consultivo Internacional do Algodão. *Istambul*. Maio.

XI Congresso Internacional de Enfermagem. *Roma*. Julho.

XL Sessão da Conferência Internacional do Trabalho. *Genebra*. Julho.

Congresso Mundial de Hospitais. *Lisboa*. Julho.

XXVI Sessão do Conselho da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. (FAO). *Madrid*. Junho.

Reunião das Comissões Técnicas de Aerologia e de Instrumentos e Métodos de Observação da Organização Meteorológica Mundial. *Paris*. Junho.

Reunião Anual do Instituto Internacional de Ciências Administrativas. *Opatija*. Junho.

IX Congresso Internacional de Doenças Reumáticas. *Toronto*. Junho.

IX Reunião da Comissão Internacional da Pesca da Baleia. *Londres*. Junho.

Congresso Internacional de Navegação. *Londres*. Julho.

XVI Conferência Mundial de Bandeirantes. *Rio de Janeiro*. Julho.

III Congresso Internacional de Música Sacra. *Paris*.
Julho.

XXIV Sessão do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas. *Genebra*. Julho.

IV Congresso Latino-Americano de Sociologia. *Santiago do Chile*. Julho.

VII Congresso Latino-Americano de Neurologia. *Medellin*. Julho.

IV Conferência Internacional de Poliomielite. *Genebra*. Julho.

XIX Congresso da Associação Internacional Permanente de Congressos de Navegação. *Londres*. Julho.

Conferência Internacional de Instrução Pública. *Genebra*. Julho.

Seminário sobre o Ensino do Serviço Social na América Latina. *Montevidéu*. Julho.

VII Congresso Mundial para a Proteção de Inválidos. *Londres*. Julho.

IV Congresso Internacional de Nutrição. *Paris*. Julho.

XV Congresso Internacional de Psicologia. *Bruxelas*.
Julho.

Congresso Internacional de Psicanálise. *Paris*. Julho.

XXVII Reunião do Conselho Diretor do Instituto Interamericano de Proteção à Infância. *Lima*. Julho.

XI Congresso Internacional de Dermatologia. *Estocolmo*. Julho.

VII Congresso Pan-Americano de Estradas de Rodagem. *Panamá*. Agosto.

II Congresso Internacional de Educação de Jovens Cegos. *Oslo*. Agosto.

XVII Assembléia Geral da Comissão Interamericana de Mulheres. *Washington*. Agosto.

XLII Congresso Universal de Esperanto. *Marselha*. Agosto.

V Congresso Sul-Americano de Pediatria e V Congresso Pan-Americano de Pediatria. *Lima*. Agosto.

XXX Sessão do Instituto Internacional de Estatística. *Estocolmo*. Agosto.

IV Congresso Internacional de Mecânica dos Solos e Engenharia de Fundações. *Londres*. Agosto.

XIV Congresso da União Postal Universal. *Ottawa*. Agosto.

Conferência Econômica da Organização dos Estados Americanos. *Buenos Aires*. Agosto.

Conferência Internacional de Geografia. *Nara*. Agosto.

IX Congresso Pan-Americano de Estradas de Ferro. *Buenos Aires*. Agosto.

Congresso Internacional de Psiquiatria. *Zurique*. Setembro.

III Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros. *Lisboa*. Setembro.

XXVIII Congresso Homeopático Americano. *Nova York*. Setembro.

XXII Congresso Internacional de Odonto-Estomatologia. *Roma*. Setembro.

IV Congresso Internacional de Defesa Sanitária Vegetal. *Hamburgo*. Setembro.

XI Reunião do Comitê Jurídico da Organização da Aviação Civil Internacional. *Tóquio*. Setembro.

XLVI Conferência Interparlamentar. *Londres*. Setembro.

X Reunião do Conselho Diretor da Repartição Sanitária Pan-Americana. *Washington*. Setembro.

Jornadas Internacionais da Família. *Roma*. Setembro.

VII Congresso da Sociedade Internacional de Cirurgia Ortopédica e Traumatologia. *Barcelona*. Setembro.

IV Consulta sobre o Acôrdo Aéreo Brasil-Estados Unidos. *Washington*. Setembro.

XII Sessão da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas. *Nova York*. Setembro.

II Reunião do Grupo para estudos sobre Cacau, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. (FAO) *Ibadã*. Setembro.

Reunião Interamericana de Normas Técnicas. *Rio de Janeiro*. Setembro.

Congresso Internacional de Sociologia. *Beirute*. Setembro.

Conferência Diplomática de Direito Marítimo. *Bruxelas*. Setembro-Outubro.

IV Conferência sobre Problemas de Nutrição na América. *Guatemala*. Outubro.

I Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica. *Viena*. Outubro.

Seminário sobre Cooperativas de Eletrificação Rural. *Recife*. Outubro.

VI Congresso Histórico Municipal Interamericano. *Madrid*. Outubro.

VII Reunião do Conselho Deliberativo do Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias. *Genebra*. Outubro.

Reunião do Comitê Intergovernamental de Direitos Autorais. *Washington*. Outubro.

I Congresso Interamericano de Teatro. *México*. Outubro.

XII Sessão das Partes Contratantes do Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio. (GATT). *Genebra*. Outubro.

III Congresso Internacional de Angiologia. *Atlantic City*. Outubro.

II Congresso Pan-Americano de Serviço Social. *São José de Porto Rico*. Outubro.

II Congresso Uruguaio de Ginecologia. *Montevideu*. Outubro.

III Congresso Ibero-Americano de Educação. *Ciudad Trujillo*. Novembro.

II Conferência de Aviação da América do Sul. *São Paulo*. Outubro-novembro.

III Congresso Internacional de Crédito Agrícola. *Paris*. Outubro.

XIX Conferência Internacional da Cruz Vermelha. *Nova Delhi*. Outubro.

XXIX Sessão do Comitê de Produtos de Base da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. *FAO. Roma*. Outubro.

Congresso Internacional de Cirurgia. *México*. Outubro.

XXVII Sessão do Conselho da *FAO. Roma*. Outubro.

IX Período de Sessões da Conferência da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. *Roma*. Novembro.

Seminário sobre Desenvolvimento do Crédito Agrícola na América Latina. *Panamá*. Novembro.

VI Congresso Interamericano de Contabilidade. *Santiago do Chile*. Novembro.

II Congresso Interamericano de Ministério Público. *Havana*. Novembro.

Reunião Técnica Tripartida para as Minas que não as de Carvão. *Genebra*. Novembro.

V Congresso Interamericano de Psicologia. *México*. Dezembro.

II Reunião da Associação Regional Terceira da Organização Meteorológica Mundial. *Caracas*. Dezembro.

ATOS INTERNACIONAIS ASSINADOS PELO BRASIL
NO ANO DE 1957

Brasil-Japão --- Troca de notas prorrogando até 30 de abril de 1957 a vigência dos Ajustes Administrativos de Comércio e de Pagamentos, concluídos em 12 de setembro de 1952. Assinadas no Rio de Janeiro, a 30 de janeiro de 1957.

Brasil-Tcheco-Eslováquia — Troca de notas prorrogando até 16 de maio de 1957 a validade do Acôrdo de Comércio, concluído em 17 de maio de 1950. Assinadas no Rio de Janeiro, a 14 de fevereiro de 1957.

Brasil-Bélgica — Acôrdo por troca de notas entre o Brasil e a Bélgica para supressão de vistos em passaportes diplomáticos e especiais de ambos os países, isenção de vistos nos passaportes comuns brasileiros e gratuidade de emolumentos consulares em passaportes belgas. Assinado em Bruxelas, a 27 de fevereiro de 1957.

Brasil-Argentina — Troca de notas modificando e prorrogando o Ajuste sobre Intercâmbio de Frutas, concluído em 19 de setembro de 1956. Assinadas no Rio de Janeiro, a 23 de março de 1957.

Brasil-Argentina — Troca de notas prorrogando até 30 de abril de 1957, as licenças de importação concedidas pelo Brasil para a importação de frutas argentinas. Assinadas no Rio de Janeiro, a 23 de março de 1957.

Brasil-Espanha — Troca de notas prorrogando até 30 de junho de 1957, o Ajuste Comercial, firmado em 24 de julho de 1952 e prorrogado em 20 de dezembro de 1956. Assinadas no Rio de Janeiro, a 27 de março de 1957.

Brasil-Polônia — Troca de notas prorrogando por um período de três meses, a partir de 1º de abril de 1957, o regime estabelecido pelas notas trocadas em 23 de novembro de 1954. Assinadas no Rio de Janeiro, em 30 de março de 1957.

Brasil-Estados Unidos — Acôrdo por troca de notas sobre a proteção de direitos de reprodução fonomecânica de obras musicais. Assinado em Washington, a 2 de abril de 1957.

Brasil-Japão — Troca de notas prorrogando até 30 de junho de 1957, a vigência dos Ajustes Administrativos de Comércio e de Pagamentos, concluídos em 12 de setembro de 1952. Assinadas no Rio de Janeiro, a 30 de abril de 1957.

Brasil-Tcheco-Eslováquia — Troca de notas prorrogando até 30 de junho de 1957 a vigência do Acôrdo de Comércio, concluído em 17 de maio de 1950. Assinadas no Rio de Janeiro a 15 de maio de 1957.

Brasil-Paraguai — Convênio de Intercâmbio Cultural. Firmado no Rio de Janeiro, em 24 de maio de 1957.

Brasil-Portugal — Declaração Conjunta, relativa à aplicação do Tratado de Amizade e Consulta concluído entre os

dois países, a 16 de novembro de 1953. Assinada no Rio de Janeiro, a 11 de junho de 1957.

Brasil-Países Baixos — Troca de notas alterando o Acôrdo do quadro de rotas I-A anexo ao Acôrdo sôbre Transportes Aéreos entre o Brasil e os Países Baixos, firmado em 26 de novembro de 1947. Assinadas no Rio de Janeiro a 25 de junho de 1957.

Brasil-Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos da América — (Em nome do Govêrno dos Estados Unidos da América). Contrato de Arrendamento de Material Nuclear Especial. Concluído em Washington, a 27 de junho de 1957.

Brasil-Tcheco-Eslováquia — Troca de notas prorrogando até 30 de setembro de 1957, as disposições do Acôrdo de Comércio, concluído em 17 de maio de 1950. Assinadas no Rio de Janeiro, a 28 de junho de 1957.

Brasil-Espanha — Troca de notas prorrogando até 30 de setembro de 1957, o Ajuste Comercial firmado em 24 de julho de 1952, e prorrogado em 27 de março de 1957. Assinadas no Rio de Janeiro, a 28 de junho de 1957.

Brasil-Japão — Troca de notas prorrogando até 30 de setembro de 1957, as disposições dos Ajustes Administrativos de Comércio e de Pagamentos, concluídos em 12 de setembro de 1952, as disposições dos Ajustes Administrativos de Comércio e de Pagamentos, concluídos em 12 de setembro de 1952. Assinadas no Rio de Janeiro, em 28 de junho de 1957.

Brasil-Polônia — Troca de notas prorrogando a partir de 1º de julho de 1957, por um período de três meses, o Ajuste de Pagamentos, firmado em 1º de abril de 1954. Assinadas no Rio de Janeiro, a 28 de junho de 1957.

Brasil-Polônia — Troca de notas prorrogando por um período de três meses, a partir de 1º de julho de 1957, o regime estabelecido pelas notas trocadas em 23 de novembro de 1954. Assinadas no Rio de Janeiro, a 28 de junho de 1957.

Brasil-Alemanha — Acôrdo por troca de notas sôbre vistos em passaportes. Firmado no Rio de Janeiro, a 28 de junho de 1956 e 8 de julho de 1957.

Brasil-Argentina — Troca de notas prorrogando até 31 de maio de 1958 as disposições do Ajuste de Comércio de 23 de março de 1953, modificado em 25 de junho de 1954; prorrogando as notas sôbre o Intercâmbio de Frutas da mesma data, e o Ajuste Provisório de Pagamentos de 25 de julho de 1954, modificado em 16 de novembro de 1956. Assinadas na Rio de Janeiro, a 29 de julho de 1957.

Brasil-Argentina — Troca de notas no que concerne ao intercâmbio de frutas, aplicação dos Ajustes de Comércio e de Pagamentos, prorrogados até 31 de maio de 1958, pela troca de notas de 29 de julho de 1957. Assinadas no Rio de Janeiro, a 29 de julho de 1957.

Brasil-Argentina — Troca de notas sôbre a regulamentação das compras de trigo pelo Brasil na Argentina nos anos de 1958, 1959 e 1960. Assinadas no Rio de Janeiro, a 29 de julho de 1957.

Brasil-Estados Unidos da América — Acôrdo de Cooperação para Usos civis da Energia Atômica. Assinado em Washington, a 31 de julho de 1957.

Brasil-Luxemburgo — Acôrdo, por troca de notas datadas de 24 de agosto de 1957, para supressão de vistos em passaportes diplomáticos e especiais de ambos os países, isenção de vistos nos passaportes diplomáticos brasileiros e gratuidade de emolumentos consulares em passaportes luxemburgueses. Assinadas em Bruxelas, a 24 de agosto de 1957.

Brasil-Alemanha — Acôrdio sôbre Transportes Aéreos Regulares. Firmado no Rio de Janeiro, a 29 de agôsto de 1957.

Brasil-Alemanha — Troca de notas sôbre o Acôrdio de Transportes Aéreos entre o Brasil e a Alemanha. Assinadas no Rio de Janeiro, a 29 de agôsto de 1957.

Brasil-Alemanha — Troca de notas sôbre as Rotas a serem utilizadas pelas emprêsas aéreas brasileiras e alemãs. Assinadas no Rio de Janeiro, em 29 de agôsto de 1957.

Brasil-Universidade Internacional de Estudos Sociais "Pro Deo" — Acôrdio para a utilização do crédito de Cr\$ 14.000.000,00 concedido pelo Brasil para a criação de um Instituto Brasileiro de Estudos Latino-Americanos em Roma e para a manutenção do Centro de Realismo Social no Brasil. Firmado no Rio de Janeiro a 4 de setembro de 1957.

Brasil-Paraguai — Troca de notas modificando os artigos XV e V dos Convênios firmados no Rio de Janeiro, a 20 de janeiro de 1956, Assinadas no Rio de Janeiro, a 6 de setembro de 1957.

Brasil-Grã-Bretanha — Troca de notas prorrogando certos artigos do Acôrdio de Comércio e de Pagamentos entre o Brasil e a Grã-Bretanha, firmado no Rio de Janeiro, em 21 de maio de 1948. Assinadas no Rio de Janeiro em 19 de setembro de 1957.

Brasil-Chile — Declaração Conjunta relativa às relações econômicas, comerciais e financeiras entre o Brasil e o Chile. Assinada em Santiago do Chile, a 20 de setembro de 1957.

Brasil-Japão — Troca de notas prorrogando até 31 de dezembro de 1957 a vigência dos Ajustes Administrativos de Comércio e de Pagamentos, concluídos em 12 de setembro de 1952. Assinadas no Rio de Janeiro, em 28 de setembro de 1957.

Brasil-Tcheco-Eslováquia — Troca de notas prorrogando até 31 de dezembro de 1957 as disposições do Acôrdo de Comércio, concluído a 17 de maio de 1950. Assinadas no Rio de Janeiro, em 28 de setembro de 1957.

Brasil-Polônia — Troca de notas prorrogando por um período de três meses, a partir de 2 de outubro de 1957, o Ajuste de Pagamentos firmado a 1.º de abril de 1954. Assinadas no Rio de Janeiro, a 30 de setembro de 1957.

Brasil-Polônia — Troca de notas prorrogando por um período de três meses, a partir de 2 de outubro de 1957, o regime estabelecido pelas notas trocadas em 23 de novembro de 1954. Assinadas no Rio de Janeiro a 30 de setembro de 1957.

Brasil-Espanha — Troca de notas prorrogando até 31 de dezembro de 1957 o Ajuste Comercial firmado em 24 de julho de 1952. Assinadas no Rio de Janeiro em 30 de setembro de 1957.

Brasil-Itália — Acôrdo para isentar da bitributação as rendas relativas ao exercício da navegação marítima e aérea. Firmado no Rio de Janeiro, a 4 de outubro de 1957.

Brasil-Honduras — Convênio Cultural entre o Brasil e Honduras, firmado no Rio de Janeiro, a 22 de outubro de 1957.

Brasil-Estados Unidos da America — Acôrdo de Intercâmbio Cultural, firmado por troca de notas entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Assinadas no Rio de Janeiro, em 5 de novembro de 1957.

Brasil-Irã — Acôrdo Cultural entre o Brasil e o Irã, firmado no Rio de Janeiro em 22 de novembro de 1957.

Brasil-Peru — Convênio sôbre bases para a cooperação econômica e técnica, celebrado em Lima, entre o Brasil e o Peru, em 29 de novembro de 1957.

ATOS INTERNACIONAIS PROMULGADOS PELO BRASIL
EM 1957

Brasil-Argentina — Protocolo sôbre Cartas-Rogatórias. Firmado no Rio de Janeiro a 16 de setembro de 1912, modificativo do Acôrdo celebrado em 16 de fevereiro de 1880. Promulgado pelo Decrto nº 40.998, de 22 de fevereiro de 1957.

Brasil-Líbano — Tratado de Amizade, Comércio e Navegação. Firmado a 12 de maio de 1954. Promulgado pelo Decreto nº 40.999, de 22 de fevereiro de 1957.

Brasil-Uruguai — Tratado de Comércio e Navegação. Firmado no Rio de Janeiro a 27 de maio de 1949. Promulgado pelo Decreto nº 41.000, de 22 de fevereiro de 1957.

Brasil-Organização das Nações Unidas — Acôrdo Básico para Concessão de Assistência Técnica. Firmado em Nova York, a 11 de setembro de 1952. Promulgado pelo Decreto nº 41.650, de 4 de junho de 1957.

Brasil-Diversos — Convenções Internacionais do Trabalho de ns. 11, 12, 14, 19, 26, 29, 81, 88, 89, 95, 99; 100 e 101. Firmadas pelo Brasil em sessões da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho. Promulgadas pelo Decreto nº 41.721, de 25 de junho de 1957.

Brasil-Diversos — Convenção relativa à Corporação Financeira Internacional. Firmada em Washington, a 27 de janeiro de 1956. Promulgada pelo Decreto nº 41.724, de 25 de junho de 1957.

Brasil-Bélgica — Convenção sôbre Assistência Judiciária Gratuita. Firmada no Rio de Janeiro, a 10 de janeiro de 1955. Promulgada pelo Decreto nº 41.908, de 29 de julho de 1957.

Brasil-Bélgica — Tratado de Extradicação. Firmado no Rio de Janeiro, a 6 de maio de 1953. Promulgado pelo Decreto n.º 41.909, de 29 de julho de 1957.

Brasil-Diversos — Convenção Internacional de Telecomunicações. Firmado em Buenos Aires, a 22 de dezembro de 1952. Promulgada pelo Decreto nº 41.949, de 2 de agosto de 1957.

Brasil-Diversos — Convenções destinadas à proteção de Vítimas de Guerra. Firmadas em Genebra, a 12 de agosto de 1949. Promulgadas pelo Decreto nº 42.121, de 21 de agosto de 1957.

Brasil-Diversos — Constituição do Comité Intergovernamental para Migrações Européias. Adotada em Veneza, a 19 de outubro de 1953. Promulgada pelo Decreto nº 42.122, de 21 de agosto de 1957.

Brasil-Peru — Acôrdo sôbre Transportes Aéreos. Firmado no Rio de Janeiro, a 28 de agosto de 1953. Promulgado pelo Decreto nº 42.123, de 21 de agosto de 1957.

Brasil-Diversos — Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica. Firmado em Nova York, em 29 de outubro de 1956. Promulgado pelo Decreto nº 42.155, de 27 de agosto de 1957.

Brasil-Diversos — Convenção sôbre Asilo Diplomático. Firmado em Caracas, a 28 de março de 1954. Promulgada pelo Decreto nº 42.628, de 13 de novembro de 1957.

ATOS INTERNACIONAIS RATIFICADOS PELO BRASIL
EM 1957

Brasil-Diversos — Atos firmados no VI Congresso da novembro de 1950, em Madrid. Ratificados por Carta de 20 União Postal das Américas e Espanha. Concluídos a 9 de de novembro de 1956. Depositado o instrumento junto ao Govêrno da Espanha, em Madrid, a 26 de março de 1957.

Brasil-Diversos — Convenções Internacionais do Trabalho de números 11, 12, 14, 19, 26, 29, 81, 88, 89, 95, 99, 100 e 101. Concluídas em Sessões da Conferência Internacional do Trabalho, realizadas de 1921 a 1952. Ratificadas por Carta de 12 de março de 1957. Depósito do instrumento de ratificação junto à Repartição Internacional do Trabalho, em Genebra, a 25 de abril de 1957.

Brasil-Diversos — Convenção Internacional de Telecomunicações. Concluída em Buenos Aires, a 22 de dezembro de 1952. Ratificada por Carta de 19 de fevereiro de 1957. Depositado o instrumento junto à Secretaria Geral da União Internacional de Telecomunicações, em Genebra, em 26 de abril de 1957.

Brasil-Bélgica — Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita. Concluída no Rio de Janeiro, a 10 de janeiro de 1955. Ratificada por Carta de 26 fevereiro de 1957. Troca das ratificações efetuada em Bruxelas a 14 de junho de 1957.

Brasil-Diversos — Convenção de Genebra para a Melhoria da Sorte dos Feridos e Enfermos dos Exércitos em Campanha. Convenção de Genebra para Melhoria da Sorte dos Feridos, Enfermos e Náufragos das Fôrças Armadas no Mar. Convenção de Genebra relativa ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra. Convenção de Genebra relativa à Proteção dos Civis em Tempo de Guerra. Concluídas em Genebra, a 12 de agosto de 1949. Ratificadas por Carta de 14 de maio de 1957. Depósito do instrumento de ratificação junto ao Governo suíço em Berna, a 29 de junho de 1957.

Brasil-Peru — Acôrdo sobre Transportes Aéreos. Firmado no Rio de Janeiro, a 28 de agosto de 1953. Ratificado por Carta de 26 de fevereiro de 1957. Troca das ratificações efetuada em Lima a 8 de julho de 1957.

Brasil-Bélgica — Tratado de Extradicação. Concluído no Rio de Janeiro, a 6 de maio de 1953. Ratificado por Car-

ta de 12 de março de 1957. Troca das ratificações efetuada em Bruxelas, a 14 de julho de 1957.

Brasil-Diversos — Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica. Assinado pelo Brasil, a 26 de outubro de 1956, na sede das Nações Unidas em Nova York. Ratificado por Carta de 5 de julho de 1957. Depositado o instrumento de ratificação junto ao Governo dos Estados Unidos da América, em Washington, a 29 de julho de 1957.

Brasil-Paraguai — Convênio de Cooperação para o estudo do aproveitamento da energia hidráulica dos rios Acaraí e Mondai. Convênio para o estabelecimento, em Paranaguá, de um entreposto de depósito franco para as mercadorias importadas ou exportadas pelo Paraguai. Convênio para o estabelecimento, em Concepción, de um entreposto de depósito franco para as mercadorias importadas ou exportadas pelo Brasil. Assinados no Rio de Janeiro, em 20 de janeiro de 1953. Ratificados por Carta de 4 de setembro de 1957. Troca dos instrumentos de ratificação efetuada no Rio de Janeiro, em 6/9/1957.

Brasil-Paraguai — Convênio de Comércio Fronteiriço, acompanhado dos anexos A e B e do Protocolo Adicional sobre direitos de importação. Tratado Geral de Comércio e Investimentos. Firmados em Assunção, a 27 de outubro de 1956. Ratificados por Carta de 4 de setembro de 1957. Troca dos instrumentos de ratificação efetuada no Rio de Janeiro, em 6 de setembro de 1957.

Brasil-Diversos — Convenção sobre Asilo Diplomático. Concluído em Caracas, a 28 de março de 1954, por ocasião da X Conferência Interamericana. Ratificada por Carta de 25 de junho de 1957. Depositado o instrumento de ratificação junto à União Pan-Americana, em Washington, a 17 de setembro de 1957.

DECRETOS EXECUTIVOS SÔBRE ATOS INTERNACIONAIS
EM 1957

Decreto nº 40.924, de 13 de fevereiro de 1957, que torna pública a adesão da Grécia à Convenção de Berna para Proteção das Obras Literárias e Artísticas, revista em Bruxelas, em 26 de junho de 1948.

Decreto nº 40.925, de 13 de fevereiro de 1957, que torna pública a adesão do Govêrno do Marrocos à Convenção sôbre Aviação Civil Internacional, firmada em Chicago a 7 de dezembro de 1944.

Decreto nº 40.926, de 13 de fevereiro de 1957, que torna público por vários países o depósito de instrumento de aceitação, relativo à Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Decreto nº 40.927, de 13 de fevereiro de 1957, que torna pública a denúncia por parte do Brasil da Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, assinada em Londres, em 31 de maio de 1929.

Decreto nº 40.928, de 13 de fevereiro de 1957, que torna pública a denúncia pelos Governos da Argentina e Turquia da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, firmada em Londres a 31 de maio de 1929.

Decreto nº 40.929, de 13 de fevereiro de 1957, que torna público o depósito pelo Govêrno da Turquia do instrumento de aceitação da Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, assinada em Londres em 1948.

Decreto nº 40.930, de 13 de fevereiro de 1957, que torna público o depósito do instrumento de adesão por parte do Govêrno do Sudão, da Convenção da Organização Me-

teorológica Mundial, assinada em Washington, em 11 de outubro de 1947.

Decreto nº 41.272, de 8 de abril de 1957, que torna público o depósito de instrumento de adesão por parte do Governo da Índia da Convenção do Metro e Repartição Internacional de Pesos e Medidas.

Decreto nº 41.273, de 8 de abril de 1957, que torna público o depósito de instrumento de adesão por parte dos Governos do Marrocos e da Tunísia da Convenção da Organização Meteorológica Mundial, assinada em Washington, em 11 de outubro de 1947.

Decreto nº 41.373, de 24 de abril de 1957, que torna público o depósito pelos Governos do Marrocos, do Sudão e da Tunísia do instrumento de aceitação da Constituição da Organização Mundial de Saúde.

Decreto nº 41.849, de 12 de julho de 1957, que torna público o depósito do instrumento de ratificação por parte do Governo do Chile da Convenção da Organização Meteorológica Mundial, de 11 de outubro de 1947.

Decreto nº 41.850, de 12 de julho de 1957, que torna público o depósito do instrumento de adesão por parte do Governo de Ghana da Convenção da Organização Meteorológica Mundial, de 11 de outubro de 1947.

Decreto nº 41.906, de 29 de julho de 1957, que torna pública a adesão por parte do Governo de Ghana da Convenção da Aviação Civil Internacional de Chicago, de 7 de dezembro de 1944.

Decreto nº 41.907, de 29 de julho de 1957, que torna público o depósito do instrumento de adesão por parte do Governo da República Popular da Polônia da Convenção de Aviação Civil Internacional de Chicago, de 7 de dezembro de 1944.

Decreto nº 41.993, de 7 de agosto de 1957, que torna pública a denúncia pelos Governos da Espanha e da Bulgária da Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, firmada em Londres, a 31 de maio de 1929.

Decreto nº 42.124, de 21 de agosto de 1957, que torna pública a denúncia por parte do Govêrno da Iugoslávia da Convenção concernente ao trabalho noturno dos menores na indústria.

Decreto nº 42.125, de 21 de agosto de 1957, que torna público o depósito por vários países dos instrumentos de ratificação da Convenção nº 81, concernente à inspeção do trabalho na indústria e no comércio, adotada na XXX Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, de Genebra, de 11 de julho de 1957.

Decreto nº 42.126, de 21 de agosto de 1957, que torna público, o depósito, por vários países, dos instrumentos de ratificação relativos à Convenção nº 19, concernente à igualdade de tratamento dos trabalhadores estrangeiros e nacionais em matéria de indenização por acidente de trabalho, adotada na VII Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, de Genebra, a 5 de junho de 1925.

Decreto nº 42.127, de 21 de agosto de 1957, que torna público o depósito, por vários países, dos instrumentos de ratificação relativos à Convenção nº 14, concernente à concessão do repouso semanal dos estabelecimentos industriais, adotada na III Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, de Genebra, a 17 de novembro de 1921.

Decreto nº 42.128, de 21 de agosto de 1947, que torna público o depósito de vários países dos instrumentos de ra-

tificação da Convenção nº 88, concernente à organização do serviço de emprego, adotada na XXI Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, de Genebra, a 9 de julho de 1948.

Decreto nº 42.129, de 21 de agosto de 1957, que torna público o depósito por vários países dos instrumentos de ratificação da Convenção nº 95, concernente à proteção do salário, adotada na XXXII Sessão da Convenção Internacional do Trabalho, de Genebra, a 1º de julho de 1949.

Decreto nº 42.130, de 21 de agosto de 1957, que torna público o depósito de vários países dos instrumentos de ratificação da Convenção nº 100, concernente à igualdade de remuneração para a mão de obra masculina e feminina, adotada na XXXIV Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, de Genebra, em 29 de julho de 1951.

Decreto nº 42.131, de 21 de agosto de 1957, que torna público o depósito por vários países dos instrumentos de ratificação da Convenção nº 29, concernente ao trabalho forçado ou obrigatório, adotada na XIV Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, de Genebra, de 28 de junho de 1930.

Decreto nº 42.132, de 21 de agosto de 1957, que torna público o depósito de vários países dos instrumentos de ratificação da Convenção nº 101, concernente às férias pagas, adotada na XXXV Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, de 20 de julho de 1952.

Decreto nº 42.133, de 21 de agosto de 1957, que torna pública a denúncia por parte do Governo da Iugoslávia da Convenção concernente ao Trabalho Noturno das Mulheres.

Decreto nº 42.134, de 21 de agosto de 1957, que torna pública a adesão pelo Governo da República Popular da Po-

lônia da Convenção da Aviação Civil Internacional, de Chicago, de 7 de dezembro de 1944.

Decreto nº 42.135, de 21 de agosto de 1957, que torna pública a ratificação por parte dos Governos de Israel, Polônia e Haiti da Convenção relativa à aplicação dos princípios do direito de organização e de negociação coletiva.

Decreto nº 42.136, de 21 de agosto de 1957, que torna público o depósito por vários países dos instrumentos de ratificação relativos à Convenção nº 11, concernente aos direitos e associação e de união dos trabalhadores agrícolas, adotada na III Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, de Genebra, de 12 de novembro de 1921.

Decreto nº 42.137, de 21 de agosto de 1957, que torna público o depósito por vários países dos instrumentos de ratificação relativos à Convenção nº 12, concernente à indenização dos acidentes do trabalho da agricultura, adotada na III Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, de Genebra, a 12 de outubro de 1921.

Decreto nº 42.138, de 21 de agosto de 1957, que torna público o depósito por vários países dos instrumentos de ratificação relativos à Convenção n.º 26, concernente à instituição de métodos de fixação de salários mínimos, adotada na X Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, de Genebra, a 16 de junho de 1928.

Decreto nº 42.139, de 21 de agosto de 1937 que torna pública a ratificação por parte do Governo do Haiti da Convenção para a fixação da idade mínima de admissão dos menores nos trabalhos industriais.

Decreto nº 42.140, de 21 de agosto de 1957, que torna público o depósito por vários países dos instrumentos de ratificação da Convenção nº 89, concernente ao trabalho no-

turno das mulheres na Indústria, adotada na XXXI Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, de Genebra, de 9 de julho de 1948.

Decreto nº 42.141, de 21 de agosto de 1957, que torna público o depósito por vários países dos instrumentos de ratificação da Convenção nº 99, concernente aos métodos de fixação de salário mínimo na agricultura, adotada na XXXIV Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, de Genebra, de 28 de junho de 1951.

Decreto nº 42.286, de 19 de setembro de 1957, que torna público o depósito por vários países dos instrumentos de ratificação da Convenção nº 3, concernente ao emprêgo das mulheres antes e depois do parto, adotada na I Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, de Washington, a 29 de novembro de 1919.

Decreto nº 42.287, de 19 de setembro de 1957, que torna público o depósito por vários países dos instrumentos de ratificação da Convenção nº 5, concernente à fixação da idade mínima de admissão dos menores nos trabalhos industriais, adotada na I Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, de Washington, a 29 de novembro de 1919.

Decreto nº 42.288, de 19 de setembro de 1957, que torna público o depósito por vários países dos instrumentos de ratificação da Convenção n.º 98, concernente à aplicação dos princípios de organização coletiva, adotada na XXXII Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, de Genebra, a 1º de julho de 1949.

Decreto nº 42.379, de 26 de setembro de 1957, que torna pública a adesão por parte de diversos países da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, a 13 de fevereiro de 1946.

DECRETOS LEGISLATIVOS DE 1957, RELATIVOS
A ATOS INTERNACIONAIS

Brasil-Bélgica — Convenção sôbre Assistência Judiciária Gratuita. Decreto Legislativo nº1. Publicado no *Diário Oficial* de 12 de fevereiro de 1957.

Brasil-Diversos — Constituição do Comitê Intergovernamental para Migrações Européias. Decreto Legislativo nº 64. Publicado no *Diário Oficial* de 14 de fevereiro de 1957.

Brasil-Diversos — Corporação Financeira Internacional. Decreto Legislativo nº 68. Publicado no *Diário Oficial* de 27 de março de 1957.

Brasil-Diversos — Convenção Internacional de Telecomunicações. Decreto Legislativo nº 76. Publicado no *Diário Oficial* de 11 de abril de 1957.

Brasil-Diversos — Convenção para a Melhoria da Sorte dos Feridos e Enfermos dos Exércitos em Campanha; Convenção para Melhoria da Sorte dos Feridos, Enfermos e Náufragos das fôrças armadas no mar; Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra e Convenção relativa à proteção dos civis em tempo de guerra. Decreto Legislativo nº 35, de 1956. Publicadas no *Diário Oficial* de 15 de maio de 1957.

Brasil-Paraguai — Convênio de Cooperação para o estudo e o aproveitamento da energia hidráulica dos rios Acaraí e Mondaí. Decreto Legislativo nº 6. Publicado no *Diário Oficial* de 29 de maio de 1957.

Brasil-Portugal — Convenção Ortográfica. Decreto Legislativo nº 9. Publicado no *Diário Oficial* de 1º de junho de 1957.

Brasil-Diversos — Convenção sôbre Asilo Diplomático. Decreto Legislativo nº 13. Publicado no *Diário Oficial* de 12 de junho de 1957.

Brasil-Paraguai — Convênio para o estabelecimento de depósito franco, em Paranaguá, e outro em Concepción, para mercadorias exportadas ou importadas, respectivamente, pelo Paraguai e pelo Brasil. Decreto Legislativo nº 22. Publicado no *Diário Oficial* de 25 de julho de 1957.

Brasil-Diversos — Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica. Decreto Legislativo nº 24. Publicado no *Diário Oficial* de 25 de julho de 1957.

Brasil-Paraguai — Tratado Geral de Comércio e Investimentos. Convênio de Comércio Fronteiriço e Protocolo Adicional sôbre direitos de importação entre o Brasil e o Paraguai. Decreto Legislativo nº 27. Publicado no *Diário Oficial* de 31 de agosto de 1957.

Brasil-Diversos — Acôrdo Internacional do Trigo. Decreto Legislativo nº 32. Publicado no *Diário Oficial* de 30 de outubro de 1957.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS SÔBRE ATOS INTERNACIONAIS DE 1957

Brasil-Organização das Nações Unidas (FAO) — Exposição de Motivos DE/CNF/DAI/10, de 28 de janeiro de 1957. Constituição da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, (FAO), assinada em Quebec, em 1945, e atualizada com as emendas que lhe foram apostas até novembro de 1955.

Brasil-Diversos — Exposição de Motivos DE/DAI/18, de 19 de fevereiro de 1957. Acôrdo Internacional do Trigo, de 1956.

Brasil-Diversos — Exposição de Motivos DE/DPO/DAI/40, de 30 de março de 1957. — Estatuto Internacional de Energia Atômica.

Brasil-Japão — Exposição de Motivos DE/DAI/49, de 8 de abril de 1957. Acôrdo sôbre Transportes Aéreos Regulares entre o Brasil e o Japão.

Brasil-Uruguai — Exposição de Motivos DC1/DAI/54, de 15 de abril de 1957. Convênio Cultural entre o Brasil e o Uruguai.

Brasil-Unesco — Exposição de Motivos DC1/DAI/64, de 6 de maio de 1957. Acôrdo para facilitar a circulação internacional do material visual e auditivo de caráter educativo, científico e cultural.

Brasil-Diversos — Exposição de Motivos DPO/DAI/DE/65, de 6 de maio de 1957. Convenção sôbre a prestação de alimentos no estrangeiro.

Brasil-Diversos — Exposição de Motivos DAI/DE/69, de 13 de maio de 1957. Protocolo à Convenção Internacional para pesca da baleia.

Brasil-Uruguai — Exposição de Motivos DE/DAI/82, de 27 de maio de 1957. Acôrdo sôbre transportes Aéreos Regulares entre o Brasil e o Uruguai.

Brasil-Diversos — Exposição de Motivos DPO/DAI/95, de 29 de junho de 1957. Protocolo à Convenção sôbre Direitos e Deveres dos Estados em caso de lutas civis.

Brasil-Diversos — Exposição de Motivos DC1/DAI/115, de 20 de julho de 1957. Convenção Universal sôbre o Direito do autor.

Brasil-Alemanha — Exposição de Motivos DE/DAI/175, de 14 de outubro de 1957. Acôrdo sôbre Transportes

Aéreos Regulares entre o Brasil e a República Federal da Alemanha.

Brasil-Diversos — Exposição de Motivos DE/DAI/176, de 14 de outubro de 1957. Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional.

Brasil-Honduras — Exposição de Motivos DC1/DAI/192, de 12 de novembro de 1957. Convênio Cultural entre o Brasil e Honduras.

FRONTEIRAS

Os trabalhos referentes à demarcação de nossas fronteiras com os países vizinhos decorreram normais e com aproveitamento durante o ano de 1957. Os serviços realizados pela Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, 1ª e 2ª Divisões, foram consideráveis e revestidos de grande responsabilidade no âmbito dos interesses nacionais, valendo mencionar o seguinte:

FRONTEIRA BRASIL-COLÔMBIA

Em virtude de um Acôrdo entre os Governos dos dois países, feito por via de Notas reversais trocadas em Bogotá, foi constituída a Comissão Mista de Inspeção e Caracterização da Fronteira Brasileiro-Colombiana, com a incumbência específica de executar a inspeção da linha divisória que passa pela desembocadura do Igarapé Santo-Antonio (entre Tabatinga e Leticia), no Rio Solimões, com o fim de melhor caracterizar e restaurar, se necessário, os marcos que materializam a dita linha. As Comissões brasileira e colombiana, no cumprimento dessas atribuições, encontraram-se na Capital da Colômbia e executaram no terreno os serviços técnicos complementares. Ainda na referida fronteira, foram substituídos dois marcos internacionais de primeira ordem, às margens direita e esquerda do rio Putumayo ou Içá, sobre a geodésica Tabatinga-Apapóris, em vista do estudo precário em que se encontravam os que foram colocados anteriormente.

FRONTEIRA BRASIL-VENEZUELA

Na fronteira com a Venezuela foram colocados 22 marcos internacionais sobre o divisor de águas das bacias dos rios Amazonas e Orinoco, ao longo do Monte Roraima, em uma extensão aproximada de 100 quilômetros.

FRONTEIRA BRASIL-PERU

Foi levada a efeito uma expedição à foz do Rio Javari, na sua confluência com o Solimões, a fim de verificar a situação atual de certas ilhas ali existentes.

FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

A fim de determinar-se o verdadeiro leito da Corixa Grande, de que trata a descrição da nossa raia de limites, foram feitas sondagens em extensão superior a 40 quilômetros, em terreno de pantanal brejoso, ao norte da lagoa Uberaba. Ao sul da lagoa Mondiorá, foram terminadas as operações de levantamento astronômico e topográfico necessários à fixação do paralelo que por ali corre e à construção de marcos para a sua caracterização no terreno. Com o objetivo de estabelecer o alinhamento da geodésica que vai do marco norte da lagoa de Cáceres ao do extremo oeste da Lagoa Mondioré, foi fixado o transporte das suas coordenadas geográficas, por meio do processo da poligonal de precisão. Ainda na referida geodésica, cuja extensão aproximada é de 88 quilômetros, foram construídos cerca de 40 quilômetros de picadas de serviço e a reconstrução de 6 marcos danificados.

FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI

Atendendo a pedido formulado pelo Govêrno do vizinho país, foi efetuado o levantamento aerofotogramétrico da região da serra de Maracajú, numa extensão de 20 quilômetros, a partir do salto das Sete Quedas para Oeste. Na execução da referida tarefa foram demarcados 12 quilômetros e feita a sinalização de 15 pontos no terreno, para orientação do vôo aerofotográfico.

CAMPANHA DEMARCATÓRIA PARA 1958

No que se refere ao plano de trabalhos previsto para o ano de 1958, a ação da 1ª Divisão da Comissão Demarcadora de Limites será concentrada ao longo da fronteira da Venezuela, nas cordilheiras de Paracaima e Parima. Serão prosseguidos os trabalhos demarcatórios nos limites Brasil e Colômbia, estabelecidos nos entendimentos mantidos na Conferência Mista de Bogotá. Entre os trabalhos pre-fixados para a fronteira com a Guiana Francêsa, o que mais se destaca é o da escôlha do braço principal do Rio Oiapoque, o qual servirá de fronteira, e o levantamento topográfico, com colocação de marcos, da fronteira sêca que vai da serra do Tumucumaque ao ponto de trijunção Brasil-Guiana Francêsa-Guiana Inglêsa. Está previsto, igualmente o início da inspeção e verificação dos marcos que caracterizam a linha de limites com o Peru.

Quanto ao setor de operações confiado à 2ª Divisão da Comissão Demarcadora, entre os serviços programados para 1958 vale citar: na fronteira Brasil-Uruguai, será prosseguida a execução dos serviços necessários à construção do corredor internacional e outros trabalhos para melhor carac-

terização da linha de limites. Na do Brasil-Paraguai, está prevista a campanha de demarcação na serra de Maracajú, com a construção de todos os marcos necessários e com o levantamento aerofotogramétrico da mesma serra, conforme solicitação da Comissão paraguaia. Na linha Brasil-Bolívia, continuaremos a demarcação da divisória compreendida entre a lagoa Mandioré e a Bahia Negre, limite sul de nossos limites com aquêlê país.

ASSUNTOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

RELAÇÕES ECONÔMICAS

A NOVA LEI DE TARIFA DAS ALFÂNDEGAS E SEUS REFLEXOS NO COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

A elaboração da nova tarifa das alfândegas, consubstanciada na Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, determinou um compasso de espera na política econômica e comercial brasileira, em razão da necessidade de proceder-se à análise das repercussões de seus dispositivos, especialmente os de índole cambial, sobre o comércio exterior do país, bem como à harmonização desses dispositivos com os atos internacionais bilaterais ou multilaterais firmados pelo Brasil, especialmente com relação às Partes Contratantes do Acôrdio Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT).

Tal harmonização, que se impõe, aliás, pela natureza mesma do comércio internacional, é também determinada pela própria Lei nº 3.244 (artigo 62, inciso II e artigo 72, letra c) e vem sendo realizada por etapas sucessivas, estando em curso as negociações no seio do GATT, que serão examinadas em capítulo especial, às quais se seguirão entendimentos bilaterais para a celebração de novos acordos de comércio e de pagamentos dentro do novo sistema instituído por aquêle diploma legal.

Embora o tempo decorrido desde a promulgação e efetiva aplicação da nova Lei seja escasso para que se possam

saber, com precisão absoluta, a intensidade e a profundidade dos reflexos de sua sistemática sobre o comércio exterior, pode-se afirmar, contudo, que não se verificaram as profecias pessimistas que anunciavam, como consequência inelutável das novas tarifas, sensível redução no fluxo do intercâmbio comercial brasileiro.

Se bem que, nas primeiras licitações de algumas moedas-convênio, se haja verificado relativa retração dos importadores brasileiros, tal fato explicar-se-á antes por motivos inerentes ao próprio comércio, como seja, por exemplo, a estocagem de determinados produtos, do que por vício ou deficiência do sistema. Tanto assim é que, nos leilões subsequentes, os arremates dessas mesmas moedas retomaram seu nível anterior, havendo casos de tomada integral do montante oferecido à licitação.

Neste particular, vale notar que o novo sistema, aproximando as moedas-convênio das moedas genuínas, deverá determinar, de parte dos países que conosco utilizam êsse tipo de moeda, uma revisão dos preços de seus produtos, de molde a colocá-los em níveis efetivamente competitivos no mercado internacional, com real benefício para a economia brasileira.

Assim sendo, pode-se afirmar que, tanto quanto mostra a experiência dos últimos meses, a nova Lei de Tarifa das Alfândegas, longe de ser aquêle entrave ao comércio anunciado por muitos, representou um corretivo necessário a um ultrapassado sistema aduaneiro e a determinadas práticas cambiais menos aconselháveis.

PRORROGAÇÃO DE ACORDOS BILATERAIS

Tendo em vista a impossibilidade de negociar novos acordos comerciais e de pagamentos, enquanto não fôsse aprovada a nova Lei de Tarifas e não fôssem conhecidos,

ainda que superficialmente, seus efeitos sôbre o comércio, decidiu o Govêrno prorrogar os atos bilaterais que disciplinam o intercâmbio comercial com os seguintes países: Espanha, Japão, Polônia, Portugal e Tcheco-Eslováquia, do mesmo modo procedendo relativamente ao *modus vivendi* com a Venezuela.

A vigência de tais atos foi confirmada por períodos sucessivos de três meses, o último dos quais expirará a 31 de dezembro do corrente ano. E' pensamento do Govêrno estendê-la, agora, por mais seis meses, a fim de que, terminadas as negociações no GATT, possam os negociadores de uma e outra Parte, sem o receio de prejudicar as trocas entre seus países, encontrar novas fórmulas que melhor se adaptem ao novo regime legal.

MERCADO COMUM EUROPEU

Desde que seis países da Europa Ocidental, a saber, França, Itália, República Federal da Alemanha, Países-Baixos, Bélgica e Luxemburgo, decidiram iniciar negociações com o fito de constituir um mercado comum que lhes permitisse maior integração econômica e comercial, o Govêrno, através de seus órgãos especializados, deu tôda a atenção ao andamento do assunto, para precatar-se contra possíveis conseqüências nocivas ao comércio exterior brasileiro que daí pudessem resultar.

Preocupação primacial daqueles órgãos tem sido a formação de uma zona preferencial de comércio, dentro da qual determinados produtos, especialmente o café, originários dos territórios ultramarinos de alguns daqueles países possam, pelo jôgo de favores aduaneiros, prejudicar em larga escala a colocação dos mesmos produtos de origem brasileira.

Tal preocupação, partilhada por outros países, foi veementemente expressa pela Delegação brasileira à XII Reunião das Partes Contratantes ao GATT, iniciada a 17 de outubro do corrente ano, em Genebra.

Convém ressaltar, a êste ponto, que o Govêrno julga ser o GATT a tribuna própria para os debates sôbre a questão, porquanto ali estão representados os países de maior expressão econômica e comercial e, mais, o Mercado Comum Europeu terá de adequar-se às obrigações de seus integrantes como Membros do GATT, sem o que estaria desrespeitada a regra incondicional da cláusula de nação mais favorável, pedra angular do GATT.

Em suas intervenções, a Delegação brasileira ressaltou que, embora compreendesse e louvasse a integração econômica das seis nações européias, manifestava-se radicalmente contrária a que essa integração se fizesse em detrimento da economia de países menos desenvolvidos.

Acentuaram ainda os delegados brasileiros que, sôbre caracterizar-se pela criação de uma zona preferencial que tornaria ainda menos competitivas as pautas exportadoras de alguns países, o Tratado de Roma teria reflexos da maior gravidade nas relações de intercâmbio de economias, como a brasileira, com a dos países altamente desenvolvidos integrantes do Mercado Comum e também com as economias não autônomas a êle associadas. Isto porque, não havendo para os países de produção primária outras alternativas de exportação, restrições adicionais de seus mercados tradicionais teriam como conseqüência iniludível a redução equivalente de suas importações daqueles mercados.

Depois de sublinhar o fato de que é problemática a anunciada participação dos países de economia primária no aumento de renda e consumo dentro do Mercado Comum,

expressou a Delegação brasileira o sentimento de que, ao contrário, era de prever que, da política comercial e de investimentos formulada pelo Tratado de Roma, resultasse apenas o incremento do intercâmbio entre os participantes europeus e entre estes e os territórios ultramarinos associados.

Nesta ordem de idéias, os representantes brasileiros deram ênfase especial ao argumento de que, sob a capa de promoção do desenvolvimento econômico e social daqueles territórios, se desviasse, por interesses comerciais e políticos, o fluxo de investimentos de seu curso tradicional. Daí não adviria senão um prejuízo do ritmo de crescimento dos países politicamente independentes, mas insuficientemente desenvolvidos, em favor das áreas ultramarinas não autônomas, sem ganho substancial da economia mundial em seu conjunto.

O Govêrno estuda, neste momento, com tôda a atenção, o problema do enquadramento do Mercado Comum Europeu no GATT e quais as compensações que deverá pedir, quer no campo multilateral, quer no bilateral, para que, de um lado, não venha a sofrer o comércio exterior do país e, de outro, possa efetivamente participar do já referido aumento de renda e consumo dentro da instituição criada pelo Tratado de Roma.

NEGOCIAÇÕES NO GATT

Na XI Sessão das Partes Contratantes do Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), realizada em Genebra, em outubro de 1956, foi concedido ao Brasil, de acôrdo com o parágrafo 5 (a) do artigo XXV daquele instrumento, uma derrogação das obrigações contida no artigo II do Acôrdo Geral, ou seja, a suspensão das concessões tarifárias feitas pelo Brasil.

Tal derrogação, cujo pedido fôra determinado pela necessidade de permitir o imediato e integral cumprimento da nova Lei da Tarifa das Alfândegas, foi concedida mediante, entre outras, a condição de que o Brasil encetaria novas negociações tarifárias com as Partes Contratantes, imediatamente após a adoção da nova Tarifa Alfandegária.

Na XII Sessão das Partes Contratantes, iniciada a 17 de outubro de 1957, dois problemas fundamentais foram debatidos: 1) a criação do Mercado Comum Europeu; 2) a definição dos Governos das Partes Contratantes em relação à Carta da Organização Internacional do Comércio.

Por decisão tomada pelo Comitê Internacional do GATT, em abril de 1957, o estudo das novas condições criadas pelo estabelecimento do Mercado Comum Europeu seria feito em várias etapas. A primeira delas seria o exame das respostas dadas pelos países signatários do Tratado de Roma (Mercado Comum Europeu) e um questionário que lhe fôra apresentado pelas Partes Contratantes.

Tendo em vista a impossibilidade de tomar-se uma decisão sobre o assunto, resolveu o Comitê Internacional adiar para abril do ano próximo o debate final sobre a questão.

Quanto ao segundo item, o Govêrno brasileiro manifestou-se favoravelmente à reforma do estatuto do GATT, na qual a situação dos países subdesenvolvidos merece consideração especial e tratamento adequado.

O novo estatuto, que constitui a Carta da Organização Internacional do Comércio, está pendente de aprovação pelo Congresso Nacional.

Em janeiro de 1958, por decisão tomada na XII Sessão das Partes Contratantes, terão início as negociações tarifárias entre o Brasil e os demais países membros do GATT,

estando em vias de conclusão pelos órgãos governamentais especializados os estudos que servirão de base à atuação dos delegados brasileiros.

QUESTÕES ECONÔMICAS NAS NAÇÕES UNIDAS E SUAS
AGÊNCIAS ESPECIALIZADAS

Nações Unidas — Ecosoc

Em prosseguimento da linha política adotada pelo Brasil nos anos anteriores, em suas atividades nos diferentes organismos internacionais, o Ministério das Relações Exteriores orientou sua ação, nas Nações Unidas, no sentido de um melhor atendimento dos seus interesses no campo econômico internacional e, bem assim, de obter o reconhecimento daquele organismo para a necessidade de ser adotada uma ação efetiva por meio da qual possa a cooperação internacional concorrer para corrigir a desigualdade que se registra entre os países considerados desenvolvidos e os chamados de economia incipiente.

No Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, que é o fóro competente para o trato desses problemas, a Delegação brasileira obteve a aprovação de Resolução, da qual foi co-autora, visando ao estudo das flutuações do mercado de produtos de base e suas repercussões sobre o desenvolvimento dos países eminentemente produtores e exportadores de matérias primas. Por outro lado, foi aprovada, igualmente, proposta do Brasil para a criação de um grupo permanente de técnicos para o estudo desse assunto e das influências exercidas pela diferença de elasticidade do preço e renda dos produtos primários em face dos produtos industrializados. Foram, portanto, abordados os dois problemas básicos para o Brasil, isto é, o do comércio entre países eminentemente exportadores de produtos primários e países

exportadores de produtos secundários, e o do fluxo internacional de capitais.

Essa mesma orientação foi seguida pelo Brasil durante a XII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, recentemente reunida.

Cepal

De 15 a 30 de maio, em La Paz, realizaram-se os trabalhos do VII Período de Sessões da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

O temário da reunião compreendeu os seguintes itens: comércio exterior, desenvolvimento econômico, agricultura, métodos de coordenação com o Conselho Interamericano Econômico Social, programa de trabalho e prioridades para 1957/58.

Especial atenção foi dada ao problema do Mercado Comum Europeu e suas repercussões na economia e no comércio do Continente, bem como a aspectos particulares do comércio inter-latino-americano, notadamente às questões de pagamento e de formação de um mercado regional latino-americano.

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

O Brasil prestigiou amplamente os trabalhos dessa Agência especializada das Nações Unidas, tendo participado de suas principais atividades em 1957. Além das reuniões dos grupos especializados da FAO para estudos sobre cereais, cacau e outros produtos, o Brasil fez-se representar na XXVIII e XXIX Sessões do Comitê de Produtos de Base, e na XXVI, XXVII e XXVIII Sessões do Conselho da Organização. Nesta última foi reeleito para a função de Pre-

sidente do Comitê Financeiro, órgão permanente da FAO, o Ministro Arnaldo Vasconcellos, membro da Delegação do Brasil a essa reunião do Conselho, e que fôra eleito pela primeira vez, quando da XXV Sessão.

No âmbito nacional, a Comissão Nacional da FAO, criada pelo Decreto nº 38.730, de 30 de janeiro de 1956, iniciou seus trabalhos visando uma melhor coordenação entre o Governo brasileiro e a Organização.

Na América Latina realizou-se a IV Conferência sobre Problemas de Nutrição, sob patrocínio conjunto da FAO e do Governo da Guatemala, país-sede do certame. A Delegação brasileira, chefiada pelo Coronel Walter Santos, Secretário Geral do Conselho Coordenador do Abastecimento, teve destacada atuação, apresentando estudos e propostas no sentido de elevar os níveis nutricionais das populações do continente.

Em agosto, estive em visita à América do Sul o Senhor Binay Ranjan Sen, Diretor-Geral da Entidade. Durante sua estada no Brasil, visitou a Amazônia onde uma Missão técnica da FAO desenvolve, de modo bastante proveitoso, suas atividades. Na ocasião, foi inaugurado, em Santarém, um Centro de Formação de Operários da Indústria da Madeira, em que a FAO inverteu apreciável capital em forma de equipamentos. Além disto, de acôrdo com roteiro traçado pela Divisão Econômica, o Senhor Sen teve oportunidade de avisitar-se com altas autoridades brasileiras ligadas aos problemas da alimentação e da agricultura.

O ponto culminante das atividades da Organização, em 1957, foi a realização, em Roma, em novembro, do IX Período de Sessões da Conferência da FAO. A êsse evento o Brasil compareceu representado por uma Delegação chefiada pelo Deputado Josué de Castro, ex-Presidente do Conselho da FAO. Entre outras importantes resoluções que na oca-

sião foram adotadas, deve ser salientada a de ampliação dos serviços regionais da FAO, que virá permitir o aumento e a maior eficácia na colaboração entre a entidade e os Governos-membros.

QUESTÕES ECONÔMICAS NA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

No Continente, especial relêvo deve ser dado à Conferência Econômica Interamericana da Organização dos Estados Americanos, realizada em Buenos Aires, de 15 de agosto a 4 de setembro de 1957.

Os objetivos desta reunião, cuja origem se encontra na Resolução VIII da Conferência Internacional Americana de Bogotá (1948), são os delineados nos artigos 26 e 63 da Carta da Organização dos Estados Americanos e foram particularizados pela Resolução nº 1 do Conselho Interamericano Econômico e Social, de 14 de fevereiro de 1957.

Foi o seguinte o temário da Conferência de Buenos Aires:

- I — Convênio Econômico Geral;
- II — Desenvolvimento Econômico;
- III — Comércio Exterior;
- IV — Cooperação Técnica;
- V — Transportes.

Desde a abertura dos trabalhos da Conferência, evidenciou-se que a irredutibilidade de determinados pontos de vista expressos por algumas Delegações tornaria extremamente difícil, se não impossível, a celebração de um Convênio Econômico Geral. Particularmente extremadas eram as opiniões referentes a temas básicos, como por exemplo, financiamento do desenvolvimento, inversões de capitais privados, produtos básicos e colocação de excedentes desses produtos.

Diante de tais dificuldades, que poderiam comprometer o bom êxito da Conferência e traduzir-se por aparente, mas prejudicial, quebra de espírito de unidade das Nações Americanas, a Delegação brasileira desenvolveu notável trabalho de harmonização e imaginou a solução conciliatória, substanciada em uma Declaração que, se bem não substitua o Convênio Econômico Geral, atingiu seus propósitos fundamentais.

A Declaração de Buenos Aires estipula ser propósito dos Governos americanos promover o aumento do volume do intercâmbio comercial de modo geral, e, em particular, do Continente Americano, a redução das restrições ao comércio, a cooperação internacional em matéria de produtos básicos e colocação de seus excedentes, a adoção de medidas para facilitar a aquisição ou intercâmbio de capitais, máquinas, matérias primas, técnicas e outros elementos requeridos por suas necessidades econômicas e sociais, a intensificação de seus esforços para ampliar o fluxo de investimentos de capitais nos países do Continente, a obtenção de condições financeiras sadias, o desenvolvimento e melhor utilização dos meios de transportes e de comunicações, facilidades para o livre trânsito de mercadorias dos países mediterrâneos, o apoio efetivo aos programas de cooperação técnica e científica e, finalmente, o fortalecimento do Conselho Interamericano e Social, como órgão coordenador das atividades interamericanas de caráter econômico e social.

Na 2ª Comissão (Desenvolvimento Econômico), tiveram particular importância as discussões sobre as questões de financiamento público do desenvolvimento econômico e de bi-tributação dos capitais privados.

A Delegação brasileira manifestou-se, no primeiro caso, a favor da formulação de uma política creditícia das entidades financeiras de caráter internacional existentes, de acôr-

do, aliás, com a posição assumida na 24ª Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

Em sua declaração de voto, a Delegação do Brasil evidenciou a necessidade de dar novo equacionamento aos objetivos da cooperação econômica internacional, acentuando, concomitantemente, a inadequação dos recursos existentes para promoção do desenvolvimento econômico.

Quanto ao segundo problema, a Delegação brasileira apoiou a resolução que recomenda ao Conselho Interamericano Econômico e Social o estudo de um acôrdo-tipo bilateral tendente a evitar a bi-tributação dos capitais privados.

Na 3ª Comissão (Comércio Exterior), o Brasil manteve o ponto-de-vista de que é necessária, para solução de alguns problemas vitais do comércio exterior, uma ampla cooperação com os países não continentais, através dos órgãos especializados das Nações Unidas.

A principal recomendação dessa Comissão, ou seja, a criação de uma Comissão Permanente de Produtos Básicos, no Conselho Interamericano Econômico e Social, foi aprovada pelo plenário da Conferência, consubstanciando-se na Resolução nº XXXIII.

A Conferência, neste particular, adotou uma resolução, que tomou o nº XL, cuja parte operativa recomenda, principalmente, ao Conselho Interamericano Econômico e Social entrar em contacto com a CEPAL e participar dos estudos para criação do mercado regional latino-americano. Neste trabalho, deverão ser levados em conta os pontos-de-vista manifestados em voto pelas diversas Delegações participantes da Conferência.

Na 5ª Comissão (Cooperação Técnica), a Delegação brasileira defendeu e viu aprovados os seguintes princípios:

a) atribuição de caráter permanente ao Programa de Cooperação Técnica;

b) administração do programa de bolsas de estudo como parte integrante do Programa de Cooperação Técnica;

c) centralização dos serviços de assistência técnica direta;

d) fortalecimento das instituições nacionais de ensino, mediante criação de um fundo especial para esse fim.

Em conclusão, pode-se dizer que a Conferência Econômica de Buenos Aires constituiu importante etapa no longo processo que visa dar conteúdo econômico ao pan-americanismo, permitindo a livre discussão de temas de fundamental interesse e preparando, assim, o caminho para futuras e mais concretas realizações neste campo.

A atuação da Delegação brasileira, quer no plenário, quer nas Comissões, marcou-se por incansável defesa dos ideais pan-americanos, esforçando-se por manter a harmonia continental indispensável para completo desenvolvimento do Continente.

Comité Interamericano de Representantes Presidenciais

Durante a realização da reunião comemorativa do 130º aniversário do Congresso do Panamá, celebrada no Panamá em julho de 1956, à qual compareci juntamente com os demais Chefes de Estado das Repúblicas Americanas, o Presidente dos Estados Unidos da América propôs a criação de um Comitê de Representantes dos Presidentes para preparar recomendações concretas destinadas a fazer da Organização dos Estados Americanos um instrumento mais eficaz de cooperação interamericana nos setores econômico, financeiro, social técnico e de energia nuclear.

A proposta em apreço mereceu a acolhida unânime e, em consequência, os Presidentes das Repúblicas Americanas

designaram seus representantes pessoais, constituindo-se o Comitê Interamericano de Representantes Presidenciais, conhecido pela sigla C.I.R.P., tendo eu designado o Embaixador Fernando Lobo, Delegado do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

O CIRP reuniu-se em Washington pela primeira vez, de 17 a 19 de setembro. Nessa ocasião, por proposta do Embaixador Fernando Lobo, foi eleito o Doutor Milton Eisenhower, Representante do Presidente dos Estados Unidos da América. O Comitê reuniu-se mais duas vezes, em janeiro, em abril-maio de 1957, tendo-se constituído um Comitê interino e quatro subcomitês incumbidos de estudarem as numerosas propostas que haviam formulado os Representantes Presidenciais.

De acordo com as instruções recebidas, o Embaixador Fernando Lobo apresentou projetos específicos sobre diversos itens da Agenda.

Depois de deliberar detidamente sobre as numerosas propostas, o CIRP aprovou 27 Recomendações, que cobrem os seguintes temas gerais:

- I — Assuntos econômicos e financeiros, inclusive agricultura e industrialização;
- II — Saúde Pública e Previdência Social;
- III — Educação e cooperação técnica;
- IV — Energia Nuclear;
- V — Relações públicas;
- VI — Assuntos de Organização.

No dia 8 de maio de 1957, o Comitê, em sua última sessão aprovou o Relatório final que me foi encaminhado em anexo à carta firmada pelos Representantes e endereçada a cada um dos Presidentes das Repúblicas Americanas. Não sendo o CIRP órgão da OEA, e sim entidade de caráter transitório, uma vez apresentado o Relatório foi dissolvido.

Nessas condições, autorizei a expedição de instruções ao Embaixador Fernando Lobo para comunicar ao Conselho da OEA a minha aprovação formal às Recomendações do CIRP.

Tais instruções acentuam o favorecimento pelo Governo brasileiro dos seguintes critérios principais para execução dos projetos recomendados:

a) que se procure obedecer às metas prioritárias da cooperação interamericana, nos setores cobertos pelas recomendações do CIRP, na forma indicada pelo Brasil;

b) que a implementação das Recomendações se processe de forma equilibrada e paulatina, levando também em conta a capacidade contributiva dos Governos;

c) que o Secretário Geral da OEA procure a melhor forma de atender aos aspectos administrativos dos projetos com um mínimo de novos gastos de pessoal e com o máximo aproveitamento dos serviços existentes.

RELAÇÕES COM OS PAÍSES DO CONTINENTE

Especial realce deve ser dado, neste item, à declaração conjunta chileno-brasileira sobre as relações econômicas, comerciais e financeiras entre os dois países, ao acordo peruano-brasileiro de cooperação econômica e técnica, ao convênio sobre trigo com a República Argentina e à ratificação dos acordos celebrados com o Paraguai, em 1956.

A declaração conjunta chileno-brasileira foi assinada por ocasião da visita a Santiago do Ministro de Estado das Relações Exteriores, e cria uma Comissão Mista que terá por principais encargos: a) estudo das relações econômicas, comerciais e financeiras entre os dois países, tendo em vista os pontos-de-vista expressos pelos dois Governos nas recomendações do Comité de Comércio da Comissão Econômica para a América Latina, no tocante ao mercado regional latino-

americano e à multilateralização de pagamentos e bem assim a resolução adotada pela Conferência de Buenos Aires; b) preparar um projeto de Tratado Geral de Comércio e Navegação que facilite as trocas comerciais, fortaleça e diversifique a estrutura econômica dos dois países, desenvolva e aperfeiçoe suas comunicações marítimas e aéreas; c) estudo de acordos específicos que complementem o Tratado Geral já mencionado; d) preparação de um convênio de Pagamentos e e) elaborar um projeto de acôrdo de cooperação econômica que deverá nortear e facilitar as relações de ordem geral entre as economias dos dois países.

Já se acham designadas as duas Comissões Nacionais, que formarão a Comissão Mista e que em breve deverão reunir-se, sendo lícito esperar-se de seus trabalhos que preencham os objetivos dos dois Governos, expressos no Preâmbulo da Declaração, de, mediante o fortalecimento no plano econômico, comercial e financeiro, das relações entre o Chile e o Brasil, promover o desenvolvimento econômico dos dois países e o bem-estar das respectivas populações.

Durante sua visita a Lima, o Ministro de Estado das Relações Exteriores assinou um Acôrdo de Cooperação Econômica e Técnica com o Peru, complementar dos acordos assinados entre os dois países em 1953. O acôrdo prevê a criação de uma Comissão Mista composta de duas sessões permanentes e de subcomissões técnicas, que estudará os seguintes problemas: a) condições atuais do comércio entre os dois países e possibilidades de sua ampliação e diversificação; b) condições peculiares do comércio fronteiriço; c) condições atuais da navegação nos rios da Bacia Amazônica e medidas necessárias à mais ampla utilização dessas vias de comunicação, mediante, inclusive, a concessão recíproca de portos francos; d) possibilidades de desenvolvimento de outros meios de transporte, inclusive através da construção de

rodovias; e) possibilidades de desenvolvimento da produção e do abastecimento mútuo de matérias primas, inclusive mediante investimentos recíprocos; f) possibilidades de cooperação técnica e de intercâmbio de métodos e conhecimentos técnico -científicos.

Através desses estudos e das medidas recomendadas pela Comissão Mista à apreciação dos dois Governos, visa o Acôrdo recentemente assinado ao desenvolvimento equilibrado e coordenado dos recursos naturais e da capacidade produtiva dos dois países, particularmente na região geo-econômica amazônica de vital interêsse para o Brasil e o Peru.

Reuniu-se no Rio de Janeiro, de 11 de março a 29 de julho de 1957, a Comissão Mista Brasil-Argentina, criada pelo Ajuste de Comércio, de 23 de março de 1953, a fim de examinar as relações econômicas entre os dois países. Em consequência das recomendações da Comissão Mista, os dois Governos, por troca de notas de 29 de julho, celebraram os seguintes atos: 1) novo ajuste de trigo, que disciplina as importações brasileiras no triênio 1958/1960; 2) prorrogação dos ajustes de comércio e pagamentos até 31 de maio de 1958; 3) modificação do regime do intercâmbio de frutas argentino-brasileiro.

Foram ratificados, por ocasião da visita ao Rio de Janeiro do General Stroessner, Presidente da República do Paraguai, os seguintes acordos firmados em 1956: a) Tratado Geral de Comércio e de investimentos; b) Convênio de Comércio Fronteiriço; c) Protocolo Adicional sôbre direito de importação; d) Convênio para o estabelecimento de um entreposto de depósito franco, em Paranaguá, para as mercadorias exportadas ou importadas pelo Paraguai; e) Convênio para o estabelecimento, em Concepción, de um entreposto de depósito franco para as mercadorias exportadas ou

importadas pelo Brasil; f) Convênio para o estudo do aproveitamento de energia hidráulica dos rios Acaraí e Mondai.

Com essas ratificações, o Govêrno põe em execução sua política de estreitar os vínculos que unem o Brasil e o Paraguai, mediante o incremento de suas relações econômicas e comerciais. Ao mesmo tempo, é objetivo dêsses atos a abertura de novos canais de escoamento do comércio e da produção paraguaios para o Atlântico, propiciando maior complementação das economias dos dois países.

Mediante a ação internacional que acima fica apontada, o Govêrno brasileiro dá seguimento à vocação continental de sua política exterior, procurando criar um clima de compreensão e cooperação que, permitindo o desenvolvimento harmônico e completo das estruturas econômicas continentais, contribua para o fortalecimento da posição das Nações americanas no concêrto internacional.

PRIMEIRA CONFERÊNCIA GERAL DA AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA

Realizou-se de 1º a 23 de outubro de 1957, em Viena, a 1ª Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica.

Presidiu à Delegação brasileira o embaixador João Carlos Muniz, sendo delegados o Contra-Almirante Otacilio Cunha, Presidente da Comissão de Energia Nuclear e o Ministro Carlos Alfredo Bernardes, que presidira à Comissão Preparatória da Conferência, reunida em Nova York.

A I Conferência Geral da A.I.E.A. aprovou, sem reservas, o Relatório da Comissão Preparatória, em que se contém: a) o programa inicial da Agência — principais itens: fomentos da pesquisa; radioisótopos e fontes de radiação; programa de reatores; fornecimento de materiais e serviços;

conferências e intercâmbio de informações; intercâmbio e treinamento de cientistas e peritos; salvaguarda; saúde, segurança e dispositivos de rejeitos; aquisição de instalações e equipamentos; b) quadro do pessoal da agência; orçamento e financiamento da Agência.

Por proposta do Embaixador João Carlos Muniz, foram eleitos por aclamação os nomes dos Senhores Karl Gruber, da Áustria, e Deputado Sterling Cole, dos Estados Unidos, respectivamente para Presidente e Diretor Geral da Conferência. O Embaixador Muniz foi eleito Presidente do Comitê do Programa, Questões Técnicas e Orçamento.

NOVOS ACORDOS SÔBRE TRANSPORTES AÉREOS

No decorrer do ano de 1957, o Brasil celebrou um Acôrdô sôbre Transportes Aéreos Regulares com a República Federal da Alemanha.

Êsse ato constitui mais um passo na evolução da política aérea brasileira, estabelecendo bases para a posição por parte de emprêsas nacionais de linhas comerciais regulares, para uma das maiores potências de tráfego da Europa, além de possibilitar a intensificação das relações econômicas e culturais entre os dois países.

CONSIDERAÇÕES SÔBRE A POLÍTICA DO CAFÉ

O ano de 1957 registrou intensa atividade internacional em matéria de café, principalmente por iniciativa e orientação do Govêrno brasileiro. O Brasil, côncio da responsabilidade que lhe confere a posição de maior produtor mundial de café, envidou esforços para que os demais produtores latino-americanos e extracontinentais concorressem para o encaminhamento de medidas de cooperação internacional a fim de proporcionar maior compreensão da economia cafeeira.

A nossa ação diplomática, esteada em política que foi traçada de comum acôrdo entre o Itamaraty, o Ministério da Fazenda e o Instituto Brasileiro do Café, fêz-se sentir na Comissão Especial do Café, do Conselho Interamericano Econômico e Social, da OEA, no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e na Comissão de Produtos de Base da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Os resultados práticos dessas atividades se refletem nos projetos de Convênio Cafeeiro Geral e de criação de uma Organização Internacional do Café.

Para dar forma concreta e prática às mencionadas medidas de cooperação internacional, o Govêrno brasileiro resolveu convocar uma Conferência Internacional do Café, que se celebrará nesta Capital no dia 20 de janeiro de 1958. Nessa oportunidade, além de discutirem os problemas referentes à conjuntura cafeeira mundial, os Governos participantes da reunião deverão homologar o Estatuto da Organização em aprêço.

De conformidade com o projeto já aceito por todos os produtores latino-americanos e em face de negociação com os produtores extracontinentais e os principais consumidores, a Organização significará, acima de tudo, um fôro hábil para a discussão coordenada e conjunta dos problemas cafeeiros, contribuindo, assim, para que haja entendimentos constantes entre importadores e exportadores. Pretendemos reivindicar para o Brasil a sede do importante organismo, que representará uma das mais avançadas concepções de composição multilateral de interêsses governamentais, sabendo-se que o mercado cafeeiro é avaliado em cêrca de 3 bilhões de dólares.

Conforme se depreende da leitura das considerações anteriores, o ano de 1957 foi de preparação e estudo para uma ação futura.

Considera o Govêrno medidas imprescindíveis para ampliação do comércio exterior brasileiro a diversificação da pauta de exportação, a ampliação de seus mercados tradicionais e conquista de novas zonas de comércio.

Especial atenção será dada ao desenvolvimento das relações comerciais interamericanas, complemento indispensável da política geral do Brasil no Continente.

Serão iniciadas negociações para a celebração de acordos comerciais e de pagamentos bilaterais com aqueles países que, não participando do Sistema Brasileiro de Pagamentos Multilaterais, utilizam nas suas relações comerciais com o Brasil moedas-convênio. Através de tais atos, o Govêrno procurará estimular o desenvolvimento do intercâmbio, não mediante artifícios ou favores cambiais, mas através de melhores condições efetivas de comércio.

Enquanto, porém, não fôr possível a diversificação da pauta de exportação brasileira, constituída em sua quase totalidade de produtos cuja inelasticidade de demanda é notória, considera o Govêrno que a expansão de nossos mercados tradicionais e a criação de novos são as principais linhas ao longo das quais se deverá desenvolver sua ação.

RELAÇÕES COMERCIAIS

I — *Introdução*

No decurso de 1957, a Divisão Comercial, sôbre ter observado o funcionamento dos instrumentos disciplinadores do comércio exterior do Brasil, acompanhou com a devida atenção os acontecimentos, quer no âmbito interno, quer no externo, que, por sua natureza, pudessem influir no comportamento dêsse comércio. Já pelo envio de instruções às Missões diplomáticas e às delegações brasileiras a conferências ou reuniões dos organismos internacionais especializados de que o Brasil é membro, já procedendo a estudos de sua própria iniciativa, buscou a Divisão Comercial aparelhar-se convenientemente para o desempenho de sua missão dentro do quadro geral dos cometimentos do Ministério das Relações Exteriores.

Nesse sentido, seguiu de perto a elaboração da nova Lei de Tarifa das Alfândegas, deu prosseguimento à análise das prováveis repercussões, sôbre o intercâmbio comercial brasileiro, da criação do Mercado Comum Europeu, bem como de outras instituições análogas que se anunciam, participou dos estudos feitos pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) sôbre o mercado regional latino-americano e a multilateralização dos pagamentos.

Pode-se dizer que, na esfera nacional, foi a reforma tarifária o acontecimento de maior significação para o regime do comércio exterior, determinando sua elaboração como que

um compasso de espera na formulação da política econômica e comercial do país, não só pela necessidade de verificar-se o reflexo de seus dispositivos, especialmente os de caráter cambial, sobre aquêle regime, mas também de proceder-se à harmonização desses dispositivos com os atos internacionais firmados pelo Brasil em matéria econômica e comercial.

Tal harmonização, que se impõe, aliás, pela natureza mesma do comércio internacional, é também determinada expressamente pela própria Lei n.º 3.244 (artigo 62, inciso II e artigo 72, letra e), de 14 de agosto de 1957, e compreenderá, além de negociações com as Partes Contratantes do Acôrdo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), entendimentos bilaterais para a celebração de novos acordos de comércio, de pagamentos e de tratamento aduaneiro, que melhor se ajustem às normas estabelecidas por aquêle diploma legal.

Embora o tempo decorrido desde a promulgação e efetiva aplicação da nova Lei seja escasso para que se saiba, com precisão absoluta, a intensidade, a profundidade e extensão de sua influência sobre o comércio exterior, pode-se afirmar, contudo, que não se verificaram as profecias pessimistas que anunciavam, como consequência inelutável da nova Tarifa, a sensível redução do fluxo do intercâmbio comercial brasileiro.

Se bem que nas primeiras licitações de algumas moedas-convênio, realizadas imediatamente após a entrada em vigor da Lei n.º 3.244, se haja observado relativa retração dos importadores brasileiros, tal fato explicar-se-á antes por motivos inerentes ao próprio comércio, como sejam, por exemplo, a estocagem de determinados produtos e as especulações cambiais, do que por vício ou deficiência do sistema. Tanto assim é que, nos leilões subseqüentes, os arremates dessas mesmas moedas voltaram a seu nível anterior,

registrando-se casos de tomada integral do montante oferecido à licitação dos importadores.

Vale notar, ainda, que o novo sistema, pela eliminação ou redução dos favores cambiais e conseqüente aproximação dos ágios das moedas-convênio dos ágios das moedas genuínas, deverá determinar, de parte dos países que conosco utilizam o primeiro tipo de moeda, uma revisão dos preços de alguns de seus produtos, de molde a oferecê-los a preços efetivamente competitivos, com real benefício para a economia brasileira.

Assim sendo, pode-se afirmar que, tanto quanto mostra a experiência dos últimos meses de 1957, a nova Lei de Tarifa das Alfândegas, longe de ser aquêle entrave ao comércio renunciado por muitos, representou corretivo necessário a um ultrapassado sistema aduaneiro e a determinadas distorções cambiais que se vinham verificando.

No âmbito internacional, não há negar que o acontecimento de maior relêvo foi a conclusão do Tratado de Roma que institui a Comunidade Econômica Européia e que entrará em vigor em janeiro de 1958.

Desde a fase das negociações entre os seis países membros da referida instituição (República Federal da Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos), a Divisão Comercial acompanhou atentamente o assunto, para estar habilitada a sugerir as medidas capazes de acau-telar os interesses do comércio exterior do Brasil. Preocupou-se particularmente com o aspecto da associação dos territórios de ultramar à Comunidade Econômica Européia, que traz o problema do desvio artificial, para êsses territórios, de correntes de comércio e de investimentos, sem real aceleração do ritmo de seu desenvolvimento econômico e social, mas com benefício das economias metropolitanas e prejuízo dos países insuficientemente desenvolvidos. Com

efeito, a criação de uma zona preferencial de comércio, primeira consequência do Mercado Comum Europeu, dará, mediante o jogo de favores aduaneiros, uma posição privilegiada a produtos daqueles territórios, concorrentes de similares brasileiros. Entre outros produtos diretamente ameaçados, convém assinalar, por sua importância em nossa pauta de exportação, o café e o cacau.

Em resumo, a posição brasileira em face do Mercado Comum Europeu, tal qual foi definida pela Delegação que representou o país na XII Reunião das Partes Contratantes do Acôrdo Geral sôbre Tarifas e Comércio, pode ser caracterizada por sua oposição a que a integração econômica e comercial dos seis países membros daquela instituição se faça em detrimento da economia de países menos desenvolvidos, seja pela criação de uma zona preferencial de comércio, seja, como acima ficou dito, pelo desvio artificial das correntes de comércio e de investimentos que, não fôsse a política de discriminação latente na organização, deveriam continuar a dirigir-se para o Brasil e outros países ainda não completamente desenvolvidos.

E' indispensável que, no seio do GATT, ou mediante negociações específicas, se possam harmonizar os interesses dos participantes da Comunidade Econômica Européia com os dos países produtores de bens primários, através do estabelecimento de compensações aduaneiras ou outras, que eliminem ou reduzam substancialmente o impacto negativo da nova situação criada.

Não é o Mercado Comum Europeu, entretanto, a única forma de que se tem revestido a tendência européia à integração econômica e comercial. Outras instituições da mesma índole se anunciam e também com elas se tem preocupado a Divisão Comercial.

Cumpre, em primeiro lugar, mencionar a Zona de Comércio Livre, idealizada pelo Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte, que visa conciliar as tradicionais relações comerciais e financeiras do Reino Unido com os demais integrantes do "Commonwealth" e o crescente entrosamento de sua economia com a dos vizinhos continentais. De acôrdo com tal idéia, participariam da Zona, além dos seis constituintes do Mercado Comum Europeu e o Reino Unido, todos os outros membros da Organização Européia de Cooperação Econômica (OECE), isto é, Dinamarca, Noruega, Suécia, Suíça, Áustria, Portugal, República da Irlanda, Grécia, Islândia e Turquia.

Distingue-se a Zona de Comércio Livre do Mercado Comum Europeu principalmente pelo fato de que, uma vez concretizada, guardariam os seus integrantes plena autonomia em matéria econômica, comercial e aduaneira diante dos não-membros, realizando-se a associação apenas entre os participantes; enquanto no Mercado Comum Europeu, verificar-se-á, ao término de seu último estágio, a formação de um bloco inteiro frente ao resto do Mundo, isto é, os seis países, para efeitos de comércio exterior, serão uma unidade.

Outra idéia que tem assumido a tendência européia de integração regional é o Mercado Comum Nórdico, alternativa imaginada pelos países da Escandinávia e a Finlândia para as idéias de sua participação no Mercado Comum Europeu ou na Zona Livre de Comércio. Tal associação, basicamente uma união aduaneira, seria facilitada por já existir na Escandinávia harmonização da legislação social e de migração de trabalho, um dos pontos cruciais e de mais difícil implementação da Comunidade Econômica Européia. Os diferentes graus de participação da indústria e da agricultura na economia daqueles países representam os principais óbices à materialização da idéia.

Como no caso do Mercado Comum Europeu, a Divisão Comercial tem prestado tóda atenção à marcha dêsses planos, a fim de, pela análise de seu provável impacto no intercâmbio comercial brasileiro, habilitar o Governo a tomar, dentro do quadro geral de sua política externa, as medidas preventivas que se façam necessárias.

A êste passo, convém ressaltar que também na América Latina se tem acentuado a tendência para uma cooperação econômica mais íntima.

Em recentes reuniões e conferências internacionais manifestaram, com efeito, as Repúblicas latino-americanas a conveniência de se estimular, por todos os meios hábeis, a ampliação das trocas intra-continetais; a êste objetivo atende o já adiantado movimento, de que participam especialmente as Nações do sul do continente, no sentido de acordarem um sistema de transferência de saldos das contas bilaterais que mantêm entre si, o que pode ser a primeira etapa para uma progressiva multilateralização dos pagamentos entre os países da área. Com êsse propósito, e em obediência à resolução aprovada pelo Comité de Comércio da CEPAL (1.º Período de Sessões, Santiago, novembro de 1956), reuniram-se em Montevideu, em março de 1957, peritos de Bancos Centrais para elaborar um projeto de convênio-tipo de pagamentos, que pudesse oferecer bases uniformes para as transferências dos saldos bilaterais.

Progridem, também, os estudos relativos ao estabelecimento de um mercado regional latino-americano. Essa questão, que envolve análises econômico-comerciais e projeções de grande magnitude, foi objeto de especial atenção durante o 7.º Período de Sessões da CEPAL, realizadas em La Paz, e durante a Conferência Econômica Interamericana, reunida em Buenos Aires.

De todos êsses estudos tem o Brasil ativamente participado; em última instância, buscaram-se com êles fórmulas de cooperação que atendam às peculiaridades do comércio da área e às características econômicas dos diversos países que a compõem, de modo a fazer dessa cooperação instrumento eficiente para a aceleração do ritmo de desenvolvimento econômico de cada um dêles e elevação do padrão de vida de suas populações.

II — *Atos Internacionais*

No tocante às relações do Brasil com os países do continente, merecem especial menção: o Convênio sobre trigo com a República Argentina, a reunião da Comissão Mista Brasil-Bolívia, realizada em janeiro-fevereiro de 1957, a declaração conjunta brasileiro-chilena sobre relações econômicas, comerciais e financeiras, a ratificação dos Acordos de 1956 celebrados com o Paraguai, o Acôrdo sobre bases para cooperação econômica e técnica com o Peru e a prorrogação do *modus vivendi* entre o Brasil e a Venezuela.

Argentina

Reuniu-se no Rio de Janeiro, de 11 de março a 29 de julho de 1957, a Comissão Mista Brasil-Argentina, criada pelo Ajuste de Comércio de 23 de março de 1953, a fim de examinar as relações econômicas entre os dois países. Em consequência das recomendações da Comissão Mista, os dois Governos, por troca de notas de 29 de julho, celebraram os seguintes atos: 1) novo ajuste de trigo, que disciplina as importações brasileiras no triênio 1958-1960; 2) prorrogação dos ajustes de comércio e de pagamentos até 31 de maio de 1958; 3) modificação do regime de intercâmbio de frutas argentino-brasileiro.

Bolivia

De acôrdo com os artigos V e VI do Convênio de Comércio Brasil-Bolívia, subscrito em 24 de dezembro de 1953, reuniram-se em La-Paz, de 11 de janeiro a 23 de fevereiro de 1957, as Seções Brasileira e Boliviana da Comissão Mista Permanente Brasil-Bolívia. Foram trocadas informações gerais sôbre o intercâmbio entre os dois países e atualizadas e complementadas as listas de produtos brasileiros de exportação para o Brasil.

Chile

A declaração conjunta brasileiro-chilena foi assinada por ocasião da visita a Santiago do titular da pasta das Relações Exteriores. Cria uma Comissão Mista que terá por principais encargos: a) estudar as relações econômicas, comerciais e financeiras entre os dois países, tendo em consideração os pontos de vista expressos pelos dois Governos nas recomendações do Comitê de Comércio da Comissão Econômica para a América Latina, no tocante ao mercado regional latino-americano e à multilateralização de pagamentos e bem assim a Resolução XL da Conferência de Buenos Aires; b) preparar um projeto de Tratado Geral de Comércio e Navegação que facilite as trocas comerciais, fortaleça e diversifique a estrutura econômica dos dois países, desenvolva e aperfeiçoe suas comunicações marítimas e aéreas; c) estudar acordos específicos que complementem o Tratado Geral já mencionado; d) preparar um convênio de pagamentos e e) elaborar um projeto de acôrdo de cooperação econômica que deverá nortear e facilitar as relações de ordem geral entre as economias dos dois países.

Já se acham designadas as duas Delegações Nacionais que formarão a Comissão Mista, a qual, em breve, deverá

reunir-se, sendo lícito esperar-se de seus trabalhos que preencham os objetivos dos dois Governos, expressos no Prelâmbulo da Declaração, de, mediante o fortalecimento no plano econômico, comercial e financeiro, das relações entre o Chile e o Brasil, promover o desenvolvimento econômico dos dois países e o bem-estar das respectivas populações.

Paraguai

Foram ratificados, por ocasião da visita ao Rio de Janeiro do General Alfredo Stroessner, Presidente da República do Paraguai, os seguintes acordos firmados entre os dois países em 1956 : a) Tratado Geral de Comércio e de Investimentos; b) Convênio de Comércio Fronteiriço; c) Protocolo Adicional sobre direitos de importação; d) Convênio para o estabelecimento de um entreposto de depósito franco em Paranaguá para as mercadorias exportadas ou importadas pelo Paraguai; e) Convênio para o estabelecimento em Concepción de um entreposto de depósito franco para as mercadorias exportadas ou importadas pelo Brasil; f) Convênio para o estudo do aproveitamento da energia hidráulica dos rios Acaraí e Mondai.

O objetivo desses atos é dar corpo à política brasileira de estreitar os vínculos que nos unem aos países vizinhos, mediante o incremento das relações econômicas e comerciais. Ao mesmo tempo, proporcionam êles a abertura de novos canais de escoamento do comércio e da produção paraguaios para o Atlântico, propiciando maior complementação das economias brasileira e paraguaia.

Peru

Durante sua visita a Lima, o Ministro de Estado das Relações Exteriores assinou um Acôrdo sobre Bases para Cooperação Econômica e Técnica com o Peru, que amplia

os acordos firmados entre os dois países em 1953. O acôrdo prevê a criação de uma Comissão Mista, composta de duas secções permanentes e de subcomissões técnicas, que estudará os seguintes problemas: *a)* condições atuais do comércio entre os dois países e possibilidades de sua ampliação e diversificação; *b)* condições peculiares ao comércio fronteiriço; *c)* condições atuais da navegação nos rios da Bacia Amazônica e medidas necessárias à mais ampla utilização dessas vias de comunicação, mediante, inclusive, a concessão recíproca de portos francos; *d)* possibilidades de desenvolvimento de outros meios de transporte, inclusive através da construção de rodovias; *e)* possibilidades de desenvolvimento da produção e do abastecimento mútuo de matérias primas, inclusive mediante investimentos recíprocos; *f)* possibilidades de cooperação técnica e de intercâmbio de métodos e conhecimentos técnico-científicos.

Através desses estudos e das medidas recomendadas pela Comissão Mista à apreciação dos dois Governos, visa o Acôrdo recentemente assinado o desenvolvimento equilibrado e coordenado dos recursos naturais e da capacidade produtiva dos dois países, particularmente na região geo-econômica amazônica, de vital interêsse para o Brasil e o Peru.

Venezuela

Mencione-se, ainda, neste capítulo, a prorrogação do *modus vivendi* que disciplina o comércio entre o Brasil e a Venezuela.

Mediante a ação diplomática acima delineada, deu-se continuidade à vocação continental da política exterior brasileira, que tem como um de seus principais objetivos propiciar, em clima de compreensão e cooperação, o desenvolvimento harmônico e completo das estruturas econômicas continentais.

Países extracontinentais

No que se refere às relações do Brasil com os países extra-continentais, no correr de 1957 não foi ainda possível a renegociação de novos instrumentos de comércio e pagamentos, de vez que estava o Ministério das Relações Exteriores à espera das novas definições de política geral que certamente decorreriam da aprovação da reforma da Lei de Tarifa das Alfândegas.

Devendo, entretanto, caducar em 1957, a vigência dos Acordos firmados com a Espanha, Japão, Polônia, Portugal e Tcheco-Eslováquia, foram êles prorrogados por períodos trimestrais sucessivos, sendo que as últimas prorrogações, feitas em fins de dezembro de 1957, foram por um período de seis meses, a fim de oferecer prazo razoável para a realização das futuras negociações.

III — *Comércio exterior do Brasil*

Embora ainda não estejam disponíveis os dados estatísticos relativos ao segundo semestre de 1957, estima-se que o balanço comercial brasileiro se apresente deficitário no final do ano.

O desequilíbrio previsto tem como causa principal uma diminuição geral de nossas vendas de café, causa essa que poderá ser removida através de medidas já assentadas pelo Governo. Decorre, por outro lado, do maior volume de importação de bens de equipamento exigidos pela crescente industrialização brasileira.

Cumpre, pois, examinar a situação, sem exagêro de pessimismo, e à luz de outros fatores que bem revelam a confiança nas possibilidades de desenvolvimento econômico do Brasil e que encontram expressão palpável no acréscimo dos ingressos de capital estrangeiro no país.

A seguir, analisam-se, sucintamente, os principais aspectos do intercâmbio comercial brasileiro por áreas monetárias.

1) *Área de Livre Conversibilidade*

Incluem-se nesta área todos os países com os quais o Brasil comercia em dólares norte-americanos ou outras moedas de livre disponibilidade, excetuando-se, portanto, aqueles com os quais mantemos acordos especiais de pagamentos em moeda-convênio e os integrantes da Área de Conversibilidade Limitada. É de particular importância nessa área o comércio com os Estados Unidos, o Canadá e a Venezuela.

Em 1956, as exportações brasileiras cifraram-se em cerca de 790 milhões de dólares e as importações em 630 milhões, registrando-se, pois, um saldo da ordem de 160 milhões.

No primeiro semestre de 1957, as vendas brasileiras orçaram em 325 milhões, enquanto as compras equivaleram, em números aproximados, a 382 milhões, assinalando-se um *deficit* de, aproximadamente, 57 milhões.

O primeiro semestre de 1957, em comparação com igual período de 1956, apresentou um decréscimo nas exportações da ordem de 18%, crescendo-se as importações de 22%.

2) *Área de Conversibilidade Limitada*

Compreende esta área os seguintes países: República Federal da Alemanha, Áustria, França, Itália, Países Baixos, Reino Unido e União Belgo-Luxemburguesa.

Em 1956, as exportações brasileiras elevaram-se a 317 milhões de dólares aproximadamente, enquanto as cifras redondas relativas às importações eram de 292 milhões, registrando-se, por conseguinte, um *superavit* da ordem de 25 milhões de dólares.

No primeiro semestre de 1957, os dados eram de cerca de 105 milhões para as exportações e 146 milhões para as importações.

Em comparação com o período correspondente de 1956, os seis primeiros meses de 1957 registraram um decréscimo na exportação de aproximadamente 22%, e um aumento das importações de cerca de 40%.

Convém ressaltar que o decréscimo do volume do comércio do Brasil com a ACL, relativamente ao registrado nos anos anteriores à vigência do Sistema Brasileiro de Pagamentos Multilaterais, explica-se, em grande parte, pelo fato de o novo regime desestimular as operações triangulares de comércio, mais facilmente realizáveis no antigo regime bilateral com aqueles países. Com efeito, a tal decréscimo correspondeu um aumento relativo de nossas exportações para a área do dólar, com efetivo ganho para a economia brasileira.

3) *Área Bilateral*

Compreende esta área todos os países com os quais negocia o Brasil, por força de acordos especiais, em moeda-convênio.

No continente americano, estão neste caso a Argentina, a Bolívia, o Chile e o Uruguai. O intercâmbio do Brasil com esses países, em 1956, expressou-se pelos seguintes números aproximados:

exportações brasileiras (FOB) — 101,5 milhões de dólares;
importações brasileiras (CIF) — 115,0 milhões de dólares.

No primeiro semestre de 1957, foram os seguintes os resultados do intercâmbio:

exportações brasileiras (FOB) — 66,0 milhões de dólares;
importações brasileiras (CIF) — 57,0 milhões de dólares.

Com países extracontinentais — Dinamarca, Espanha, Finlândia, Hungria, Islândia, Israel, Japão, Noruega, Polónia, Portugal, Suécia, Tcheco-Eslováquia e Turquia — são os que abaixo se transcrevem os números aproximados relativos a 1956:

exportações brasileiras (FOB) — 275,0 milhões de dólares;
importações brasileiras (CIF) — 282,0 milhões de dólares.

No primeiro semestre de 1957:

exportações brasileiras (FOB) — 120,0 milhões de dólares;
importações brasileiras (CIF) — 120,0 milhões de dólares.

No conjunto da faixa bilateral, o primeiro semestre de 1957, comparado com igual período de 1956, registrou um aumento das exportações brasileiras de cerca de 14% e, nas importações, da ordem de 5%.

C o n c l u s õ e s

Deduz-se do exposto nos capítulos precedentes que o ano de 1957, no setor da política comercial, foi, fundamentalmente, um ano de estudos para a formulação de diretrizes que melhor atendam às circunstâncias que atualmente caracterizam o comércio exterior do Brasil.

Conhecidas são as dificuldades que peiam o desenvolvimento de nosso intercâmbio decorrentes, sobretudo, da composição da pauta de exportação do Brasil, constituída quase exclusivamente de produtos primários, de notória inelasticidade de demanda e cujos preços de venda estão, na maioria dos casos, sujeitos às oscilações do mercado comprador. Por outro lado, alguns desses produtos parecem estar atingindo um elevado grau de saturação nos mercados que tradicionalmente os adquirem.

Com outros órgãos da Administração, também responsáveis pela orientação de nossa política econômica e comercial, está o Itamaraty estudando a maneira de corrigir as deficiências apontadas; preocupa-se, particularmente em explorar as possibilidades de exportação de produtos manufaturados, exportação esta que é função da aceleração da industrialização do país, dos custos de produção e de outros fatores que os tornem competitivos nos mercados internacionais, especialmente no mercado latino-americano. Espera o Itamaraty que, no correr de 1958, possam ser atacados, individualmente e em seu conjunto, êsses vários problemas.

Não descuidará também a Divisão Comercial de examinar com outros Departamentos da Administração o problema da conquista de novos mercados para nossos produtos. Tal exame se fará tendo presente a importância que reveste o problema dos pagamentos; de fato, o objetivo não é o de substituir mercados, nem crescer, apenas estatisticamente, o volume de exportações para determinadas áreas. E' indispensável, nesse particular, que as vendas para novos mercados representem ganhos efetivos no total da receita auferida pelo Brasil.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL
ÁREA DE CONVERSIBILIDADE LIMITADA
em mil dólares

ÁREA DE CONVERSIBILIDADE LIMITADA	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO		
	1955	1956	1957 (1)	1955	1956	1957 (1)
Alemanha.....	104.404	94.071	30.777	88.034	79.602	57.212
Austria.....	5.973	4.202	686	5.920	1.819	1.268
França.....	51.175	55.484	20.079	71.503	24.882	22.999
Grã-Bretanha.....	60.377	53.438	22.650	17.660	42.654	23.399
Holanda.....	42.474	50.647	13.148	33.995	13.849	10.783
Itália.....	47.529	32.487	11.816	48.718	29.279	15.279
União Belgo-Luxemburguesa.....	17.648	25.939	6.145	24.608	16.656	13.574
Possessões Francesas (2).....	3.539	5.848	1.503	1.904	1.000	475
Possessões Britânicas (3).....	1.150	1.490	378	3	597	2.650
Possessões Holandesas (4).....	84	0	—	—	—	—
TOTAL.....	334.353	323.666	107.182	292.345	210.849	147.639

- (1) Janeiro/junho
(2) Inclui: Tunísia; exclui: Indochina
(3) Exclui: Trinidad
(4) Exclui: Antilhas Holandesas
Fonte: S.E.E.F. do Ministério da Fazenda.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL COM OS PAÍSES DA FAIXA BILATERAL
em US\$ 1.000

PAÍSES	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO		
	1955	1956	1957 (1)	1955	1956	1957 (1)
A) AMÉRICA DO SUL						
Argentina.....	99.823	65.471	48.254	151.859	76.755	42.926
Bolívia.....	442	1.983	1.456	2.007	1.536	692
Chile.....	11.418	10.326	7.439	11.381	6.938	4.740
Uruguai.....	32.839	23.657	8.546	29.130	29.565	8.581
a) Subtotal.....	144.522	101.437	65.695	194.377	114.794	56.939
B) EUROPA E ÁSIA						
Dinamarca.....	31.104	32.517	13.513	27.379	29.420	12.317
Espanha e Colônias.....	27.561	21.676	12.495	29.576	26.701	10.269
Finlândia.....	28.082	34.273	10.694	28.574	27.339	19.207
Hungria.....	6.977	8.415	2.297	6.489	8.839	2.395
Islandia.....	1.856	1.737	646	2.690	2.078	875
Israel.....	115	1.102	1.497	3	370	346
Japão.....	56.214	37.172	21.772	45.080	49.967	9.763
Noruega.....	25.013	25.347	12.213	25146	26.128	13.474
Polónia.....	12.859	10.073	10.313	10.250	14.588	8.826
Portugal e Colônias.....	7.700	3.457	2.533	3.803	3.810	716
Suécia.....	48.561	57.490	20.327	32.736	43.899	26.146
Tcheco-Eslováquia.....	21.468	20.346	8.975	21.363	22.705	12.740
Turquia.....	3.987	1.425	451	4.505	1.700	151
b) Subtotal.....	271.497	250.010	117.776	237.594	257.575	117.225
TOTAL A+B.....	416.019	356.447	183.471	431.971	372.369	174.164

- (1) Janeiro-junho.
Fonte: SEEF do Ministério da Fazenda.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

(Em mil dólares)

	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO		
	1955	1956	1957 (1)	1955	1956	1957 (1)
A. C. L.	334,353	323,666	107,182	292,345	210,849	147,639
Faixa bilateral.....	416,019	356,447	183,471	431,971	372,369	174,164
Conversíveis	672,874	801,907	324,781	582,519	650,661	381,317
TOTAL GERAL.....	1.423,246	1.482,020	615,434	1.306,835	1.233,879	703,120

(1) janeiro/junho

Fonte: S.E.E.F. do Ministério da Fazenda

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

(em mil dólares)

PAÍSES	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO		
	1955	1956	1957 (1)	1955	1956	1957 (1)
Estados Unidos.....	601,526	734,354	302,577	308,817	354,026	241,617
Canadá.....	15.123	18.461	8.542	12.389	9.821	9.476
Antilhas Holandesas.....	70	114	18	78.683	62.365	29.038
Trinidad.....	13	11	1	14.800	12.501	7.627
Venezuela.....	406	576	183	92.903	118.276	56.914
(2) OUTROS.....	55.736	48.391	13.460	74.927	93.672	26.355
TOTAL.....	672.874	801.907	324.781	582.519	650.661	381.317

(1) janeiro/junho

(2) Exclui os países da A.C.L. e dependências e da faixa bilateral, inclusive dependências.

Inclui Iugoslávia e Grécia que deixaram de figurar como bilaterais.

Fonte: SEEF. do Ministério da Fazenda.

**ASSUNTOS CONSULARES
E DE PASSAPORTES**

SERVIÇOS CONSULARES

No desempenho de suas atribuições, cabe à Divisão Consular, entre outras, a indicação, criação, extinção e mudança de categoria de Consulados brasileiros. Para êsse fim, foram elaborados vários estudos, durante o ano de 1957, tendo sido extintos o Consulado honorário em Dallas, Estados Unidos, e os Vice-Consulados honorários em Jacksonville, Estados Unidos, e Chitagong, no Paquistão. O Consulado em Assunção foi elevado à categoria de Consulado Geral.

A Divisão Consular, durante o ano de 1957, realizou numerosos estudos sobre a criação de novas repartições consulares honorários, tais como Acapulco, México; Colón, Panamá; Bangkok, Tailândia; Manizales, Colômbia; Haifa, Israel; Punto Fijo, Venezuela. Foi estudada, igualmente, a abertura de repartições consulares de carreira em Yokoama e em Bremen.

Foram preenchidos os seguintes Consulados e Vice-Consulados honorários, com a indicação dos seus titulares: Paisandu, Uruguai; Thorshvan, Dinamarca; Sidney, Austrália; Las Piedras, Venezuela; Singapura, Reino Unido; Posadas, Argentina; Guaiaquil, Equador; Cali, Colômbia.

Pela Portaria de 12 de setembro de 1957 foi aprovada a nova Jurisdição Consular, revista e atualizada com as modificações decorrentes da criação e extinção de repartições consulares e a mudança de jurisdição consular de outras.

Durante o ano de 1957, foram expedidas 38 Cartas-Patentes. Êsse número é menor do que o do ano anterior, por-

que, no ano relatado, só foram expedidas cartas-patentes dos chefes de pòsto, para os países que não concedem *exequatur* para cônsules-adjuntos e vice-cônsules.

Foram concedidos 47 *exequatur* pelo Senhor Presidente da República e 18 pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Foram expedidas 1.531 guias para pagamento de emolumentos consulares, tendo sido legalizadas 3.809 firmas.

A legalização de documentos na Secretaria de Estado é muito morosa. O documento entregue na Portaria, para êsse efeito, só é restituído 24 horas depois, com grande prejuízo para as partes, algumas vindas de outros Estados. Urge, pois, a adoção de um novo critério neste setor de trabalho a fim de que, a exemplo do que ocorre nos cartórios, as legalizações aqui também se procedam com a mesma rapidez.

Pessoal — A Divisão Consular conta atualmente com 12 funcionários, número êsse que não é suficiente para o desempenho das funções que lhe incumbem. No decorrer de 1957, a Divisão Consular viu, entretanto, o seu pessoal reduzido de mais 5 funcionários, dentre os quais 4 diplomatas removidos para o exterior que até agora não foram substituídos. Em virtude dessa escassez de pessoal, foi feita, no segundo semestre do ano, nova e rigorosa divisão de trabalho.

Instalação — Em fins de 1957, a Divisão Consular mudou-se para novas salas, cujas instalações não oferecem, quanto ao espaço, o mesmo conforto das antigas. As novas instalações, situadas no andar térreo, têm, entretanto, a vantagem de evitar o acesso do público a outras dependências de caráter mais reservado do Itamaraty.

Importação de automóveis — A Divisão Consular, a partir do início do último trimestre do ano, quando entrou em

vigor a nova legislação sobre a matéria com a promulgação da Lei n.º 3.244, de Tarifas Aduaneiras, adotou novo critério para o tratamento deste assunto, o que, além de maior presteza na solução dos casos pendentes, resultou também em maior eficiência dos trabalhos, tanto que houve uma diminuição quase total dos mandados de segurança. Poucos casos surgiram na Alfândega brasileira, o que demonstrou o acerto da nova orientação seguida pela Divisão Consular.

Quanto à importação de mercadorias, a elaboração da Lei n.º 3.244, de 14 de agosto de 1957, acima referida, introduziu sensíveis modificações no seu regime, abolindo a fatura consular, a partir de 1.º de janeiro de 1958, dividindo as mercadorias a serem importadas em duas categorias, a Geral e a Especial, e criando o certificado de cobertura cambial para as mercadorias incluídas na Categoria Geral. Com a abolição da fatura consular, a legalização passou a ser feita na própria fatura comercial, com o nome de "visto consular em fatura comercial."

Como decorrência da citada Lei 3.244, providenciou-se a elaboração do Decreto 42.916, de 30 de dezembro último, que dispõe sobre o visto consular em faturas comerciais e dá outras providências sobre assuntos de natureza consular.

Renda Consular — As Repartições consulares e Missões diplomáticas encarregadas de serviço consular arrecadaram, até outubro de 1957, a seguinte renda consular:

	Cr\$ ouro
Consulados de carreira	5.657.623,10
Consulados privativos	34.969,40
Consulados honorários	726.275,10
Vice-Consulados honorários	65.241,60
	6.484.109,20
Alfândegas	2.006.842,90
Total Geral	8.490.952,10

Houve um acréscimo de Cr\$ 656.363,20 sôbre a renda arrecadada em igual período do ano de 1956.

Deve-se, aqui, observar que parte da renda consular é arrecadada pelas Alfândegas e Mesas de renda brasileiras, o que acarreta considerável evasão da renda consular, pois, para efeito da cobrança de emolumentos, no Brasil, o cruzeiro-ouro é cotado à razão de pouco mais de 18 cruzeiros-papel, enquanto, no exterior, êle equivale ao dólar papel. Seria, por isso, conveniente que se propusesse aos órgãos competentes do Ministério da Fazenda a equiparação do cruzeiro-ouro ao dólar fiscal, para efeito da cobrança de emolumentos consulares ou a criação de uma sôbre-taxa equivalente.

PASSAPORTES

Durante o ano de 1957, as diversas atividades da Divisão de Passaportes registraram notável aumento de serviço, tanto no que concerne à expedição e prorrogação de passaportes diplomáticos e especiais, como no que toca à resposta de consultas formuladas, pelas Missões diplomáticas e Repartições consulares brasileiras no exterior, em relação à concessão de vistos a alienígenas desejosos de ingressar em território nacional.

Consoante a diretriz de facilitar a entrada de turistas e homens de negócio estrangeiros no país, a Divisão de Passaportes prosseguiu estudos referentes à conclusão, por troca de notas, de acordos com países amigos, estabelecendo a gratuidade na concessão de vistos. Assim sendo, a Divisão examinou propostas de acordos com os Governos da França, Itália, Estados Unidos, Chile, Grécia, Uruguai e Argentina. Foram, ainda firmados, no decorrer do ano, acordos com os seguintes países:

República Federal da Alemanha, por troca de notas de 28-6-1956 e 8-7-1957, o qual dispõe sobre a supressão de vistos em passaportes diplomáticos e especiais, a gratuidade de vistos concedidos a cidadãos alemães e a supressão de vistos aos brasileiros que pretendam ingressar, a título temporário, na Alemanha Ocidental.

Bélgica, Países-Baixos e Luxemburgo, por troca de notas, respectivamente, de 27-2, 1-2, 24-8, tôdas de 1957, es-

tabelecendo regime semelhante ao pactuado com a Alemanha, no tocante à supressão de vistos em passaportes diplomáticos e especiais e gratuidade na concessão de vistos aos portadores de passaportes comuns.

A Comissão Brasileira de Aplicação do Tratado de Amizade e Consulta com Portugal aprovou, em sessão plenária de 20 de maio, o projeto de acôrdo, sôbre vistos, minutado na Divisão de Passaportes, o qual será, no decorrer do próximo ano, encaminhado, juntamente com as demais conclusões daquela Comissão, ao Govêrno de Lisboa.

Realizaram-se no decorrer do ano a VI e a VII sessões do Conselho do Cime. A primeira delas, reunida em Genebra, no mês de março, chefioa a Delegação brasileira o Ministro Fernando Ramos de Alencar, então Presidente do Instituto Nacional de Imigração e Colonização. A segunda efetuou-se ainda naquela cidade, no mês de outubro, tendo chefiado a Delegação brasileira o Embaixador Henrique de Souza Gomes. A ambas as sessões compareceu como Delegado o Conselheiro Roberto Jorge dos Guimarães Bastos, Chefe da Divisão de Passaportes. Convocada ainda pelo CIME reuniu-se em Genebra, no mês de dezembro, conferência sôbre cursos de aperfeiçoamento profissional para imigrantes. O Chefe da Delegação Brasileira, Cônsul Antonio Francisco Azeredo da Silveira, foi eleito Presidente do conclave. Por ocasião da VII Sessão do Conselho do CIME foi o Brasil reconduzido ao Comitê Executivo daquele organismo intergovernamental.

A partir de 1.º de dezembro último, a Divisão de Passaportes, de acôrdo com a Lei 2930, de 27-10-56 e devidamente autorizada pelo Secretário Geral, passou a cobrar os seguintes emolumentos:

- a) Concessão de passaporte especial, Cr\$ 200,00;
- b) Prorrogação de passaporte especial, Cr\$ 100,00.

Expediram-se circulares mensais sobre cassação e restabelecimento de permanência no Brasil, expulsão de estrangeiros e extravio de passaportes.

No caso de desaparecimento de passaporte, as autoridades consulares deverão encaminhar à Secretaria de Estado o resultado das sindicâncias, feitas sobre a ocorrência, informando ainda o local exato da perda ou extravio (país, cidade, hotel, etc.), do documento, data, e demais indicações úteis, inclusive informações confidenciais sobre a idoneidade do seu portador.

Quanto aos inúmeros pedidos de visto permanente, esse trabalho absorveu cuidadosa atenção e esforço por parte dos funcionários da Divisão de Passaportes. Seguindo as normas de defesa dos interesses do Brasil, pela adoção de medidas de precaução e máximo rigor contra a entrada de elementos indesejáveis, nocivos à ordem pública e segurança das instituições, o Itamaraty esteve sempre vigilante e contou com a colaboração do Ministério da Justiça, para apreciação dos pedidos formulados por imigrantes já radicados no país em favor de seus parentes, refugiados políticos ou residentes em países sob regime comunista. Nesse sentido, procedia-se a exame prévio dos antecedentes penais e político-sociais, bem como da situação financeira dos interessados. A respeito do assunto, expediu-se circular recomendando que, ao se conceder qualquer espécie de visto, principalmente visto em caráter temporário, houvesse o maior cuidado e o máximo rigor na apreciação da profissão declarada e ideologia política do candidato. Além disso, nos casos de consulta, as autoridades consulares deveriam fornecer à Secretaria de Estado informações sobre profissão, ideologia política e antecedentes do candidato, citando as fontes dessas informações e obrigatoriamente emitindo opinião sobre a conveniência do visto.

Ao Serviço de Registro de Estrangeiros do Departamento Federal de Segurança Pública têm sido encaminhadas carteiras modelo 19, recolhidas por Missões diplomáticas e Repartições consulares.

Aos Ministérios militares tem sido feita comunicação de toda concessão de visto oficial a oficiais e técnicos militares norte-americanos que se dirigem a Recife (Fernando de Noronha).

A Lei 2526, de 5-7-55, que isenta de visto consular os turistas cidadãos de países americanos, tem dado margem à entrada de elementos indesejáveis, alguns anteriormente expulsos do Brasil, ou que tiveram sua permanência em nosso país cassada. Esses casos, tão logo chegam ao conhecimento da Divisão de Passaportes, são comunicados ao Departamento do Interior e da Justiça, o qual é de opinião que, em face ao texto legal, torna-se impossível impedir a entrada de tais elementos.

Novas normas regedoras da concessão de vistos

Por portaria interministerial, da Fazenda e Relações Exteriores, publicada no *Diário Oficial* de 30-1-57, estabeleceu-se que, aos estrangeiros que vêm para o Brasil com contrato de trabalho de duração limitada, será concedido visto temporário especial.

O Instituto Nacional de Imigração e Colonização, periodicamente, organiza listas de profissões de fácil colocação no mercado brasileiro de trabalho, listas essas que a Divisão de Passaportes tem remetido às Missões diplomáticas e Repartições consulares para serem observadas na concessão de vistos.

A pedido do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, recomendou a Secretaria de Estado às Missões diplomáticas e Repartições consulares a concessão de visto permanente aos candidatos que, havendo consultado individualmente aquêlê Instituto, exibam resposta que os considere de profissão útil e de fácil colocação.

Aos imigrantes procedentes de países da órbita soviética, a quem só se permite a saída, em caráter temporário, de seu território, tem a Divisão de Passaportes autorizado a concessão de visto de turismo, podendo seu beneficiário requerer permanência definitiva, quando de sua chegada ao Brasil.

Aos representantes de firmas estatais de países soviéticos, portadores de passaportes oficiais, tem sido concedido visto temporário de negócios, após consulta aos Departamentos Político e Econômico da Secretaria de Estado, pois que a concessão, em tais casos, de visto oficial, daria a êsses agentes posição privilegiada em relação aos representantes de firmas comerciais de países capitalistas.

Instituto Nacional de Imigração e Colonização — Ao INIC tem a Divisão de Passaportes encaminhado grande quantidade de consultas sôbre concessão de vistos, procedentes de Missões diplomáticas e Repartições consulares, nos casos em que aquêlê Instituto tem de ser ouvido.

Continua em funcionamento o Serviço Brasileiro de Seleção de Imigrantes na Europa, repartição do INIC, sediada em Roma. Com a demissão do Coordenador-Geral Vasco Pezzi e do Senhor Paulo Inácio de Almeida, assumiu, em caráter provisório, a Chefia do Serviço o Diplomata Antonio Francisco Azeredo da Silveira.

Continuam a chegar ao Brasil refugiados húngaros, a maioria por intermédio do Comitê Intergovernamental para

as Migrações Européias. O INIC tem enviado ao Ministério, para concessão de vistos, listas desses refugiados, que vêm para o Brasil sob os auspícios do Comitê Húngaro da Cruz Vermelha Brasileira e da Comissão Nacional Católica de Imigração.

Normalizada a situação política no Egito, abrandou, e quase cessou, o fluxo de refugiados procedentes daquele país.

Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados

A Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados está sendo considerada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável do relator, Deputado Joaquim Duval.

Requerimentos para concessão de visto

Tem a Divisão de Passaportes procurado limitar o recebimento de requerimentos para concessão de vistos, instruindo os interessados a se dirigirem diretamente às Missões diplomáticas e Repartições consulares, nos casos em que estas podem, por si, resolver o assunto.

Tem ainda a Divisão de Passaportes recebido correspondência de sociedades de assistência, como o Serviço Social Internacional, Comissão Nacional Católica de Imigração e United Hias Service.

As atividades da Divisão de Passaportes, no período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1957, expressam-se pelos seguintes dados estatísticos:

Passaportes diplomáticos:

Expedidos	540
Prorrogados	60

Passaportes especiais:

Expedidos	3.025
Prorrogados	364
Passaportes comuns remetidos à Polícia Marítima	29.200

Carteiras de Identidade:	
Expedidas	101
Carteiras de Identidade:	
Prorrogadas	258
Vistos oficiais e diplomáticos	85
Cartas de pedido de vistos	9.000
Declarações em passaportes estrangeiros	391
Declarações em passaportes brasileiros	10
Passaportes coletivos especiais	16
Correspondência:	
Cartas	702
Cartas-Telegramas	2.402
Telegramas	740
Ofícios	622
Bilhetes-Verbais	244
Memoranda	304
Instruções de Serviço	18
Aide Memoire	2
Exposição de Motivos	4
Consulta ao Congresso	1

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PESSOAL

O Ministério das Relações Exteriores iniciou o ano de 1957 com 866 servidores e encontra-se hoje com 1.042. O acréscimo deve-se: 1) à inclusão no Quadro Suplementar d'êste Ministério de 144 servidores da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, a que se refere a Lei n.º 3.029/56; 2) à nomeação de 17 novos diplomatas, aprovados no exame final do CPCD do Instituto Rio Branco, em conformidade com o que dispõe o artigo 1.º do Decreto-lei n.º 9.202, de 26 de abril de 1946; 3) à inclusão de 10 servidores das Empresas Incorporadas na Parte Suplementar da T.U.M. d'êste Ministério, determinada pelo Decreto 40.785, de 21 de janeiro de 1957; 4) à readmissão de três servidores a que se referem as Portarias de 18 de setembro, de 20 de setembro, 2 de setembro de 1957; 5) à transferência de um redator auxiliar — Decreto n.º 42.411, de 7-10-1957 e 6) à admissão de um motorista — Portaria de 3 de dezembro de 1957.

Além d'êsses servidores, 465 auxiliares contratados prestam serviço nas 118 Missões diplomáticas e Repartições consulares brasileiras no exterior.

No início do corrente ano, a distribuição de funcionários diplomáticos entre os postos no exterior e na Secretaria de Estado achava-se em grande desequilíbrio, já que o prazo máximo de permanência no estrangeiro — 6 anos — havia-se transformado, na prática, em prazo normal. A fim de estabelecer um critério que melhor atendesse às exigências da lotação da Secretaria de Estado, foi posta em vigência a Cir-

cular n.º 2.625, de 31 de dezembro de 1956, que fixou em 5 anos o prazo normal de permanência no exterior e em dois anos e meio o estágio na Secretaria de Estado. Entretanto, em consequência dos encargos cada vez maiores que incumbem ao Ministério das Relações Exteriores, resultantes da projeção sempre crescente do Brasil, no cenário mundial, da obrigatoriedade de sua presença nas Assembléias e Organizações Internacionais, da manutenção de suas relações com os outros Estados, da expansão de seu comércio e da diversificação das atividades da diplomacia hodierna, os quadros da Carreira de Diplomata tornam-se sempre mais exíguos, dispondo de um número de funcionários que se revela insuficiente para atender ao volume das tarefas e das responsabilidades que lhes são cometidas.

Ao terminar o ano de 1957, as cinco classes da carreira de Diplomata, num total de 435 funções ocupadas, estavam distribuídas da seguinte forma:

Classe	Na Secretaria de Estado	No Exterior
K	48	52
L	50	70
M	39	66
N	17	47
O	5	41
Total	159	276

Paralelamente, a falta de funcionários de outras carreiras dificulta sobremaneira o bom andamento dos trabalhos da Secretaria de Estado, prejudicando a tramitação dos expedientes. A êste propósito, acredito ser suficiente relevar que, desde 1946, não foram aumentados os quadros das carreiras de arquivista, arquivologista, bibliotecário, dactilógrafo e es- criturário. Da mesma forma, as séries funcionais de extra-

numerários mensalistas permaneceram com o mesmo número de funcionários desde 1949, sendo que as vagas abertas (por exemplo: mais de 30 nas referências "19" e "20" da série funcional de escrevente dactilógrafo) não foram preenchidas em virtude das disposições da Lei n.º 2.284.

No concernente às incumbências de rotina da Divisão do Pessoal, a atual organização do serviço já não corresponde ao vulto de seus encargos. A inexistência de uma Contadoria Seccional, razoável em épocas anteriores, torna-se hoje um entrave e concorre para o aumento dos trâmites burocráticos, devido à necessidade constante de apelar para a Despesa Pública a fim de obter as certidões indispensáveis para a concessão das vantagens previstas na legislação.

Entre estas vantagens, basta citar a gratificação adicional por tempo de serviço, a licença especial, o auxílio doença, a equiparação, para todos os efeitos, dos extranumerários aos funcionários, etc. Seja, ainda, referido o Decreto n.º 41.851, de 12-7-1957, que atribui o processamento das aposentadorias aos respectivos Ministérios.

A correspondência com a Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York elevou-se, durante o corrente ano, a mais de 800 expedientes.

Estão sendo elaboradas, visando à facilitação do serviço, tabelas (em cruzeiro e dólares) com as seguintes discriminações: representação anual, representação mensal, representação com adicionais de família (5%, 10%, 15% e 25%, diárias, salário família) vencimentos de tôdas as classes, tabelas de Impôsto de Renda, de IPASE, etc. Uma vez distribuídas essas tabelas na Secretaria de Estado e às Missões diplomáticas, Repartições consulares e Delegacia do Tesouro será facilitado o serviço; uniformizados os cálculos e evitadas as discrepâncias que eventualmente surgem.

Os expedientes de rotina tiveram curso normal. Os funcionários da carreira de Diplomata foram devidamente atendidos no desembaraço aduaneiro de sua bagagem, assim como esclarecidos, quando removidos do exterior para a Secretaria de Estado, sobre as últimas disposições legais a respeito da importação de automóveis e outros bens de uso pessoal. A Divisão ocupou-se, igualmente, com a emissão de cartões de identidade funcional. Além da distribuição dos diferentes Departamentos, às Missões diplomáticas e Repartições consulares de formulários de Boletim de merecimento, foi feito o respectivo cômputo dos pontos ao serem os mesmos restituídos.

Foi mantido em dia o fichário correspondente para pagamento de salário-família. Também o setor competente forneceu dados para pagamento da gratificação adicional por tempo de serviço, cobrança de imposto sobre a renda, de prestações por empréstimos à Caixa Econômica.

Segue, em anexo, o quadro estatístico do movimento da Divisão do Pessoal, através do qual se poderão apreciar, no seu aspecto quantitativo, os trabalhos executados durante o ano de 1957.

EXPEDIENTE EM GERAL — ANO DE 1957

a) Decretos	290
b) Portarias	198
c) Exposição de Motivos	82
d) Expedientes à Secretaria da Presidência da República ..	11
e) Avisos	35
f) Notas	—
g) Expedientes à Alfândega (isenção de direitos e facilidades aduaneiras)	211
h) Despachos	80
i) Ofícios	430
j) Memoranda	610
k) Declarações	194

l)	Informações para empréstimos na Caixa Econômica Federal	94
m)	Informações para empréstimos no IPASE	64
n)	Circulares	54
o)	Cartas	58
p)	Instruções de serviço	—
q)	Telegramas	410
r)	Cartas-Telegramas	1.115
s)	<i>Curricula Vitae</i>	13
t)	Expedientes à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York	1.134

Dados sobre o pessoal

a)	Apresentações	189
b)	Partidas	135
c)	Falecimentos	5
d)	Posse de funcionários	17
e)	Certidões	93
f)	Despesa Pública	489
g)	Fichas para salário-família (pessoal no exterior)	49
h)	Cálculos para efeito de remoção e férias extraordinárias .	214
Total		<u>6.274</u>

MATERIAL

Ao relacionar suas atividades no decorrer do ano de 1957, deseja a Divisão do Material ressaltar que suas possibilidades foram, em boa parte, limitadas pelo plano de Economia para o qual concorreu o Ministério das Relações Exteriores, no sentido de reduzir as despesas públicas.

Nem por isso, entretanto, deixou esta Divisão de levar a cabo uma série de obras, planos e serviços o que importa em dizer que o balanço dessas realizações espelha o esforço e a dedicação dos servidores lotados na Divisão e serviços afins para que não houvesse solução de continuidade nas atribuições que cabem a este órgão do Departamento de Administração.

A importância das tarefas da Divisão do Material embora passe, muita vez, despercebida, é, entretanto, significativa por ser básica e dela dependerem a eficiência e boa marcha dos diversos órgãos do Ministério, quer a Secretaria de Estado, quer as Missões e Repartições no exterior.

Diversos problemas que se vão tornando crônicos, embora não tivessem tido solução definitiva no exercício de 1957, foram, entretanto, reexaminados à luz da exigüidade das verbas e equacionados para execução nos anos de 1958 e 1959. Entre eles:

- 1) O da melhoria das instalações no exterior, pela apresentação de um plano de melhoramentos das Chancela-

rias diplomáticas, Delegações e Repartições consulares. Se iniciado no exercício de 1958, deverá êsse plano prosseguir vantajosamente em 1959, para cujo exercício financeiro foi proposta a duplicação da verba orçamentária própria.

2) O problema da falta de espaço na Secretaria de Estado, para localização de seus vários serviços, mereceu estudos especiais e foi também em parte atendido pelas modificações executadas na ala esquerda onde foram instaladas as Divisões de Passaportes, Consular e Agência Postal Telegráfica Rio Branco — e no segundo andar da ala direita pelas reformas realizadas.

3) O reduzido número de servidores da Portaria e especialmente dos que se incumbem de serviços especializados, levou esta Divisão a organizar uma Tabela de Tarefeiros e apresentá-la à Divisão do Pessoal, visando o aproveitamento da verba orçamentária a êsse fim destinado. Esta tabela já foi aprovada para 1958 e o preenchimento das vagas daí decorrentes deverá trazer grande desafôgo para os diversos serviços da Secretaria de Estado, especialmente os de refrigeração, mecânica de máquinas de escrever e automóveis, pintura, etc.

4) Por absoluta falta de verba e dificuldades de importação do material técnico, não pôde receber solução o problema da melhoria ou renovação da rede telefônica da Secretaria de Estado. Continuaram, entretanto, durante o ano, os estudos e levantamentos para êsse fim, tendo a Divisão do Material recebido propostas diversas das Companhias "Siemens do Brasil" — "Companhia Telefônica Brasileira" e "Ericsson do Brasil".

A Divisão do Material, sem sair dos seus recursos normais, atendeu às necessidades de rotina dos diversos serviços

no Brasil e no exterior e, no mais, pede vênia para assinalar a execução das tarefas seguintes:

Palácio Itamaraty

Tiveram resultados satisfatórios as inspeções nas dependências do Palácio Itamaraty, levadas a efeito juntamente pelo Serviço de Conservação do Patrimônio e Divisão do Material. No decorrer do ano, diferentes trabalhos de reparo e conservação foram executados nos bens móveis e imóveis da União. A conservação dos móveis, alfaías e objetos de arte do Palácio Itamaraty e suas dependências tiveram a atenção e carinho que merecem, sendo reformadas diversas peças e substituídos os *brise-brise* das portas e janelas de todo o primeiro andar do Palácio.

Trabalhos gerais de pintura, estuque e envernizamento foram realizados, destacando-se entre eles:

— pintura de todos os tetos do corredor térreo da ala direita; pintura geral do saguão do elevador e salas adjacentes no andar térreo;

— envernizamento de todos os móveis e *lambris* das salas da Biblioteca, sala de maços e de Chefia do Arquivo, bem como de móveis e portas do corredor junto à Biblioteca.

Por especial colaboração da Prefeitura do Distrito Federal e Ministério da Aeronáutica, foi terminada em 1957 a pavimentação do pátio de estacionamento de automóveis numa área de 1.050 m².

Quanto ao funcionamento das instalações e aparelhagem elétrica destacam-se os seguintes serviços:

— procedeu a Divisão do Material a uma revisão geral dos ventiladores, sendo recuperados cerca de 20 aparelhos, agora postos em funcionamento;

- organizou a Divisão do Material um serviço especial de fichas para contrôlê da conservação dos aparelhos elétricos;
- foi instalada nova aparelhagem de ar condicionado, de 5 HP para servir à sala Cabo Frio;
- foi completamente revista a aparelhagem de ar condicionado que serve a diferentes salas, recuperados e instalados diversos aparelhos chegando a ter atualmente a Secretaria de Estado 25 salas providas de ar condicionado;
- passou por completa revisão e consêrto a maquinaria e ferragem da clarabóia móvel do Palácio Itamaraty.

Inventários

Os inventários das Repartições no exterior estavam sendo distribuídos, para exame, ao Serviço de Conservação do Patrimônio. Êste ano, para maior facilidade do serviço e melhor apreciação e atendimento das requisições do exterior, passou a Divisão do Material a incumbir-se do exame e contrôlê dos bens móveis de propriedade da União. Nos meados do ano procedeu-se a um levantamento geral e, expedidas comunicações a tôdas as Repartições, conseguiu a Divisão do Material ter em perfeita e completa ordem o Arquivo Geral dos inventários.

Concorrências e Coletas de Preços

Entre as numerosas atribuições da Divisão do Material, sobressaem as que dizem respeito à aquisição de bens permanentes e de consumo. Resultados satisfatórios foram alcançados com base na orientação criteriosa na seleção das firmas fornecedoras, em proveito das coletas de preços, e das concorrências administrativas realizadas durante o ano de 1957.

— Trinta e duas coletas de preços e quatro concorrências administrativas se realizaram no decorrer do ano de 1957.

O recebimento e conservação em bom estado e perfeita ordem do material permanente e de consumo, a manutenção em dia de sua escrituração, bem como sua distribuição — atribuições do Almojarifado — não sofreram solução de continuidade no decorrer do exercício.

Material Padronizado

Compete à Divisão do Material o preparo e encaminhamento ao Departamento Federal de Compras das requisições do material necessário às atividades do Ministério. 233 requisições foram preparadas num total de Cr\$ 4.937.072,10. À Imprensa Nacional foram feitas 48 requisições de impressões diversas. A Casa Harrison & Sons, de Londres, fornecedores oficiais do Ministério, solicitou e obteve no corrente exercício reajustamento de preços. No sentido de simplificar o serviço e reduzir ao mínimo indispensável o número de modelos padronizados, iniciou a Divisão do Material um trabalho de revisão geral visando simplificar e abolir estoques de material fora de uso com o sentido de, em futuro próximo, e sem prejuízo de sua padronização, passar o Ministério das Relações Exteriores a abastecer-se no mercado nacional.

Garagem

As atribuições dessa unidade administrativa foram executadas a contento e não poucos foram os benefícios e economia para o Ministério com o pleno funcionamento, em 1957, da pequena oficina mecânica, evitando-se a paralisação dos carros e fugindo-se aos elevados preços de oficinas. Releva aqui notar que com a nova orientação do serviço deixou a garagem de sobrecarregar a verba "Consêrtos e repa-

ros em bens móveis", passando a Divisão do Material a empregar no decorrer de 1957, na conservação da frota de automóveis quase que exclusivamente a verba de "Acessórios e sobressalentes". Quatro novos carros, modelo 1957, foram arrolados à frota sendo 2 Oldsmobile e 2 Chevrolet. Durante o exercício foram adquiridas e montadas novas máquinas destacando-se uma prensa hidráulica de 1½ ton., 1 torno mecânico de grande capacidade, além de outras máquinas que vieram completar a montagem da oficina mecânica.

Oficinas

Visando maior rendimento do serviço as oficinas de carpintaria, máquinas de escrever, pintura, estofamento, eletricidade e serviço hidráulico, etc., passaram a trabalhar dentro dum planejamento, recebendo instruções e atendendo a requisições exclusivamente por intermédio da Divisão do Material. Com as novas "fichas de providências" evitou-se o atropêlo do serviço, melhorando o rendimento das oficinas pelo atendimento imediato dos pedidos e requisições em geral. 680 requisições foram atendidas em 1957.

Além dos trabalhos rotineiros de manutenção e reparos, realizaram as diferentes oficinas, exclusivamente com os meios disponíveis na Casa, alguns trabalhos de vulto, dentre os quais importa notar:

— as obras de pintura e adaptação das salas do 2.º pavimento da ala direita e instalação de novo sanitário, de acôrdo com as plantas de autoria do Dr. Olavo Redig de Campos; com as modificações sofridas, ganhou a Secretaria de Estado duas novas salas de trabalho naquele andar;

— calçamento geral na volta dos jardins localizados em frente à rua Visconde da Gávea numa área total de 450 m²;

- instalação de luz fluorescente em todo o andar térreo da ala esquerda, num total de 45 aparelhos;
- Instalação subterrânea em tubo de ferro galvanizado e tomadas para refletores no jardim do lago;
- modificação e nova instalação de força para as máquinas da carpintaria e garagem;
- modificação e nova instalação com enfição geral nas obras de ampliação do Instituto Rio Branco;
- instalação de dois ramais em tubo de ferro galvanizado no quadro geral para refôrço atual e futuro de energia nas instalações de força e luz da ala esquerda do Palácio Itamaraty.

Museu Histórico e Diplomático

O Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty foi inaugurado, em cerimônia solene, no dia 28 de janeiro de 1957. Instalados inicialmente os mostruários de suas coleções na galeria direita do Palácio em que tem sede a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em ponto acessível à visitação pública, desde logo evidenciou o mérito de sua criação pelo interesse por parte do público, das instituições educacionais e associações culturais, pelo excepcional valor histórico e artístico de suas coleções.

Razões de segurança das peças e do entrosamento dos serviços técnico-administrativos indicaram a conveniência de utilizar o espaço vizinho da galeria direita do Palácio, onde funcionavam a Agência Postal Telegráfica Rio Branco e a Divisão de Passaportes, para instalação da Secretaria e as várias seções que constituem o Museu.

Com essa finalidade foram abertas concorrências administrativas e firmados contratos com as firmas "Construtora Mello Cunha S. A." e "Francisco Dias Allão & Cia. Ltda."

para execução das obras de adaptação e consêrtos das salas, bem como dos portões e grades de ferro para as janelas e portas, no valor total de Cr\$ 1.434.598,90.

O Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty encontra-se instalado, definitivamente, aparelhado para cumprir suas elevadas finalidades e em local excepcional de valor histórico — que é a parte antiga do Palácio Itamaraty.

COMUNICAÇÕES

As informações estatísticas abaixo relacionadas não só revelam o trabalho de caráter ostensivo da DCo. em 1957 mas também dão a medida de uma grande parte da atividade do Ministério das Relações Exteriores em igual período, por isso que no volume das tarefas dos sete diferentes setores da Divisão de Comunicações refletiu-se o aumento dos serviços da própria Casa de Rio-Branco, tomado em relação ao ano anterior. Transitando pela DCo, como transita, tôda a correspondência provocada pela militança do Itamaraty, ela é a Divisão que pode dar a pauta da diligência do próprio Ministério.

Ora, em 1957 a elevação dos índices estatísticos ocorreu em todos os setores da Divisão.

Assim, com um rendimento de mais de 10% superior ao do ano de 1956, as turmas de revezamento e de plantões do setor de Telegramas, em 1957, receberam, processaram e transmitiram 20.387 telegramas.

No setor de Cartas-Telegramas, 22.123 expedientes foram protocolados, copiados, revistos e distribuídos no Secretaria de Estado ou expedidos aos órgãos do Ministério no exterior, verificando-se um acréscimo de 11,5% em relação a 1956.

Em outro importante setor da Divisão, o número de malas diplomáticas recebidas e expedidas, devidamente sigila-

das e com suas guias de correspondência, totalizou a cifra de 5.102, a qual representa a manipulação média, por horário normal de expediente, de mais de 19 malas diárias contendo a correspondência, mais vultosa que a do ano anterior, trocada entre a Secretaria de Estado e as Missões diplomáticas, Repartições consulares, Missões e Delegações junto a Organismos Internacionais e a Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York.

Pela Carteira de Entrada, outro setor da DCo., foram protocolados e encaminhados a seu destino 19.511 documentos oficiais e 10.196 sobrecartas postais originárias do país. Provenientes do exterior, foram distribuídos 26.086 documentos oficiais transportados pelas malas diplomáticas.

No setor Carteira de Saída, alcançou a 17.222 o número de expedientes registrados, não se computando nessa cifra 200 Circulares para distribuição a, calculadamente, 20.000 destinatários diversos.

No movimento conjunto das Carteiras de Entrada e de Saída, verificou-se, assim, um aumento de 16% em relação ao ano de 1956.

Pelo seu setor de Expedição a Divisão de Comunicações entregou aos destinatários, quer pessoalmente em suas residências, quer em sedes de Repartições e empresas, quer em Missões diplomáticas acreditadas no Rio de Janeiro, quer através dos Correios e de companhias de navegação terrestres, marítimas e aéreas, 85.513 unidades de correspondência, que se estendiam em vasta forma, desde convites para cerimônias oficiais até livros para bibliotecas e quadros para exposições.

O setor de Telefones continuou empenhado em cumprir suas finalidades, apesar de a antiquada mesa de ligações de que dispõe ter-se tornado um ano mais velha, reclamando substituição.

Além das tarefas acima expressas em números, muitos outros trabalhos de rotina exigiram o esforço constante e zelo diário dos 89 servidores da Divisão de Comunicações, não sendo menos copiosas as informações gerais sobre expedientes prestados aos diversos Serviços e Divisões, os pedidos de confirmações telegráficas e a expedição de certidões.

A fim de colaborar com o Ministério da Guerra, foi planejado e executado durante todo o ano de 1957 um serviço regular de malas aéreas semanais, para transporte da correspondência trocada entre os integrantes do Contingente Militar Brasileiro da Força Expedicionária das Nações Unidas, em Suez e suas famílias no Brasil.

Em estreita cooperação, ainda, com o Ministério da Fazenda, foram remetidas à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York, por via aérea a maior parte, 29 malas diplomáticas que transportaram a soma de 167 milhões de cruzeiros ouro em estampilhas consulares a serem utilizadas no triênio 1958-1960.

A visita, outrossim, do General Francisco Higino Craiveiro Lopes, Presidente da República Portuguesa, ao Brasil, deu lugar a que a Divisão de Comunicações colaborasse com os demais órgãos do Ministério para o êxito do programa da estada do ilustre visitante, providenciando o recebimento e transporte da vultosa bagagem de Sua Excelência e de sua comitiva não só à chegada ao território brasileiro e partida, mas também, em sua excursão a diversas unidades da Federação.

Prosseguindo no plano que prevê ligações imediatas entre a Secretaria de Estado e as Missões Diplomáticas mais importantes no exterior, foi, a exemplo do que já acontecera no ano findo com a Missão junto às Nações Unidas, inaugurado o serviço de comunicação radiotelegráfica direta, pelo sistema Telex, com a Embaixada em Washington e foram

iniciados os entendimentos para estender os benefícios dessa inovação à Embaixada em Buenos Aires.

Foram ultimados os planos para instalar na Divisão de Comunicações um teletipo de agência telegráfica internacional, o que permitirá ao Itamaraty ter conhecimento em primeira mão de notícias a ela chegadas de todos os recantos do globo.

A Divisão de Comunicações, ainda, tomou as necessárias providências para o restabelecimento do serviço de Correios Diplomáticos regulares entre a Secretaria de Estado e várias das suas Missões.

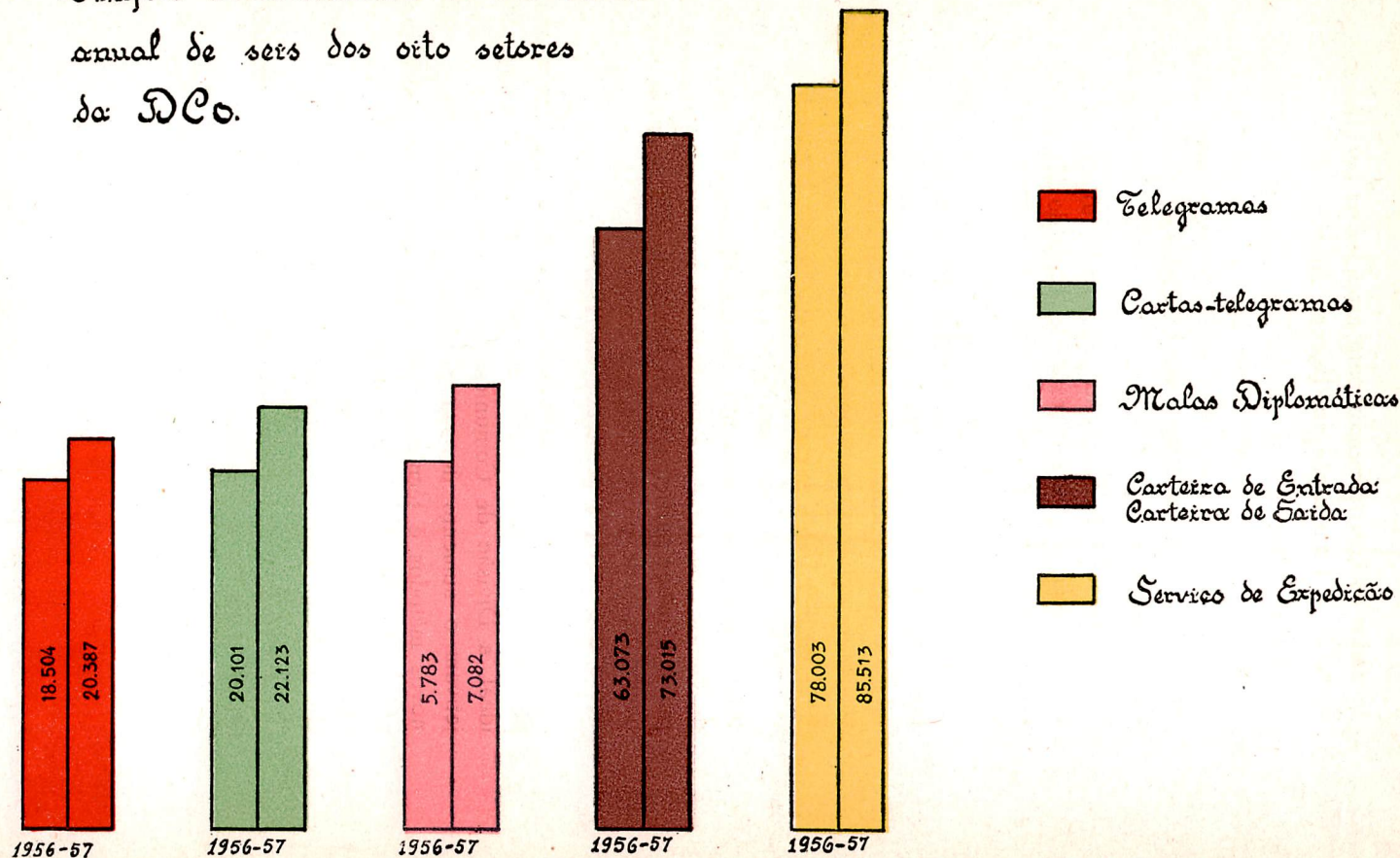
Foram objeto de memorandos, pelos quais se propuseram, ou delas se comunicava a execução, múltiplas medidas relativas a benfeitorias nos recintos da Divisão e a modificações — algumas de importância — com referência ao pessoal, ao material e aos serviços próprios da Divisão.

Pela análise dos coeficientes estatísticos que demonstram o progressivo aumento dos trabalhos da Divisão, condicionados pela crescente projeção do Brasil no cenário mundial e a maior participação do Itamaraty nos assuntos internacionais, é de prever que, em breves anos, será exigido o dôbro dos serviços prestados em 1957.

Antecipando essa eventualidade e com a compreensão de que a simples admissão de servidores não é a solução ideal, a Divisão de Comunicações encetou estudos que objetivam o aumento de sua produtividade, pela adoção de novos métodos e técnicas, pelo emprêgo de instrumentos atuais de trabalho, pela eliminação dos fatores de erro e causas de retardo e pela reorganização em bases de maior eficiência, da estrutura interna da Divisão.

As realizações de um ano que finda não são senão imperativos de novas realizações para o ano imediato.

Gráfico demonstrativo do movimento
anual de sets dos oito setores
da DCo.



ORÇAMENTO

A execução orçamentária no exercício de 1957 foi levada a efeito com o propósito de dar efetivo cumprimento às determinações da Presidência da República no sentido de uma rigorosa contenção dos gastos às necessidades imprescindíveis da administração.

Com este fim, foram adotadas medidas tendentes a situar a despesa dentro dos limites estabelecidos pela Circular 1-A/57, do corrente ano.

Sempre, porém, que os recursos assim fixados se mostraram insuficientes, em face de despesas impostergáveis, promoveu-se a liberação das verbas correspondentes mediante compensação com recursos tirados de outras verbas do Itamaraty. Tais compensações não se fizeram, contudo, sem acarretar dificuldades à própria administração.

As atividades da Divisão do Orçamento, no que diz respeito à execução orçamentária, estão resumidas nos dados seguintes:

	Valores totais em Cr\$
Contribuições e auxílios a entidades internacionais	52.089.653,73
Extração de 137 empenhos	41.041.192,10
Pagamento de 130 faturas	7.809.676,40

29 requisições de adiantamentos dirigidos ao Departamento Federal de Com- pras, ao Tribunal de Contas e à Des- pesa Pública	26.170.191,00
39 prestações de contas encaminhadas ao Departamento Federal de Compras, e à Despesa Pública	41.226.699,00
27 pagamentos por exercícios findos ..	875.704,90
48 pagamentos como "Restos a Pagar" .	2.356.910,30

No quadro nº 1, anexo, acha-se resumido o levantamento, feito em 31 de dezembro último, dos saldos das dotações fixadas no orçamento vigente.

Conforme se pode verificar no referido quadro, o saldo global, no fim do exercício, foi de Cr\$ 103.520.109 correspondente a 16% do quantitativo orçamentário. Dêste total, Cr\$ 19.704.578,00 correspondem a quantitativos bloqueados em virtude da aplicação da Circular 1-A/57, da Presidência da República.

Completando os dados relativos à execução orçamentária, o quadro nº 2 consigna os totais dos créditos adicionais solicitados mas ainda não votados, os créditos especiais.

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 1958

A proposta orçamentária para 1958, elaborada pelos serviços competentes do Itamaraty, previa uma despesa total de Cr\$ 746.626.859,00, com um aumento de Cr\$ Cr\$ 103.319.504,00, ou seja 16%, sobre o quantitativo do orçamento vigente.

Os maiores aumentos percentuais previstos ocorreriam nas unidades administrativas 02 — Missões diplomáticas e

Repartições consulares (44%) e 04 — Comissões Brasileiras de Limites (52%) e na verba 4.0.00 — Investimentos (273%), refletindo este último aumento proposto o desejo da administração do Itamaraty de contar com recursos que lhe permitam afrontar, de uma vez, o problema da aquisição de prédios onde possa instalar, condignamente, as nossas missões diplomáticas e repartições consulares em países onde o problema da escassez de alojamentos é particularmente agudo.

Conforme se poderá verificar pelo quadro nº 3, anexo, o orçamento finalmente aprovado, no montante de Cr\$ Cr\$ 664.552.161,00 apresentou uma redução de Cr\$ Cr\$ 82.074.698,00 (11%) sobre o quantitativo da proposta do Itamaraty e de Cr\$ 14.899.000,00 (2%) sobre o quantitativo do Orçamento proposto pelo Executivo.

Com relação ao quantitativo do Orçamento vigente, o Orçamento de 1958 consigna um aumento de Cr\$ Cr\$ 21.244.806,00, correspondentes a 3%.

Este modesto resultado, tanto mais sensível se atentarmos para a modicidade da participação do Ministério das Relações Exteriores no Orçamento da República (0,55%), reflete os esforços dos Poderes Executivo e Legislativo no sentido da obtenção do equilíbrio orçamentário, mas privam o Itamaraty de recursos preciosos necessários à sua atuação no setor da política exterior do Brasil.

QUADRO I
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
ORÇAMENTO DE 1957 (EM CRUZEIROS)
RESUMO POR UNIDADES ADMINISTRATIVAS

UNIDADE ADMINISTRATIVA	DOTAÇÃO	DESPESA	SALDO	IMPORTÂNCIA BLOQUEADA
01 — Secretaria de Estado.....	536.942.980	444.577.373	74.533.147	17.832.460
02 — Missões diplomáticas e Repartições consulares	81.073.825	74.774.533	5.526.179	773.113
03 — Instituto Rio-Branco.....	4.702.380	3.761.070	834	940.476
04 — Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites	20.588.170	16.674.270	3.913.900	—
TOTAL.....	643.307.355	539.787.246	83.974.060	19.546.049

RESUMO POR VERBAS

UNIDADE ADMINISTRATIVA	DOTAÇÃO	DESPESA	SALDO	IMPORTÂNCIA BLOQUEADA
1.0.00 — Custeio.....	572.148.675	481.009.555	78.193.071	12.946.049
2.0.00 — Transferências.....	56.508.680	52.089.654	4.419.026	—
4.0.00 — Investimentos.....	14.650.000	6.688.037	1.361.963	6.600.00
TOTAL.....	643.307.355	539.787.246	83.974.060	19.546.049

QUADRO II

ESPECIFICAÇÕES	CR\$
Créditos adicionais solicitados mas ainda não votados:	
1) Especiais.....Cr\$ 70.000.000,00	
2) Suplementares....Cr\$ 11.622.000,00	81.622.000,00
Créditos especiais autorizados.....	149.000.000,00
Despesas à conta de créditos especiais.....	115.060.000,00

QUADRO III
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
EVOLUÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 1958

UNID. ADM.		PROPOSTA DO MINISTÉRIO	PROPOSTA DO EXECUTIVO	1.ª VOTAÇÃO NA CAMARA	VOTAÇÃO NO SENADO	VOTAÇÃO FINAL NA CAMARA
01 , ,	1.0.00 — Custeio.....	509.963.000	492.646.180	482.467.980	493.691.100	485.447.180
	2.0.00 — Transferências.....	56.922.650	56.922.650	56.922.650	59.396.750	57.922.650
	4.0.00 — Investimentos.....	25.600.000	19.300.000	15.200.000	20.700.000	15.200.000
	TOTAL DA UNIDADE 01.....	592.485.650	568.868.830	554.590.630	573.787.850	558.569.830
02 ,	1.0.00 — Custeio.....	87.061.941	86.873.741	83.873.741	83.873.741	83.873.741
	4.0.00 — Investimentos.....	30.300.000	2.300.000	300.000	300.000	300.000
	TOTAL DA UNIDADE 02.....	117.361.941	89.173.741	84.173.741	84.173.741	84.173.741
03	1.0.00 — Custeio.....	4.808.590	4.808.590	4.808.590	4.808.590	4.808.590
	TOTAL DA UNIDADE 03.....	4.808.590	4.808.590	4.808.590	4.808.590	4.808.590
04	1.0.00 — Custeio.....	31.970.678	17.000.000	17.000.000	17.000.000	17.000.000
	TOTAL DA UNIDADE 04.....	31.970.678	17.000.000	17.000.000	17.000.000	17.000.000
	TOTAL GERAL.....	746.626.859	679.851.161	660.572.961	679.770.181	664.552.161

QUADRO IV

ORÇAMENTO DA DESPESA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

UNIDADE ADMINIS- TRATIVA	V E R B A	1957	1958	+ ou — EM 1958
01	1.0.00 — Custeio.....	465.984.330	485.447.180	+ 19.462.880
»	2.0.00 — Transferências.....	56.508.680	57.922.650	+ 1.413.970
»	4.0.00 — Investimentos.....	14.450.000	15.200.000	+ 750.000
	TOTAL DA UNIDADE 01.....	536.942.980	558.569.830	+ 21.626.850
02	1.0.00 — Custeio.....	80.873.825	83.873.741	+ 2.999.916
»	4.0.00 — Investimentos.....	200.000	300.000	+ 100.000
	TOTAL DA UNIDADE 02.....	81.073.825	84.173.741	+ 3.099.916
03	1.0.00 — Custeio.....	4.702.380	4.808.590	+ 106.210
	TOTAL DA UNIDADE 03.....	4.702.380	4.808.590	+ 106.210
04	1.0.00 — Custeio.....	20.588.170	17.000.000	— 3.588.170
	TOTAL DA UNIDADE 04.....	20.588.170	17.000.000	— 3.588.170
	TOTAL GERAL.....	643.307.355	664.552.161	+ 21.244.806

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

BIBLIOTECA

Aquisição

Durante o ano de 1957 foram encomendadas, às nossas Missões diplomáticas e Repartições Consulares, diversas obras destinadas à atualização das coleções já existentes, obras de evidência no momento e ainda outras de real valor e indispensáveis ao enriquecimento do precioso acervo da Biblioteca do Itamaraty. Assim, além das obras sobre política, economia, direito internacional e história foram incorporados 5 volumes de "La mer rouge, l'Abyssinie et l'Arabie au XVIe et XVIIe siècles et la cartographie historique", a fim de completar a obra existente no Itamaraty. Trata-se de trabalho de grande valor publicado, no Cairo, pela "Société Royale de Géographie d'Egypte", que, por certo, constituirá preciosa fonte para os historiadores e geógrafos. Foram ainda incorporados 30 volumes da "New Shakespeare edition" (Cambridge). Como a edição completa compõe-se de 40 volumes, os 10 restantes serão remetidos, pela Embaixada em Londres, logo sejam publicados. Esta edição foi indicada por aquela Missão como sendo a melhor, visto ser comentada por John Dover Wilson, considerado uma autoridade no assunto. O total de livros adquiridos elevou-se a 727 obras, 861 volumes e 21 folhetos. Por doação foram incorporadas 420 obras. Entrou, durante o ano em curso, o total de 1.147 obras, 1.680 volumes e 142 folhetos.

Empréstimo

O movimento dêste Serviço tem aumentado sempre, pois os livros são retirados, sob empréstimo, não só pelos funcionários, alunos do Instituto Rio-Branco, por instituições, como a Fundação Getúlio Vargas, mas também por estudiosos que recorrem a esta Biblioteca em virtude de encontrarem no seu acervo obras que não constam de outras coleções. Assim é que o Senhor José Geraldo Gomes Teixeira, respondendo pelo Departamento de Representação do Estado de Minas Gerais, solicitou à Biblioteca do Itamaraty a obra "Limites entre a Bahia e o Espírito Santo", do Professor Braz do Amaral, a fim de tirar fotocópias e autenticá-las em cartório. Informou-nos o referido consulente ser êste o único exemplar existente no Distrito Federal, pois não o havia encontrado na Biblioteca Nacional nem no Arquivo. Para o Doutor J. F. Leite Cordeiro forneceu a Biblioteca do Itamaraty cópia dactilografada de vários documentos da coleção de Fernando Mascarenhas, Conde da Torre, necessários aos seus trabalhos. Ainda para não prejudicar o bom andamento do Serviço de Empréstimo e proceder ao levantamento do inventário anual, solicitou-se, através do Boletim nº 71 do Serviço de Informações, e diretamente aos consulentes, a devolução dos livros que estavam fora do prazo regulamentar.

Bibliografia e referência

Êste serviço foi enriquecido com o precioso repertório bibliográfico: "Dictionary of Books relating to America from its discovery to the present time", de Joseph Sabin. Trata-se de obra de grande valor e que há muito se fazia necessária, pois o exemplar da Biblioteca do Itamaraty estava incompleto. O referido dicionário é de grande importância para os serviços de catalogação, pesquisas e identidade de obras sô-

bre a América, pois inclui livros, panfletos e periódicos impressos não só na América como em outros lugares, indicando para cada obra: autor, título, lugar de impressão, editor, data, formato, número de páginas e, em muitos casos, até a biblioteca que a possui, informações essas de grande utilidade para o empréstimo entre bibliotecas e para estudiosos. A Biblioteca elaborou em fichas, a fim de atender um pedido da Universidade de Santa Ursula, uma bibliografia sobre biblioteconomia. Estas fichas foram incorporadas ao catálogo coletivo sobre assunto, daquela Universidade. Também para a Biblioteca Municipal, foi elaborada pelo Bibliotecário Armando Ortega Fontes uma bibliografia sobre o Rio de Janeiro que inclui obras gerais e artigos de revistas existentes na Biblioteca do Itamaraty. Dela constam cerca de 1.002 fichas dactilografadas, em duplicata: uma cópia ficou na Biblioteca deste Ministério onde constituirá preciosa fonte de referência para os estudiosos e a outra foi incorporada ao catálogo coletivo sobre a cidade, existente na Seção Guanabara da Biblioteca Municipal. Este trabalho figurou como contribuição do Ministério das Relações Exteriores às "Comemorações do IVº Centenário da Fundação da Cidade do Rio de Janeiro", tendo sido sugerido que, se não possuir a Biblioteca Municipal recursos para impressão da referida bibliografia, o Itamaraty publicará o referido trabalho, a exemplo do que foi feito anteriormente com as bibliografias de Joaquim Nabuco e Varnhagem. Foram, também, elaboradas a pedido de consulentes, bibliografias sobre: Café; cultura e produção — Imigração e Colonização no Brasil (1946-1956) — e Guatemala.

Inauguração do Museu Histórico e Diplomático

A Biblioteca selecionou para figurar na exposição de inauguração do Museu diversas obras, sobre as quais o "Jor-

nal do Brasil", publicou, na edição dominical, daquela ocasião, a seguinte nota:

"A Biblioteca do Itamaraty cedeu, para figurar na exposição de livros raros, por ocasião da inauguração do Museu Histórico e Diplomático do Ministério das Relações Exteriores, no dia 28 do corrente, as obras abaixo relacionadas, constantes das coleções — Barão do Rio-Branco, Varnhagem e Joaquim Nabuco — que, devido ao grande e valioso número de anotações, foram selecionadas no seu riquíssimo acervo:

Cunha, Luiz Antonio Rosado da — *Relação da entrada que fez o Excelentíssimo, e Reverendíssimo Senhor D. Fr. Antonio do Desterro Malhegro. Rio de Janeiro, Anno de M.CCXLVII. (1247) (sic.) (1747) 1º livro impresso no Brasil).*

Liebergen, Arnout van — *Apologiae, ofte vvaerachtighe verantvvoordinghe van... Over de Enorme ende noyt gehoorde Procedueren, tegens zijnen perfoon gebruyckt, by de gewefene Hooge Raden van Brasil, t'Amsterdam, 1643. (Único exemplar existente no Brasil).*

Pedro II — *Poésies Hebraico-Provençales du rituel Israélite Comtadin. Avignon. 1891. (Coleção Barão do Rio-Branco, com dedicatória do autor)".*

Organização de Bibliotecas das Missões

A Biblioteca do Itamaraty está colaborando com a Divisão Cultural na organização das bibliotecas das Missões diplomáticas e Repartições consulares.

Visitas

Entre diversas visitas que a Biblioteca recebeu durante o ano destaca-se a do Sr. Walter Sharp, da Universidade de Yale, um dos redatores e colaboradores da publicação "International Organization", e a do Senhor Gustavo Chacon, Ministro das Relações Exteriores da Bolívia, em 1944 e 1945, que consultou entre outras obras a "Memoria que presenta... Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto", referente ao ano de 1943, tendo declarado que o referido volume não mais existe, nas Bibliotecas e Arquivos de La Paz.

Encadernação

Os trabalhos de encadernação estiveram a cargo da oficina do Ministério e de oficinas particulares. Assim, foram feitas 147 encadernações especiais, 719 comuns e encadernados 28 volumes do "Jornal do Comércio".

Biblioteca da ONU

Foram recebidas normalmente as publicações da ONU e Agências Especializadas, as quais continuam chegando em duplicatas e, muitas vezes, em triplicatas. O movimento de consulta de livros mostrou-se mais intenso do que nos anos anteriores, tendo sido consultadas 426 obras relativas a 265 volumes e 222 folhetos. Foram ainda atendidos, como intercâmbio de publicações, diversos pedidos feitos por Faculdades, instituições particulares e, elaboradas bibliografias referentes aos assuntos de sua especialização. Organizou-se o arquivo dos documentos da UNESCO, divididos por setores :

Assembléias gerais
Departamentos, Repartições e Serviços
Conselho executivo

CL/ML

Documentos de origem dupla

WS — Documentos de trabalho

Comissões nacionais

Diversos,

dentro dos quais os documentos se subdividem de acôrdo com a clareza e a precisão. O serviço está pronto, aguardando apenas as guias separadoras que só poderão ser solicitadas quando houver espaço para o arquivo dos documentos da Biblioteca da ONU. Organizou-se ainda um serviço de comunicação ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) de todos os documentos recebidos pela Biblioteca da ONU. Classificaram-se as obras (livros) da UNESCO por assunto, em doze ítems:

1. Informação
2. Ciências Sociais
3. Atividades culturais
4. Deslocação internacional de pessoas
5. União Pan-Americana — Unesco
6. Ciências exatas e naturais
7. Comissões Nacionais
8. Reconstrução
9. Serviços Gerais
10. Educação
11. Assistência Técnica
12. Estatísticas; estando o serviço primário de classificação ainda na fase de execução.

MAPOTECA

Prosseguiram normalmente as atividades da Mapoteca no decorrer de 1957, assim discriminadas:

Foram registradas e incorporadas às suas coleções cartográficas as seguintes peças adquiridas por doação:

Impressos diversos (livros, folhetos, etc.)	1
Atlas	7
Mapas e cartas geográficas	90
Total	<u>98</u>

Somados esses números ao acervo já existente, ficou a Mapoteca, ao findar o ano, com o seguinte patrimônio:

Mapas e cartas geográficas	13.760
Atlas	263
Impressos diversos (livros, folhetos)	214
Total	<u>14.237</u>

O catálogo móvel da Seção foi acrescido no decorrer de 1957 de 523 fichas com dados informativos sobre o conteúdo e a importância dos mapas e atlas incorporados às coleções da Mapoteca.

Movimento de consultas e requisições

O movimento de consultas à Mapoteca, não só de parte dos funcionários do Ministério e das Comissões Demarca-

doras de Limites, como principalmente de elementos estranhos aos seus quadros, aumentou no decorrer do ano de 1957.

Assim sendo, as diferentes modalidades de consultas ou requisições, incluindo empréstimos e doações, abrangeram um total de 763 mapas.

Visitas e aulas

Durante o ano de 1957 a Mapoteca recebeu grande número de visitantes, entre os quais cumpre assinalar os alunos da Escola Nacional de Belas Artes e os do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional, que se fizeram acompanhar dos respectivos professores.

Além das visitas, foram administradas, na Seção, aulas de Mapoteconomia aos alunos dos cursos do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, bem como de cartografia histórica do Rio de Janeiro aos alunos do Curso de Informações sobre o Rio de Janeiro.

Colaboração com o Museu Júlio de Castilhos

Dando prosseguimento ao plano de divulgação de conhecimentos e informações do material cartográfico que constitui o acervo da Mapoteca, foi entregue, em novembro último, ao Museu de Júlio de Castilhos (Rio Grande do Sul), para publicação, o "*Catálogo descritivo dos mapas do Rio Grande do Sul existentes na Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores*". Nêle estão descritos 1.094 mapas, segundo um critério histórico e cronológico, e cujo conjunto e conteúdo constituem um trabalho de importância para os estudiosos da história gaúcha. Sua impressão já foi iniciada e será a mais valiosa edição lançada pelo Museu Júlio de Castilhos.

Colaboração com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

A Mapoteca possui sobre o Brasil setentrional uma das maiores coleções de mapas antigos, todos já catalogados, num total de cerca de 4.000 fichas. Desde dezembro de 1956 estão sendo fornecidas cópias das mesmas ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, com o fim de integrá-las na vasta bibliografia sobre a região amazônica que está sendo elaborada por aquele Instituto.

Coleção Iconográfica

Sempre em crescente movimento, o serviço iconográfico registrou, durante o ano de 1957, a entrada de 125 fotografias enviadas pelas nossas Missões Diplomáticas no exterior. Além do serviço de rotina, está sendo elaborada a monografia intitulada: "*Galeria dos Dirigentes da Política Exterior*", com dados biográficos de todos os Ministros de Estado das Relações Exteriores do Brasil.

Exposição Comemorativa da Conferência de Haia (1907)

De julho a agosto de 1957 realizou-se na Biblioteca Nacional uma exposição comemorativa dos cinquenta anos da realização da Conferência de Haia. Para essa exposição contribuiu a Mapoteca com inúmeras fotografias alusivas ao ato, pertencentes à sua Coleção Iconográfica.

ARQUIVO HISTÓRICO

Pesquisas Históricas

O Arquivo Histórico forneceu várias informações de ordem histórica: sobre Inácio de Aragão Bulcão, a fim de atender um pedido da Bahia; biografias de personalidades do Império, pedidos por S. A. o Príncipe D. Carlos Tasso de Saxe Coburgo e Bragança; biografia do Barão de Ibiramirim para colaborar nas celebrações do seu aniversário; sobre herança havida em Angola no século passado; sobre dados biográficos de José Marques Lisboa quando Ministro Plenipotenciário em Londres e por último uma relação de todos os Cônsules Gerais que serviram em Hamburgo até o ano de 1930.

Pesquisadores Estranhos à Casa

Consultaram no Arquivo Histórico: Arquivo Particular de Duarte da Ponte Ribeiro; Documentação Joaquim Nabuco (parte norte do país); Legação do Brasil em Lisboa sobre Raimundo Correia; Comissões de Limites — Bellegarde e Caçapava; Barão e Visconde do Rio Branco; Recebidos e Expedidos do Território do Acre (História do Acre); Documentos anteriores à Independência; Seções de Personalidades da Época, Capitanias e Diversos — Assuntos vários (Encadernados).

Pesquisadores da Casa

Legação em Assunção; Biografia do Barão de Cabo Frio e Missões Especiais no Rio da Prata; fichas de Atos Internacionais com Portugal; Missão Especial do Barão de Cotequipe; Conde de Linhares e várias Seções do Catálogo ed. de 1957; Tratados, Acordos e Convenções com diversos países.

Catálogo

Acaba de ser publicado o catálogo, desta Seção, referente à parte III — 30 — Documentação anterior a 1822, onde se encontra toda a correspondência mais antiga desta Seção, especialmente do tempo de D. João VI.

Livros documentados no Arquivo Histórico

José do Patrocínio Filho, de R. Magalhães Jr.; Vários folhetos sobre o Paraguai e Mato Grosso, do General R. Silveira de Mello.

Certidões

Foram lavradas várias certidões sobre tempo de serviço, nascimento e outras provas.

Tratados e Atos Internacionais em geral

O Arquivo Histórico por ser dotado de repartições especializadas para guarda de documentos ficou há muito encarregado da conservação dos tratados, sendo ainda este ano feitas novas incorporações desses Atos Internacionais, firmados com: América, Estados Unidos da..., Bolívia, Chile, Honduras, Itália, Paraguai, Peru e Portugal.

— Foram prestadas ainda por esta Seção várias informações nos memorandos de outras Seções assim como foram

enviados memorandos de ordem explicativa das atividades a serem preenchidas pela mesma Seção. Colaborando com o Museu Histórico e Diplomático, foram cedidos vários documentos célebres assinados por Reis, Príncipes e Chefes de Estado, do Brasil e de outras nações.

Nos últimos dias do ano arquivaram-se nesta Seção os documentos sobre Lord Strangford adquiridos pela nossa Embaixada em Londres.

Incorporaram-se a êsse Arquivo os documentos abaixo discriminados (doação do Embaixador Joaquim de Souza Leão Filho):

1.º) Convenção sobre os Paquetes de 1810, assinada por Lord Strangford e Conde de Linhares;

2.º) Cinco cartas autógrafas de Lord Aberdeen, dirigidas em 1828 ao então enviado especial britânico, relativas à chegada na Inglaterra de Dona Maria da Glória;

3.º) Um Diploma de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro, com a assinatura de D. Pedro I.

ESTATÍSTICA DO MOVIMENTO DO ARMAZÉM E CASA FORTE

VOLUMES ENCADERNADOS

	<i>Consultados</i>	<i>Arquivados</i>
Janeiro	149	150
Fevereiro	152	131
Março	127	160
Abril	155	205
Maio	202	151
Junho	147	195
Julho	186	113
Agosto	110	309
Setembro	278	216
Outubro	210	201
Novembro	197	204
Dezembro	192	154
Total	<u>2.105</u>	<u>2.189</u>

LATAS DE DOCUMENTOS AVULSOS

	<i>Consultados</i>	<i>Arquivados</i>
Janeiro	52	53
Fevereiro	61	67
Março	45	48
Abril	38	40
Maio	18	25
Junho	53	55
Julho	58	63
Agosto	67	71
Setembro	42	45
Outubro	39	43
Novembro	41	43
Dezembro	35	38
Total	549	591

(Aproximadamente 33.000 fls.)

(Aproximadamente 37.000 fls.)

TRATADOS, ACORDOS E CONVENÇÕES

	<i>Consultados</i>	<i>Arquivados</i>
Janeiro	10	10
Fevereiro	8	7
Março	12	12
Abril	13	13
Maio	11	11
Junho	15	15
Julho	6	6
Agosto	11	11
Setembro	5	5
Outubro	8	8
Novembro	10	10
Dezembro	10	19
Total	119	127

Tratados ultimamente firmados e arquivados no A. H. 16

PUBLICAÇÕES

A Seção de Publicações do Serviço de Documentação editou, em 1957, 13 obras, num total de 3.237 páginas e 17.700 exemplares, e prossegue a impressão de outros trabalhos.

OBRAS PUBLICADAS

Obras periódicas :

Manual de Serviço, 1957 (498 págs.).

Relatório, 1956 (288 págs.).

Anuário, 1957 (472 págs.).

Atos Internacionais:

379 — Acôrdio entre o Brasil e o Paraguai, para construção em território paraguaio, de uma Rodovia ligando "Coronel Oviedo" a "Pôrto Presidente Franco" (10 páginas).

382 — Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e o Líbano (9 páginas).

383 — Tratado de Comércio e Navegação entre o Brasil e o Uruguai (20 páginas).

384 — Acôrdio Cultural entre o Brasil e a Nicarágua (8 páginas).

Diversos:

Oração aos Jovens Diplomatas, de Gilberto Amado (44 páginas).

Oração de Paraninfo, de Rubens Ferreira de Mello (20 páginas).

Catálogo de Documentos anteriores à Independência, III Parte (243 páginas).

Regulamento do Instituto Rio Branco (11 páginas).

Tratado sobre a Nacionalidade (II volume), de Ilmar Penna Marinho, (732 páginas).

Tratado sobre a Nacionalidade (III volume, de Ilmar Penna Marinho, (882 páginas).

Além das obras enumeradas, imprimiram-se formulários para despacho de automóvel, fichas para o Museu Histórico e Diplomático, impressos para carteira de jornalistas acreditados junto ao Serviço de Informações, programa da visita ao Brasil de Sua Excelência o Presidente Craveiro Lopes e cartazes para o Congresso de Folclore na Bahia.

OBRAS EM ANDAMENTO

Cultura Brasileira — Fernando Azevedo.

Livro Primeiro do Governo do Brasil.

Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional (ns. 15 e 16).

Bibliografia de História do Brasil, 1º e 2º semestres de 1952.

Dirigentes da Política Exterior do Brasil — 1808-1953.

II — Seminário Latino-Americano para o Ensino Universitário das Ciências Sociais.

Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional (ns. 23-24).

Ato Internacional nº 320 (reimpressão) — Acôrdo Militar Brasil-Estados Unidos da América.

Ato Internacional nº 223 (reimpressão) — Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Côrte Internacional de Justiça.

Ato Internacional nº 381 — Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar.

Lista do Corpo Consular Estrangeiro, atualizada até 30 de junho de 1957.

Lista Diplomática, novembro-dezembro de 1957.

A processualística dos atos internacionais, de João Her-
mes Pereira de Araújo.

Ensaio e Estudos em Homenagem a Renato Almeida.
Relatório, 1957.

Parte da verba destinada a esta Seção contribuiu para
encadernações especiais, restauração de obras raras da Bi-
blioteca do Ministério, e publicação do "Itamaraty", boletim
mensal do Serviço de Informações.

GABINETE FOTOGRÁFICO E FOTOSTÁTICO

O Gabinete Fotográfico e Fotostático, durante o ano de
1957, atendeu a 73 pedidos assim discriminados:

Pedidos fotostáticos tamanho 0,46 x 0,64	4
Número de cópias	38
Pedidos fotográficos	69
Número de cópias	1.060

Para a Divisão Cultural foram feitas 3.050 ampliações,
tamanho 0,50 x 0,60, e 1.952 provas, tamanho 0,18 x 0,24,
de vistas do Brasil.

DEPÓSITO DE IMPRESSOS

O Depósito de Impressos atendeu de modo satisfatório,
em 1957, a elevado número de pedidos de publicações edita-
das por este Ministério ou de outra procedência editorial,
relacionadas com direito, assuntos sociais, comerciais e de
história em geral.

Os quadros abaixo, um que abrange o último quinquê-
nio, e outro que compreende somente o ano de 1957, assina-
lam a grande atividade do Depósito de Impressos:

Movimento de consultas e requisições

ANO	1957	1956	1955	1954	1953
Obras Gerais.....	9.867	13.387	4.368	5.601	4.939
Periódicas.....	4.981	2.410	1.553	3.128	1.971
Relatórios do Ministério.....	872	825	106	78	941
Folhetos Diversos.....	84.680	63.400	167.062	176.899	811.142

MOVIMENTO DO DEPÓSITO DE IMPRESSOS DURANTE O ANO DE 1957.

	OBRAS GERAIS		PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS DIVERSAS		RELATÓRIOS DO MINISTÉRIO		FOLHETOS	DIÁRIO OFICIAL
	Exemp.	Vols.	Exemp.	Vols.	Exemp.	Vols.		
Existentes em 31 de Dezembro de 1956.....	38.370	20.565	12.632	5.695	15.705	21.859	288.638	
Entrados em 1957.....	9.307		3.688	1.040	1.249		19.496	
TOTAL.....	47.677	20.565	16.320	6.735	16.954	21.859	308.134	
Saídos em 1957								
Para Diversos.....	8.320	2.386	3.728	1.864	720	38	80.677	1.433
Para Biblioteca.....	20		19		13		39	
Para outras Divisões.....	1.527		1.234		139		3.964	
TOTAL.....	9.867	2.386	4.981	1.864	872	38	84.680	
SALDO EXISTENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 1957.....	37.810	18.179	11.339	4.871	16.082	21.821	223.454	

ARQUIVO

Durante o ano de 1957, o Arquivo, apesar de sérias dificuldades resultantes do reduzido número de funcionários, falta de espaço e aumento do volume de serviço, pôde realizar várias tarefas que aguardavam solução há vários anos.

Assim, graças à obtenção de duas dúzias de novos arquivos de aço, foram transferidos 3.261 maços que, por falta de espaço, encontravam-se acumulados em cima dos armários. Tal empreendimento foi inicialmente devido à cooperação dos funcionários que para tal fim prestaram serviços em horas fora do expediente normal.

Foram revistos e preparados para encadernação 1.607 séries transferidas de documentos originais recebidos e expedidos. Dêsse total, no segundo semestre do ano, a Oficina de Encadernação aprontou 195 volumes. Embora pareça reduzido êsse número em face das séries revistas e preparadas, é mister realçar que nos dois últimos anos de 1955 e 1956 haviam sido incorporados ao Arquivo sòmente 9 volumes encadernados de originais.

Em 1955, o então Chefe do Arquivo, Cônsul Ruy Barbosa de Miranda e Silva sugerira, de acôrdo com a moderna técnica arquivística, a instalação de um serviço de microfilmagem para resolver sérios problemas que duram já mais de dez anos, como o da falta de espaço.

Durante o segundo semestre de 1957, o Professosr Oscar Campiglia, Diretor do Serviço de Documentação da Universidade de São Paulo e autor de vários trabalhos no campo

de aplicação de microfilmes na administração pública e privada, visitou o Arquivo.

Estabeleceu-se, em colaboração com aquêle Professor, um plano geral para ser adotado logo que o Itamaraty tenha instalado sua aparelhagem de microfilmagem:

a) Criação de um curso especial, a ser administrado pelo Professor Campiglia, para os funcionários do Arquivo e de outros órgãos do Itamaraty, sôbre o emprêgo de microfilmes do ponto de vista arquivístico, para fins de documentação em geral, comunicações, biblioteconomia, etc.;

b) Microfilmagem de maços transferidos que não mais sejam objeto de consulta freqüente. Tais maços serão prèviamente revistos e preparados para sua transcrição em microfilmes;

c) Extração de duplicatas de microfilmes sempre que o assunto, por sua natureza e importância, o justifique por razões de segurança contra incêndio ou destruição.

A adoção da microfilmagem no Arquivo não só concorrerá para solucionar o problema da falta de espaço e facilitará a consulta, mas assegurará uma duração quase ilimitada dos documentos.

Acresce que a microfilmagem simplificará os problemas de transferência e transporte dos Arquivos do Itamaraty para a nova capital do país.

Foram ainda realizados estudos para, a partir de 1958, proceder-se à descentralização no arquivamento de documentos e papéis relativos a assuntos tratados pelas Nações Unidas e suas agências especializadas e pelas Missões do Brasil junto àquelas Organizações.

Em 1955, a Comissão de Revisão do Índice Decimal preparou um novo índice de classificação. Esse trabalho, entretanto, não pôde até agora ser pôsto em prática, por exigir uma reorganização quase total do Arquivo, continuando ain-

da em uso o Índice Decimal de Classificação organizado em 1934. Por essa razão está sendo elaborada uma nova edição do referido Índice com a incorporação de assuntos novos e adaptado às atuais necessidades do serviço.

O Arquivo de Correspondência Especial mereceu igualmente grande atenção e várias medidas foram tomadas para garantir a guarda de documentos ali arquivados.

ESTATÍSTICA DO MOVIMENTO DO ARQUIVO NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

A N O S	1953	1954	1955	1956	1957
Maços retirados.....	9 570	8 278	9 487	10 218	10 382
Maços transferidos.....	—	1 253	470	—	3 261
Códices encadernados....	106	270	9	—	195

SEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO

Durante o ano de 1957 foram submetidos à apreciação da Seção de Organização vários projetos relacionados com o funcionamento de serviços na Secretaria de Estado, tendo sido sugeridas medidas julgadas aconselháveis à sua racionalização e consecução dos objetivos visados.

Examinou também a Seção de Organização diversos estudos sobre a reestruturação de alguns órgãos do Itamaraty, tendentes a imprimir maior eficiência e melhor rendimento em seus setores de atividade.

Igualmente, continuou a merecer atenção especial a situação geral dos Auxiliares contratados, já focalizada em trabalhos anteriores do Departamento de Administração e da Divisão do Pessoal.

A Seção de Organização prestou toda a assistência e colaborou em inúmeras oportunidades com as Divisões da Secretaria de Estado. Por outro lado, manteve o mais estreito contacto com repartições do Departamento Administrativo do Serviço Público.

MECANOGRAFIA

Este foi, em 1957, o movimento da Seção de Mecanografia :

SEÇÕES	Expedientes	Páginas
Gabinete	20	36
Secretaria Geral	206	220
Departamento Político e Cultural	130	186
Divisão Política	2.903	3.615
Divisão Cultural	1.917	2.312
Divisão do Cerimonial	1.215	1.310
Divisão de Atos Internacionais	1.821	2.130
Divisão de Fronteiras	116	130
Departamento Econômico e Comercial	211	242
Divisão Econômica	3.412	4.310
Divisão Comercial	1.873	2.282
Departamento Consular e de Passaportes	637	936
Divisão de Passaportes	3.041	3.847
Divisão Consular	3.824	4.315
Departamento de Administração	584	836
Divisão do Pessoal	2.141	2.613
Divisão do Material	18	22
Divisão do Orçamento	310	427
Divisão de Comunicações	8	13
Serviço de Documentação	116	142
Mapoteca	5	5
Serviço Jurídico	202	207
Serviço de Informações	3	3
Instituto Rio Branco	130	142
Comissão Nacional de Assistência Técnica	122	187
Serviço de Segurança Nacional	1	2
Ordem do Cruzeiro do Sul	6	8
Serviço de Conservação do Patrimônio	30	36
Comissão de Reparações de Guerra	180	211
Diversos	4.613	5.329
(Decreto, Leis, Mensagens e Portarias)	518	636
Total	30.277	36.787

Expedientes — (incluem-se: ofício, despacho, nota, carta, edital *curriculum vitae*, exposição de motivos, *memorandum*, parecer e acôrdo).

Páginas — (páginas dactilografadas).

DIVERSOS

CONSULTORIA JURÍDICA

O antigo Serviço Jurídico do Itamaraty muito se tem desenvolvido nos últimos anos, e como que exige uma remodelação das velhas bases regulamentares em que assenta, remodelação que o ponha em condições de poder desempenhar cabalmente as exigências de um serviço de tal natureza.

Em todo caso, continua a funcionar normalmente, com a presença constante do Consultor Jurídico e de seu Assistente.

Durante o ano de 1957, o Consultor Jurídico (Embaixador Hildebrando Accioly), além de responder a numerosas consultas verbais de vários serviços da Secretaria de Estado e fornecer, por escrito, sua opinião jurídica acerca de algumas questões de caráter confidencial, redigiu e apresentou pareceres sobre os seguintes assuntos:

Tratado de Amizade e Consulta com Portugal.

Asilo diplomático. Declaração do Ministério das Relações Exteriores do Paraguai.

Detenção provisória de dois aviadores brasileiros e apreensão de uma aeronave, — solicitadas pela Embaixada uruguaia. Pedido de extradição.

Modificações no Estatuto do Conselho Interamericano de Jurisconsultos.

Revisão da Resolução VII da 1ª Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos.

Reservas a tratados multilaterais. Projetos de normas da 3ª Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos e da Comissão Jurídica Interamericana.

Incidência do imposto único sobre as importações de gasolina do Corpo Diplomático estrangeiro.

Casamento consular. Vera Maria Rysová Kool e Cornelis Pieter Kool.

Projeto de regulamentação de disposições da Constituição Federal, referentes à conclusão de atos internacionais.

Refugiados políticos de um país vizinho, em território brasileiro.

Convenções de Bruxelas, de 1952, relativas à competência civil e à competência penal em matéria de abaloamento.

Violação de asilo territorial: atividades de agentes peronistas.

Projeto de acordo com a Bolívia, sobre o aproveitamento do petróleo boliviano. Necessidade de sua submissão ao Congresso Nacional.

Acordo Brasil-Estados Unidos, sobre vistos de entrada múltipla.

Mandado de citação contra a "Inter-American Geodetic Survey", entidade oficial do Governo dos Estados Unidos da América.

Acordo de resgate, com a França, celebrado a 4 de maio de 1956.

Caso do navio-pesqueiro *El Moujahid*.

Acordo entre o Brasil e a Alemanha relativo à isenção do imposto de renda sobre empresas de navegação aérea.

Projeto de declaração sôbre Direito de asilo.

Acôrdo de resgate franco-brasileiro, Companhia *Port of Pará*.

Revisão do Tratado Americano de Soluções Pacíficas.

Indenização por danos de guerra, sofridos por brasileiros na Itália.

Extradição de Dushan Josifovicht e sua mulher. Pedido do Govêrno de Marrocos.

Convenção Consular Brasil-Itália.

Artigo VII do Tratado com a Bolívia, de 1938.

O Assistente Jurídico (Dr. Amílcar de Araujo Falcão) emitiu pareceres escritos relativamente aos seguintes assuntos:

Diferença de salário. Abono de emergência. Requerimentos de Eunice Oliveira Carneiro e outros.

Cômputo de tempo de serviço. Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana.

Auxílio funeral: gratificação adicional. Embaixador Caio de Melo Franco.

Mandado de Segurança. José Maria Delgado Tubino. Competência do Tribunal de Recursos. Auxiliar contratado — estabilidade. Inexistência de contrato administrativo: falta de registro prévio no Tribunal de Contas. Perda da estabilidade. O problema da economia.

Situação de aluno repetente em face da Portaria Ministerial de 2-V-1956.

Mandado de segurança impetrado por Moacyr Moreira Martins Ferreira. Exame de segunda época. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco.

Aquisição de produtos farmacêuticos. Dr. Paulo Miranda.

Pagamento de vencimentos. Lauro de Villeroy França.

Importação por casal em regime de separação de bens.

Reconhecimento de maternidade na Alemanha. Efeito legal no Brasil.

Tempo de classe de funcionários promovidos.

Promoção — Carreira de Diplomata: época de sua realização. Decreto 38.043, de 10 de outubro de 1955.

Dispensa de atestado de saúde para viajantes temporários.

Mandado de segurança impetrado por João Rodrigues Mereje. Ação popular. a) idoneidade do mandado de segurança; b) não configuração da hipótese que autoriza o exercício da ação popular).

Legitimação, por casamento subsequente.

Maria Aparecida de Carvalho Sá. Tesoureira Auxiliar. Equiparação de vencimentos.

Luiz de Oliveira. Assemelhação de vencimentos.

Acôrdo de Garantia de Investimentos Brasil-Estados Unidos da América. *Executive agreement and treaty making power.*

Elsa Barbosa de Braga Melo. Pedido de certidão.

Precatória. Execução parcial de decisão judicial. Djalma Pinto Ribeiro de Lessa.

Ação de Joayrton Martins Cahú contra a União.

Ação ordinária Ministro Otávio Fialho e outros.

Hipoteca marítima.

Execução de sentença — Liquidação por artigos. Excesso de execução. Ministro Otávio Fialho e outros.

Ratificação do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica — Reserva argentina.

Automóvel pertencente ao cabo Ronald Swansen-USMC.

Requerimento de Marina Iliema de Figueiredo Pessoa.

Embaixador Ildefonso Falcão — O art. 154 do Estatuto dos Funcionários Públicos e a carreira de Diplomata.

Pedido de transferência. Milton Sevá.

Vantagens do decreto nº 18.588/1929. Antonio Garcia de Almeida e outros.

Impôsto de consumo e de importação. Diplomatas. Fato gerador e isenção condicional. Irretratabilidade do lançamento. Ágios.

Embaixador Trajano Medeiros do Paço. Direito de ampla defesa em processo administrativo. Matéria sigilosa.

COMISSÃO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

I — *Assistência Bilateral e Multilateral*: — Ao terminar o 7º exercício dos programas multilaterais de assistência técnica, respectivamente da ONU e da OEA, coordenados no Brasil pela Comissão Nacional de Assistência Técnica, reafirma-se a tendência latente de multiplicação dos programas bilaterais, êstes como aquêles, com base e inspiração no programa do Ponto IV do Govêrno americano.

No Brasil, a Comissão Nacional de Assistência Técnica, que se havia reservado apenas a coordenação dos programas multilaterais, sentiu, em face da tendência acima mencionada, a necessidade inadiável de organizar-se devidamente, a fim de poder coordená-los, no âmbito nacional, com o número sempre crescente de programas bilaterais, de acôrdo, aliás, com a Resolução nº IV, aprovada pela Conferência Econômica de Buenos Aires, a qual encarece a necessidade de um organismo único nacional para os efeitos de tal coordenação, julgada imprescindível.

Nessas condições, a Comissão Nacional de Assistência Técnica empenhou-se, em 1957, em estudar uma mudança de estrutura que lhe permita harmonizar no Brasil as solicitações de cooperação e assistência técnicas, bem como facilitar o desenvolvimento coordenado dos diversos programas. Dentro dêsse espírito, foi preparado um ante-projeto de decreto

que, se aprovado pelo Govêrno, tornará realidade a coordenação única que se faz necessária.

Prosseguiu, ademais, a CNAT no esforço iniciado em 1956 no sentido do preparo adequado das entidades brasileiras interessadas no recebimento de assistência técnica, procurando assegurar a existência de condições que garantam o aproveitamento máximo dos serviços dos técnicos estrangeiros enviados ao nosso país.

Participou, ademais, ativamente nos trabalhos preparatórios da Conferência Econômica de Buenos Aires, no que se refere, especialmente, ao item da Agenda relativo à Cooperação Técnica.

II — *Assistência Técnica: ONU* — Atendendo ao apêlo da Junta de Assistência Técnica das Nações Unidas, a CNAT programou um aumento da contribuição do Brasil ao Programa Ampliado, contribuição essa que, de Cr\$ 13.900.000,00, em 1957, passará, em 1958, a Cr\$ 16.400.000,00, assim discriminada:

Cr\$ 4.000.000,00, da dotação orçamentária do Ministério das Relações Exteriores;

Cr\$ 5.900.000,00, contribuição especial da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia;

Cr\$ 3.500.000,00, da dotação incluída no orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas e vinculada a um programa especial para o Nordeste;

Cr\$ 3.000.000,00, em serviços, a serem oferecidos através do Catálogo Brasileiro de Serviços.

Coerentemente com o princípio por ela fixado de aumentar a contribuição do Brasil em serviços, a CNAT elaborou

para 1958 um Catálogo amplo e harmônico, no qual estão incluídas ofertas no total aproximado de Cr\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros), soma essa que, uma vez utilizada e com a aquiescência da Junta de Assistência Técnica das Nações Unidas, será contabilizada como contribuição efetiva do Brasil. Obter-se-á, desta forma, com a contabilização dos serviços prestados e sem dispêndio de divisas, uma contribuição efetiva, bem maior do que o total anunciado na "Pledging Conference".

O Catálogo Brasileiro de Serviços, para 1958, inclui ofertas de treinamento e especialização de bolsistas nos mais variados setores de atividades ligadas ao desenvolvimento econômico e administração pública, tais como Estatística, Agronomia, Pedologia, Transporte Ferroviário e Rodoviário, Siderurgia, Eletrônica, Aeronáutica, Técnicas de concreto e aglomerantes, etc. A ampliação das ofertas de serviços brasileiros atenderá, por outro lado, ao renovado interesse das Agências Especializadas da ONU pelas facilidades de treinamento e especialização, no Brasil, de bolsistas procedentes dos 80 países participantes dos programas, especialmente da América Latina.

A CNAT acompanhou de perto, em 1957, os projetos do Programa Ampliado no Brasil, o qual recebeu, no correr do 7º exercício, 38 técnicos estrangeiros. Esses técnicos, provenientes da FAO, TAA, UNESCO, RIT e da WHO são principalmente pedólogos, agrônomos, zootecnistas, hidro-geólogos, fisioterapeutas, economistas, etc. que vêm prestando eficiente colaboração aos projetos regionais da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), Banco do Nordeste, ANCAR e Instituto de Reabilitação de São Paulo e, nacionais, dos Ministérios da Agricultura, Saúde e Viação e Obras Públicas. Em termos de dólares, os pedidos de assistência técnica no Brasil para o

ano em curso, em Iª e IIª categoria, perfazem o total geral de US\$851,000.00.

III — *Cooperação Técnica : OEA* — O Programa de Cooperação Técnica da OEA, cujas atividades se ressentem tradicionalmente da escassez de fundos e dificuldades de financiamento dos diversos projetos foi objeto, em 1957, de exame detalhado por parte da União Pan-Americana e dos países participantes, tendo em vista a conveniência de ampliação e diversificação que incluía, futuramente, a prestação de assistência técnica direta e a instituição de um programa de 500 bolsas de estudo e de um fundo de assistência às entidades educacionais do Continente. Esse exame, levado a efeito durante todo o correr do ano de 1957, através de estudos do Secretariado da OEA e debate dos países participantes no seio do Comitê de Assistência Técnica daquela entidade, culminou com a aprovação da Resolução IV da Conferência de Buenos Aires, baseada essencialmente em projeto da Delegação brasileira e em cuja formulação participou a CNAT como acima ficou dito.

E' de prever, assim, para futuro próximo, um aumento substancial das atividades de cooperação e assistência técnica da OEA, desde que fiquem solucionados problemas decorrentes de sua transformação em programa regular e continuado e decididas as bases de seu financiamento. Nesse particular, a CNAT fixou o ponto de vista brasileiro no sentido de que sejam também contabilizados os bens e serviços prestados, como contribuição efetiva, tal como no Programa Ampliado das Nações Unidas.

No que se refere ao Programa da OEA, em 1957, além de selecionar e adjudicar as bolsas oferecidas ao Brasil nos diversos Centros Pan-americanos do programa, preparou e coordenou o Seminário sobre Cooperativas de Eletrificação Rural, realizado em Recife, em outubro último, sob o patro-

cínio do Governo brasileiro e da União Pan-Americana. A CNAT homologou, ademais, a indicação do Comitê de Estudos e Organização no sentido de que a Comissão do Vale do São Francisco seja a entidade brasileira indicada para assinar convênio com a UPA e realizar, no Brasil, um Projeto-pilôto de Eletrificação Rural.

A contribuição do Brasil ao Programa de Cooperação Técnica da OEA, fixada pelo Congresso Nacional em Cr\$ 2.800.000,00, para 1957, foi majorada para Cr\$ 3.000.000,00, em 1958. Está sendo solicitado, para 1959, um acréscimo de contribuição que atenda à expansão de atividades prevista, segundo vai indicado acima.

IV — *Intercâmbio de Bolsistas — ONU e OEA* — Dentro do Programa Ampliado de Assistência Técnica, o Brasil recebeu, durante o ano de 1957, 52 bolsistas das Nações Unidas, provenientes na sua quase totalidade de países sul-americanos, para especialização e treinamento em Administração Pública, Pedologia, Biologia, Estatística, Ferrovias, etc. No mesmo período, 10 brasileiros foram beneficiados com bolsas da ONU para estudar no estrangeiro especialidades ligadas à Administração Pública, Assistência Social e problemas de Desenvolvimento Econômico.

No tocante ao Programa de bolsas da OEA, o Brasil enviou 2 bolsistas ao Centro Experimental Interamericano de Habitação, em Bogotá, 6 bolsistas ao IV Curso Internacional de Pastagens, na Argentina e 3 ao IV Curso Internacional sobre Métodos Estatísticos de Experimentação Agrícola, em Santiago do Chile.

Por sua vez, no Brasil, o Centro Pan-Americano de Aperfeiçoamento para Pesquisas de Recursos Naturais recebeu 34 bolsistas de procedência sul-americana para estudos e pesquisas em solos, silvicultura, fito-patologia, fotointerpretação, etc., e o Centro Pan-Americano de Febre Aftosa treinou

5 bolsistas da mesma procedência em técnicas de laboratório e métodos de combate àquela endemia. Embora não atenda totalmente às necessidades e esteja aquém de suas possibilidades, o intercâmbio de bolsistas dos programas multilaterais de assistência técnica já constitui instrumental útil e eficiente para a disseminação da técnica necessária ao rápido desenvolvimento econômico e social.

Aos 112 bolsistas acima indicados, devem ser acrescentados dez bolsistas dos diversos Estados brasileiros, que receberam treinamento nos Centros Pan-americanos de Febre Aftosa e Recursos Naturais, sediados no Brasil.

V -- *Intercâmbio de Bolsistas — Ausência de coordenação* — E' lugar comum, para todos que têm ligação com atividades educacionais no setor de bolsas e auxílios a estudantes, à total e absoluta falta de coordenação existente. Essa lacuna gera uma série de inconvenientes, enorme desperdício e duplicação de esforços e recursos, já de si insuficientes, ora pela não utilização ora pelo parcial aproveitamento das disponibilidades. A CNAT em cooperação com a Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores, a CAPES, o SENAI, o Conselho Nacional de Pesquisas, o DASP, a Fundação Getúlio Vargas e o Ministério da Educação, vêm estudando o assunto, com vistas à criação de um órgão ou comissão coordenadora que ponha fim a essa situação, sendo de esperar, para 1958, o início das atividades de um tal organismo.

MUSEU HISTÓRICO E DIPLOMÁTICO

O Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty foi inaugurado, em cerimônia solene, no dia 28 de janeiro de 1957.

Criado pelo Decreto nº 38.312, de 15 de dezembro de 1955, para a guarda e exposição pública de móveis, objetos, alfaías e documentos de valor histórico, artístico ou diplomático existente no Palácio Itamaraty ou que venham a ser incorporados ao patrimônio do mesmo, instalados os mostruários de suas coleções na galeria direita do Palácio em que tem sede a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em ponto acessível à visitação pública, desde logo evidenciou o mérito de sua criação pelo interesse por parte do público, das instituições educacionais e associações culturais, pelo excepcional valor histórico e artístico de sua coleções.

Razões de segurança das peças e do entrosamento dos serviços técnico-administrativos indicaram a conveniência de utilizar o espaço vizinho da galeria direita do Palácio para instalação da Secretaria e das Seções de Iconografia, Mobiliário e Relíquias Históricas e de Numismática, Sigilografia e Condecorações que em seu conjunto constituem o Museu.

O Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty encontra-se instalado, definitivamente, aparelhado para cumprir suas elevadas finalidades e em local de excepcional valor histórico, que é a parte antiga do Palácio Itamaraty.

COMITÊ INTERGOVERNAMENTAL PARA AS MIGRAÇÕES EUROPÉIAS

As relações do Brasil com o Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias continuaram a se pautar nos princípios assumidos desde a Conferência de Bruxelas: — colaboração com aquêlê Organismo para o desfôgo dos problemas demográficos dos países europeus e concomitante solução dos problemas econômicos dos países de imigração, decorrente da escassez e insuficiente qualificação da mão-de-obra, dentro de um espírito de cooperação e de acôrdo com os recursos e disponibilidades dos Governos interessados nesse objetivo comum.

Assim sendo, fêz-se o Brasil representar, durante o ano de 1957, nas seguintes reuniões convocadas pelo Organismo Intergovernamental em aprêço:

VI Sessão, extraordinária, do Comitê Executivo do CIME, realizada em Genebra, de 14 a 18 de fevereiro que cuidou, principalmente, da revisão do orçamento da entidade em face das despesas adicionais provenientes da revolução húngara;

VI Sessão do Conselho do CIME, realizada em Genebra, de 8 a 16 de abril, quando a delegação brasileira informou àquele órgão da decisão, tomada pelo Senhor Presidente da República, de receber, em território nacional, três mil húngaros procedentes da Áustria e, se possível, dez mil emigran-

tes de tôda a Europa. Para o transporte dêsses, uma vez feita a seleção médico-profissional pelas autoridades brasileiras competentes, contribuiria o o Brasil na base de quarenta dólares, *per capita*, além dos cento e dez mil quatrocentos e setenta e seis dólares correspondentes à nossa quota-parte no orçamento do Organismo. De acôrdo com o documento aprovado pelo Conselho, nessa reunião, o CIME deveria transportar, em 1957, o total de 196.620 pessoas, incluindo nestas seu programa normal, o programa húngaro, e o transporte de refugiados europeus do Oriente Próximo. Dêstes imigrantes, dez mil cento e trinta destinar-se-iam ao Brasil, dos quais seis mil novecentos e vinte europeus, além de três mil refugiados húngaros;

II Sessão do Grupo de Trabalho encarregado da revisão das atividades do CIME, reunido em Genebra, de 14 a 21 de agosto, a qual se ocupou, principalmente, dos métodos de financiamento do CIME;

VII Sessão do Conselho, realizada em Genebra, de 20 de setembro a 3 de outubro, a qual foi convocada, entre outras razões, para proceder à eleição do Diretor-adjunto do Organismo e para discutir o plano de operações previsto para 1958, pelo qual plano o Brasil receberá 12.050 emigrantes de procedência européia, ainda na base do pagamento de quarenta dólares por cada pessoa efetivamente transportada para o território nacional.

Realizou-se, ainda, de 2 a 6 do corrente mês, em Genebra, uma Conferência sôbre Cursos de Aperfeiçoamento Profissional para emigrantes, convocada pelo CIME, a qual foi presidida pelo De-

legado do Brasil, Cônsul Antônio Francisco Azere-
do da Silveira.

Coerente com os compromissos assumidos pelo Brasil perante o CIME, o Presidente da República, pelo decreto 42.122, de 29 de agosto de 1957, promulgou, após a necessária aprovação pelo Congresso Nacional, a Constituição do Comitê Internacional para as Migrações Européias, ato internacional adotado por ocasião de Conferência realizada em Veneza, em novembro de 1953.

INSTITUTO RIO-BRANCO

I — *Funcionamento dos Cursos*

Durante o ano letivo de 1957, o Instituto Rio-Branco manteve em funcionamento o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (1º e 2º anos) e o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas.

1) *Curso de Preparação à Carreira de Diplomata*

Considerando o grande número de vagas existentes nos quadros da carreira, a Portaria Ministerial de 22 de fevereiro de 1957 restabeleceu no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata o currículo de 2 anos para os candidatos aprovados nos Vestibulares de 1956 e 1957. Ficou, portanto, suspensa temporariamente a aplicação da Portaria Ministerial de 2 de maio de 1956, que aumentava o curso de dois para três anos.

a) *2º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.*

Cursaram o 2º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata os seguintes alunos, relacionados de acôrdo com a classificação final obtida no Curso:

Ivan Velloso da Silveira Batalha

Alberto Vasconcellos da Costa e Silva

Luiz Orlando Carone Gelio

Sérgio Martins Thompson Flôres
Álvaro Bastos do Valle
Sérgio de Queiroz Duarte
Marcos Castrioto de Azambuja
René Luiz Cavé Rainho
José Maria Diniz Ruiz de Gambôa
Bernardo de Azevedo Brito
René Haguenauer
Joayrton Martins Cahu
Laura Maria Malcher de Macedo
Leonardo Marques de Albuquerque Cavalcanti
Carlos Antônio Bettencourt Bueno
Cecília Maria do Amaral Prada
Moacyr Moreira Martins Ferreira.

Com a nomeação dessa turma elevar-se-á a 190 o número de funcionários que ingressaram na Carreira de Diplomata através do Instituto Rio-Branco, desde 1947.

As matérias do 2º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, em 1957, estiveram a cargo dos seguintes professores:

Português — Professor Jesus Belo Galvão, substituído pelo Professor Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira.

Francês — Professora Louise Jaquier

Inglês — Professor John Mulholland

Política Econômica — Professor Jayme Magrassi de Sá, substituído nos seus impedimentos pelo Professor Edilberto Costa.

Política Internacional — Professor João Baptista Barreto Leite Filho.

Direito Internacional Público — Embaixador Hildebrando Accioly e Secretário Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva.

Direito Internacional Privado — Professor Oscar Accioly Tenório.

b) 1º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Da turma do 1º ano faziam parte, inicialmente, os 27 alunos aprovados no Exame Vestibular realizado em 1956. Posteriormente, entretanto, foi feita a matrícula do Senhor Sérgio Augusto Ferreira Vivacqua que, em virtude de decisão judicial, foi submetido às provas vestibulares em fevereiro de 1957.

Após as provas finais, os alunos do 1º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata foram classificados na seguinte ordem, de acordo com o aproveitamento verificado:

Narto Lanza
Bernardino Raimundo da Silva
Marcos Henrique Camillo Côrtes
João Carlos Pessoa Fragoso
Lavínia Augusta Machado
Alvaro da Costa Franco Filho
João Augusto de Médicis
Heitor Soares de Moura Filho
Luiz Fernando do Couto Nazareth
Jorge Carlos Ribeiro
Luiz Villarinho Pedroso
José Constâncio Austregésilo de Athayde
Francisco Thompson Flôres Netto
Landulpho Victoriano Borges da Fonseca
Aderbal Costa
Miguel Pedro de Vasconcellos Souza
Adriano Benayon do Amaral
Cyro Gabriel do Espírito Santo Cardoso
Celeste Dezon Costa Hasslocher
Sérgio Augusto Ferreira Vivacqua

Mário Augusto Santos
Walter Wehrs
Sérgio Seabra de Noronha
Cláudio Luiz dos Santos Rocha
Guy Mendes Pinheiro de Vasconcellos
Carlos Henrique Paulino Prates
Maud Polly Góes
Isaura Maria de Morin Parente de Mello.

Foram os seguintes os professores que se encarregaram de ministrar as matérias do 1º ano do Curso:

Português — Professor Paulo Lantelme

Francês — Professora Louise Jaquier

Inglês — Professor John Knox.

História Diplomática do Brasil — Professor Américo Jacobina Lacombe, substituído nos seus impedimentos pelo Professor José Wanderley de Araujo Pinho.

História Diplomática Mundial — Professora Maria Yedda Leite Linhares.

Geografia — Professor Hilgard O'Reilly Sternberg, substituído no 2º semestre pelo Professor Fábio de Macedo Soares Guimarães.

Economia Política — Professor Jayme Magrassi de Sá, substituído nos seus impedimentos pelo Professor Edilberto Costa.

Direito Constitucional e Administrativo — Professor Hamilton Leal.

Direito Civil e Comercial — Professor José Cândido Sampaio de Lacerda.

2) *Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas*

Em obediência ao art. 3 do Decreto-lei nº 9.032, de 6-3-46,, concluíram em 1957 o Curso de Aperfeiçoamento de

Diplomatas, realizado, excepcionalmente, em duas turmas, três grupos de funcionários diplomados pelo Instituto Rio-Branco.

1ª turma — abril a julho

Foram inscritos *ex-officio* nessa turma os componentes do Concurso Direto de 1955, abaixo relacionados por ordem de classificação:

Edmundo Radwanski
Marina de Barros e Vasconcellos
Rodrigo Amaro de Azeredo Coutinho
Isócrates de Oliveira
Guilherme Weinschenk
Hélcio Tavares Pires
Mozart Janot Junior
Regina Victoria Castello Branco
Mário Wilson Fernandes
Jorge Alberto Nogueira Ribeiro
Mário Andrade Correia
André Guimarães
Rogério Corção Braga
Francisco Hermógenes de Paula
José Murillo de Carvalho
Antônio Carlos Diniz de Andrada
Luiz Horácio de Oliveira Lacerda
Hersyl Castello Branco de Pereira Franco
Paulo Tarso Flecha de Lima.

2ª turma — agosto a outubro

Integraram essa turma os Cônsules de 3ª classe que concluíram o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata nos anos de 1955 e 1956, abaixo relacionados:

Amaury Bier
Antônio Amaral de Sampaio

Antônio Arruda Câmara Filho
Asdrubal Pinto de Ulysséa
Carlos Eduardo de Afonseca Alves de Souza
Cláudio Cabussu Tourinho
Eduardo Portella Netto
Enaldo Camaz de Magalhães
Gil Roberto Fernando de Ouro Preto
João Tabajara de Oliveira
Jorge Pires do Rio
Jorge Ronaldo de Lemos Barbosa
José Bonifácio Lourenço de Andrada
Luiz Carlos Barreto Thedim
Luiz Cláudio Pereira Cardoso
Luiz Emery Trindade
Marco Aurélio dos Santos Chaudon
Marina de Moraes Leme
Mauro Sergio da Fonseca Costa Couto
Michael Joseph Corbett
Murillo de Miranda Basto Júnior
Octávio Eduardo Guinle
Odilon de Camargo Penteado
Paulo Cardoso de Oliveira Pires do Rio
Pedro Carlos Neves da Rocha
Pedro Hugo Fabrício Belloc
Raul Fernando Belford Roxo Leite Ribeiro
Sérgio Paulo Rouanet
Sérgio da Veiga Watson
Victor Augusto Nunes Vasseur
Yvonne Magno Pantoja.

Por motivo de força maior não foi ainda realizada a prova de Prática Consular, razão pela qual somente em fevereiro vindouro será a turma em causa diplomada.

Constituíram o corpo docente do referido Curso os seguintes professores:

Prática Diplomática — (Organização e Métodos de Trabalho do Serviço Diplomático) — Ministro Jorge La-tour, em ambas as turmas.

Prática Consular — 1ª turma: Cônsul Geral Alfredo Polzin. 2ª turma: Cônsul Milton Faria.

Tratados e Política Econômica do Brasil — 1ª turma: Professor Jayme Magrassi de Sá; 2ª turma: Professor Edilberto Costa.

Estudos Brasileiros — 1ª turma: Professor Francisco Mangabeira; 2ª turma: Padre Fernando Bastos de Ávila.

No que se refere à matéria mesma dos Cursos, o Instituto pôs em prática duas inovações que a experiência vinha aconselhando.

A primeira delas se relaciona com o sistema das conferências, previstas no Curso de Aperfeiçoamento. Hoje, a cargo dos próprios alunos do Curso, tais conferências alcançaram o maior êxito. Os temas propostos exigiam, cada um de per si, consciencioso trabalho de investigação, de análise do material coligido, do seu aproveitamento na composição das teses e no debate destas.

Os 36 alunos, que passaram por essa experiência, houveram-se, em sua grande maioria, com louvável zêlo e alguns, com brilho inesperado.

Tais resultados animam o Instituto a incorporar tal prática ao programa de trabalhos do Curso de Aperfeiçoamento, como, de resto, o autoriza a Portaria Ministerial de 12 de março de 1952.

A segunda inovação se relaciona com a prática da redação de correspondência oficial. O depoimento de muitos dos Chefes de Divisão da Secretaria de Estado e de Chefes de Missão, sob cujas ordens são mandados servir jovens

Secretários diplomados pelo Instituto, é de que alguns dêstes, ainda que muito bem equipados intelectualmente, revelam-se, não raro, um pouco canhestros na redação da correspondência rotineira da Secretaria e das Chancelarias diplomáticas.

Se bem consciente de que a perícia nesse particular não se adquire senão depois de um certo tirocínio na própria Carreira, o Instituto pensa, não obstante, que poderá antecipar um pouco ao que normalmente seria obra do tempo, iniciando desde logo os futuros Diplomatas e Cônsules na composição do tipo de correspondência mais usual, mediante exercícios adequados nas aulas de Prática Diplomática do Curso de Aperfeiçoamento.

II — *Exame Vestibular*

As inscrições para o Exame Vestibular mantiveram-se abertas de 1º de abril a 15 de junho. As instruções e o programa para êsse Exame obedeceram ao disposto na Portaria Ministerial de 3 de maio de 1956.

Inscreveram-se 181 candidatos, dos quais 4 tiveram o requerimento de inscrição indeferido em virtude de haver ultrapassado o limite de idade exigido e 2 por documentação incompleta.

Com as desistências e reprovações no exame psico-físico, foram chamados a prestar a primeira prova intelectual (Português), 117 candidatos, dos quais 5 em cumprimento de decisão judicial. Dentre os convocados, 8 deixaram de comparecer e 53 não lograram aprovação.

Nas provas subseqüentes, foi o seguinte o resultado dos exames:

Francês — Dentre os 54 candidatos convocados para a prova, 2 não compareceram e 22 foram reprovados

Inglês — 32 candidatos — aprovados 29

História do Brasil — 29 candidatos — todos aprovados

História Mundial Moderna — 29 candidatos — aprovados 24.

Geografia — 24 candidatos — aprovados 20

Elementos de Economia Política — 20 candidatos — todos aprovados.

Noções Fundamentais de Direito — 20 candidatos — aprovados 19.

Com a realização da prova escrita de Cultura Geral e da prova oral de Português, encerrou-se o Exame Vestibular, tendo alcançado a média de conjunto exigida os 19 candidatos abaixo relacionados segundo a ordem de classificação:

Mauro Mendes de Azeredo
Maria da Natividade Duarte Ribeiro
Paulo Sérgio Nery
Sérgio Henrique Nabuco de Castro
Roberto de Salvo Coimbra
Antonio Ferreira da Rocha
Annunciata Padula
Italo Miguel Alexandre Mastrogiovanni
Arrhenius Fábio Machado de Freitas
Paulo Guilherme Vilas Boas Castro
José Botafogo Gonçalves
Carlos Alberto Leite
José Dácio Afonso Miranda
Carlos Norberto de Oliveira Pares
Adolpho Corrêa de Sá e Benevides
Mário Cesar de Moraes Pitão
Júlio Gonçalves Sanchez
Aloisio Ribeiro Vieira
Carlos Luiz Coutinho Perez.

Integraram as bancas examinadoras do Exame vestibular os seguintes professores:

Português — Professores Joaquim Mattoso Câmara Jr. e Hamilton Elia.

Francês — Professores Louis Viala e Raymonde Vasconcellos.

Inglês — Professores G. A. Bridges e Carmen Saraiva.

História do Brasil — Professor José Wanderley de Araujo Pinho.

História Mundial Moderna — Professor Eremildo Vianna.

Geografia — Professor Lúcio de Castro Soares.

Elementos de Economia Política — Professor João Paulo de Almeida Magalhães.

✓ *Noções Fundamentais de Direito* — Doutor Amilcar Falcão.

Cultura Geral — Ministro João Guimarães Rosa e Doutor Renato de Almeida.

III — *Pesquisas e Publicações*

No decurso de 1957 foi entregue ao Departamento de Imprensa Nacional a publicação "*Esquisse de l'Histoire du Brésil*", pertencente à coleção de obras do Barão do Rio-Branco e reeditada por este Instituto. A referida publicação foi acrescida de prefácio e notas do Professor José Honório Rodrigues, cuja versão para o francês coube à Professora Raymonde de Vasconcellos. Este trabalho, que se encontra em fase final de impressão, deverá sair do prelo no início do próximo ano.

Quanto à obra do Professor Jaime Cortesão, "*Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*", dois volumes ainda se acham em provas: IV parte, tomo II — Negociações, em

paginação, e V parte, tomo único — Execução do Tratado, ainda em segundas provas.

O Departamento de Imprensa Nacional aguarda a decisão do Instituto no sentido de ser aprovado o orçamento feito para a impressão do trabalho do Professor Cortesão, "*O Brasil nos Velhos Mapas*", que se encontra naquela entidade.

A exemplo do que se tem verificado em anos anteriores, esta seção mantém sempre atualizadas as listas dos interessados em suas publicações assim como de bibliotecas e entidades culturais do país e do exterior. A saída e recebimento das publicações vêm sendo contralados mediante listas de estoque e cartões de retorno. Está sendo preparado, no momento, o índice onomástico e toponímico da "*Esquisse de l'Histoire du Brésil*", composto de cerca de 1.200 fichas.

IV — Biblioteca

Aquisição :

No decorrer de 1957, a Biblioteca do Instituto Rio-Branco teve o seu acervo aumentado de 433 volumes, entre compras e doações, tendo sido a Embaixada Americana seu principal doador. Com os recursos da verba anual conseguiu a Biblioteca adquirir a coleção do "*Recueil des Cours de l'Academie de Droit International de La Haye*".

A seleção de obras para aquisição foi feita através de consulta às bibliografias correntes, de indicações do Corpo docente e discente do Instituto Rio Branco, e de exames dos livros enviados em demonstrações pelas livrarias, sendo todas as compras submetidas à aprovação prévia do Diretor do Instituto.

Permuta — Durante o ano de 1957 a Biblioteca do Instituto permutou material bibliográfico unicamente com a Biblioteca do Itamaraty.

Encadernação:

Foram encadernados 329 volumes, tendo sido dada preferência aos livros que oferecem maior movimento de consulta.

Catalogação e Classificação:

Desde junho de 1956, vem mantendo a Biblioteca do Instituto Rio-Branco estreita colaboração com o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC) do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), que tem por objetivo uniformizar as pesquisas e trabalhos de catalogação nos centros de documentação do país organizando ao mesmo tempo um catálogo coletivo das obras existentes nos mesmos.

Foi o seguinte o intercâmbio de fichas estabelecido entre o Instituto Rio-Branco e o Serviço de Intercâmbio de Catalogação durante o ano de 1957.

Fichas enviadas ao IBBB:

De encomenda: 1.201

Provisórias: 166

Fichas recebidas do IBBB:

Provisórias: 91

Definitivas: 947

De encomendas, devolvidas por não terem os livros sido catalogados: 283.

Empréstimos

O movimento de consultas à Biblioteca do Instituto tem crescido progressivamente. Em 1956 foram emprestados, para leitura a domicílio, 375 livros e folhetos e 258 periódicos; em 1957 a retirada de livros e folhetos aumentou para 847 e a de periódicos para 683, somando, portanto, um total

de 1.374 empréstimos, contra 633 de 1956. Esta soma exclui as consultas levadas a efeito na própria sede da Biblioteca.

Foram os seguintes os assuntos mais consultados:

Livros e folhetos:

Ciências sociais	448
Direito	151
Economia	127
Ciências políticas	112
Geografia	102
História	99
Literatura	92
Comércio internacional	64
Filologia e linguística	48
Geologia	27

Periódicos: 683 empréstimos a domicílio

Os mais consultados foram:

"Current history"	106
"World today"	66
"Boletim geográfico"	46
"Headline series"	45
"Foreign policy bulletin"	27
"Revista brasileira de geografia"	19
"International affairs"	18
"Foreign affairs"	17
"International conciliation"	16

V — *Orçamento*

Cumprindo determinação do Senhor Presidente da República, o Instituto Rio-Branco reduziu de 20% as despesas previstas no seu plano de aplicação da dotação orçamentária para o exercício de 1957.

Assim sendo, sua verba fixada em Cr\$ 4.702.380,00, foi reduzida para Cr\$ 3.761.680,00, quantia que teve a seguinte aplicação:

	Cr\$
Pagamentos feitos em fôlha, relativos a pessoal e a gratificações por serviços prestados (janeiro a dezembro)	3.156.370,00
Pagamentos feitos mediante coleta de preços, relativos a fornecimentos e serviços diversos	412.079,00
Importância recebida por regime de adiantamento e aplicada na aquisição de material, livros, etc.	192.921,00
Saldo devolvido ao Tesouro	310,00
	3.761.680,00

INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, com os limitados recursos econômicos de que dispõe, tem tido a dificuldade de mobilizar também os recursos humanos para atender a toda área compreendida nas finalidades do Instituto.

Tornou-se assim indispensável escolher nesta vasta área de atividades atribuídas ao Instituto aquelas que, de acordo com a conjuntura do momento, fossem mais acessíveis e mais aconselháveis dentro do programa traçado.

Foi assim que as circunstâncias de ter a UNESCO, no seu programa de trabalho, resolvido dar expansão maior ao seu plano de atividades no terreno das ciências sociais, levou o IBECC a se dedicar mais atentamente à execução daquele programa, realizando em continuação ao primeiro mais um Seminário Latino-americano destinado à implantação dos Centros do Chile e do Brasil para o Ensino e para a Pesquisa das Ciências Sociais na América Latina.

A publicação feita e já impressa dos trabalhos daquele Seminário custeada pela UNESCO com a importância de US\$ 18.000 (dezoito mil dólares) pode bem dar uma idéia dos trabalhos realizados naquela reunião, coroada de pleno êxito com a criação dos dois centros do Chile e do Brasil, sendo que o brasileiro, aprovado por decreto governamental, se acha instalado sob a direção do Professor Costa Pinto e deve ser em breve inaugurado.

Uma dotação orçamentária de 6 milhões de cruzeiros constitui a contribuição brasileira a adicionar à de US\$ 60.000 (sessenta mil dólares) da UNESCO para os dois centros do Chile e do Brasil.

A Comissão de Ciências Sociais do IBECC contribuiu eficazmente para realização desses trabalhos e deverá funcionar como órgão consultivo do Centro Brasileiro.

A Comissão Nacional de Folclore completou no ano passado dez anos de existência fecunda e se pode dizer que tem prestado relevantes serviços ao país, incentivando o estudo da cultura popular, a pesquisa de nosso folclore e a defesa das tradições da nossa gente.

O IBECC convocou no ano passado o II Congresso Brasileiro de Folclore, que se realizou em Salvador, em julho do ano passado. Quer pelos trabalhos apresentados pelas mesas-redondas, dentre as quais se salienta, pelo valor dos debates, a que versou sobre Folclore e Ciências Sociais, pela Exposição no Instituto Feminino, quer pelas demonstrações folclóricas, esse certame teve a maior importância. Além disso, sobreleva acentuar o fato de o Presidente da República ter escrito um discurso, lido pelo seu representante, na instalação do Congresso, no qual, não só realça a importância e valor dos estudos folclóricos, como reconhece os trabalhos da nossa Comissão. E anunciou que, para atender ao apêlo da Carta do Folclore Brasileiro, recomendara ao Ministro da Educação a constituição de um grupo de trabalho para elaborar o plano nacional de defesa do Folclore Brasileiro, plano já submetido à apreciação do Governo.

No terreno das Ciências Sociais é de mencionar o Seminário realizado em outubro de 1957, em Pôrto Alegre, por iniciativa da direção estadual do IBECC, que veio demonstrar não somente a ação eficaz da presidência da Comissão

Estadual como também o interesse cultural dêsses problemas naquele Estado da Federação.

No setor do Teatro o Instituto procurou remediar a nossa situação perante a UNESCO, dando vida a um Instituto praticamente paralisado, para o que recompôs sua Diretoria, que passou a funcionar em nome do IBECC até a sua regularização definitiva, quando voltará a ser uma entidade autônoma.

Foi distribuído o Prêmio Sul-América deste ano sobre História do Teatro Brasileiro, prêmio no valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), que coube ao Dr. J. Galante de Souza, pela sua magnífica contribuição ao tema.

A Comissão de Direitos Autorais deu parecer sobre várias sugestões da UNESCO e especialmente sobre a Resolução VI que o Comité Provisório de Direitos do Autor adotou, referente ao projeto de regulamentação internacional dos direitos dos artistas intérpretes.

A Comissão de Informações foram submetidas as sugestões relativas à formação profissional do jornalistas e à criação do novo centro especializado com sede em Estrasburgo.

Sob os auspícios do IBECC e sua contribuição financeira, realizou-se também de 5 a 17 de agosto o Simpósio Internacional sobre o Curare, que mereceu a assistência direta do Professor Paulo Carneiro, Delegado Permanente do Brasil junto à UNESCO.

Realizou-se ainda em Manaus o Simpósio sobre Zonas Úmidas promovido pela UNESCO e a colaboração do I. B. E. C. C. cujos resultados também foram relevantes.

O IBECC realizou nos Estados intenso trabalho através de sua comissões regionais, merecendo ser citadas as ativi-

dades exercidas pelas Comissões do Rio Grande do Sul, S. Paulo e Pernambuco.

Continuou a auxiliar numerosas iniciativas culturais e principalmente publicações como a "Cultus" de S. Paulo, a "Summa Brasiliensis Mathematicae" do Conselho Nacional de Pesquisa e o Caderno de Teatro.

Fêz traduzir por conta da UNESCO os trabalhos do Professor W. A. Robson sôbre o ensino das ciências políticas e os do Professor C. A. W. Manning sôbre o ensino das relações internacionais, devendo ser publicados em 1958.

A Comissão de Bibliografia, já agora reestruturada, continua a trabalhar contando com os elementos representativos da documentação, fornecendo a UNESCO as informações necessárias às suas publicações periódicas. Preparou também um projeto para o levantamento de tôdas as instituições culturais do Brasil.

Está o IBECC, neste momento, organizando com o I. C. O. M. o Seminário Internacional de Museus, a realizar-se em setembro de 1958 nesta Capital.

Deverá ocorrer em outubro do ano próximo, em São Paulo, o "Encontro Intelectual" promovido pela Fundação Francisco Matarazzo, dedicado ao tema da arquitetura e do urbanismo em seus elementos técnicos e em suas relações com os problemas sociológicos a êle conexos.

Dentro dêsses propósitos e seguindo as orientações acima indicadas, na medida de suas possibilidades que estão longe de lhe permitir uma realização efetiva de quantos propósitos lhe atribui a lei que o instituiu, de acôrdo com a Convenção que criou a UNESCO, cumpre o IBECC ainda assim um programa largo e eficiente, favorecendo a nossa educação, ciência e cultura, não apenas nos setores de relação internacional, mas ainda nos planos internos.

COMISSÃO DE ESTUDOS DOS TEXTOS DA HISTÓRIA DO BRASIL

A Comissão de Estudos dos Textos da História do Brasil prosseguiu em 1957 nos seus trabalhos e além da publicação da Bibliografia da História do Brasil, de 1952, continua no preparo de documentos relativos às Missões Pimenta Bueno, Saraiva, Bellegarde, Cotegipe e Quintana, a fim de serem publicadas nos *Anais do Itamaraty*. Foi terminada a revisão do 1.º *Livro do Governo do Brasil*, a ser publicada no ano vindouro.

Prossegue o programa de investigações históricas no estrangeiro, iniciativa do Ministro de Estado, no que retomou salutar tradição praticamente interrompida desde o Império. Assim estão sendo feitos levantamentos de documentos de arquivos da Espanha, de Portugal, e da França, em fichas, filmes e fotocópias, tendo a Comissão organizado instruções para os pesquisadores. Os seus trabalhos estão muito adiantados e constituirão inestimável contribuição aos estudos de nossa história.

O Ministro de Estado teve ensejo de presidir várias reuniões e acompanha com a maior solicitude os trabalhos da Comissão, orientando-os da melhor forma, de sorte a dar à Comissão um papel correspondente à Divisão Histórica do Departamento de Estado americano, que mantém vasto programa de pesquisas no exterior.

SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

Como nos anos anteriores, o Serviço de Informações atuou sempre dentro de seu triplice esquema, a saber:

a) *Relações com a Imprensa* — Informações e notícias procedentes dos diferentes setores de atividades da Secretaria de Estado, bem como das Missões diplomáticas e Repartições consulares brasileiras no estrangeiro, foram distribuídas diariamente, mimeografadas, a jornais do Rio e de São Paulo, a agências telegráficas nacionais e estrangeiras, a radioemissoras e a estações de televisão da Capital Federal.

Em 1957, o Serviço de Informações, em suas relações com a imprensa, apresentou notável volume de trabalho, em face de circunstâncias especiais, decorrentes não só das visitas que ilustres personalidades estrangeiras realizaram ao nosso país, mas também em consequência das viagens oficiais realizadas pelo Chanceler brasileiro ao Chile e ao Peru.

Para as visitas ao nosso país — e com intuito de proporcionar às mesmas a mais ampla cobertura jornalística — o Serviço de Informações providenciou a distribuição de credenciais e distintivos aos profissionais da imprensa, que, por ocasião da visita do Presidente Craveiro Lopes, ascenderam a seiscentas. Além disso, o Serviço de Informações não se limitou à distribuição diária do noticiário jornalístico sobre esse importante acontecimento na vida da comunidade luso-brasileira, mas também destacou funcionários para acompanhar e assistirem permanentemente, quer no Rio de Janeiro, quer nos Estados, os vinte e três jornalistas portu-

guêses que faziam parte da comitiva do Chefe da Nação portuguesa. Quer durante a visita do Senhor Craveiro Lopes, quer durante tôdas as outras, que se antecederam e se sucederam a esta, o Serviço de Informações promoveu a distribuição antecipada dos textos dos discursos oficiais pronunciados nas diversas solenidades que marcaram essas visitas.

Quando das visitas que o Ministro das Relações Exteriores brasileiro realizou ao Chile e ao Peru, o Serviço de Informações estêve presente, através da preparação de completo "dossier" sobre aspectos geográficos, econômicos, administrativos e políticos dos países visitados, bem como em prestou sua constante assistência aos jornalistas brasileiros que acompanharam o Chanceler brasileiro. Em Santiago e em Lima, promoveu a aproximação com as entidades jornalísticas e órgãos da imprensa locais, contribuindo para o acercamento e entendimento cada vez maiores entre a imprensa brasileira, a chilena e a peruana.

No Chile, foi a visita do Ministro das Relações Exteriores assinalada por longos e importantes editoriais dos jornais santiaguinos, em virtude do farto material fornecido pelo Serviço de Informações.

Em Lima, além do vasto noticiário, ficou essa visita ainda mais ressaltada, com a publicação, na capital peruana, de um suplemento especial de "La Cronica" sobre o Brasil, feito com material organizado, traduzido e fornecido pelo Serviço de Informações.

b) *Relações com as Missões diplomáticas* — Sob êsse título cabe referência ao Boletim radiotelegráfico, emitido diariamente para postos receptores sediados em determinadas Missões diplomáticas, em diferentes partes do mundo, donde, captado e multiplicado gráficamente, é distribuído às restantes Missões diplomáticas e Repartições brasileiras. Esse boletim contém a sùmula dos acontecimentos principais da vida do país e dêste Ministério.

Prosseguiu a publicação mensal do Boletim "Itamaraty", num total de 264 páginas neste ano, e abundância de informações de vária natureza.

Além disso, recebeu algumas Missões diplomáticas recortes do "Lux Jornal", com notícias aqui publicadas sobre o país onde estão as mesmas sediadas. A seleção desse material é feita no Serviço de Informações.

c) *Relações com a Secretaria de Estado* — Consistem sobretudo na remessa que o Serviço de Informações faz, diariamente, aos Departamentos, Divisões e Serviços, de recortes de matutinos e vespertinos, com assuntos que lhes interessam especificamente. E na fixação, na Divisão do Pessoal, nos Departamentos e na Portaria, etc. de um boletim, com resumo das principais notícias do dia.

SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

No princípio do ano de 1957, estêve o SCP ocupado com os arremates das obras realizadas no pavimento térreo da ala direita do Palácio Itamaraty, as quais transformaram os velhos depósitos da arrecadação em magníficas salas de trabalho servidas por um conjunto completo de sanitários.

O primeiro estudo novo realizado pelo SCP, em 1957, dizia respeito à remodelação do último pavimento do prédio onde funciona o Instituto Rio Branco e compreendia o aproveitamento integral do terraço de cobertura das partes do fundo do prédio que seria transformado em sala de aulas modelar com ar condicionado, iluminação adequada e acústica perfeita. O expediente a êste respeito, com data de 9-1-57, acompanhado das plantas sumárias das obras projetadas, ficou sem solução, por falta de verba.

Em 15 de janeiro apresentou o SCP plano completo das obras julgadas necessárias, com a respectiva estimativa de custo, para que o Departamento de Administração resolvesse a respeito daquelas que julgasse mais urgentes.

Ainda no mês de janeiro providenciou o SCP para a mudança e instalação dos Correios e Telégrafos nas novas salas, projetando os respectivos guichês.

As obras de pintura e reparos na sede da Embaixada em Washington, o pedido de compra de uma casa para a Embaixada em Nova Delhi e a oferta de uma casa para a

Embaixada no Panamá foram os assuntos preponderantes tratados no SCP relativamente ao patrimônio no exterior. Sobre que se emitiram os pareceres circunstanciados de 14, 26 e 27 de março daquele ano.

Terminadas as obras de recuperação do pavimento térreo da ala direita, propôs o SCP que se iniciasse imediatamente a reforma do pavimento superior da mesma ala não somente para obter melhores condições de trabalho como também para melhor aproveitamento da área disponível.

O *memorandum* que trata do assunto voltou mais tarde ao SCP para que se estudasse o aproveitamento do prédio onde funciona a garagem, transformando-o em prédio de escritórios. A sugestão foi cuidadosamente analisada em parecer de 28 de maio e está dependendo de deliberação superior.

O Instituto Rio Branco reformou e pintou o último pavimento do prédio onde se acha instalado, fornecendo o SCP a orientação técnica que o caso exigia.

A respeito do alargamento da rua Tomé de Souza e especialmente com relação à praça fronteiriça ao Itamaraty, propôs o SCP uma solução que lhe pareceu bem melhor do que o projeto aprovado pela Prefeitura do Distrito Federal, acompanhando seu relatório circunstanciado de plantas e perspectivas que elucidam perfeitamente o caso.

As instalações realmente acanhadas da Divisão Cultural foram reformadas de acordo com o projeto do SCP, sendo posteriormente ampliadas com a incorporação de mais duas salas.

Completando as obras que eram necessárias no 3.º pavimento da ala esquerda, propôs o SCP, em *memorandum* acompanhado das devidas plantas a reforma das *toilettes* e a recuperação de uma sala.

As obras de maior vulto, porém, foram as de reforma e adaptação das salas destinadas ao Museu Diplomático. Para estas estudou o SCP o anteprojeto que, depois de aprovado pelo Senhor Ministro de Estado, serviu de base para o projeto de execução e respectivas especificações. Como trabalho complementar, fêz-se uma nova cozinha localizada na ala direita e dotada de todos os requisitos necessários. Durante a execução dos trabalhos procedeu-se à restauração de um antigo piso de mármore de carrara e preto belga que havia sido coberto com tacos para a instalação dos Correios. Diversos problemas sérios surgidos com o arranjo dos tetos das salas encontraram brilhante solução. A galeria da direita do palácio foi isolada e fechada com grades desenhadas pelo Arquiteto Olavo Redig de Campos, as quais obtiveram plena aprovação do SPHAN.

A fabricação dos móveis do Museu, finalmente executados em madeiras diversas com acabamentos de bronze dourado, foi orientada pessoalmente pelo Ministro Djalma Pinto Ribeiro de Lessa que forneceu não somente a orientação estilística mas também o risco de alguns móveis e os detalhes de sua ornamentação.

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO MINISTÉ- RIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

A Associação dos Funcionários do Ministério das Relações Exteriores, cuja fundação data de 1901, completou mais um ano de proveitosas atividades, tendo visto seu quadro acrescido com a admissão de mais quarenta e nove sócios. Dentre as atividades da Associação é de mencionar, em 1957, a expedição de seis cartas de fiança aos seus beneficiados, e o recebimento no Tesouro Nacional, por procuração, dos vencimentos de funcionários aposentados ou na ativa, na quantia total de dois milhões seiscentos e vinte e quatro mil oitocentos e dez cruzeiros e vinte centavos.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1958